Poder Judiciário

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

N. 241/2011 Data da divulgação: Sexta-feira, 30 de dezembro de 2011. Porto Velho - RO

PRESIDENTE
Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

CORREGEDOR-GERAL
Desembargador Paulo Kiyochi Mori

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO
Bacharel Jucélio Scheffmacher de Souza

SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO
Administrador José Leonardo Gomes Donato

DIRETOR DA DIGRAF
Administrador José Delson Ribeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA MAGISTRATURA

ATO DO PRESIDENTE

ATO Nº 1246/2011-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO.

Considerando constante do Processo nº 11591-23.2009, às fls. 60/62,

R E S O L V E :

CONVALIDAR o exercício da Juíza Substituta MICHIELY APARECIDA CABRERA VALEZI BENEDETI, lotada na 7ª Seção Judiciária sediada na Comarca de Rolim de Moura, na direção do Fórum da Comarca de Santa Luzia d'Oeste, no período de 20/11/2011 a 19/12/2011, nos termos do artigo 200 do Regimento Interno deste Poder e o artigo 142 da Lei Complementar nº 94/93.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
(a)DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Presidente

CORREGEDORIA-GERAL

ATO DO CORREGEDOR

Provimento N. 0020/2011-CG

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de utilização do Sistema de Informações Gerenciais Extrajudiciais - SIG-EX, nas Serventias Extrajudiciais de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Tabelionato de Protestos de Títulos do Estado de Rondônia e dá outras providências.

A Desembargadora MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO, Corregedora-Geral da Justiça do Estado de Rondônia em Exercício, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no item 40.1, Capítulo I, das Diretrizes Gerais dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Rondônia, bem como o disposto nos Artigos 1°, § 2° e 2° do Provimento n. 11/2011-CG, publicado no DJE n. 154/2011, em 22 de agosto de 2011.

CONSIDERANDO o constante nos Autos do Processo n. 0030595-46.2009.8.22.1111.

R E S O L V E:

Art. 1° - Prorrogar para 1° de abril de 2012, a obrigatoriedade da utilização do Sistema de Informações Gerenciais Extrajudiciais – SIG-EX, para as serventias de Registro de Imóveis, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos de Títulos.

Art. 2° - O Capítulo I, item 40.1, das Diretrizes Gerais dos Serviços Notariais e Registrais passa a ter a seguinte redação:

40.1. A remessa das informações se dará de forma diária, até o dia útil imediatamente subsequente ao da prática dos atos. Estes serão gravados no sistema até zero hora do 5° (quinto) dia útil do mês subsequente. Os dados enviados poderão ser alterados mediante solicitação escrita do delegatário ou responsável, encaminhada à Corregedoria-Geral da Justiça com a respectiva justificativa.

Publique-se.
Cumpra-se.

Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.

Desembargadora MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Corregedora-Geral da Justiça em exercício

SECRETARIA JUDICIÁRIA

DESPACHOS

TRIBUNAL PLENO

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Direta de Inconstitucionalidade
nrº 0013329-13.2011.8.22.0000
Requerente: Prefeito do Município de Corumbiara RO
Requerida: Câmara de Vereadores do Município de Corumbiara RO
Relator:Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Vistos.
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA – RO ingressa com Ação Direta de Inconstitucionalidade, buscando, em pedido de liminar, a suspensão cautelar da Lei Municipal n. 820, de 11 de novembro de 2011, que definiu critérios para nomeação e exercício dos cargos de secretários do referido município, inclusive dos cargos de direção dos poderes Legislativo e Executivo.
O requerente aponta a ocorrência da inconstitucionalidade formal da referida norma, sob o fundamento de vício de iniciativa, porquanto a lei foi de iniciativa da Câmara Municipal (fl. 15), conquanto devesse ser, reservadamente, do Prefeito. Nesse ponto, conforme aduz contrariedade ao art. 116 da Constituição Estadual de Rondônia, que dispõe da possibilidade elaborar o estatuto de seus servidores, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal, nesta Constituição, em leis federais e estaduais pertinentes e na sua Lei Orgânica.
Narra ainda que, quando o projeto de lei foi submetido à sua apreciação, vetou-o totalmente porque a matéria não era afeta a Câmara dos Vereadores, uma vez que restringia a autonomia do Poder Executivo Municipal.
Aduz haver o fumus boni iuris em face do vício de iniciativa, e o periculum in mora pelo fato de inviabilizar a Administração Municipal.
Sob esses argumentos, requer a concessão da tutela de urgência.
Juntou documentos.
Nos termos do art. 555 do Regimento Interno desta Corte, os autos vieram-me conclusos para apreciação de pedido de medida cautelar.
É o relatório.
Devo consignar que o requerente fez certa confusão acerca dos dispositivos da Constituição Estadual. Sem prejuízo, conforme precedente da Suprema Corte (in: ADI 2682/AP, relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 19.6.2009), tenho que, na verdade, há contrariedade ao art. 133 da Constituição Estadual, que faz remissão à Constituição Federal (art. 30), em capítulo destinado à competência legislativa dos municípios.
Pois bem.
Em que pese à impossibilidade de análise do mérito da controvérsia, em mero juízo de prelibação, necessária faz-se a aferição do fumus boni iuris e do periculum in mora.
Relativamente à fumaça do bom direito, tem-se verossímil a alegação que se faz, porque, em tese, a Lei Municipal n. 820/2011 padece de vício de iniciativa por usurpação de competência reservada ao chefe do Poder Executivo, para tratar de matéria relativa aos cargos públicos.
Com relação ao perigo da demora de uma prestação jurisdicional definitiva, devo consignar que a proibição imposta pela norma atacada comprometerá a gestão da coisa pública.
Diga-se de passagem, que esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, necessário ao deferimento desta medida, conforme se extrai do precedente que segue:
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA.
1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e).
2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal.
Medida cautelar deferida (Tribunal Pleno. ADI-MC 2646/SP, relator o Ministro Maurício Corrêa, DJ de 4.10.2002, PP-00092, EMENT VOL-02085-02, PP-00309).
Posto isso, por estarem presentes os requisitos autorizadores da medida, concedo liminar para suspender provisoriamente a eficácia da Lei Municipal n. 820, de 11 de novembro de 2011, com efeitos ex nunc, até julgamento definitivo desta ação pelo colendo Tribunal Pleno.
Ato contínuo, efetuadas as anotações, distribua-se no âmbito do Tribunal Pleno, na forma disposta no art. 556 do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se, intime-se pessoalmente.
Porto Velho, 28 de dezembro de 2011.
(a) Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Presidente

Tribunal Pleno
Despacho DA RELATORA
Mandado de Segurança nrº 0013367-25.2011.8.22.0000
Impetrante: Heloisa Fuzare Ortiz
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrado: Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relatora:Desª Zelite Andrade Carneiro
Decisão.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Heloisa Fuzare Ortiz, com pedido de liminar, contra ato comissivo praticado pelo Presidente da Agência IDARON, consistente em impedi-la de tomar posse e entrar em exercício por não ter, supostamente, apresentado a formação profissional adequada ao cargo para o qual logrou aprovação em concurso público (assistente fiscal de defesa agrosilvopastoril – especialidade: técnico em agropecuária).
A despeito disso, verifico que o Chefe do Poder Executivo Estadual não detém legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda, pois consoante dispõe o art. 6º, §3º, da Lei 12.016/9, “considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática”.

No caso, a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON) integra a administração indireta do Estado de Rondônia, pois detém a natureza jurídica de autarquia, possuindo, portanto, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de sorte que o Estado de Rondônia exerce apenas o controle (vínculo) finalístico de sua ação, inexistindo subordinação. Logo, o Governador não exerce nenhum controle hierárquico sobre a instituição.
Assim, a autoridade que deve figurar no polo passivo desta ação constitucional é apenas a responsável por aquela entidade, qual seja, o Presidente do IDARON, pois é o agente do qual emana a suposta ilegalidade e, da mesma forma, competente para a correção de eventual vício.
Ante o exposto, não conheço da presente impetração e determino a exclusão do Governador do Estado de Rondônia do polo passivo, devendo o feito ser encaminhado ao primeiro grau de jurisdição, ante a ilegitimidade passiva daquele agente político e, por conseguinte, incompetência deste Tribunal para a análise de mandado de segurança cuja autoridade coatora seja o presidente de autarquia estadual.
Encaminhem-se os autos ao cartório distribuidor cível da comarca da Capital, para as
proviências de estilo.
Providencie-se o necessário.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desª. Zelite Andrade Carneiro
Relatora

Tribunal Pleno
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013288-46.2011.8.22.0000
Impetrante: Loja Virtual Lua Luana Ltda.
Advogado: Adriano Brito Feitosa(OAB/RO 4951)
Advogada: Tania Cristina Piva(OAB/SP 228488)
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondonia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Miguel Monico Neto
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado por Loja Virtual Lua Luana Ltda, contra pretenso ato ilegal e abusivo do Governador do Estado de Rondônia, que, por meio do Decreto n. 15.846/11 anuiu ao Protocolo nº 21, que determina o recolhimento de parcela do ICMS obtida pela aplicação da alíquota interna do Estado destinatário.
Assevera a impetrante que a exigência do recolhimento do imposto obsta o regular andamento das atividades desenvolvidas, pois onera sobremodo as suas operações.
Requer seja concedida liminar para que o pagamento do imposto sobre as operações com destinatário seja suspenso e, no mérito, seja concedia a segurança para determinar a inaplicabilidade do Protocolo 21/11á impetrante.
Examinados, decido.
Considerando que o objeto da liminar já foi deferido em 16/05/2011, na ADIn n. 0004802-72.2011.8.22.0000, que tem efeito erga omnes, notifique-se a autoridade apontada como coatora para apresentar as informações no prazo legal.
Ciência ao Estado de Rondônia, nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016/09.
À Procuradoria de Justiça para, querendo, emitir parecer.
Publique-se.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Relator p/liminar.

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013369-92.2011.8.22.0000
Impetrante: Renata Leiras Teixeira
Advogada: Marilda Shirley de Souza Leiras Teixeira Chaves(OAB/RO 1080)
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Advogado: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos.
Trata-se de Mandado de Segurança interposto por Renata Leiras Teixeira em face da suposta omissão do Governador do Estado de Rondônia na apreciação de seu pedido administrativo para concessão de licença para frequentar curso de doutorado, fora do país, às expensas da autarquia da qual é servidora estável desde 11/01/2008.
A impetrante informa que está matriculada no curso de Doutorado em Direito Humanos, Desenvolvimento e Interculturalidade, oferecido pela Universidad Pablo Olavide em Sevilha, Espanha, com início em janeiro de 2012 e término em novembro do mesmo ano.
Ocorre que, conforme narra na inicial, a impetrante exerce cargo de procuradora jurídica do DETRAN/RO, e que o curso de doutorado é de fundamental importância para sua carreira funcional.
Alega que ingressou com pedido administrativo requerendo licença para aperfeiçoamento profissional prevista nos artigos 116, VIII, 132 e 133 da Lei Complementar Estadual 68/92, sem obter resposta, pois não há deferimento ou indeferimento do Governador do estado acerca do seu pedido.
Requer a concessão de liminar autorizando a licença para frequentar curso de doutorado fora do país.
Examinados, decido.
Inicialmente, observo que, muito embora a impetrante alegue que a autoridade apontada como coatora tenha sido omisso no seu requerimo, tal não ocorreu, porquanto à fl. 68 consta a sua manifestação adotando o parecer da Procuradoria Geral do Estado.
Portanto, não há que se falar em omissão da autoridade impetrada, uma vez que esta acolheu o parecer da PGE, usando, assim, a fundamentação deste parecer.
Ademais, os argumentos trazidos na inicial não permitem vislumbrar ilegalidade que justifique a intervenção in limine no ato praticado pelo administrador, tendo em vista que a concessão de licença aos servidores é mérito da administração.
Sabe-se que o mérito do ato administrativo é um juízo de conveniência e oportunidade que o administrador público faz quando tem diante de si o instituto da discricionariedade, não cabendo ao Poder Judiciário o controle do mérito.
Tanto é assim, que os dispositivos legais que tratam das licenças, sejam elas de quaisquer natureza, trazem a ressalva de que a concessão somente ocorrerá quando o curso a que se pretende frequentar for compatível com a formação e as funções exercidas pelo servidor e de interesse do Governo do Estado.
Assim, por ora, indefiro o pedido de liminar.
Solicite-se as informações à autoridade coatora no prazo de 10 (dez) dias.
Dê-se ciência à Procuradoria-Geral do Estado, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei n. 12.016/2009.
Após, dê-se vista à Procuradoria Geral de Justiça para emissão de parecer.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 29 de dezembro de 2011.
Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Relator para liminar

Tribunal Pleno
Mandado de Segurança nrº 0013338-72.2011.8.22.0000
Impetrante: Kellen Barbosa da Costa
Advogada: Carolina Álvares Bragança(OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa(OAB/RO 4599)
Impetrante: Carolina Álvares Bragança
Advogada: Carolina Álvares Bragança(OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa(OAB/RO 4599)
Impetrante: Suara Lúcia Otto Barboza de Oliveira
Advogada: Carolina Álvares Bragança(OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa(OAB/RO 4599)
Impetrante: Luiziana Teles Feitosa Anacleto
Advogada: Carolina Álvares Bragança(OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa(OAB/RO 4599)
Impetrante: Oreste Dallocchio Neto
Advogada: Carolina Álvares Bragança(OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa(OAB/RO 4599)
Impetrante: Cecília Cunha de Lima Vieira Rosa
Advogada: Carolina Álvares Bragança(OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa(OAB/RO 4599)
Impetrante: Lorena Alves Pereira
Advogada: Carolina Álvares Bragança(OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa(OAB/RO 4599)
Impetrado: Presidente da Comissão do XIX Concurso Público para Ingresso no Cargo de Juiz Substituto da Carreira da Magistratura do Estado de Rondônia
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
DESPACHO
Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar impetrado por Kellen Barbosa da Costa, Carolina Álvares Bragança, Suara Lúcia Otto Barbosa da Costa, Luiziana Teles Feitosa Anacleto, Oreste Dallocchio Neto, Cecília Cunha de Lima Vieira Rosa e Lorena Alves Pereira, apontando como autoridade coatora o Presidente da Comissão do XIX Concurso Público para ingresso no cargo de juiz substituto da carreira da Magistratura do Estado de Rondônia, Desembargador Péricles Moreira Chagas.
Os impetrantes alegam que foram classificados para a fase de sentença do referido certame, não obtendo, todavia, classificação para as fases seguintes (entrevistas, investigação social, psicotécnico, exames de sanidade física e mental, oral e curso de formação), em razão do que denominaram de "correção das provas sem critérios objetivos", tendo a banca examinadora utilizado de "critérios sigilosos, imotivados e incompreensíveis".
Aduzem que o espelho da sentença criminal atribuiu pontuação a "certos quesitos como preliminares e méritos", todavia, a correção das provas contam apenas com valor de nota genérico, sem declinar a somatória utilizada para alcançar a soma total, não havendo, em seus entendimentos, correlação entre os pontos do espelho e a redação da sentença de cada candidato, não permitindo ou dificultando o exercício do direito ao recurso administrativo, pois não têm parâmetros para questionarem a correção, na medida em que não sabem onde perderam pontos.
Além disso, questionam que o espelho da sentença criminal apontou uma nota genérica para quesitos como preliminares e mérito, sem destacar quanto vale cada preliminar e cada matéria de mérito a ser abordada pelo candidato.
Questionam, ainda, outros critérios de avaliação da prova de sentença criminal.
Quanto a sentença cível, o impetrantes argumentam que não há atribuição de pontos aos itens do espelho fornecido, bem como asseveram que os itens são insuficientes para a aferição da correção de todos os tópicos de uma sentença cível.
Prosseguem dizendo que houve quebra da isonomia na correção das provas, pois vários candidatos preencheram os requisitos apresentados pela comissão do concurso, sendo que a uns foram atribuídas notas para aprovação e para outros uma nota ínfima. Reforçam a ausência de pontuação nos itens da prova da sentença cível, impossibilitando o manejo do recurso administrativo.
Afirmam, ainda, que não tiveram franqueado o acesso às provas, devido a exigência de protocolo de vista e retirada das provas pessoalmente ou por procurador, não havendo acesso de forma online devido a falta de funcionários suficientes para o trabalho de escanear e enviar as provas por e-mails.
Justificam o pedido de liminar para que seja determinada a suspensão do certame até a decisão do mérito, no qual pleiteiam a anulação da correção das provas de sentenças cível e criminal, feitura de novos espelhos adequados, nova correção embasada nesses critérios, e posterior prazo para recursos, ou, alternativamente, a anulação da fase da 2ª prova (elaboração de sentença), por quebra de sigilo.
Fixaram alçada de R$ 500,00, ao passo que pediram a concessão da justiça gratuita na forma da lei.
Juntaram documentos de fls. 25/114.
Relatado.
Inicialmente, constato que dos sete impetrantes ao menos três são advogados militantes (kellen Barbosa Costa, Carolina Alvares Bragança e Orestes Dallocchio Neto – fls. 18 e 23). Os demais não declararam profissão (fls. 02; 20, 21, 22 e 24).
Diante de tal quadro, entendo que a presunção de não possuírem condições de arcarem com as custas do processo sem prejuízo próprio ou de suas famílias, insculpida no §1º do art. 4º da lei n. 1060/50, que autoriza a concessão da gratuidade da justiça, não pode vingar na espécie, porquanto a condição de advogados militantes (pelo menos três impetrantes) sugere que possam eles, em comunhão de esforços financeiros, arcar com as despesas processuais, mormente por terem atribuído à causa o diminuto valor de R$ 500,00 (fls. 17), o que corresponde ao pagamento de R$ 7,50 de custas processuais.
Ou seja, o sacrifício financeiro dos impetrantes, de forma rateada, importaria em pouco mais de R$ 1,00 (um real), não sendo crível que tal quantia comprometa, de qualquer forma, o sustento próprio ou da família de cada impetrante.
Esta corte e o STJ têm entendimento firmando no sentido de que a presunção de não possuir condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família é relativa (juris tantum), podendo ser fundamentadamente elidida por elementos colhidos do contexto dos autos a revelarem a possibilidade de suportar as despesas processuais, v.g.:
EMENTA:
Agravo de instrumento. Gratuidade de justiça. Declaração de pobreza. Presunção relativa. Contexto dos autos.
A declaração de pobreza com o fito de obter os benefícios da gratuidade de justiça goza de presunção relativa, podendo ser elidida pelo contexto dos autos, quando estes revelam que o declarante possui condições de arcar com as despesas do processo. (TJ/RO 0003606-38.2009.8.22.0000 Agravo de Instrumento, Rel. Juiz Glodner Luiz Pauletto, j. 13.01.2010).
EMENTA:
Gratuidade judiciária. Declaração. Presunção relativa de veracidade. Elementos dos autos. Indeferimento.
Para a concessão da gratuidade da justiça basta mera declaração do interessado acerca da hipossuficiência, contudo, tal ato

reveste-se de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser elidida pelo julgador que entenda haver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (TJ/RO 100.014.2008.009712-4 Agravo em Agravo de Instrumento, Rel. Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 18.03.2009).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART 535 DO CPC. NÃO VIOLAÇÃO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NO INÍCIO DA EXECUÇÃO. PROVISORIEDADE. PRECEDENTES. JUROS DE MORA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA QUE NÃO OBEDECE AO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. RESP 1.112.524/DF. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM QUE PODE SER ELIDIDA PELO JUÍZO NO CASO CONCRETO. PRECEDENTES. VERIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE LEVARAM O TRIBUNAL A INDEFERIR A AJG IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Os temas a respeito dos quais o recorrente alega que teria ocorrido omissão constam até da ementa do acórdão recorrido, bem como de sua fundamentação.

2. Os honorários fixados no início da execução embargada são provisórios, pois só se conhecerá a sucumbência final quando do julgamento dos embargos, no entanto, por serem ações autônomas, nesse julgamento devem ser fixados honorários para a Ação de Execução e para a Ação de Embargos, observando sempre o limite máximo de 20% do § 3º do art. 20 do CPC na soma das duas verbas.

3. Esta corte tem entendimento pacífico, inclusive com julgamento de processo submetido ao regime dos recursos repetitivos do art. 543-C do CPC, pela sua Corte Especial, de que as matérias de ordem pública não estão sujeitas ao princípio da congruência e, exemplificando as matérias de ordem pública, relacionam também os juros de mora.

4. A declaração de pobreza para fins de gratuidade de justiça goza de presunção iuris tantum de veracidade, podendo ser elidida por prova em contrário.

5. O indeferimento do pedido de Assistência Judiciária Gratuita pelo Tribunal a quo, baseado na análise de documentos dos autos, torna insindicável a decisão nesta instância, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido. (STJ AgRg no REsp 1239620 / RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, T2, j. 28.02.2011, DJ-e 01.09.2011).

Ante ao exposto, indefiro o pedido de gratuidade da justiça, requerida às fls. 17, devendo os impetrantes serem intimados para recolherem as custas processuais, no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.

De outro lado, é sabido que o mandado de segurança, como ação constitucional que o é, deve vir instruído com a prova pré-constituída do quanto alegado, não se admitindo nesta via estreita maiores incursões fáticas.

Com efeito, os impetrantes se insurgem contra alegadas violações das regras do concurso. Entrementes, não instruíram o writ com o edital do certame, documento este de seu particular interesse e de franco acesso, o que me dificulta o conhecimento das regras, inclusive de aferir a legitimidade passiva da autoridade apontada como coatora, eis que o planejamento, coordenação, desenvolviento e realização das provas para o concurso em questão foram realizados mediante contratação de entidade particular (fls. 36).

Entretanto, a considerar a natureza do conflito, a pluralidade de impetrantes (alguns inclusive de outros Estados da Federação), e ainda, atenta ao princípio da razoabilidade, faculto aos impetrantes, no mesmo prazo acima concedido, a juntada do Edital de abertura do concurso, bem como de suas eventuais retificações.

Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Intime-se.

Porto Velho - RO, 29 de dezembro de 2011.

Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno

Relatora

1ª CÂMARA CÍVEL

1ª Câmara Cível

Despacho DO RELATOR

Agravo de Instrumento nrº 0013051-12.2011.8.22.0000

Agravante: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI

Advogado: Luiz Ricardo Castro Guerra(OAB/PE 17598)

Advogado: João André Sales Rodrigues(OAB/PE 19186)

Advogado: Gilson Moraes Junior(OAB/PE 28600)

Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro(OAB/DF 20015)

Advogado: Claudinei Alves Ferreira(OAB/PR 41242)

Advogada: Érika Camargo Gerhardt(OAB/RO 1911)

Agravado: Eduardo Fernandes Hydalgo

Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante(OAB/RO 1510)

Relator:Des. Moreira Chagas

DECISÃO

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – agrava contra decisão que julgou improcedente a impugnação ao valor da execução da sentença movida por Diego Cardoso Ferreira.

Na sentença exequenda, julgou-se procedente a ação ordinária movida pelo agravado contra o agravante, determinando-se o ressarcimento das diferenças decorrentes da aplicação incorreta dos percentuais de atualização monetária dos planos econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II (expurgos inflacionários) à previdência privada que o agravado possuía junto à agravante.

Na decisão agravada, o MM. Juiz determinou o desentranhamento da impugnação apresentada pelo agravante, pois manifestamente incabível. Concluiu ainda pela desnecessidade de aplicação da multa prevista no artigo 475-J e do arbitramento de honorários na fase de cumprimento de sentença, visto que o depósito do valor da condenação teria se dado de forma espontânea e dentro do prazo legal. Por fim, determinou ao agravante que recolhesse a diferença da correção monetária do valor da condenação (R$ 192.354,31) e o valor referente às custas judiciais (R$ 31.900 – f. 27).

Em suas razões, a agravante afirma que houve ofensa ao seu direito à ampla defesa, pois o magistrado não motivou devidamente a decisão que determinou o desentranhamento da impugnação ao valor da execução, apenas dando-a por manifestamente incabível.

Tece considerações acerca dos cálculos que entende serem corretos, concluindo, ao final, que o valor da condenação deveria ser de R$ 147.742,52, enquanto está sendo executado

na quantia de R$ 2.121.284,40, conforme cálculos apresentados pelo agravado.
Pugna pela atribuição do efeito suspensivo ao recurso e, ao final, seja julgado procedente, anulando-se a decisão que determinou o desentranhamento da impugnação e determinando-se sua devida análise pelo magistrado de primeiro grau (fls. 2-19).
É a síntese. Decido.
O princípio da obrigatoriedade de motivação das decisões judiciais encontra-se expresso nos artigos 93, IX, da Constituição Federal e 165 do Código de Processo Civil, que preceituam:
Art. 93. […]
IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;
Art. 165. As sentenças e acórdãos serão proferidos com observância do disposto no art. 458; as demais decisões serão fundamentadas, ainda que de modo conciso.
No caso, ao determinar o desentranhamento da impugnação oposta pelo agravante, o magistrado apenas afirmou que esta era "manifestamente incabível", sem, contudo, declinar os motivos dessa inaceitabilidade manifesta.
Mesmo que a impugnação aparente ser improcedente, até mesmo pela diferença gritante entre o valor que aponta ser devido (R$ 147.742,52) e aquele pelo qual vem sendo executada (R$ 2.121.284,40), é preciso que a decisão exponha, mesmo que de modo conciso, as razões da improcedência, o que não ocorreu no caso em análise.
A jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à nulidade das decisões que não possuam a devida fundamentação, conforme pode se verificar nos seguintes julgados:
PROCESSUAL CIVIL – VIOLAÇÃO DO ARTIGO 332 DO CPC, DO ARTIGO 50 DA LEI N. 9.784/99 E DOS ARTS. 10, INCISO IX, E 24 DA LEI N. 4.595/64 – PREQUESTIONAMENTO NÃO CONFIGURADO – VIOLAÇÃO DO ART. 453 DO CPC – INEXISTÊNCIA – SÚMULA 83/STJ – VIOLAÇÃO DO TRATADO DE BASILEIA – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – SÚMULA 284/STF – POTENCIALIDADE DE PREJUÍZO – FISCALIZAÇÃO POR TRIBUNAL DE CONTAS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESTATAL – POSSIBILIDADE – DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM, EM TODOS OS FUNDAMENTOS, DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE – SÚMULA 83/STJ – INTENÇÃO GERAL DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA – INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.
[...]
2. Não é nula a sentença fundamentada sucintamente, de maneira deficiente (ou seja, sem o exame aprofundado das alegações suscitadas pelas partes) ou mal fundamentada, mas, sim, sem fundamentação, aquela que carece de motivação. Inteligência dos arts. 165 e 458, inciso II, do CPC. Precedentes do STJ: REsp 55.351/RJ, REsp 19.661/SP, REsp 7.870/SP, RESP 10.670/MG, REsp 2.227/GO E RESP 5.272/MA. Inexistência de violação do art. 453 do CPC. Súmula 83/STJ.
[...]
(AgRg no REsp 1119799/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/10/2009, DJe 29/10/2009)

PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. TERCEIRO PREJUDICADO.
CABIMENTO. SÚMULA 202/STJ. PROCESSO EXTINTO SEM O JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 515, § 3º, DO CPC. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. LIMINAR.
DEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO.
- De acordo com a Súmula nº 202 do STJ, "a impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso".
- Aplica-se, por analogia, o art. 515, § 3º, do CPC, ao recurso ordinário em mandado de segurança, viabilizando, por conseguinte, a apreciação do mérito do writ, desde que este não tenha sido instruído com complexo conjunto de provas, a exigir detalhado exame.
- Não obstante o art. 165 do CPC admita a motivação sucinta, tal concisão não se confunde com a ausência de fundamentação, inviabilizadora do amplo exercício do direito de defesa.
- É nula a decisão concessiva de liminar que se limita a dizer estarem presentes os requisitos autorizadores da concessão, sem, no entanto, discorrer em que consiste o fumus boni iuris e qual o periculum in mora.
Recurso provido.
PROCESSUAL CIVIL - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INDEFERIDA NA ORIGEM - DECISÃO JUDICIAL DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA - CPC, ARTS. 165 E 458 - VIOLAÇÃO OCORRIDA - ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO.
1. A fundamentação das decisões judiciais constitui garantia do cidadão no Estado Democrático de Direito, tendo por objetivo, dentre outros, o exercício da ampla defesa e o seu controle por parte das instâncias superiores, consoante a abalizada lição de José Carlos Barbosa Moreira, citado por Lúcia Valle Figueiredo (in "Princípios Constitucionais do Processo", Revista Trimestral de Direito Público nº 01/1993, p. 118).
2. Não atende o princípio da motivação das decisões judiciais a menção de que "não estão presentes os requisitos legais para o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela", desacompanhada das razões de fato analisadas pelo julgador, por impossibilitar a revisão da questão pelas instâncias superiores, a teor das Súmulas 07/STJ e 279/STF.
3. Recurso especial provido para anular o acórdão recorrido e determinar que o Tribunal esclareça quais as circunstâncias fáticas da causa que desautorizam o deferimento da antecipação de tutela pleiteada pelo recorrente.
(REsp 856.598/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2008, DJe 17/12/2008)
Por todo o exposto, considerando-se que a decisão agravada encontra-se em confronto com a jurisprudência pacificada na Corte Superior, dou provimento ao agravo, o que faço monocraticamente, nos termos do artigo 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, determinando a anulação da decisão agravada, para que seja devidamente analisada a impugnação oposta pela agravante.
Intimem-se.
Oficie-se.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargador Moreira Chagas
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013083-17.2011.8.22.0000
Agravante: R. F. da S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Agravante: Â. M. de L.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Moreira Chagas
Decisão
R. F. da S. e A. M. de L. agravam por instrumento contra decisão que, nos autos da ação de divórcio consensual, determinou a emenda da inicial, nos seguintes termos:
Vistos,
Emendem os autores a inicial e reconheçam a firma das assinaturas de fls. 5, adequando-as aos termos do §2º do art. 1.120 do CPC ou compareçam em cartório para assinatura em termo do processo. No prazo de dez dias, sob pena de indeferimento.
[...]
Em suas razões, os agravantes sustentam a dispensabilidade do reconhecimento de firma de suas assinaturas, sob argumento de que o advogado/defensor tem a possibilidade de declarar autênticas as peças que forem juntadas aos autos, de modo que, por entendimento análogo, também pode declarar autênticas as assinaturas das partes.
Acrescentam ainda que sua situação financeira não lhes permite arcar com as custas do processo, honorários de advogado e custos extrajudiciais, tanto que têm se valido da Defensoria Pública para buscar seus direitos.
Pugnam pela concessão do efeito suspensivo e, ao final, seja julgado procedente o agravo, determinando-se o regular processamento da ação, independentemente de emenda.
Relatados, decido.
O processo judicial para formalizar a separação consensual é bastante simples e não envolve complexidades. A inicial, por exemplo, sequer deve conter explicações ou justificações.
A situação em análise mais se assemelha ao preenchimento de um simples formulário, onde as partes pontuam o seu entendimento sobre alimentos, guarda dos filhos, direito de visita aos mesmos e forma de partilha dos bens, além, é claro, de declinarem seus dados pessoais.
Em tal aspecto e por respeito a princípios como o da instrumentalidade das formas, razoabilidade, celeridade e acesso ao judiciário, o processo deve seguir sua marcha atenta ao regramento legal, mas, também, de forma descomplicada e focada na efetiva prestação jurisdicional.
O artigo 34 da LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977, orienta o procedimento. Vejamos:
Art. 34 - A separação judicial consensual se fará pelo procedimento previsto nos arts. 1.120 a 1.124 do Código de Processo Civil, e as demais pelo procedimento ordinário.
O artigo 1.120 do CPC preceitua que a petição inicial será assinada por todos os requerentes, sendo que, quando estas não forem lançadas na presença do juiz, deverão ser reconhecidas por tabelião.
O reconhecimento das assinaturas, embora conste da literalidade da lei, pode, no caso concreto, ser dispensado – situação existente no presente recurso, onde as partes já não possuem condições financeiras para sequer contratar o próprio advogado.
As partes estarão futuramente diante do juiz, quando da realização da audiência, quando então o magistrado poderá aferir, pessoalmente, a identificação das partes e a veracidade de suas assinaturas, conforme preceitua a lei.
O magistrado, ao analisar as circunstâncias controvertidas durante o trâmite processual, deve levar em consideração os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, cuja aplicação, no caso presente, comporta a verificação de autenticidade das assinaturas em momento posterior, podendo o reconhecimento de firma na petição inicial ser dispensado.
Esta egrégia Corte, ao julgar caso semelhante, recentemente, manifestou seu posicionamento da seguinte forma:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIVÓRCIO. CONSENSUAL. RECONHECIMENTO DE ASSINATURA DAS PARTES. DISPENSÁVEL. JUSTIFICAÇÃO.
O reconhecimento das assinaturas em ações de divórcio consensual pode, na particularidade de cada caso e desde que justificável, ser dispensado, porquanto os cônjuges estarão, pessoalmente, diante do juiz e ele poderá aferir, neste momento, a ideal identificação das partes. Ouvindo-os, constatará o julgador a autenticidade das declarações e se as mesmas espelham a real intenção do casal em separação.
(TJ/RO, Agravo de Instrumento n. 0003750-41.2011.8.22.0000, Rel. Desembargador Moreira Chagas, j. Em 21.6.2011)
Ante o exposto, considerando que a decisão agravada está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante neste egrégio Tribunal, dou provimento recurso, o que faço monocraticamente, nos termos do artigo 557, §1ºA, do Código de Processo Civil, c/c o art. 139, IV, do RITJ/RO, determinando o prosseguimento do feito, independentemente do reconhecimento de firma das assinaturas apostas na petição inicial.
Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargador Moreira Chagas
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013340-42.2011.8.22.0000
Agravante: Silvio Amaro de Assis
Advogada: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues(OAB/RO 3798)
Agravante: Maria da Penha Silva
Advogada: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues(OAB/RO 3798)
Agravada: Erenilda Rosa Ramos da Rocha
Advogado: Rodrigo Luciano Alves Nestor(OAB/RO 1644)
Relator:Des. Moreira Chagas
Decisão
Silvio Amaro de Assis e Maria da Penha Silva agravam contra decisão que, em audiência de justificação prévia, deferiu liminarmente a reintegração da posse da agravada numa área localizada no Projeto de Assentamento Flor do Amazonas II, em Candeias do Jamari.
Na referida decisão, a MM. Juíza salientou que o fato de os agravantes estarem buscando administrativamente regularizar sua situação não impede a análise judicial do pedido de reintegração.
Desse modo, considerando que os agravantes teriam confessado a invasão da área, por não terem para onde ir à época, deferiu a liminar, determinando a desocupação do imóvel no prazo máximo de 15 dias (f. 8).
Em suas razões, os recorrentes apontam que a área em comento encontra-se em processo de retomada pelo INCRA, pois a agravada lá nunca teria residido e nem a tornado produtiva, maculando os termos do Contrato de Concessão de

Uso firmando com aquele instituto.
Afirmam que no tempo em que lá residem tornaram a área produtiva, nela plantando e criando animais, juntando fotos para provar tais alegações. Ressaltam que a ocupação de boa fé da área perdura há mais de ano e dia, descabendo a concessão da liminar para sua desocupação.
Pugnam pela concessão do efeito suspensivo, para que fique obstada a desocupação liminar da área (fls. 2-7).
É a síntese. Decido.
Apesar de a magistrada de primeira instância ter apontado que os agravantes teriam confessado a invasão da área, toda a matéria fática não passa de meras alegações das partes, não havendo ainda elementos aptos a determinar a data em que ocorreu a ocupação da área.
Desse modo, cumpre manter os agravantes, atuais possuidores, na área, ao menos até que se tenha elementos probatórios, sejam documentais ou testemunhais, aptos a demonstrar a data em que ocorreu a posse e se esta foi de fato irregular, evitando-se, assim, maiores prejuízos a ambas as partes.
Pelo exposto, concedo o efeito suspensivo, para determinar que fique obstada a desocupação da área até julgamento do mérito deste recurso.
Oficie-se ao juízo prolator da decisão agravada, comunicando-o quanto ao deferimento do pleito e solicitando que preste as informações que entender pertinentes.
Notifique-se a agravada para, querendo, contraminutar o recurso.
Intimem-se.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargador Moreira Chagas
Relator

2ª CÂMARA CÍVEL

2ª Câmara Cível
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013257-26.2011.8.22.0000
Agravante: José Izidoro Filho
Advogada: Marilza Serra(OAB/RO 3436)
Agravado: Imobiliária Padrão
Relator:Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por José Izidoro Filho contra decisão proferida nos autos da ação movida em desfavor de Imobiliária Padrão.
É o relatório.
Decido.
O art. 525, I, do CPC dispõe que a petição de agravo de instrumento será instruída "obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados da agravante e do agravado".
Analisando os autos, verifico ausentes peças obrigatórias descritas no dispositivo supracitado, consistentes em cópias da decisão agravada e da certidão de intimação, conforme certificado à fl. 13.
Neste sentido é o entendimento do STF:
EMENTA: Agravo Regimental em agravo de instrumento. 2. Falta de peças obrigatórias e essenciais na formação do instrumento. Art. 544, § 1º, do CPC. Impossibilidade da verificação da regularidade formal. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 654743 ED, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 30/09/2008, DJe-222 DIVULG 20-11-2008 PUBLIC 21-11-2008 EMENT VOL-02342-24 PP-04747)
EMENTA: RECURSO. Agravo de Instrumento. Inadmissibilidade. Peças obrigatórias. Falta. Agravo regimental improvido. Aplicação da Súmula n° 288. É imperioso advertir ser ônus da parte agravante promover a integral e oportuna formação do instrumento, sendo vedado posterior aditamento, que permita a cognição do recurso. (AI 718619 AgR, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Segunda Turma, julgado em 02/09/2008, DJe-182 DIVULG 25-09-2008 PUBLIC 26-09-2008 EMENT VOL-02334-14 PP-03064)
Também no mesmo sentido, o STJ se manifesta:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL.
1. É dever do agravante instruir – e conferir – a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso.
2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008).
3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ.
4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil.
5. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 1215835/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2010, DJe 08/11/2010).
No mesmo sentido as decisões desta Corte:
AGRAVO INTERNO. PROCURAÇÃO. CERTIDÃO. PEÇAS ESSENCIAIS. NÃO APRESENTAÇÃO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.
Cabe ao agravante instruir o agravo de instrumento com as peças obrigatórias e também com as necessárias à correta apreciação da controvérsia, sendo que a ausência de qualquer delas obsta o seu conhecimento.
Se nos autos principais não existe procuração em favor do advogado da parte agravada, não basta a afirmação do agravante de que falta essa peça de traslado obrigatório, sob pena de não conhecimento do agravo, sendo indispensável, portanto, a juntada de certidão dessa ausência no momento da interposição do recurso.
(Agravo, N. 00095014320108220000, Rel. Des. Miguel Monico Neto, J. 06/10/2010) – destaquei.

Assim, diante da ausência de peças obrigatórias descritas no artigo 525 do CPC, tenho que este recurso é manifestamente inadmissível, razão pela qual nego seguimento ao presente agravo de instrumento, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Procedidas às anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 26 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013286-76.2011.8.22.0000
Agravante: Christiane Nascimento de Oliveira
Advogado: José Cantídio Pinto(OAB/RO 1961)
Agravada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos.
Recebi no plantão.
Trata-se de agravo de instrumento manejado contra decisão proferida nos autos da medida cautelar inominada que Christiane Nascimento de Oliveira propôs em face de Centrais Elétricas de Rondônia.
Tal decisão foi exarada nos seguintes termos:
Não vislumbro os requisitos para a concessão da liminar. A suspensão do serviço não se deu por falta de pagamento, e sim por inadequação do padrão para a continuação do serviço, com o mínimo de segurança. Por isso, indefiro a liminar.
Cite-se
Defiro a gratuidade da justiça.
Insurgem-se a agravante afirmando que o corte de fornecimento de energia ocorreu de maneira arbitrária e ilegal, especialmente por estar com todos os pagamentos em dia. Afirma que a troca de padrão é somente para facilitar a medição da energia pela agravada.
Pede a concessão da liminar para o religamento imediato do fornecimento de energia elétrica e, no mérito, a reforma da decisão agravada.
É o relatório.
Decido.
Em juízo primário, próprio desta fase do procedimento, verifico que estão presentes os requisitos autorizadores da concessão da liminar pleiteada e estampados no inciso II do art. 527 do CPC.
No caso dos autos, a energia elétrica da residência da agravante foi cortada tendo em vista que a unidade consumidora desta encontra-se sem acesso (dentro do quintal) para se fazer a medição, tendo sido “notificada” de que instalasse o padrão a livre acesso.
Todavia, a agravante desconhece tal notificação e informa que sua rede elétrica funciona de forma segura e normal há cerca de cinco anos. Inclusive traz declaração de eletricista que afirma que o padrão de energia da agravante não oferece perigo aos moradores nem a vizinhança.
Ademais, após contato com a agravada para que esta religasse sua energia foi informado à agravante que o serviço solicitado seria executado até 12/01/2012, sem fazer qualquer ressalvas.
Nesta feita, o fornecimento de energia elétrica à troca de padrão não pode ficar condicionada ao corte imediato, pois há que se determinar as especificações técnicas para que a agravante possa de adequar ao solicitado pela agravada e não simplesmente cortar sem aviso prévio e sem conceder um prazo específico.
Ademais, há que se ressaltar que o fornecimento de energia elétrica é serviço essencial que deve ser contínuo, mormente quando o consumidor esta em dia com suas obrigações. Portanto, presente o fumus boni iuris.
Configura-se, de igual modo, o risco de prejuízo de difícil reparação, eis que a falta de energia elétrica certamente causará prejuízos à agravante e toda sua família.
Em face do exposto, defiro a liminar e determino que o fornecimento de energia na residência da agravante seja restabelecido imediatamente, sob pena de multa diária de R$1.000,00.
Sirva-se a presente decisão como mandado.
Solicitem-se as informações ao juízo a quo.
A agravada para contraminuta caso queira
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator Plantonista

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013300-60.2011.8.22.0000
Agravante: J. F. da C. M.
Advogado: Marcos Rodrigues Cassetari Júnior(OAB/RO 1880)
Agravado: F. A. C. M. Representado por sua mãe L. A. D.
Advogado: Weverton Jefferson Teixeira Heringer(OAB/RO 2514)
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho(OAB/RO 2991)
Relator:Des. Roosevelt Queiroz Costa
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida nos autos de execução de alimentos, na qual o juízo de primeiro grau expediu ordem de remessa dos autos à Contadoria Judicial para apuração do valor devido.
Insurge-se o agravante afirmando que a execução visa o pagamento de diferenças nas pensões referente aos meses de janeiro de 2010 a março de 2011. Alega ter efetuado o pagamento em valor menor nesse período em virtude de pacto realizado entre as partes.
Pede a concessão de liminar de efeito suspensivo.
Pois bem.
Trata-se de recurso de agravo interposto contra decisão proferida no curso de ação de execução de alimentos o que, por sua natureza, não permite a conversão do presente agravo em retido.
A decisão agravada tem por finalidade efetuar os cálculos para apuração do valor devido pelo executado, o que, a princípio, não importa em dano irreparável ou de difícil reparação ao ora agravante.
Por ora, fica indeferida a ordem liminar.
Determino a notificação do juiz da causa para que preste as informações que julgar pertinentes.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contraminuta ao agravo.
Após, remeta-se à Procuradoria de Justiça para emissão de parecer.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestações, tornem os autos conclusos para apreciação.
Intimem-se, publicando.
Porto Velho, 27 de dezembro de 2011
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013307-52.2011.8.22.0000
Agravante: Rosivaldo de Souza Fernandes
Advogado: Antônio Carlos Monteiro(OAB/RO 567A)
Agravada: Beatriz Basilio Mendes
Advogado: Marcos Antônio Araújo dos Santos(OAB/RO 846)
Advogado: Marcos Antônio Metchko(OAB/RO 1482)
Relator:Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Rosivaldo de Souza Fernandes nos autos da ação de reintegração de posse movida por Beatriz Basilio Mendes, insurgindo-se contra a decisão liminar que deferiu a reintegração de posse em favor da agravada após a oitiva de testemunhas na audiência de justificação prévia.
Alude que a decisão está equivocada, "juntando neste ato a prova do verdadeiro detentor da posse do imóvel em questão haja vista o agravante não ser parte legítima para figurar no pólo passivo da presente lide", bem como o ato do juízo a quo deve ser reformado "face ao grave prejuízo que a decisão, ora atacada, acarreta para terceiros", configurando cerceamento de defesa. Assim, pede atribuição de efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, seu provimento para reformar a liminar recorrida.
Relatei.
Decido.
Apreciando as sucintas razões do agravo, nos termos em que foram postas, verifica-se que o recurso não pode prosseguir.
A questão atinente à legitimidade passiva do agravante ou de terceiro em momento algum foi objeto de discussão em primeiro grau e, embora matéria de ordem pública, seu conhecimento antecipado configurado supressão de instância, o que é vedado conforme já manifestou a jurisprudência pátria:
PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. LEGITIMIDADE PASSIVA, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. PETIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVOCAÇÃO DAS QUESTÕES DE FUNDO. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO ESPECIAL. INVOCAÇÃO DAS QUESTÕES DE FUNDO. SÚMULA 282/STF. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA.
I - O agravante, após tomar conhecimento de sua inclusão no processo executivo, protocolou pedido de sua exclusão da lide, além de invocar prescrição e decadência. Diante do não conhecimento do requerimento, interpôs agravo de instrumento sustentando que a decisão agravada não estava motivada e renovando os pedidos anteriores. O Tribunal a quo desproveu o agravo, sob o fundamento de que a decisão impugnada estava suficientemente fundamentada e de que a discussão sobre legitimidade, prescrição e decadência estava preclusa.
II - De fato, não estava aberta ao recorrente, no momento da interposição do agravo de instrumento, a discussão acerca da legitimidade para a causa, decadência e prescrição do crédito exeqüendo, pois o que provocou a interposição do recurso foi o não conhecimento da peça apresentada em primeiro grau.
III - Não há falta no aresto a quo por não apreciar as questões de fundo vazadas no agravo de instrumento (legitimidade, prescrição e decadência), sob pena de supressão de instância, pois estes temas não foram examinados em primeiro grau. Ademais, não há omissão na decisão que não aprecia o mérito do recurso, se ele não satisfaz ao juízo prévio de admissibilidade.
IV - As questões referentes à pertinência de se receber a petição, ofertada em primeiro grau, como exceção de pré-executividade, prescrição, decadência e ilegitimidade para a causa não foram discutidas pelo acórdão a quo, o que atrai a incidência da súmula 282/STF.
V - Agravo regimental improvido.
(AgRg no REsp 813.041/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/06/2006, DJ 19/06/2006, p. 123) – destaquei.
AGRAVO DE INSTRUMENTO - OBRIGAÇÃO DE FAZER - ANTECIPAÇÃO TUTELA - REQUISITOS - ART. 273, CPC. A discussão pertinente à legitimidade passiva do Agravante não foi objeto da decisão recorrida, não podendo ser apreciada por este Tribunal, sob pena de supressão de instância. Para a concessão da tutela antecipatória não basta a ocorrência do fumus boni iuris e do periculum in mora, sendo necessária a existência da prova inequívoca e da verossimilhança da alegação. V.v. Apesar da matéria relativa à ilegitimidade passiva não ter sido objeto da decisão recorrida, por ser de ordem pública, deve ser analisada a qualquer tempo. (AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 1.0027.08.154307-9/002 – Tribunal de Justiça de MG - RELATORA: EXMª. SRª. DESª. EVANGELINA CASTILHO DUARTE) – destaquei.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. A alegação de ilegitimidade ativa do gaveteiro para postular a revisão do contrato de financiamento, não foi objeto de apreciação no Juízo a quo. Portanto, descabe o exame pretendido neste grau de jurisdição, sob pena de supressão de instância, ainda que se trate de matéria de ordem pública. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. LEGALIDADE. MANUTENÇÃO. Não se admite o cancelamento ou a suspensão unilateral da autorização dos descontos facultativos em folha de pagamento, por vontade unilateral do devedor, uma vez que é circunstância facilitadora para obtenção de crédito em condições de juros e prazos mais vantajosos para o mutuário, ainda que tenha havido a cessão de direitos do mutuário ao ora agravado, pois as partes tinham ciência da forma de pagamento originalmente estabelecida. Ademais, é de se reconhecer que os argumentos lançados na petição inicial, não permitem, em sede de cognição sumária, a formação de um juízo favorável à pretensão revisional do autor. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NO PONTO, PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70044047306, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ivan Balson Araújo, Julgado em 29/09/2011) – destaquei.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESTITUIÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVI E BANCO DO BRASIL. LEGITIMIDADE PASSIVA E COMPETÊNCIA.
I - Inadmissível o exame da alegação de ilegitimidade do Banco do Brasil, conquanto seja matéria de ordem pública, quando o Primeiro Grau ainda não examinou, sob pena de supressão de instância.

II - A PREVI e o Banco do Brasil compõem o pólo passivo, por isso se justifica a fixação do foro competente em Brasília, a teor do disposto no art. 94, § 4º, do CPC.
III - Agravo parcialmente conhecido e improvido. (20040020085288AGI, Relator VERA ANDRIGHI, 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do DF e Territórios, julgado em 03/02/2005, DJ 15/03/2005 p. 131) – destaquei.
Registre-se que não há no recurso sequer impugnação aos fundamentos da decisão recorrida, ou seja, sobre a presença ou não dos requisitos autorizadores da concessão da liminar em sede de reintegração de posse, limitando-se a aduzir que o decisum causa prejuízo a terceiro.
Outrossim, importante consignar que o agravante vem, por meio do presente recurso, defender, em tese, direito de terceiro, o que é vedado expressamente pela norma inserta no artigo 6º do CPC (Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei).
Deste modo, o recurso é inadmissível, motivo pelo qual, com fundamento no artigo 557, caput, do CPC, nego-lhe seguimento.
Transitado em julgado este despacho, arquive-se.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 28 de dezembro de 2011.
Des. Roosevelt Queiroz Costa
Relator em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013324-88.2011.8.22.0000
Agravante: H. B. Construções e Incorporações Ltda
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza(OAB/RO 1246)
Advogada: Meire Andréa Gomes(OAB/RO 1857)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa(OAB/RO 3511)
Agravado: Irineu Carlos Almeida
Advogado: Douglas Tadeu Chiquetti(OAB/RO 3946)
Advogado: Oswaldo Paschoal Junior(OAB/RO 3426)
Relator: Des. Alexandre Miguel
Vistos etc.
H. B. Construções e Incorporações Ltda. agrava por instrumento contra a decisão do Juízo da 2ª Vara Cível de Porto Velho (fls. 16-18) que concedeu a liminar em ação cautelar inominada determinando que "a empresa agravante se abstenha de vender o imóvel descrito na inicial, até o término da ação declaratória de nulidade de registro imobiliário, sob pena de desfazimento do negócio, devendo ainda providenciar a paralisação da obra imediatamente, certificando o oficial de justiça plantonista de forma detalhada o estado atual da mesma, fazendo inclusive registros fotográficos, desde que o autor disponibilize os meios para tanto".
Afirma a agravante primeiramente que a ação cautelar na qual foi dada a decisão que ora se agrava deve ser distribuída à 4ª Vara Cível da comarca de Porto, tendo em vista que as ações 0007877-19.2011.8.22.0001, n. 0015689-15.2011.8.22.0001, as quais possuem o mesmo objeto e as mesmas partes envolvidas na ação cautelar estão em andamento naquele juízo.
Aduz que a área da qual possui a propriedade e posse está registrada na matrícula n. 19.282 junto ao Cartório do 2º Registro de Imóveis de Porto Velho, sendo que a área que o agravado afirma ser sua refere-se à matrícula n. 13013 do Cartório do 1º Registro de Imóveis de Porto Velho.
Narra que segundo a documentação juntada na cautelar, o agravado adquiriu a área do Sr. Antônio Botelho de Barros e sua esposa Ivete Ribeiro de Barros, sendo que estes adquiriram a área através do formal de partilha n. 293/93, a qual foi vendida para a Barros Empreendimentos em 12/02/1982.
Entende que as áreas referentes às matriculas n. 19.282 junto ao Cartório do 2º Registro de Imóveis de Porto Velho e matrícula n. 13013 do Cartório do 1º Registro de Imóveis de Porto Velho não se confundem, tendo inclusive a Prefeitura, emitido parecer nos autos do processo de licenciamento das obras nesse sentido.
Por esta razão, afirma estar evidenciada que a área objeto da lide não é de propriedade do agravado.
Por fim, diz que o contrato no qual se baseia o agravado para afirmar a sua propriedade da área em questão trata-se de contrato de prestação de serviço de levantamento topográfico realizado entre supostos vendedores para embasar ação judicial que os contratantes moviam frente a Barros Empreendimentos.
Requer o provimento do recurso para que seja dado efeito suspensivo ativo à decisão agravada, tendo em vista o perigo de lesão grave e de difícil reparação decorrente da suspensão das obras e venda dos imóveis, o que poderá gerar atraso na entrega dos imóveis e outros.
No mérito, requer o provimento do recurso para que seja revogada a liminar, seja reconhecida a litispendência da ação cautelar com o processo n. 00015689-15.2011.8.22.0001, bem como a incompetência da 2ª vara Cível em razão da prevenção do juízo da 4ª Vara Cível.
Examinados, decido.
Compulsando-se os autos, verifica-se que as partes vem discutindo na Justiça por meio de várias ações ajuizadas a posse e propriedade do imóvel.
Denota-se que a decisão agravada foi proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho.
Conforme informa a agravante e em consulta ao SAP-Sistema de Acompanhamento Processual, em abril de 2011, o agravado ajuizou ação de reintegração/manutenção de posse (n. 00007877-19.2011.8.22.0001), a qual foi distribuída por dependência ao proc. 0020203-45.2010.8.22.0001 (interdito de manutenção de posse) e ainda encontra-se em trâmite na 4ª Vara Cível de Porto Velho.
Em julho de 2011 o agravado moveu ação de atentado n. 0015689-15.2011.8.22.0001, a qual também foi distribuída por dependência ao processo n. 00007877-19.2011.8.22.0001.
O agravante ao ajuizar a ação cautelar n. 0021322-07.2011.8.22.0001 solicitou que esta fosse distribuída por dependência à ação possessória n. 00007877-19.2011.8.22.0001 em trâmite na 4ª Vara Cível, o que foi feito.
Todavia, entendeu o magistrado da 4ª Vara Cível que a ação cautelar deveria ser redistribuída ao juízo da 2ª Vara Cível em razão de uma ação declaratória de nulidade em que se está discutindo a suposta existência de fraude no registro imobiliário do imóvel objeto das ações.
Conforme se observa, uma das demandas principais, qual seja, a ação de reintegração de posse, foi despachada primeiramente, em 15 de junho de 2011 (fl. 36), o que torna prevento o juízo, por força do art. 106 do CPC.
A necessidade de reunião das ações de conhecimento que tem as mesmas partes e mesmo objeto é, portanto, motivo para a reunião dessas demandas, porquanto reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou causa de pedir, art. 103, do CPC.

É importante, pois, reconhecer a conexão e determinar a reunião dos processos, que tramitam na mesma comarca, tornado-se prevento o juízo que proferiu o despacho em primeiro lugar, art. 106 do citado Diploma.
Nesse prisma, embora a ação declaratória esteja em trâmite na 2ª Vara Cível, esta somente foi despachada pelo juízo em 8 de julho de 2011, quando já despachada a ação de reintegração de posse pelo juízo da 4ª Vara Cível (fl. 36), em 15/06/2011.
Portanto, tem-se que o juízo da 4ª Vara Cível é prevento para as ações referentes ao imóvel descrito na ação cautelar e na qual se proferiu a decisão agravada, uma vez que envolve as mesmas partes e que o objeto tem a ver com a ação principal.
Assim, em atenção aos princípios da efetividade e da economia processual, diante da identidade do pedido ou da causa de pedir, os processos devem ser reunidos, para instrução e julgamento simultâneos perante o juízo prevento, o que agiliza e facilita a produção de provas, bem como evita que sejam prolatadas decisões contraditórias.
Nesse prisma, ainda que o juízo da 2ª Vara Cível tenha apreciado a liminar que ora se agrava, o que é possível, vez que trata-se de medida de urgência, tem-se que a presente ação deverá ser encaminhada ao juízo da 4ª Vara Cível para que este a reaprecie, mantendo ou não a decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível, nos termos do art. 273, § 4º, do CPC, vez que não houve exame do pedido liminar pelo juízo prevento.
Nesse sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRELIMINAR - CONEXÃO - CAUTELAR DE ARRESTO E AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO LIMINAR DE ARRESTO - CAUSA DE PEDIR REMOTA - IDENTIDADE - OBJETIVO DE EVITAR DECISÕES CONTRADITÓRIAS - REUNIÃO DOS PROCESSOS PERANTE O JUÍZO PREVENTO - LIMINAR PROFERIDA POR JUIZ RELATIVAMENTE INCOMPETENTE - VALIDADE - EFEITOS A SEREM REANALISADOS PELO JUÍZO A QUO. Nos termos do art. 103 do, CPC “reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir”. Assim, haverá a modificação de competência por conexão, quando um dos elementos objetivos da ação, qual seja, o pedido ou a causa de pedir - próxima ou remota - for comum em processos distintos.Em se tratando de medida liminar de urgência, a doutrina e a jurisprudência têm entendido que pode ser concedida por juiz relativamente incompetente que “determinará, em seguida, a remessa dos autos ao juízo competente, que, inclusive nos termos do art.807 do cpc, poderá manter, ou não, a medida liminar (RJTJESP 131/299)” (Apud Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, 43. Ed., Saraiva: São Paulo,2011, p.915). (AGRAVO DE INSTRUMENTO CÍVEL N° 1.0024.10.308799-5/001 - RELATOR: EXMO. SR. DES. EDUARDO MARINÉ DA CUNHA – j. em 30/08/2011)
Agravo de instrumento. Consórcio. Ação de busca e apreensão. Liminar deferida. Precedente ação de rescisão contratual em comarca diversa. Remessa dos autos ao juízo reconhecidamente prevento, face à conexão. Pedido de revogação da liminar não examinado na origem. Reexame atribuído ao juízo prevento. Descabimento da análise da medida, nesta seara recursal. Precedentes. Decisão monocrática.
Não conhecido. (Relatora Cláudia Maria Hardt, julgado em 07/10/2004).
Em face do exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, e ainda, arts. 106 c/c 108, 796 e 800 do CPC, dou parcial provimento monocrático ao recurso, apenas para determinar a remessa dos autos da ação cautelar n. 0021322-07.2011.8.22.0001 e dos autos n. 0000105-93.2011.8.22.0001, ambos, ao juízo da 4ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, mantendo-se a decisão agravada até reapreciação da liminar pelo juízo competente, prevento, para que não ocorra supressão de instância.
Publique-se.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 29 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator em substituição

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013325-73.2011.8.22.0000
Agravante: Vanisa Maria Pereira de Souza
Advogado: Valdinei Santos Souza Ferres(OAB/RO 3175)
Advogado: Darci José Rockenbach(OAB/RO 3054)
Agravado: Josemar Galina
Agravado: Nelson Hermes
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos etc.
Vanisa Maria Pereira de Souza agrava por instrumento contra a decisão do Juízo da 4ª Vara Cível de Cacoal (fls. 23-24) que negou a concessão da justiça gratuita à agravante, aduzindo que a pela documentação acostada à inicial, está plenamente demonstrada a capacidade econômica da parte autora de suportar as custas processuais, vez que tem profissão definida (funcionária pública).
Inconformada, aduz que para a sua concessão basta a simples declaração de pobreza da parte interessada, nos termos do art. 4º da Lei n. 1.060/50, não tendo condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento próprio e de sua família.
Aduz ainda que a não concessão do benefício impede aos humildes que tenham acesso à Justiça, ofendendo ao art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.
Requer a reforma da decisão e a consequente concessão dos benefícios da justiça gratuita.
Examinados, decido.
É sedimentado o entendimento de que a afirmação de pobreza possui presunção juris tantum, podendo o magistrado indeferir a assistência judiciária se não encontrar fundamentos que confirmem o estado de hipossuficiência do requerente.
Fato é que cabe ao magistrado avaliar, objetivamente, no caso concreto, por meio de outras provas e circunstâncias, se a parte pode ou não despender as despesas judiciais, sob pena de comprometer o apoio material necessário à subsistência familiar.
In casu, verifica-se que a agravante embora seja funcionária pública, possui renda insuficiente ao pagamento das custas que será, de acordo com o valor da causa, superior a R$ 2.000,00.
Portanto, tem-se que o valor das custas é muito superior à própria renda auferida pela agravante mensalmente, conforme se constata pelos documentos de fls. 45-47.
Sendo assim, pela análise das circunstâncias do processo e dos documentos ora juntados, verifica-se que a agravante de fato não possui condições de pagar as despesas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, o que enseja a concessão do benefício.
Nesse sentido:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE

POBREZA. SIMPLES AFIRMAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO A ILIDIR A PRESUNÇÃO.
1. Dispõe art. 4º da Lei 1.060/50 que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza, que poderá ser elidida por prova em contrário.
2. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 1060462/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/2009, DJe 05/03/2009)
Posto isso, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento monocrático ao recurso e reformo a decisão para conceder a justiça gratuita na forma da Lei nº 1.060/50 à agravante.
Comunique-se o Juízo a quo.
Publique-se.
Intime-se.
Porto Velho, 28 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator em substituição

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0005383-87.2011.8.22.0000
Impetrante: J. R. F. S. Representada por sua mãe C. dos S. F. A.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
Disponibilizado o exame de COLANGIORRESSONÂNCIA em favor da impetrante, este não pôde ser realizado dada a necessidade da sedação da paciente, menor de 3 anos de idade.
Intimado, pessoalmente, o Secretário de Estado da Saúde para complementação do valor correspondente à sedação (fls. 58), este deixou que o prazo transcorresse in albis (Certidão de fls. 59).
Dessa forma, intime-se a impetrante, para que apresente formalmente as cotações de preço da medicação necessária (com carimbo, assinatura, CNPJ, conta corrente da pessoa jurídica) para, caso necessário, seja providenciado o bloqueio dos valores diretamente da conta do Estado.
Intime-se.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg
Em substituição regimental

Despacho DO RELATOR PLANTONISTA
Mandado de Segurança nrº 0012764-49.2011.8.22.0000
Impetrante: Luis Carlos da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Luis Carlos da Silva em razão da omissão do Secretário de Estado de Saúde, com a finalidade de obter a realização de procedimento cirúrgico.
Consta dos autos, que o impetrante necessita ser submetido, em caráter de urgência, a procedimento cirúrgico de NEFROLITOTRIPSIA PERCUTÂNEA NO RIM DIREITO, devido à cálculo coliforme à direita.
Alega que o referido procedimento não é realizado no Estado de Rondônia e, diante de sua condição hipossuficiente, não possui meios para arcar com os custos da realização do procedimento fora dele. Deste modo, pleiteia o custeamento pelo Poder Público.
É o relatório.
Decido.
Impende neste momento a verificação da presença ou não dos pressupostos ensejadores das liminares, os quais, por ora, visualizo.
No caso em análise, verifico a presença do fumus boni iuris, consubstanciado na obrigação do Estado em assegurar saúde à população, no caso específico, de fornecer a um cidadão o direito de ver a cirurgia que necessita ser realizada pelo poder público.
O periculum in mora está evidenciado pela necessidade do impetrante em realizar o procedimento, sob pena de, não o fazendo, contribuir para a piora do seu estado, o que pode levá-lo a morte.
O fato de costumeiramente alegar que o procedimento não é coberto pela rede SUS de Rondônia, não isenta o Poder Público da sua promoção, ante o imperativo constitucional de fornecimento de Saúde a toda população, sendo imprescindível a concessão da liminar para dar efetividade à prestação estatal no que pertine à proteção à saúde do enfermo acobertado de grave doença com risco de morte.
Nesse sentido é a jurisprudência deste Tribunalde Justiça:
MANDADO DE SEGURANÇA. SAÚDE. CIRURGIA.
Demonstrada a ofensa a direito líquido e certo em face da omissão estatal em não disponibilizar procedimento cirúrgico necessário, é dever do Estado o custeamento, ainda que em rede particular, quando a rede pública não oferecer.
(Mandado de Segurança, N. 00000001854020098220000, Rel. Des. Eurico Montenegro, J. 11/11/2009)
Deste modo, entendo evidenciados todos os requisitos para a concessão da medida.
Ante o exposto, defiro a liminar pleiteada e determino ao Secretário Estadual de Saúde que submeta o impetrante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, à realização do procedimento cirúrgico de NEFROLITOTRIPSIA PERCUTÂNEA NO RIM DIREITO, por meio do Sistema Único de Saúde, ou, não sendo possível a realização do procedimento na rede pública no prazo estabelecido, que seja a mesma realizada em rede hospitalar privada, às expensas do Estado e independentemente de procedimento licitatório, ressalvada a necessidade de cotação de preços, a ser comprovada nos autos, de modo a adquirir a cirurgia pela unidade hospitalar de menor custo.
Fixo multa diária pessoal de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o caso de descumprimento, independentemente das sanções cíveis que possam ser impostas à autoridade impetrada.
Solicitem-se informações da autoridade apontada como impetrada, no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.

Juntadas as informações, ou certificado o decurso do prazo, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça, em atenção ao disposto no art. 12 da lei supracitada.
Expeça-se o necessário.
Após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior
Relator Plantonista

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013339-57.2011.8.22.0000
Impetrante: Terezinha da Silva Beleza Barros
Defensor Público: Dayan Saraiva de Albuquerque(OAB/RO 1278)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança impetrado Terezinha da Silva Beleza Barros contra omissão do Secretário de Estado da Saúde consistente no não fornecimento dos medicamento FORMOTEROL e BUDESONIDA.
A impetrante alega ser portadora de doença obstrutiva crônica e asma, razão pela qual necessita fazer uso contínuo dos medicamentos FORMOTEROL e BUDESONIDA, requeridos ao Estado há mais de seis meses e ainda não entregues.
Requer, liminarmente, seja determinado à autoridade coatora que entregue os remédios referidos, conforme laudo médico juntado aos autos e, ao final, seja a decisão confirmada e a segurança concedida.
Examinados, decido.
A Constituição Federal de 1988, com precisão, erige a saúde como um direito de todos e dever do Estado.
Daí, a seguinte conclusão: é obrigação do Estado assegurar às pessoas desprovidas de recursos financeiros o acesso à medicação necessária para a cura de suas mazelas, em especial, as mais graves.
Os documentos juntados nas fls. 10-11 comprovam a alegada urgência, necessidade e indispensabilidade do tratamento da paciente.
O direito à saúde é direito individual de eficácia plena e não admite interpretação contrária ou rearranjo de sua extensão.
Nesse sentido, vale destacar que:
A vida e a saúde são os bens jurídicos mais essenciais da existência humana. O direito à integridade física e o direito à integridade psíquica são prolongamentos naturais e indissociáveis da pessoa.
O direito à integridade da pessoa humana é um direito absoluto. Todos têm o dever de respeitar a integridade anatômica do indivíduo e a sua saúde, não podendo atentar contra estes bem jurídicos, de modo algum.
O dever de respeitar e de promover o direito à saúde é cometido a todos: às pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, ao poder político ou poder econômico privado.
Tanto no âmbito do direito privado quanto na órbita da ordem econômica, o direito à saúde assume o caráter de verdadeiro direito subjetivo, o direito sob o ponto de vista ético, e a partir da noção de debitum. Nesta perspectiva, o direito subjetivo é o que me é devido, o devido a mim, devido a mim como meu. (Geraldo de Faria Martins da Costa. Revista de Direito do Consumidor, n. 21, jan./mar, 1997, pp.132-141).
A Constituição Federal de 1988 no seu art. 196:
A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem á redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
As distorções na estrutura organizacional estatal e a impossibilidade da efetivação de um planejamento global, não são e não têm pertinência para confrontar os direitos e garantias individuais do cidadão.
Não há e nem pode haver qualquer círculo de imunidade do Estado quanto à efetivação de direitos fundamentais, sob pena de ratificarmos as iniquidades, arbitrariedades e injustiças praticadas contra o cidadão dia a dia pelo Estado brasileiro.
Ante o exposto, defiro a liminar pleiteada e determino ao Secretário Estadual de Saúde que providencie à impetrante, no prazo máximo de 3 (três) dias, independentemente de prévia licitação, o fornecimento dos medicamentos FORMOTEROL e BUDESONIDA, conforme documentos de fls. 10-11 e até que se analise o mérito do presente writ em decisão definitiva.
Ressalto que o impetrado não está adstrito à qualquer marca de medicamento. Exige-se, apenas que providencie remédio com o mesmo princípio ativo daquele solicitado, independente do laboratório que o forneça.
Fixo multa diária pessoal de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o caso de descumprimento, independentemente das sanções que possam ser impostas à autoridade impetrada.
Solicitem-se informações da autoridade apontada como impetrada, no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Juntadas as informações, ou certificado o decurso do prazo, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça, em atenção ao disposto no art. 12 da lei supracitada.
Expeça-se o necessário.
Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013341-27.2011.8.22.0000
Impetrante: A. P. A. A. Representada por seu pai P. da S. A.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrante: P. A. A. Representada por seu pai P. da S. A.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos, etc.:
A. P. A. A. e P. A. A. representadas por seu genitor P. da S. A. impetram mandado de segurança, com pedido de liminar contra omissão do Secretário de Estado da Saúde consistente no não fornecimento de medicamento para o tratamento.

As impetrantes foram diagnosticadas, desde o nascimento, como portadoras de Asma Persistente Moderada (CID 10, J45,0), necessitando para profilaxia do medicamento BUDESONIDA 400mg (fls. 14/17).
Alegaram que, dada a sua condição de hipossuficiência financeira, não possuem condições de arcar com o tratamento.
Relatei. Decido.
Decorre de ordem constitucional a responsabilidade do Estado em garantir a saúde do cidadão, proporcionando-lhe os meios na rede pública, ou, se esta não estiver apta a provê-los, nos estabelecimentos privados.
O impetrante comprovou a justa causa porque reclama a assistência, constituída no estado de necessidade que justifica a excepcionalidade da decisão, e na possibilidade de agravamento negativo da doença, sem o tratamento adequado.
Ante o exposto, defiro a liminar pleiteada e determino ao Secretário Estadual de Saúde que providencie sà impetrantes, no prazo máximo de 3 (três) dias, independentemente de prévia licitação, o fornecimento do medicamento BUDESONIDA 400mg, conforme receituário de fl. 14-17 e até que se analise o mérito do presente writ em decisão definitiva.
Ressalto que o impetrado não está adstrito à qualquer marca de medicamento. Exige-se, apenas que providencie remédio com o mesmo princípio ativo daquele solicitado, independente do laboratório que o forneça.
Fixo multa diária pessoal de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o caso de descumprimento, independentemente das sanções que possam ser impostas à autoridade impetrada.
Solicitem-se informações da autoridade apontada como impetrada, no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Juntadas as informações, ou certificado o decurso do prazo, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça, em atenção ao disposto no art. 12 da lei supracitada.
Expeça-se o necessário.
Após, retornem os autos conclusos.
Sirva-se a presente decisão de mandado.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 28 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg
Relator em Substituição regimental

1ª CÂMARA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0013021-74.2011.8.22.0000
Paciente: Andreia de Vito
Impetrante(Advogado): Silvio Fernando de Carvalho Brasil(OAB/MG 89650)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim - RO
Relatora para a liminar:Desª Zelite Andrade Carneiro
Vistos.
O impetrante Dr. Silvio Fernando de Carvalho Brasil, impetra habeas corpus com pedido de liminar, em favor de Andreia de Vito, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara Criminal de Jaru/RO, que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva.
Alega que o paciente foi preso no dia 12/11/2011 em flagrante, pela prática de crime previsto no art. 33, caput, da lei 11.343/06, aduzindo quanto ao que segue:
a) Os pressupostos da preventiva convergem para existência da materialidade do crime no caso, entretanto não resta demonstrado que há indícios suficientes da participação do requerente na ação delitiva.
b) A decretação da constrição da custódia cautelar do paciente deve ter em seu fundamento necessário o fator de risco a justificar a efetividade da medida, o que no caso não aconteceu.
c) A gravidade do delito não pode ser utilizado como única causa suficiente para a estabelecer a prisão preventiva.
Requer a expedição, in limine, do alvará de soltura.
Juntou documentos (fls. 2/13 e 18/95).
É o breve relatório. Decido.
Não vejo presente, ao menos com os elementos e informações existentes, hipótese de concessão de liminar, tampouco nenhuma irregularidade na manutenção da prisão do paciente, fundamentada na garantia da ordem pública, em razão de estarem presentes no caso prova de materialidade e indícios suficientes de autoria, além de resguardar a instrução criminal e a aplicação da lei penal.
Solicitem-se informações do juiz e dê-se vista dos autos à d. Procuradoria de Justiça.
Intime-se.
Cumpra-se.
Publica-se.
Porto Velho - RO, 29 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora para a liminar

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0013315-29.2011.8.22.0000
Paciente: Wilson Damusci
Impetrante(Advogado): Wilson Damusci(OAB/RO 139B)
Impetrado: Juízo de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Famíliar Contra Mulher
Relatora para a liminar: Desª Zelite Andrade Carneiro
Vistos.
Cuida-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Wilson Damusci, em seu favor, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que aplicou medidas restritivas e recebeu a denúncia ofertada pelo Ministério Público.
Sustenta que no dia 05/08/2011, a Delegacia Especializada em Defesa da Mulher e Família de Porto Velho-RO requereu a aplicação da medida restritiva em desfavor do paciente, sendo que o Juízo de 1º grau acolheu o pedido formulado estabelecendo pelo prazo de 6 meses o afastamento do agressor do lar, do local de convivência da vítima, bem como proibiu este de se aproximar e de manter contato com a vítima e seus familiares.

Além disso, no dia 21/10/2011 o Parquet ofereceu denúncia contra o paciente, tendo sido recebida pelo juízo impetrado no dia 18/11/2011.
O paciente fora incurso nas penas previstas no art. 129, § 9º e art. 147 c/c art. 71, todos do Código Penal.
O impetrante insurge-se quanto ao caso alegando o que se segue:
a) O princípio da insignificância tem aplicabilidade no fato discutido, pois a conduta do agente teve a mínima ofensividade, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.
b) A continuidade da ação não se faz necessária, em razão de que na época do fato o paciente estava com saúde prejudicada, a vida debilitada e precisava da proteção de sua família. Por isso, a miníma ofensividade faz-se presente não ensejando necessariamente a propositura da ação penal, bem como a aplicabilidade da medida protetiva.
c) Inexiste nos autos nexo causal que demonstre que o acusado tenha agredido a vítima naquele dia, tendo vista que a vítima tinha brigado com o filho mais velho em momento anterior.
Requer, in limine, o trancamento da ação penal e a revogação da medida protetiva.
Juntou documentos (fls. 2/11 e 32/70).
Colaciona julgados.
É o breve relato. Decido.
O trancamento de ação penal por meio do habeas corpus é sempre medida extrema e excepcional, somente admissível se a falta de justa causa puder ser constatada de plano, pois a via mandamental possui rito célere e especial, que não permite o exame aprofundado das provas.
A pretendida incidência do princípio da insignificância é obstaculizada exatamente pela necessidade de dilação probatória, porque, como se sabe, além do valor bagatelar da res são levados em conta outros fatores importantes, tais como a mínima ofensividade da conduta, inexistência de periculosidade social da ação e o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento.
Neste caso, pelo menos em uma análise perfunctória dos fatos, não se vislumbra nenhuma hipótese de concessão de liminar, tampouco alguma irregularidade no recebimento da denúncia pelo juízo impetrado e na aplicabilidade da medida protetiva.
Solicitem-se informações do juiz e dê-se vista dos autos à d. Procuradoria de Justiça.
Intime-se.
Cumpra-se.
Publica-se.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora para liminar

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0013342-12.2011.8.22.0000
Paciente: Ezequias Lobato
Impetrante(Advogado): Hermínio Rodrigues de Sousa(OAB/RO 3068)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Desª Zelite Andrade Carneiro
Vistos.
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Hermínio Rodrigues de Sousa, em favor do paciente Ezequias Lobato, apontando como autoridade coatora o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital.
Relata o impetrante que o paciente, no dia 05/12/11, foi preso preventivamente, sob a acusação de ter praticado os delitos previstos no art. 157, §2º, I e II (roubo) e art. 213 ambos do CP (estupro). Com isso, sustenta:
O paciente participou apenas do delito tipificado no art. 157, §2º, I e II (roubo). Não há nada nos autos que demonstre o seu envolvimento no crime previsto no art. 231 do CP (estupro).
Assim que tomou ciência do mandado de prisão expedido, o paciente apresentou-se espontaneamente na delegacia de patrimônio, o que afasta qualquer argumento de que pretenda furtar-se à aplicação da lei penal. Além do mais, é primário, possui bons antecedentes, residência e trabalho fixos.
Posto isso, requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva e expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente.
É o que há de relevante.
Decido.
A concessão de liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional, que exige a constatação inequívoca de manifesta ilegalidade ou abuso de poder, o que não se verifica, prima facie, haja vista a representação da prisão preventiva realizada pela autoridade policial (fl. 73/76) e decreto da custódia cautelar por autoridade judiciária competente (fl. 80/82).
Portanto, em análise perfunctória, revela-se legítima a custódia. Somente com as informações se tornará seguro decidir acerca do aspecto material da decisão ora combatida.
Posto isso, indefiro a liminar.
Requisitem-se informações da autoridade apontada como coatora, as quais deverão ser prestadas em 48 horas. Após a juntada das informações ou decorrido o prazo para a manifestação, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.
Providencie-se o necessário.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desª. Zelite Andrade Carneiro
Relatora

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0013357-78.2011.8.22.0000
Paciente: Leonildo Nunes de Moura
Impetrante(Advogado): Douglas Ricardo Aranha da Silva(OAB/RO 1779)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira(OAB/MG 87318)
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier(OAB/RO 2391)
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello(OAB/RO 3011)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Desª Zelite Andrade Carneiro
Vistos.
O advogado Douglas Ricardo Aranha da Silva impetra habeas corpus, com pedido de liminar, em favor do paciente Leonildo Nunes de Moura, tendo como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Capital, que indeferiu seu pedido de liberdade provisória.
Relata o impetrante que o paciente foi preso no dia 10 de maio de 2011, acusado da prática do delito de tráfico e associação para o tráfico (arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06).
Sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo para prolação da sentença, uma vez que está preso há mais de 228 dias, sem que tenha sido proferida decisão definitiva.

Afirma, por outro lado, que inexistem fundamentos concretos para a manutenção da prisão cautelar, ante a ausência dos pressupostos da prisão preventiva, pois o paciente tem domicílio certo no distrito da culpa, além de possuir ocupação lícita.
Requer, assim, a concessão liminar da ordem para que o paciente possa aguardar seu julgamento em liberdade.
Relatei. Decido.
O impetrante pretende restabelecer a liberdade do paciente, sob o argumento de excesso de prazo na conclusão da instrução criminal.
É consabido que eventual demora no término da instrução, por si só, não torna manifestamente ilegal a prisão. Para esse fim, é preciso que se demonstre que o excesso decorre de injustificado atraso, o que, no momento, não se tem como constatar estreme de dúvidas.
Por outro lado, o pedido de liberdade provisória foi indeferido por autoridade competente em decisão devidamente fundamentada, de forma que, a princípio, não é possível vislumbrar constrangimento na segregação cautelar do paciente. Até porque o caso envolve a apreensão de grande quantidade de droga - 13kg de maconha.
Necessário, assim, o processamento normal do writ, para um exame mais acurado do pedido, o que se fará em cotejo com as informações que deverão ser prestadas pela autoridade impetrada.
Posto isso, indefiro o pedido de liminar e determino sejam solicitadas, com urgência, as informações da autoridade tida como coatora.
Após, à Procuradoria-Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 29 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora

2ª CÂMARA CRIMINAL

2ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0013112-67.2011.8.22.0000
Origem : 0011284-91.2011.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Paciente : Lindomar da Silva
Impetrante : João Paulo das Virgens Lima (OAB/RO 4072)
Impetrante : Paulo Batista Duarte Filho (OAB/RO 4459)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Vilhena/RO
Relatora : Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Despacho
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelos advogados pela João Paulo das Virgens Lima e Paulo Batista Duarte Filho em favor de Lindomar da Silva, preso no dia 23.11.2011, pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 157, I, do CP, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Vilhena/RO, que determinou a prisão preventiva do Paciente e indeferiu o pedido de revogação desta.
Em resumo, alega ausência de fundamentação válida para a manutenção da prisão preventiva, questionando suposta inexistência de materialidade e possível erro no reconhecimento de pessoa, o que, em tese, tornaria inviável a segregação cautelar, reforçando, ainda, que estariam ausentes os requisitos contidos no art. 312 do CPP, uma vez que seria tecnicamente primário, tendo endereço certo e ocupação lícita de lavador de carros, apresentando todos os elementos para responder à instrução em liberdade.
Alternativamente, pretende a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, visto que suficientes e adequadas ao caso.
Juntou as peças de fls. 28/59.
Examinados, decido.
Em relação à concessão de liminar, não se pode olvidar que, nas palavras de Ada Pellegrini Grinover e outros:
Apesar da sumariedade do procedimento do habeas corpus, certas situações excepcionais recomendam a antecipação da restituição da liberdade ao paciente ou, então, tratando-se de ordem requerida em caráter preventivo, a adoção de providências urgentes para o resguardo do direito de ir, vir e ficar. (GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães e FERNANDES, Antonio Scarance. Recursos no Processo Penal, 6ª ed., Edit. RT, pág. 292).
"Assim", continuam os autores, "embora não prevista em lei para o remédio aqui analisado, a concessão de liminar vem sendo admitida pela jurisprudência, em caráter excepcional, sempre que presentes os requisitos das medidas cautelares em geral (fumus boni iuris e periculum in mora), por analogia com a previsão existente em relação ao mandado de segurança". (obra citada). Negritamos.
Neste diapasão é o entendimento jurisprudencial evidenciado no julgado TJDFT - 20070020059222HBC, Relator ROMÃO C. OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, j. em 21/06/2007, DJ 08/08/2007 p. 92:
AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS - INDEFERIMENTO DA LIMINAR. RECURSO DESPROVIDO. Liminar em habeas corpus decorre de construção pretoriana para remediar situações onde seja manifesta a ilegalidade e/ou abuso de poder. Se a decisão hostilizada no writ não se mostra teratológica, manifestamente ilegal ou abusiva, correto o indeferimento do pedido de liminar. Negritamos.
No mesmo sentido: STJ HC 6575, Relator Ministro Edson Vidigal, 5ª T., 10/02/1998; STJ HC 5785, Relator Ministro Cid Flaquer Scartezzini, 5ª T., 17/06/1997.
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual a INDEFIRO.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 437 do RITJRO, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, remetam-se à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 21 de setembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora em substituição

2ª Câmara Criminal
Habeas Corpus nrº 0013320-51.2011.8.22.0000
Origem : 0015955-54.2011.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara Criminal
Paciente : Gilmar Junior Prado do Nascimento
Impetrante : Gustavo Dandolini (OAB/RO 3205)
Impetrado : Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Porto Velho/RO
Relatora : Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Despacho
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo Advogado Gustavo Dandolini (OAB/RO 3205) em favor de Gilmar Junior Prado do Nascimento, preso em flagrante no dia 18.12.2011, pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 157, § 2º, I e II, c/c artigo 14, II, ambos do CP, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Porto Velho.
Em resumo, sustenta que o delito foi praticado na forma tentada e que a prisão em flagrante foi homologada e convertida em preventiva, muito embora estejam ausentes os requisitos ensejadores elencados no artigo 312 do CPP.
Alega, ainda, que se o paciente for condenado, sua pena não passará de 04 (quatro) anos de reclusão, o que demonstra a desnecessidade da atual prisão preventiva.
Juntou as peças de fls. 01/145 (anexo I).
Examinados, DECIDO.
Conquanto seja o habeas corpus instrumento constitucional que pode ser manejado quando alguém esteja sofrendo ou ameaçado de sofrer constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, para que seja validamente processado deve haver interesse de agir.
O presente writ foi impetrado pelo Advogado Gustavo Dandolini (OAB/RO 3205), que, em petição juntada posteriormente, desistiu de seu prosseguimento em decorrência da contratação de novo causídico. Considerando que já foi protocolado outro habeas corpus em favor do mesmo paciente (n. 0013328-28.2011.8.22.0000), verifico não haver prejuízo na extinção deste feito.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VIII, do CPC, extingo o processo sem resolução do mérito.
Publique-se.
Intime-se.
Arquive-se.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

2ª Câmara Criminal
Apelação nrº 0008685-46.2010.8.22.0005
Apelante: Ricardo de Souza Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Despacho
Os Embargos Infringentes são tempestivos e apresentam os requisitos de admissibilidade exigidos pelo art. 609, parágrafo único, do CPP, conforme observa-se da certidão de fl. 164, razão pela qual os admito.
Proceda-se a redistribuição no âmbito das Câmaras Criminais Reunidas, nos termos do art. 707, § 1º do RI/TJRO.
Publique-se.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

Recurso em Sentido Estrito nrº 0001057-91.2010.8.22.0009
Recorrente: Daniel Barbosa da Silva
Defensora Pública: Leide Luzia Santiago Ximenes(OAB/RO 131)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Despacho
Encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Porto Velho - RO, 29 de dezembro de 2011.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

Habeas Corpus nrº 0013328-28.2011.8.22.0000
Origem : 0015955-54.2011.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara Criminal
Paciente : Gilmar Junior Prado do Nascimento
Impetrante : Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Impetrado : Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Porto Velho/RO
Relatora : Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Despacho
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo Advogado Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843) em favor de Gilmar Junior Prado do Nascimento, preso em flagrante no dia 18.12.2011, pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 157, §2º, I e II, c/c artigo 14, ambos do CP, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Porto Velho/RO, que converteu o flagrante em preventiva.
Em síntese, alega tratar-se de paciente primário, possuidor de residência fixa, trabalho lícito (agente administrativo no hospital PRONTOCOR) e família constituída no distrito da culpa, não estando presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva.
Sustenta que não há indícios suficientes de autoria, especialmente pelo fato do paciente negar qualquer participação na prática delitiva.
Defende não haver estado de flagrância, uma vez que o paciente não foi surpreendido cometendo crime.
Anota, ainda, que a decisão que homologou o flagrante e o converteu em preventiva está insuficientemente fundamentada, violando o disposto no artigo 93, IX, da CF.
Por fim, lembra que paira a favor do paciente o princípio constitucional da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF).
Juntou as peças de fls. 19/75.
Examinados, decido.
Em relação à concessão de liminar, não se pode olvidar que, nas palavras de Ada Pellegrini Grinover e outros:
Apesar da sumariedade do procedimento do habeas corpus, certas situações excepcionais recomendam a antecipação da restituição da liberdade ao paciente ou, então, tratando-se de ordem requerida em caráter preventivo, a adoção de providências urgentes para o resguardo do direito de ir, vir e ficar. (GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães e FERNANDES, Antonio Scarance. Recursos no Processo Penal, 6ª ed., Edit. RT, pág. 292).
"Assim", continuam os autores, "embora não prevista em lei para o remédio aqui analisado, a concessão de liminar vem sendo admitida pela jurisprudência, em caráter excepcional, sempre que presentes os requisitos das medidas cautelares em geral (fumus boni iuris e periculum in mora), por analogia com a previsão existente em relação ao mandado de segurança". (obra citada). Negritamos.

Neste diapasão é o entendimento jurisprudencial evidenciado no julgado TJDFT - 20070020059222HBC, Relator ROMÃO C. OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, j. em 21/06/2007, DJ 08/08/2007 p. 92:
AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS - INDEFERIMENTO DA LIMINAR. RECURSO DESPROVIDO. Liminar em habeas corpus decorre de construção pretoriana para remediar situações onde seja manifesta a ilegalidade e/ou abuso de poder. Se a decisão hostilizada no writ não se mostra teratológica, manifestamente ilegal ou abusiva, correto o indeferimento do pedido de liminar. Negritamos.
No mesmo sentido: STJ HC 6575, Relator Ministro Edson Vidigal, 5ª T., 10/02/1998; STJ HC 5785, Relator Ministro Cid Flaquer Scartezzini, 5ª T., 17/06/1997.
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual a INDEFIRO.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 437 do RITJRO, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, remetam-se à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

2ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0001332-88.2011.8.22.0014
Apelante: Luiz Carlos Monicha
Advogada: Cláudia Maria Soares (OAB/RO 4527)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, abro vista ao apelante para apresentar as razões ao recurso interposto".
Porto Velho, 29 de dezembro de 2011
(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Distribuição - Data : 27/12/2011
Vice-Presidente : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Representante da OAB : Marcos Antônio Araújo do Santos (OAB/RO 846)

PRESIDÊNCIA
0013345-64.2011.8.22.0000 Carta de ordem
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Ordenante: Supremo Tribunal Federal
Ordenado: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013337-87.2011.8.22.0000 Precatório
Origem: 00182912320098220009
Pimenta Bueno/1ª Vara Cível
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Requerente: Ivone Vieira Lucena
Advogado: Jorge Honorato (OAB/RO 2043)
Requerido: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Procuradora: Edite Rebouças de Paula (OAB/RO 959)
Procuradora: Lucienne Perla Benitez Bernardi (OAB/RO 3145)
Distribuição por Sorteio

0013329-13.2011.8.22.0000 Direta de Inconstitucionalidade
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Requerente: Prefeito do Município de Corumbiara RO
Requerida: Câmara de Vereadores do Município de Corumbiara RO
Distribuição por Sorteio

TRIBUNAL PLENO
0013326-58.2011.8.22.0000 Inquérito Policial
Relator: Des. Sansão Saldanha
Indiciante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado: Valter Araújo Gonçalves
Indiciado: Rafael Santos Costa
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013327-43.2011.8.22.0000 Inquérito Policial
Relator: Des. Sansão Saldanha
Indiciante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado: Valter Araújo Gonçalves
Indiciado: Rafael Santos Costa
Indiciado: Jean Carlos Scheffer Oliveira
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013344-79.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Impetrante: Saulo Moreira da Silva
Advogado: Luciano Salles Chiappa (OAB/MT 11883B)
Advogado: Marcelo Silva Moura (OAB/MT 12307)
Impetrado: Relator do Inquérito nº 30982420118220000
Distribuição por Sorteio

0013338-72.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Impetrante: Kellen Barbosa da Costa
Advogada: Carolina Álvares Bragança (OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa (OAB/RO 4599)
Impetrante: Carolina Álvares Bragança
Advogada: Carolina Álvares Bragança (OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa (OAB/RO 4599)
Impetrante: Suara Lúcia Otto Barboza de Oliveira
Advogada: Carolina Álvares Bragança (OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa (OAB/RO 4599)
Impetrante: Luiziana Teles Feitosa Anacleto
Advogada: Carolina Álvares Bragança (OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa (OAB/RO 4599)
Impetrante: Oreste Dallocchio Neto
Advogada: Carolina Álvares Bragança (OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa (OAB/RO 4599)
Impetrante: Cecília Cunha de Lima Vieira Rosa

Advogada: Carolina Álvares Bragança (OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa (OAB/RO 4599)
Impetrante: Lorena Alves Pereira
Advogada: Carolina Álvares Bragança (OAB/RO 2577)
Advogada: Kellen Barbosa da Costa (OAB/RO 4599)
Impetrado: Presidente da Comissão do XIX Concurso Público para Ingresso no Cargo de Juiz Substituto da Carreira da Magistratura do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CÍVEL
0013340-42.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00191586920118220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: Silvio Amaro de Assis
Advogada: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)
Agravante: Maria da Penha Silva
Advogada: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)
Agravada: Erenilda Rosa Ramos da Rocha
Advogado: Rodrigo Luciano Alves Nestor (OAB/RO 1644)
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CRIMINAL
0013330-95.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00047454220118220004
Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Ademir Francisco da Silva Santos
Impetrante(Advogado): Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041)
Advogado: Jack Douglas Gonçalves (OAB/RO 586)
Advogado: Jess José Gonçalves (OAB/RO 1739)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste - RO
Distribuição por Sorteio

0025843-30.2009.8.22.0012 Apelação
Origem: 00258433020098220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Francisco Alfredo de Lima
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0081324-03.2008.8.22.0015 Apelação
Origem: 00813240320088220015
Guajará-Mirim/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Edson Rojas Freire
Advogado: Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Advogado: Hélio Fernandes Moreno (OAB/RO 227B)
Advogado: Gleucival Zeed Estevão (OAB/RO 1734)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013322-21.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00083508420118220007
Cacoal/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Paciente: Adriano Malaquias dos Santos
Impetrante(Advogado): Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
Impetrante: Vanilse Inês Ferres
Advogada: Cleuza Marcial de Azevedo (OAB/RO 1624)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal - RO
Distribuição por Sorteio

0001581-06.2010.8.22.0004 Apelação
Origem: 00015810620108220004
Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Revisora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Apelante: Carlos Junior Gonçalves da Silva
Advogado: Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
Apelante: Luciene Felis dos Santos
Defensor Público: Luiz Paulo Veiga Ferreira da Costa (OAB/PR 35399)
Apelante: Adenilson Oliveira Diniz
Defensor Público: Luiz Paulo Veiga Ferreira da Costa (OAB/PR 35399)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013342-12.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00158845220118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relatora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Paciente: Ezequias Lobato
Impetrante(Advogado): Hermínio Rodrigues de Sousa (OAB/RO 3068)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0013323-06.2011.8.22.0000 Apelação
Origem: 00143794320088220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Apelante: Julle Fagner Mendes da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0002401-53.2009.8.22.0006 Apelação
Origem: 00024015320098220006
Presidente Médici/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Apelante: Rubens Rodrigues de Souza
Advogado: Luciano da Silveira Vieira (OAB/RO 1643)
Advogada: Alanny de Oliveira Araujo (OAB/RO 4677)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Assistente de Acusação
Advogado: Sebastião Quaresma Junior (OAB/RO 1372)
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CÍVEL
0013325-73.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00091605920118220007
Cacoal/4ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: Vanisa Maria Pereira de Souza
Advogado: Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
Advogado: Darci José Rockenbach (OAB/RO 3054)
Agravado: Josemar Galina
Agravado: Nelson Hermes
Distribuição por Sorteio

0013324-88.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00213220720118220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: H. B. Construções e Incorporações Ltda
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada: Meire Andréa Gomes (OAB/RO 1857)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Agravado: Irineu Carlos Almeida
Advogado: Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946)
Advogado: Oswaldo Paschoal Junior (OAB/RO 3426)
Distribuição por Sorteio

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
0013339-57.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos
Impetrante: Terezinha da Silva Beleza Barros
Defensor Público: Dayan Saraiva de Albuquerque (OAB/RO 1278)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013341-27.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Eurico Montenegro
Impetrante: A. P. A. A. Representada por seu pai P. da S. A.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrante: P. A. A. Representada por seu pai P. da S. A.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CRIMINAL
0006049-73.2011.8.22.0005 Apelação
Origem: 00060497320118220005
Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Apelante: Fabricio Marcelino dos Santos
Defensor Público: Dayan Saraiva de Albuquerque (OAB/RO 1278)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013328-28.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00159555420118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Gilmar Junior Prado do Nascimento
Impetrante(Advogado): Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006882-91.2011.8.22.0005 Apelação
Origem: 00068829120118220005
Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Erik Silvestre Peres Delgado
Advogado: José Carlos Nolasco (OAB/RO 393B)
Advogado: Antônio Francelino dos Santos (OAB/RO 366A)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO

Orgão Julgador / Magistrado	Dist	Red	Tra	Tot
CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS				
Des. Eurico Montenegro	1	0	0	1
Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos	1	0	0	1
PRESIDÊNCIA				
Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	3	0	0	3
TRIBUNAL PLENO				
Des. Gilberto Barbosa	1	0	0	1
Des. Sansão Saldanha	2	0	0	2
Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno	1	0	0	1
1ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Moreira Chagas	1	0	0	1
1ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Valter de Oliveira	2	0	0	2
Desª Ivanira Feitosa Borges	3	0	0	3
Desª Zelite Andrade Carneiro	3	0	0	3
2ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Alexandre Miguel	2	0	0	2
2ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Daniel Ribeiro Lagos	1	0	0	1
Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno	2	0	0	2
Total de Distribuições	23	0	0	23

Porto Velho, 27 de dezembro de 2011

Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vice-Presidente do TJ/RO.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

COPLAM

A Ilustríssima Sra. Rosemeire Moreira Ferreira, Coordenadora de Planejamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia,

CONSIDERANDO os trabalhos realizados na área de planejamento, gerenciamento da estratégia, gestão de processos e orçamento,

R E S O L V E:

I - Elogiar os servidores e estagiários da Coordenadoria de Planejamento, abaixo relacionados, como forma de reconhecimento pelo comprometimento, determinação e qualidade no desenvolvimento de suas funções nesta Coordenadoria.

Adriana Farias

Angelina Gomes de Brito Almeida

Antônio Hélio da Costa Gomes

Ione Grace do Nascimento Cidade

Jean Carlo Silva dos Santos

Jeiele Eline Castro Silva

José Luiz Rodrigues da Silva

José Osman Beserra de Araújo

Levi Santos de Araújo

Lucas Muniz André

Marcelo de Freitas Oliveira

Márcio Túlio de Melo Diniz

Maria do Socorro Batista Chaves

Nilda Souza Oliveira

Rafael da Costa Sêmen

Raimundo Fábio da Silva e Souza

Rosângela Vieira de Souza

Solange Galindo Martinho

Thalita Fernanda Vasconcellos Ramos Galvez

Valéria de Souza Santana

II - Dê-se ciência e respectivas anotações nos registros funcionais.

Publique-se.

Registre-se.

ROSEMEIRE MOREIRA FERREIRA
Coordenadora de Planejamento

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
PROCESSO n. 00021996-50.2011.8.22.1111
PREGÃO ELETRÔNICO 031/2011

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL
NOVA ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra instaurada a Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO.
a) DO OBJETO: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços diversos de chaveiro, com fornecimento e instalação de fechaduras, dobradiças e molas aéreas, para atender a Divisão de Serviços Gerais (DISEG/TJRO);
b) DA ENTREGA DAS PROPOSTAS: Através do site www.licitacoes-e.com.br, das 8h do dia 03/01/2012 até às 10h do dia 13/01/2012;
c) DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/01/2012, às 10h;
d) DA FASE DE DISPUTA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/01/2012, às 12h, no site www.licitacoes-e.com.br;
e) DA RETIRADA DO EDITAL: Através do site www.licitacoes-e.com.br;
f) REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília/DF;
g) DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: E-mail: licitacoes@tjro.jus.br, fone: (0xx69) 3217-1373, fax: (0xx69) 3217-1372, ou na Rua José Camacho, n. 585 - Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 14h. Os interessados deverão cadastrar senhas de acesso em qualquer agência do Banco do Brasil S/A, situada no País.

Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.

Fábio Aran Gomes de Castro
Pregoeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
PROCESSO n. 0040288-83.2011.8.22.1111
PREGÃO ELETRÔNICO 083/2011

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por intermédio do Pregoeiro, torna público para conhecimento de todos os interessados, o resultado da licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n. 083/2011, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de água mineral sem gás, envasada em garrafões de 20 L (vinte litros) sem o custo do garrafão, água mineral sem gás, envasada em garrafas de 500 ml (quinhentos mililitros), devidamente lacrados e garrafões para água mineral vazios/novos com capacidade de 20 L (vinte litros), para atender as unidades administrativas do Tribunal na Comarca de Porto Velho/RO, teve como vencedora a seguinte empresa:

Empresa: GUTA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Valor total: R$ 62.720,00 (sessenta e dois mil setecentos e vinte reais).

Porto Velho, 29 de dezembro de 2011.

Ivondernilson Rodrigues da Silva
Pregoeiro

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS
SECRETARIA GERAL

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Ministério Público do Estado de Rondônia comunica aos interessados que efetuou ADESÃO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Pregão Eletrônico SRP Nº. 202/2010, do Ministério da Educação Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense - RS, em conformidade com o que dispõem as Leis nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02, art. 8º, § 1º do Decreto Federal nº. 3.931/01 e Resolução nº. 013/2010 – PGJ, bem como pelas condições contidas no Processo Administrativo nº. 2011001120012220, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK, e como empresa contratada a HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA., CNPJ Nº. 61.797.924/0007-40 no valor total de R$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais), sendo que para aquisição imediata o valor de R$ 55.750,00 (cinquenta e cinco mil e setecentos e cinquenta reais).. A validade da Ata supracitada expira em 14 de agosto de 2012.

Porto Velho, 26 de dezembro de 2011.

Éverson Antônio Pini
Secretário-Geral em exercício

GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS
SECRETARIA GERAL

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Ministério Público do Estado de Rondônia comunica aos interessados que efetuou ADESÃO à Ata de Registro de Preços Pregão Eletrônico SRP Nº. 102/2011, do Centro Educacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A – CEITEC, em conformidade com o que dispõem as Leis nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02, art. 8º, § 1º do Decreto Federal nº. 3.931/01 e Resolução nº. 013/2010 – PGJ, bem como pelas condições contidas no Processo Administrativo nº. 2011001120012104, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE TELEFONES IP, e como empresa contratada a NETSUL INFORMÁTICA LTDA., CNPJ Nº. 94.888.260/0001-99 no valor total de R$ 100.960,00 (cem mil novecentos e sessenta reais). A validade da Ata supracitada expira em 22 de dezembro de 2012.

Porto Velho, 28 de dezembro de 2011.

Éverson Antônio Pini
Secretário-Geral
em exercício

GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS
SECRETARIA GERAL

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Ministério Público do Estado de Rondônia comunica aos interessados que efetuou ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº 006/GAP-BR/2011- (C) Pregão Eletrônico RP Nº. 075/GAP-BR/2010, do Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Brasília, em conformidade com o que dispõem as Leis nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02, art. 8º, § 1º do Decreto Federal nº. 3.931/01 e Resolução nº. 013/2010 – PGJ, bem como pelas condições contidas no Processo Administrativo nº. 2011001120012147, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE REDE, e como empresa contratada a SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA., CNPJ Nº. 03.263.975/0001-09 no valor total de R$ 112.490,00 (cento e doze mil quatrocentos e noventa reais). A validade da Ata supracitada expira em 29 de março de 2012.

Porto Velho, 28 de dezembro de 2011.

Éverson Antônio Pini
Secretário-Geral
em exercício

GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS
SECRETARIA GERAL

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Ministério Público do Estado de Rondônia comunica aos interessados que efetuou ADESÃO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 015/REPO/2011, da CPRM – Serviço Geológico do Brasil, em conformidade com o que dispõem as Leis nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02, art. 8º, § 1º do Decreto Federal nº. 3.931/01 e Resolução nº. 013/2010 – PGJ, bem como pelas condições contidas no Processo Administrativo nº. 2011001120009645, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS TIPO CAMIONETE CABINE DUPLA, e como empresa contratada a LF IMPORTS LTDA., CNPJ Nº. 03.483.599/0001-50, no valor total de R$ 171.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais). A validade da Ata supracitada expira em 27 de abril de 2012.

Porto Velho, 08 de dezembro de 2011.

RENATO GRIECO PUPPIO
Secretário – Geral

RETIFICAÇÃO 02

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 047/2011/ MP/RO, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Ministério Público do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 12 a 14 da Lei Complementar Estadual nº 68/92, de 09 de dezembro de 1992, c/c o art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 303/2004, de 26 de julho de 2004; e considerando o disposto na Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, na Lei Estadual n.º 749, de 04 de novembro de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 2173, de 18 de novembro de 2009, e na Resolução nº 002/2002 de 27 de novembro de 2002, em referência ao Concurso Público para provimento de 112 (cento e doze) vagas e cadastro de reserva para cargos pertencentes ao Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia – MP/RO, torna pública a retificação 02 apresentada abaixo:

I – NO QUADRO DE VAGAS:

EXCLUI-SE:

Duplicidade do cargo Analista Nível Superior – Especialidade: Redes e Comunicação de Dados para PROMOTORIAS DE 3ª ENTRÂNCIA - JI-PARANÁ (1).

II – NO CRONOGRAMA

ALTERA-SE O CRONOGRAMA, CONFORME A SEGUIR:

Divulgação dos locais da Prova Objetiva	06/02/2012
Realização das Provas Objetiva	12/02/2012
Divulgação do gabarito da Prova Objetiva	14/02/2012
Data para entrega dos recursos contra a Prova Objetiva	15/02/2012 e 16/02/2012
Divulgação da resposta aos recursos contra a Prova Objetiva e Divulgação das notas da Prova Objetiva Convocação para Teste de Aptidão Física do Cargo de Oficial de Segurança Institucional Convocação para entrega dos títulos, para os cargos de Nível Superior	12/03/2012
Realização do Teste de Aptidão Física	17/03/2012 e/ou 18/03/2012
Prazo para entrega dos títulos	19 a 22/03/2012
Divulgação do resultado do Teste de Aptidão Física	26/03/2012
Prazo para Recurso contra o Teste de Aptidão Física	27/03/2012 e 28/03/2012
Resposta aos Recursos contra o Teste de Aptidão Física	03/04/2012
Divulgação do resultado da prova de títulos.	09/04/2012
Pedido de revisão das notas da prova de títulos.	10 e 11/04/2012
Resposta aos pedidos de revisão das notas da prova de títulos.	18/04/2012
Divulgação do resultado final	19/04/2012

As demais datas e informações do Edital permanecem inalteradas.

Porto Velho-RO, 28 de dezembro de 2011.

HÉVERTON ALVES DE AGUIAR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1077

29 DE DEZEMBRO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e considerando o contido no artigo 25 da Lei nº 2507, de 04 de julho de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), publicada no Diário Oficial do Estado nº 1773, de 14.07.2011,

RESOLVE:

DETERMINAR a publicação das tabelas de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal administrativo e de membros do Ministério Público do Estado de Rondônia, com o quantitativo dos cargos ocupados por servidores estáveis, não-estáveis, de cargos vagos e inativos; e membros vitalícios, não-vitalícios, de cargos vagos e inativos, conforme disposto no anexo.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

HÉVERTON ALVES DE AGUIAR

Procurador-Geral de Justiça

ANEXO
Exercício de 2011

TABELA Nº 1						
CARGOS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA						
CARGO	QUANTIDADE DE CARGOS					
	CRIADOS	PREENCHIDOS			VAGOS	INATIVOS
		VITALÍCIOS	NÃO-VITALÍCIOS	TOTAL		
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	1	1	0	1	0	
SUBPROCURADOR-GERAL	1	1	0	1	0	
CORREGEDOR-GERAL	1	1	0	1	0	
PROCURADORES DE JUSTIÇA	18	16	0	16	0	16
PROMOTOR DE JUSTIÇA – 3ª	60	55	0	55	4	19
PROMOTOR DE JUSTIÇA – 2ª	50	34	0	34	16	
PROMOTOR DE JUSTIÇA – 1ª	20	10	0	10	10	
PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO	30	1	13	14	16	
TOTAL	181	119	14	132	46	35

Fonte: Centro de Controle Institucional/MP/RO
Exercício de 2011

TABELA Nº 2				
CARGOS COMISSIONADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA				
REFERÊNCIA	QUANTIDADE DE CARGOS			
	CRIADOS	PREENCHIDOS	VAGOS	
SECRETÁRIO-GERAL	01	01	0	
MP-DAS-08	26	18	8	
MP-DAS-07	36	35	1	
MP-DAS-06	62	52	10	
MP-DAS-05	46	19	27	
MP-DAS-04	40	15	25	
MP-DAS-03	172	115	57	
MP-DAS-02	17	15	2	
MP-DAS-01	10	10	0	
MP-DAI-02	33	24	9	
MP-DAI-01	20	16	4	
TOTAL	463	320	143	

Fonte: Departamento de Recursos Humanos/MP/RO e Centro de Controle Institucional/MP/RO.
Exercício de 2011

TABELA Nº 3

CARGOS EFETIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA

CARGO	QUANTIDADE DE CARGOS							
	CRIADOS	PREENCHIDOS			VAGOS	INATIVOS	EXTINTOS	EM EXTINÇÃO
		ESTÁVEIS	NÃO-ESTÁVEIS	TOTAL				
Analista Contábil	7	2	1	3	4			
Analista de Informações e Pesquisas	30	0	0	0	30			
Analista de Redes e Comun. de Dados	18	4	0	4	14			
Analista de Sistemas	25	5	2	7	18			
Analista de Suporte Computacional	25	6	1	7	18			
Analista em Administração	7	1	0	1	6			
Analista em Agronomia	8	0	0	0	8			
Analista em Arquitetura	8	2	0	2	6			
Analista em Assistência Social	7	1	0	1	6			
Analista em Auditoria	7	1	0	1	6			
Analista em Biblioteconomia	5	1	0	1	4			
Analista em Biologia	8	0	0	0	8			
Analista em Bioquímica	8	0	0	0	8			
Analista em Economia	7	2	0	2	5			
Analista em Enfermagem	12	0	0	0	12			
Analista em Engenharia Civil	8	2	0	2	6			
Analista em Engenharia Elétrica	8	0	0	0	8			
Analista em Engenharia Florestal	8	1	0	1	7			
Analista em Engenharia Sanitária	8	1	0	1	7			
Analista em Estatística	7	1	0	1	6			
Analista em Geologia	8	0	0	0	8			
Analista em Geoprocessamento	10	0	0	0	10			
Analista em Jornalismo	4	2	0	2	2			
Analista em Pedagogia	10	0	0	0	10			
Analista em Psicologia	8	3	1	4	4			
Analista em Redação	8	1	0	1	7			
Analista em Sociologia	4	0	0	0	4			
Analista Processual	30	1	0	1	29	1		
Analista Programador	25	6	0	6	19			
Auxiliar Administrativo	220	68	7	75	145			
Auxiliar de Copa e Cozinha	35	10	0	10	25	1	25	10
Auxiliar de Enfermagem	19	4	0	4	15			
Auxiliar de Manutenção	87	14	1	15	72			
Cirurgião-Dentista	8	0	0	0	8			
Escrivão	35	0	0	0	35			
Médico	8	0	0	0	8			
Motorista	77	25	1	26	51	2		
Oficial de Diligências	80	27	2	29	51	1		
Oficial de Segurança Institucional	30	0	0	0	30			
Técnico Administrativo	324	129	16	145	179	4		
Técnico em Contabilidade	17	6	0	6	11			
Técnico em Informática	99	16	3	19	80			
Telefonista	43	6	0	6	37			
Vigilante	220	76	0	76	144	1	142	78
Zelador	105	57	5	62	43	1	43	62
TOTAL	1735	481	40	521	1214	10	210	150

Fonte: Departamento de Recursos Humanos/MP/RO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº /2011-PGJ

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.381.083/0001-67, com sede na Av. Jamari, nº 1.555, bairro Olaria, em Porto Velho/RO, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça Dr. Héverton Alves de Aguiar, doravante denominado MP-RO, e Superintendência Estadual de Compras e Licitações, pessoa jurídica de direito público, órgão integrante da administração direta do Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº 04.696.490/0001-63, com sede na Av. Rio Madeira, nº 3056, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, Cidade de Porto Velho, neste ato representada por seu Superintendente, Senhor Marcio Rogério Gabriel, doravante denominada SUPEL, ajustam e convencionam entre si o presente instrumento, sob a égide da Lei nº 8.666/93, nos termos das cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto a cooperação mútua entre as partes, na promoção da articulação institucional, visando fomentar a troca de informações e tecnologia visando a defesa os princípios e funções institucionais do MP-RO e da Supel. E ainda, fomentando o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas e trabalhar pelo aperfeiçoamento da instituição, traçando políticas e planos de atuação uniformes ou integrados que respeitem as peculiaridades institucionais por meio da divulgação de suas atividades através da hospedagem de seu site e desenvolvimento do portal e banco de dados da SUPEL, nos servidores de internet de propriedade do Ministério Público do Estado de Rondônia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA SUPEL:

Compromete-se, enquanto vigorar este convênio, a:

A. Desenvolver e implantar, o site e o portal da SUPEL assim como quaisquer sistemas necessários para a gestão das licitações do Estado;

B. Viabilizar, conjuntamente com o MPRO, a atualização dos conteúdos no portal e informações nos sistemas de gestão de licitações;

C. Disponibilizar de forma transparente e online todas as informações acerca das licitações de responsabilidade da SUPEL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MP-RO:

Compromete-se o MP-RO, enquanto vigorar este Convênio, a:

A. Disponibilizar seu corpo técnico para implantação do presente termo de cooperação, consistente na criação e hospedagem de site Institucional, assim como os Sistemas de Gestão de Licitações;

B. Realizar a manutenção preventiva e periódica do site, inclusive no tocante à implantação de novas tecnologias;

C. Manter a disponibilidade do site 24 (vinte e quatro) horas por dia, e 7 (sete) dias por semana, desde que haja plena operabilidade do link de dados, bem como a regularidade de softwares e hardware.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO

O MP-RO e a SUPEL designarão os seus responsáveis técnicos pela coordenação do Termo de Cooperação Técnica em referência, oficializando essas escolhas mutuamente.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE

Os documentos, notícias ou qualquer tipo de informações produzidos ou reproduzidos no portal e no sistema de gestão de licitações são de inteira responsabilidade de seus autores.

Parágrafo único. Fica desde já estabelecido que o controle de acesso ao portal e ao sistema de gestão será de responsabilidade única da SUPEL, fornecendo apenas senhas para servidores do MPRO selecionados e aprovados por ambas as instituições.

CLÁUSULA QUINTA – DOS COMPROMISSOS RECÍPROCOS

O MP-RO e a SUPEL se responsabilizam cada qual pela remuneração de seus respectivos servidores designados para as ações e atividades previstas neste TERMO DE COOPERAÇÃO, bem como de quaisquer outros encargos a eles pertinentes, por meio de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo não envolve a transferência de recursos públicos, cabendo a cada partícipe o custeio das despesas inerentes às atribuições específicas de sua competência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO terá vigência de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.

Parágrafo único. As alterações deste Acordo serão promovidas por intermédio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do ajustado poderá ensejar sua rescisão por quaisquer das partes. No caso de descumprimento pela SUPEL, deverá ser aplicado o disposto nos art. 77 a 80 da Lei 8.666/93, salvo se houver motivo justificado aceito pelo MP-RO.

§ 1º Face aos princípios que regem o convênio, que entre outros diz que este é um ajuste de vontade, e que as partes podem livremente se retirar deste, somente restará responsabilidade para o MP-RO e SUPEL se caracterizado dolo, má-fé ou culpa.

§ 2º A parte que desejar denunciar o Convênio deverá comunicar a outra, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, o que implicará a sustação imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, continuando em pleno

vigor as averbações efetuadas até a efetiva liquidação dos empréstimos já concedidos.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Será incumbência do MP-RO providenciar, à sua conta, a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário da Justiça do Estado de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro de Porto Velho, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Convênio, com renuncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem as partes justas e acertadas, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Porto Velho, 16 de dezembro de 2011.

HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

MARCIO ROGÉRIO GABRIEL
Superintendente da SUPEL
TESTEMUNHAS:

Fábio Ricardo Rodrigues dos Santos
Maria Fernanda B. M. de Souza

EXTRATO DA PORTARIA Nº 013/2011/2ªPJPB
PROCEDIMENTO PRELIMINAR DE INVESTIGAÇÃO
MP/RO 2011001010013683
Data da instauração: 20 de dezembro de 2011
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno
Promotora: Dra. Josiane Alessandra Mariano Rossi
Interessados: Rosimeire Elizabete Leite Grazílio e Elenice Pires Vaz
Assunto: Acompanhar o atendimento dos alunos especiais nas escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Pimenta Bueno.
JOSIANE ALESSANDRA MARIANO ROSSI
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EXTRATO DA PORTARIA Nº 010/2011-2ª PJ/GM
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO PRELIMINAR Nº 2011001010020311
DATA DA INSTAURAÇÃO: 26/12/2011
PROMOTOR DE JUSTIÇA: MATHEUS GONÇALVES SOBRAL
INVESTIGA DA: Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO
ASSUNTO: Apurar indícios de irregularidades atribuídas ao Concurso Público para provimento de cargos de nível médio e superior no Município de Nova Mamoré.

EXTRATO DA PORTARIA
PROCEDIMENTO PRELIMINAR DE INVESTIGAÇÃO
MP/RO 2011001010007136
Data da instauração: 20 de julho de 2011
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno
Promotora: Dra. Josiane Alessandra Mariano Rossi
Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Pimenta Bueno-RO
Assunto: Efetivação da norma do artigo 13 da lei 8.429/1992, que dispõe sobre a apresentação de declarações de bens pelos agentes públicos quando da posse e anualmente em relação à Câmara Municipal de Vereadores de Pimenta Bueno-RO.
Arquivamento: Portanto, não existindo mais razão para a continuação do presente procedimento, visto que houve as adequações pretendidas para a efetivação da norma prevista no artigo 13 da lei 8.429/92, através de atendimento a recomendação, aos ofícios e a expedição de resolução. Posto isto, a teor das disposições do artigo 9º da Lei 7.347/85, promove-se o arquivamento, pugnando pela sua homologação.
JOSIANE ALESSANDRA MARIANO ROSSI
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EXTRATO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIDADE PÚBLICA
AUTOS Nº 2010001060004059
Data da ação: 14 de dezembro de 2011.
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Vilhena/2ª Titularidade.
Promotor: Dr. Paulo Fernando Lermen.
Requeridos: José Luiz Rover; Município de Vilhena; Igreja Missão Evangélica El Shaddai – Visão Celular e seu presidente Edeclaudio da Silva Albuquerque; Luciana Bastos Florentino Scherer; Adelires Calonego Albuquerque; e Adriana Delfino de Abreu Neves.
Autos nº 0011987-22.2011.8.22.0014 – 2ª Vara Cível.
Assunto: "Trata-se de Ação Civil Pública em que o Ministério Público do Estado de Rondônia requer a declaração de atos constitutivos de improbidade administrativa e a responsabilização dos requeridos em razão da concessão de uso do bem imóvel público denominado Praça H, do Setor 04, efetivada pelo Município de Vilhena em favor de entidade religiosa da cidade sem observâncias às formalidades legais aplicáveis à espécie, e em razão de que alguns dos requeridos são servidores públicos municipais e ao mesmo tempo ocupantes de cargos junto à diretoria da entidade beneficiada. Requer, outrossim, a anulação do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel nº 023/2010."
Vilhena-RO, 16 de dezembro de 2011.
PAULO FERNANDO LERMEN
Promotor de Justiça
Curador do Patrimônio Público
e Urbanismo/Probidade Pública

EXTRATO DA PORTARIA Nº 011/2011-2ª PJ/GM
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO PRELIMINAR Nº 2011001010014728
DATA DA INSTAURAÇÃO: 28/12/2011
PROMOTOR DE JUSTIÇA: MATHEUS GONÇALVES SOBRAL
INVESTIGA DA: Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim/RO
ASSUNTO: Cobrança indevida de taxa para emissão de Certidões Negativas por parte da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim.

EXTRATO DA PORTARIA
PROCEDIMENTO PRELIMINAR DE INVESTIGAÇÃO
MP/RO 2011001010013843
Data da instauração: 03 de outubro de 2011
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno
Promotora: Dra. Josiane Alessandra Mariano Rossi
Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de São Felipe D'Oeste-RO
Assunto: Efetivação da norma do artigo 13 da lei 8.429/1992, que dispõe sobre a apresentação de declarações de bens pelos agentes públicos quando da posse e anualmente em relação à Câmara Municipal de Vereadores de São Felipe D'Oeste.
Arquivamento: Portanto, não existindo mais razão para a continuação do presente procedimento, visto que houve as adequações pretendidas para a efetivação da norma prevista no artigo 13 da lei 8.429/92, através de atendimento a recomendação, aos ofícios e a expedição de resolução. Posto isto, a teor das disposições do artigo 9º da Lei 7.347/85, promove-se o arquivamento, pugnando pela sua homologação.
JOSIANE ALESSANDRA MARIANO ROSSI
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EXTRATO DA PORTARIA
PROCEDIMENTO PRELIMINAR DE INVESTIGAÇÃO
MP/RO 2011001010010723
Data da instauração: 30 de agosto de 2011
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno
Promotora: Dra. Josiane Alessandra Mariano Rossi
Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Primavera de Rondônia-RO
Assunto: Efetivação da norma do artigo 13 da lei 8.429/1992, que dispõe sobre a apresentação de declarações de bens pelos agentes públicos quando da posse e anualmente em relação à Câmara Municipal de Vereadores de Primavera de Rondônia-RO.
Arquivamento: Portanto, não existindo mais razão para a continuação do presente procedimento, visto que houve as adequações pretendidas para a efetivação da norma prevista no artigo 13 da lei 8.429/92, através de atendimento a recomendação, aos ofícios e a expedição de resolução. Posto isto, a teor das disposições do artigo 9º da Lei 7.347/85, promove-se o arquivamento, pugnando pela sua homologação.
JOSIANE ALESSANDRA MARIANO ROSSI
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EXTRATO DE DISPENSA LICITATÓRIA
Processo nº 2011001120011211
Objeto: Taxa de registro de arma
Favorecido: Superintendência Regional do Departamento de Policia Federal de Rondônia – CNPJ: 00.394.494/0038-28
Fundamento legal : Art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93.
Valor: R$ 120,00 – (cento e vinte reais). Natureza da Despesa N.º 3390.4712
Éverson Antônio Pini– Promotor de Justiça – Secretário-Geral em substituição.

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO
CONVÊNIO N. 010/2007-PGJ
CONVENENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob n. 04.381.083/0001-67, localizado à Rua Jamari, nº. 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO.
CONVENIADA: SECRETARIA ESTADUAL DE JUSTIÇA, com sede nesta Cidade, à Rua Pe. Chiquinho, s/nº, Esplanada das Secretarias, bairro Pedrinhas, doravante denominada SEJUS com interveniência do FUNDO PENITENCIÁRIO – FUPEN, com sede em Porto Velho, na Rua Padre Chiquinho, s/nº, Esplanada das Secretarias, bairro Pedrinhas.
DO OBJETO E VIGÊNCIA: Prorrogar a vigência do instrumento original por mais 12 (doze) meses, cujo objeto é a ressocialização e reintegração do apenado ao convívio social, utilizando para tanto a prestação de serviços de mão-de-obra de apenados dos regimes fechado, semi-aberto e aberto, em caráter temporário, remunerados na forma da lei, mediante solicitação escrita do Ministério Público do Estado de Rondônia, para a execução de serviços administrativos auxiliares e gerais diversos no âmbito do Ministério Público do Estado.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor do presente termo aditivo é de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), cujo pagamento será efetuado na mesma forma do instrumento original, através do processo administrativo nº. 2011001120000151, nota de empenho nº. 2011NE00031, programa de trabalho nº. 0312212802002 e elemento de despesa nº. 339139.
Ratificam-se neste ato, todas as demais cláusulas e condições constantes no texto inicial do convênio.
Porto Velho, 18 de novembro de 2011.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Rondônia
FERNANDO OLIVEIRA
Secretário de Estado

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1º Cartório do Juizado Especial Criminal
Proc.: 0008519-35.2011.8.22.0601
Ação: Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Vítima do fato: Danielle Teixeira Rosa, Reginaldo Girelli Machado
Advogado: Velci José da Silva Neckel - OAB/RO nº 3844.
Autor do fato: José Carlos Leite da Silva
DESPACHO: "Ante o exposto, redesigno a audiência de conciliação para o dia 18.01.2012, às 10h30. INTIMEM-SE AS SUPOSTAS VÍTIMAS. (Porto Velho, 05.12.2011 Roberto Gil de Oliveira - Juiz de Direito)
Belª Sandra Regina Gil N. Menezes
Escrivã Judicial

1º Cartório do Juizado Especial Criminal
Proc.: 0008361-77.2011.8.22.0601
Ação: Reabilitação
Requerente: João Barbosa Cidade
Advogado: Eliane de Fátima Alves Antunes (RO 3151)
DESPACHO: "J. Mantenho a DECISÃO de fls. 12. Porto Velho, 14 de dezembro de 2011. (a) Roberto Gil de Oliveira - Juiz de Direito."

Belª Sandra Regina Gil N. Menezes
Escrivã Judicial

VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

1º Cartório de Delitos de Tóxico
Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Glodner Luiz Pauletto
Escrivã Judicial: Antônia Lucitânia P. Veras
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico:
pvh1toxico@tjro.jus.br

Proc.: 0015746-85.2011.8.22.0501
Ação: Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente: Paulo José de Souza Costa
Advogado: Celivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3561)
DECISÃO:
Intimar Advogado: Celivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3561) da seguinte DECISÃO: "Diante do exposto, INDEFIRO o pleito. Intime-se.Transitado em julgado a DECISÃO , arquivem-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito"

Proc.: 0015872-38.2011.8.22.0501
Ação: Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente: Vanes Pereira da Silva
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
DECISÃO:
Intimar o advogado Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974) da seguinte DECISÃO: "Diante do exposto, INDEFIRO o pleito. Intime-se. Transitado em julgado a DECISÃO , arquivem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011. Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito"

Proc.: 0009487-74.2011.8.22.0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Alvaro Brito da Silva, Juciclei Brito da Silva, Sandra Maria Monteiro Pereira
DESPACHO:
ADVOGADO(A): VALDENIRA DE FREITAS NEVES DE SOUZA OAB/RO 1983FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) do seguinte DESPACHO: Vistos. Recebo os apelos de fls. 165 verso, e de fls. 163.Juntadas as razões e contra-razões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo.Porto Velho-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011. Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0014983-84.2011.8.22.0501
Ação: Restituição de Coisas Apreendidas
Requerente: Cristina Barboza Moreira
Advogado: Liza Liz Ximenes de Souza (OAB/RO 3920)
DECISÃO:
Intimar a Advogada: Liza Liz Ximenes de Souza (OAB/RO 3920) da seguinte DECISÃO: "Diante do exposto, INDEFIRO o pleito. Intime-se. Transitado em julgado a DECISÃO , arquivem-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito"

Proc.: 0004818-75.2011.8.22.0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Roniclécio Lima
DESPACHO:
ADVOGADO(A): SANDRA PIRES CORREA ARAUJO OAB/RO 3164FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) do seguinte DESPACHO: Vistos. Recebo os apelos de fls. 82.Juntadas as razões e contra-razões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo.Porto Velho-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Antonia Lucitânia P. Veras
Escrivã Judicial

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Proc.: 0015997-06.2011.8.22.0501
Ação: Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente: Vanderlei Fernandes Salgueiro
Advogado: Maria do Socorro Gadelha dos Santos (OAB/RO 21884)

DECISÃO:
Vistos etc. .O requerente, qualificado nos autos, pede a liberdade provisória, segundo se vê dos argumentos trazidos na inicial, juntando-se os documentos necessários para comprovar o alegado.Em seu parecer o Ministério Público opina pela concessão do benefício.O requerente é primário, não registra antecedentes, o crime que lhe é imputado não foi praticado mediante violência ou grave ameaça, bem como demonstrou possuir residência fixa.Assim, não estão presentes os fundamentos para manutenção da prisão cautelar.Ante do exposto, concedo LIBERDADE PROVISÓRIA ao requerente mediante o compromisso de comparecer a todos os atos processuais a que for intimado, não se ausentar deste juízo sem autorização e comunicar eventuais alterações de endereço.Expeça-se Alvará de Soltura, podendo ser liberado o requerente, se por outro motivo não estiver preso.Certifique-se esta DECISÃO nos autos principais, intime-se e arquive-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Renato Bonifácio de Melo Dias Juiz de Direito
Kauê Alexsandro Lima
Escrivão Judicial

2º Cartório Criminal
Proc.: 0101961-35.2009.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Paulo Afonso Cunha de Oliveira Filho
Advogado: Fabiane Martini (OAB/RO 3817)
SENTENÇA: Vistos etc. O MINISTÉRIO PÚBLICO denunciou PAULO AFONSO CUNHA DE OLIVEIRA FILHO por infração ao disposto no art. 157, § 2º, II, do CP, (...).Ante o exposto, julgo procedente a pretensão punitiva estatal e condeno PAULO AFONSO CUNHA DE OLIVEIRA FILHO à pena do art. 157, § 2º, II, do CP.À época do fato PAULO AFONSO era primário, não registrava antecedentes, sua culpabilidade foi inerente ao delito praticado e de sua conduta não houve maiores consequências, por estas razões, fixo a pena base em 4 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa. Verifico a ocorrência da atenuante de menoridade relativa, no entanto, deixo de aplicá-la em razão da pena já ter sido fixada no mínimo legal. Pelo roubo ter sido praticado em concurso de pessoas, aumento a pena em 1/3 (um terço), fixando-a em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias multa, cujo valor unitário fixo no mínimo legal (R$ 18,00). Por não haver outras circunstâncias a considerar, torno esta pena em definitivo.Fixo o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena.Proceda-se a destruição do simulacro de arma de fogo apreendido.Após o trânsito em julgado, lance o nome do réu no rol dos culpados, proceda-se as comunicações e anotações de praxe, expeça-se MANDADO de prisão para recolhimento dele no regime prisional fixado, expeça-se guia de execução e arquive-se.Custas pelo condenado.P. R. I.Porto Velho-RO, segunda-feira, 12 de dezembro de 2011.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0043687-93.2000.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Francisco Marineudo Macedo Lopes
Advogado: Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
FINALIDADE: Intimar o acusado acima nominado, por intermédio de seu advogado, a apresentar as alegações finais por memoriais no prazo legal.

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias
Vara: 2ª Vara Criminal
Proc.: 0012241-86.2011.8.22.0501
DE: RODRIGO LIMA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, natural de Porto Velho-RO, nascido aos 17.8.1979, filho de José Marques dos Santos e de Osvaldina Rosa de Lima Campos. Atualmente em lugar incerto e não sabido, incurso nas penas do art. 306 e 309 do Código de Trânsito Brasileiro.
FINALIDADE: 1) - CITAR o acusado acima qualificado para responder à acusação que lhe foi imputada nos termos da denúncia anexa, apresentando a resposta, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, quando poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, o que deverá ser feito por meio de advogado. Notifique o réu a informar se deseja que lhe seja nomeado o Defensor Público para sua defesa. 2) - INTIMAR o denunciado acima qualificado, para comparecer no dia, hora e local descritos abaixo, para Audiência de Proposta de Suspensão do Processo, nos termos do art. 89, "caput", §§ da Lei nº 9.099/95, referente ao inquérito acima mencionada, que tramita neste Juízo, devendo ser notificada que, caso não compareça à audiência será interpretado como não aceitação da proposta de suspensão, com o conseqüente recebimento da denúncia e prosseguimento da ação penal. Deverá comparecer acompanhado de advogado, na impossibilidade, será nomeado Defensor Público.
DATA DA AUDIÊNCIA: 02 de março de 2012, às 08: 30 horas.
OBSERVAÇÃO: O acusado não tendo defensor poderá comparecer na sede do Juízo, dentro do prazo estabelecido, munido dos documentos, justificações, provas pretendidas e rol de testemunhas com suas qualificações, a fim de que o Defensor Público da Vara responda à acusação.
Sede do Juízo: Fórum Criminal Des. Fouad Darwich Zacharias, Av. Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO, 78916050.

Proc.: 0011522-07.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Rafael Ribeiro dos Santos
Advogado: Gilvane Veloso Marinho-OAB/RO 2139; Pedro Brito dos Santos OAB/RO578.
Finalidade: Fica o réu, por via de seus advogados, intimado a apresentar alegações finais no prazo de 05 dias, conforme determinação de fls. 116, em audiência realizada no dia 13.12.2011.

Kauê Alexsandro Lima
Escrivão Judicial

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Proc.: 0005394-93.2010.8.22.0601
Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente: Hjalmar Teixeira de Araujo
Advogado: Ronaldo Carlos Barata (RO 729)

Requerido: Município de Porto Velho - RO
Advogado: Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705)
SENTENÇA:
Vistos. Observa-se dos autos, que o apontado devedor deixou transcorrer o prazo legal, sem apresentar embargos, oportunidade em que atendeu a Requisição de Pequeno Valor RPV, efetuando o depósito de quantia suficiente para satisfação do crédito, nos moldes do Provimento nº 004/2008, razão pela qual verifica-se que a obrigação foi satisfeita, sendo hipótese de aplicação do contido CPC I, 794. Ademais, é sabido que a extinção do processo de execução somente produz efeitos após declarada por SENTENÇA (CPC 795). Diante do exposto, pelos fundamentos expendidos alhures, declaro extinta a presente execução (CPC I, 794).Publicação e Registro automáticos.Intime-se da SENTENÇA pelo DJ e arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0008152-11.2011.8.22.0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente: José Alberto Viana Ferreira
Requerido: Estado de Rondônia
SENTENÇA:
Vistos. Trata-se de ação ordinária, onde a parte requerente pugnou pela extinção anômala do feito (fls.84). Posto isto, declaro extinto o processo (51 LJE nº 9.099/95 c/c CPC VIII 267) .Sem custas e honorários advocatícios.Publicação e Registro automáticos.Agende-se decurso de prazo recursal que fluirá da publicação no DJ.Com o trânsito em julgado, arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

1º Cartório da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET..
www.twitter.com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj.ro.gov.br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj.ro.gov.br

Proc.: 0024535-21.2011.8.22.0001
Ação: MANDADO de Segurança
Impetrante: Município de Guajará Mirim RO
Advogado: Ivonete Rodrigues Caja (OAB/RO 1871)
Impetrado: Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO
DESPACHO:
DESPACHO O MANDADO de Segurança é o meio posto a disposição para atacar ato de Autoridade Coatora que entende ser pessoa física investida de poder de DECISÃO na esfera de competência que lhe é atribuída, ou seja, Autoridade com poder de atuação que possa alterar o ato coator invocado no presente feito.De acordo com a nova Lei n. 12016 de 07 de agosto de 2009, que trata de MANDADO de Segurança, tem-se que é necessário além de indicar a Autoridade Coatora, a pessoa jurídica que esta integra, ou seja, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições (art. 6º).Assim, é necessário assegurar-se que o procedimento é próprio da pessoa jurídica afirmada em petição.Observa-se, ainda, o número de cópias de acordo com a lei em vigência, considerando a necessidade de indicar o ente jurídico a que está subordinada a Autoridade Coatora. Emenda-se inicial, procedendo as correções necessárias, no prazo de cinco dias.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Rutinéa Oliveira da Silva
Escrivã Judicial

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa
Escrivã: Silvia Assunção Ormonde
Email: pvh2fazgab@tj.ro.gov.br
Email: pvh2faz@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0013399-61.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Jucimarina da Conceição Tavares Soares
Advogado: Zoil Batista de Magalhães Neto (OAB/RO 1619)
Executado: Município de Porto Velho RO
Advogado: Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B)
SENTENÇA:
Considerando que houve o pagamento da dívida, pelo valor sequestrado, entendo como satisfeita a obrigação, nos termos do artigo 794, I, c/c 795 do Código de Processo Civil e, extingo este processo julgando resolvida a presente execução. Sem custas.Após as formalidades de praxe, arquivem-se os autos. Publique-se.Registre-se.Intime-se ePorto Velho-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0004718-05.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Cledilon Ferreira Monteiro
Advogado: Márcio Silva dos Santos (OAB/RO 838)
Executado: Estado de Rondônia
Advogado: Evanir Antonio de Borba (OAB/RO 776)
DESPACHO:
R. hoje,1 - Defiro o prazo requerido pelo Estado de Rondônia. 2- Com os documentos apresentados verifique-se qual conta bancária recaiu o depósito, se verificado tratar-se de conta indicada na RPV, de titularidade diversa da indica pelo exequente, intime-se o titular da conta para que proceda o imediato depósito do valor em nome deste juízo, feito isto, expeça-se alvará em nome do exequente.3 ? Expirado o prazo concedido ao Estado de Rondônia e não havendo comprovação do cumprimento da RPV, determino a expedição de MANDADO de sequestro do valor em execução atualizado, com consequente expedição de alvará.4- Intime-se Porto Velho-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0023994-85.2011.8.22.0001
Ação: MANDADO de Segurança
Requerente: Giovani Patrick Bevilácqua
Advogado: Francisco Ricardo Vieira de Oliveira (OAB/RO 1959)
Litisconsorte Passiv: Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
DESPACHO:
Torno sem efeito o DESPACHO anterior (fl. 72). Determino seja oficiada a autoridade coatora com cópia da DECISÃO do egrégio TJRO (fls. 68/70) para cumprimento.Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Silvia Assunção Ormonde
Escrivã Judicial

4ª VARA DE FAMÍLIA

4ª Vara de Família e Sucessões
Proc.: 0013853-92.2011.8.22.0102
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: S. S. B.
Advogado: Marcos Araujo (846 RO)
Requerido: E. O. da S.
DESPACHO:
Vistos, R. A. em segredo de justiça e com gratuidade judiciária.Apense-se aos autos de Guarda (nº 0012138-15.2011.8.22.0102).Pelo que consta da inicial, o menor foi levado pelo pai no dia 01.11.2011 para passar o final de semana com o filho. Durante a visita, o mesmo levou o menor ao Hospital Cosme e Damião, em razão de uma crise de bronquite. Lá também constataram que a criança estava com algumas lesões no corpo, por agressões proferidas pela mãe, conforme a mesma afirma na inicial. Conclui-se, daí, que não estão presentes os requisitos autorizadores da pretendida medida liminar inaldita altera pars, pois a criança encontra-se na posse do pai desde o 1º dia do mês de novembro de 2011 e a parte autora não trouxe aos autos justificativa plausível acerca da urgência da liminar pleiteada, por isso indefiro-a.Cite-se o requerido para apresentar contestação no prazo legal (cinco dias), indicando as provas que pretende produzir.Aguarde-se a realização da audiência nos autos de guarda, designada para o dia 08.02.2012.Servindo esta como MANDADO . Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
pvh2civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0020493-26.2011.8.22.0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Luzana Freira Trajano, Marli da Silva Pedrosa Maciel, Jean Silva Colares, Jucélia Pimenta de Souza, Cristiane Galvao Pereira, Joaquim de Souza Gomes, Júnior Galvão da Silva, Manuel Reis de Oliveira, Cibele Alencar de Souza, Bruno Lima Gonçalves, Luiz Paixão Rodrigues, Jose Alberto Dantas de Melo, Kleysom Hugo Ramalho de Melo, Francisco Belarmino Trajano, Anderson Fernandes Trajano, Raimundo Sival Viana de Castro, Mineli Nascimento da Silva, Laudelino Nascimento da Silva, Maria Aparecida Messias, Elane Nei do Nascimento Nunes, Laís Taiane Neri do Nascimento, Pedro Maia Nogueira, Francisco Cirineu Silveira Maia, Valdir Lopes da Silva, Danny Acosta Monasterio, Francisca Alessandra da Silva Pinto, Eleize Silva Falcao, Joao Mario de Souza Gomes, Efigenia Cristina Santos Fonseca, Francisca Necy Silveira Maia, Ana Cláudia Cordeiro Prates, Alan Fabrício Cordeiro Prates, Rubens Ferreira de Aguiar, Adson Sousa de Lima, Francisco de Assis Silva de Souza, Lucimar Pereira de Oliveira, Francisca Trindade Miranda, Max Rogerio Baquete, Maria Regina Baquete, Maria de Lourdes Alves da Silva, Janaína da Silva Lopes, Cátia de Souza Mourão, Adino Fernando Alves de Lima, Marinaldo Jose de Melo, Maria Aparecida Negrao de Oliveira, José Costa Rodrigues, Paloma Marques Rodrigues, Itamar Jorge de Jesus Olavo Junior, Jose Antonio da Silva, Cristiano Pereira da Silva, Telis Romero Saores da Silva, Cleimarques Abadias Cassupa, Sebastião Rodrigues da Silva, Elinaldo Leite de Alexandre, Welson Duarte Sena, Edgar Felixmer Salvo Pereira, Pâmela da Silva Lopes, Daniel Negrao, Joel Gonçalves de Sá, Elane Silva Falcao, Maria Nilva Ferreira da Silva, Francisco Raimundo Barbosa de Oliveira, Rosinildo de Castro, Maria Francisca Gonzaga de Oliveira, Aldenir Aparecido da Silva
Advogado: Maria Eugênia de Oliveira (OAB/RO 494A)
Requerido: Luisa de Lutti Riboni, Gianstefano Riboni
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc. Luzana Freira Trajano e outros, todos qualificados às fls. 03/06, interpuseram ação de desapropriação contra Luisa de Lutti Riboni e Gianstefano Riboni, ambos qualificados às fls. 06.Noticiam os autos que o imóvel que pretendem desapropriar para fins sociais encontra-se em total abandono há mais de 20 anos e que os requeridos encontram-se em lugar incerto e não sabido. Dizem que há mais de 03 meses estão ocupando regularmente a referida área, com construção de barracos, sendo que a propriedade do imóvel não está sendo reivindicada por qualquer pessoa.É o relatório. Decido.A desapropriação é um ato de direito público mediante o qual a administração, com base na necessidade pública, na utilidade pública ou no interesse social, desvincula um bem de seu legítimo proprietário para transferir sua propriedade a um ente estatal ou a particulares, com prévia e justa indenização. Como se pode ver, a desapropriação é um ato, mas ato de império, ato de poder público, ato do Estado, da Administração, nunca ato particular, diante disso, os autores são partes ilegítimas para requererem pessoalmente a desapropriação de imóvel rural particular, ainda que seja para fins sociais. Outrossim, outro requisito da desapropriação é a indenização, que é a compensação oferecida pelo Estado ao sacrifício imposto à propriedade particular, devendo a mesma ser prévia e justa, fato que sequer se insurgiram os autores.Do exposto, Indefiro a inicial extinguindo o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 267, I e IV, c/c art. 295, II, todos do Código de Processo Civil.P.R.I. Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0024542-13.2011.8.22.0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Milene Suely Souza Coelho
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo ( )
Requerido: Banco Santander S.A.

DECISÃO:
DECISÃO/CARTA/MANDADO Milene Suely Souza Coelho ingressa com medida cautelar inominada em face de Banco Santander S/A, pretendendo a imediata baixa do gravame junto ao DETRAN/RO do veículo Ford Fiesta Hatch Class 1.6 flex, ano/modelo 2010/2011, placa NCM 0077, Renavam 222864273, alegando em síntese que firmou acordo com a instituição financeira Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A nos autos nº 0022332-23.2010.822.0001, que tramitou na 7ª Vara Cível de Porto Velho, no qual as partes acordaram, resultando na quitação do débito do referido veículo. Afirmou ainda que ficou acordado verbalmente que o requerido, no prazo de 48h providenciaria a baixa do gravame junto ao órgão de trânsito, porém não cumpriu sua obrigação, o que tem lhe causado sérios prejuízos, pois adquiriu novo veículo, dando como parte do pagamento o automóvel informado, porém a concessionária somente lhe entregará o bem após a baixa do referido gravame do automóvel Ford Fiesta.É o relatório. Decido.Compulsando os autos, verifico que, em que pese as partes terem firmado acordo nos autos da ação de consignação em pagamento nº 0022332-23.2010.822.001, a parte autora não se desincumbiu de comprovar cabalmente que cumpriu sua obrigação, pois o documento de fls. 12 não se trata do original, mas de cópia que está ilegível na parte final.Outrossim, na petição de acordo inexiste qualquer informação de que a cédula de crédito que se pretendia quitar teve como garantia o veículo Ford Fiesta Hatch Class 1.6 flex, ano/modelo 2010/2011, placa NCM 0077.A análise dos argumentos expendidos na inicial e dos documentos apresentados, não se permite concluir, de plano, pela relevância dos fundamentos invocados pela parte autora, pelo que, INDEFIRO o pedido liminar.Apresente a parte autora, no prazo de 05 dias, a cópia do Contrato de Cédula de Crédito nº 20015528452, bem como o original do documento de fl. 12. Cite-se a parte requerida, via ARMP, para que no prazo de 05 (cinco) dias, ofereça defesa através de advogado constituído ou defensor público, nos termos do art. 802, consignando as advertências do art. 803, todos do CPC. Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de DireitoCÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Endereço: Rua José de Alencar, nº 3022, Centro, Porto Velho/RO

Proc.: 0024537-88.2011.8.22.0001
Ação: MANDADO de Segurança
Impetrante: Maiara Gorayeb dos Santos
Advogado: Luiz Roberto Mendes de Souza (4648)
Impetrado: Centro de Ensino São Lucas Ltda
DECISÃO:
DECISÃO presentes os requisitos autorizadores para a medida, qual seja o fumus boni iuris e o periculum in mora, defiro a liminar vindicada para determinar à autoridade impetrada que proceda com a regularização da matrícula da impetrante no 11º período do Curso de Medicina, referente ao segundo semestre do ano letivo de 2011, sob a condição de que a impetrante efetue um depósito judicial no valor de R$ 4.680,74, referente ao valor do alegado débito junto à faculdade. Intime-se.Notifique-se a impetrada para que, querendo, preste suas informações no prazo de 10 (dez) dias.Vindo ou não as informações, abra-se vistas ao Ministério Público.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Maria Dulcenira Cruz Bentes
Sra.

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Júlia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃO: pvh3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0022189-34.2010.8.22.0001
Ação: Consignação em Pagamento
Consignante: Adailton Farias Nascimento
Advogado: Gilson Lucas Fagundes (OAB/RO 4148)
Consignado: Ana Sheridam Damasceno de Oliveira
Advogado: Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
DESPACHO:
DESPACHO Proceda-se alteração de classe para cumprimento de SENTENÇA. Sobre proposta de acordo de fl.43, diga a exequente, no prazo de 10 dias.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000743-38.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Rozenildo Passos de Figueiredo
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Dibens S/A
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
DESPACHO:
DESPACHO Digam as partes sobre as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0021324-11.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Cleison Ramirez Costa, Cleidison Ramirez Costa, Adison Ramirez Costa, Cleberson Ramirez Costa, Glauber da Silva Costa, Vitor Cleber da Silva Costa
Advogado: Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573), Vera Maria da C. Souza (OAB/RO 573)
Requerido: Centauro Vida e Previdência S. A.
DESPACHO:
DESPACHO Proceda-se alteração da classe para cumprimento de SENTENÇA. Indefiro pedido de fl.105 por falta de amparo legal.Intime-se o exequente, por seu patrono via Diário da Justiça, para no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o pagamento das verbas condenatórias, no valor de R$ 19.252,90, sob pena da multa prevista no art. 475-J, CPC. Em não havendo o pagamento espontâneo, expeça-se MANDADO penhorando-se livremente. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo impugnação. Efetivada a penhora, intime-se a parte devedora na forma do §1º, do art. 475-J, do CPC, para querendo, impugnar à execução. Expeça-se o necessário. Cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0005784-83.2011.8.22.0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Osmilton Pinto de Mesquita
Advogado: João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3.669)
Requerido: Sul América Companhia de Seguro Saúde, Ev. & Cartaz Prestadora de Serviços Estadual
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303B)
DESPACHO:
DESPACHO Sobre contestação e documentos, diga a parte autora, nos termos do art.327 do CPC.Após, digam as partes sobre as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0082366-66.2007.8.22.0001
Ação: Despejo
Requerente: R. S. Maia
Advogado: Cristiane Vargas Volpon Robles (RO 1401), Érica Vargas Volpon (OAB/RO 1960)
Requerido: Dental Max Comércio e Representação Ltda
Advogado: Marcelo Henrique de Menezes Pinheiro (RO 265 B)
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro pleito retro,visto que o e. TJRO rescindiu convênio com o sistema RENAJUD, conforme publicação no DJE, n.026/2010, p. 94, de 09/02/2010.Requeira a parte autora o que de direito, no prazo de 05 dias.Trasncorrido prazo sem manifestação, proceda-se na forma do art.267, §1º CPC. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008455-79.2011.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: Valdir Muza Duarte
Advogado: Vladmir Oliani (OAB/RO 1126)
Requerido: Anderson Freitas e Silva
DESPACHO:
DESPACHO Sobre contestação e documentos, diga a parte autora, nos termos do art.327 do CPC.Após, digam as partes sobre as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0012991-36.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leoniza dos Santos Dantas de Azevedo
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
Requerido: Crefisa SA Credito Financiamento e Investimentos
DESPACHO:
DESPACHO Cumpra-se DECISÃO de fl.55/56.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0092667-53.1999.8.22.0001
Ação: Ação Reivindicatória (rito ordinário)
Requerente: D. de B. S. L.
Advogado: Leandro Cavol (OAB/RO 473A)
Requerido: J. M. D. A. J. A. L. J. M. A. L. B. A. C. E. R. M.
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que compete ao juiz tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes (CPC, art.125, IV), designo audiência de conciliação para o dia 26 de janeiro de 2012, às 11 horas. Intimem-se as partes, através da Defensoria Publica pessoalmente, dando-lhe ciência desta DECISÃO .Cumpra-se com urgência.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013273-11.2010.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Banco Abn Amro Real S/a
Advogado: Odailton Knorst Ribeiro (RO 652), Wyliano Alves Correia (OAB/RO 2715)
Requerido: Distribuidora Jamary Ltda
DESPACHO:
DESPACHO O autor reitera pedido de citação por edital, ao argumento de que desconhece atual localização da requerida ante a negativa na primeira diligência na qual certificou-se que a empresa ré havia se mudado a fl.89-v. Posteriormente, requereu a suspensão do feito para localizar novo endereço da requerida, o que foi indeferido, já que não houve estabilização da relação processual.Entretanto, não consta dos autos outra tentativa de localização da requerida. Assim, tem o autor tem à disposição outras formas para tentar encontrar o endereço atual das demandas. Apenas se se mostrarem inexitosas as demais tentativas é que se autoriza a citação via edital. Soa, de fato, precipitado o deferimento no contexto atual. A propósito: “PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL. CITAÇÃO POR EDITAL. APÓS ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7. REVISÃO DE PROVAS.RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 557 § 2º, CPC. 1. Omissis. 2. A citação editalícia deve ocorrer após frustradas todas as diligências necessárias para intimação pessoal do devedor. 3. Omissis. 4. Omissis. 5. Omissis.” (EDcl no REsp 969.060/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 17/08/2009) Intime-se o autor para que promova a citação do requerido, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito independente de nova intimação. Cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0020302-15.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Andreia Lima
Advogado: Cleber Jair Amaral (OAB/RO 2856)
Requerido: Maria Aparecida da Silva Prestes
Advogado: Juliano Junqueira Ignácio (OAB/RO 3552)
DESPACHO:
DESPACHO Digam as partes sobre as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002828-94.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Brasil Comercio de Materiais de Construção Ltda

Advogado: Caroline Carranza Fernandes Arnuti (OAB/RO 1915)
Requerido: Companhia Metalurgica Prada
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Cibele Miriam Malvone Toldo (OAB/SP 234610), Lara Bastos Andrade (SP 299011)
DESPACHO:
DESPACHO Digam as partes sobre as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0011020-16.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Sebastiao Adelino Angelo
Advogado: Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132), Paulo Fernando Lérias (OAB/RO 3747)
Requerido: CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S. A. (Eletrobras)
DESPACHO:
DESPACHO Em tempo, processe-se o feito em rito ordinário.No mais, cumpra-se DECISÃO retro.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0016596-87.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Jaime Antônio Primão
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: Lojas Renner S.A.
DESPACHO:
DESPACHO Em tempo, processe-se o feito em rito ordinário.No mais, cumpra-se DECISÃO retro.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Julia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHO S E SENTENÇA S PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.tj.ro.gov.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ: jjorge@ tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ: olivia@tj.ro.gov.br
VARA: pvh5civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0109290-22.2004.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Simone de Melo
Advogado: Abimael Araújo dos Santos (OAB/RO 1136)
Executado: Espólio de Vilson Edson Swinka
Advogado: Lise Helene Machado Vitorino (RO 2101), Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
INTIMAÇÃO DA ESCRIVANIA: Intimar a parte exequente, Simone de Melo, para trazer aos autos sua qualificação e endereço, que deverá constar na Carta de Adjudicação.

Proc.: 0086698-33.1994.8.22.0001
Ação: Execução de título extrajudicial
Autor: Banco da Amazônia S/A . BASA
Advogado: Marcus Vinícius Prudente (OAB/RO 212), Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Réu: Comercial de Veículos Ltda - COVEL, Luiz Malheiros Tourinho
Advogado: Lourival Goedert (OAB/RO 477A), Luiz Malheiros Tourinho (OAB/RO 39A)
DECISÃO:
DECISÃO Designem-se novas datas para hasta pública.Porto Velho-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0249343-77.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Seito & Cia Ltda
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: Roberto Bertipaglia Ruiz, Maidi Terezinha Bubans, Vera Lucia Bortoloni
DECISÃO:
DECISÃO Intimem-se as partes acerca da nova avaliação, devendo o credor esclarecer se persiste o interesse na adjudicação do veículo, no prazo de 48 horas, a correr em cartório, sob pena de extinção e arquivamento do feito.Em igual prazo, faculto aos executados apresentar proposta de pagamento ou parcelamento do remanescente do débito, considerando a planilha atualizada às fls. 240.Porto Velho-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0189192-53.2006.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Cia. Itaú Leasing de Arrendamento Mercantil
Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido: Márcio Jorge de Souza
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de feito em fase de cumprimento de SENTENÇA , cujo desarquivamento pode ser feito a qualquer tempo mediante simples requerimento (Art. 475-J, § 5º, CPC). Ao arquivo com as anotações necessárias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022522-49.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luzanira da Silva Machado Lopes
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido: Americel S/A
DECISÃO:
DECISÃO Luzanira da Silva Machado Lopes, qualificada às fls 03, ajuizou a presente ação em face de Americel S/A, também qualificada as fls. 03, pretendendo a declaração de inexistência de débito, bem como a reparação por danos morais, em razão da suposta inscrição indevida no cadastro de inadimplentes. Pleiteia a concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, para que seja excluído seu nome do cadastro

de inadimplentes.Passo a analisar o pedido de antecipação de tutela.A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.No caso em tela, o pedido de exclusão do cadastro de inadimplentes decorre de supostamente não existir relação jurídica entre as partes, que resultou mesmo assim em um débito. Sustentou que está sofrendo dano em decorrência da manutenção da inscrição.Todavia, a antecipação da tutela pretendida não deve ser deferida, pois, os documentos apresentados nos autos demonstram outras inscrições no cadastro de inadimplentes e, que a princípio não resulta em dano irreparável caso seja mantida a inscrição em discussão nos autos no SPC/SERASA. Dessa forma, não estão presentes os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, uma vez que não há comprovação nos autos que as outras inscrições estão sendo discutidas em juízo, não cumprindo, assim, o disposto no art. 273, do Código de Processo Civil.Ante o exposto INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos.Cite-se a parte requerida, com as observâncias legais, constantes nos artigos 285 e 319 do CPC.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Endereço: Avenida Carlos Gomes, n° 2262, Bairro São Cristovão, Porto Velho/RO.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014544-21.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Julia Silva Pereira
Advogado: Kristen Roriz de Carvalho (OAB/RO 2422)
Requerido: Vivo S. A.
DECISÃO:
DECISÃO Acolho a emenda a inicial.Julia Silva Pereira, qualificada às fls 03, ajuizou a presente ação em face de Vivo S/A, também qualificada as fls. 03, pretendendo a declaração de inexistência de débito, bem como a reparação por danos morais, em razão da suposta inscrição indevida no cadastro de inadimplentes. Pleiteia a concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, para que seja excluído seu nome do cadastro de inadimplentes.Passo a analisar o pedido de antecipação de tutela.A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.No caso em tela, o pedido de exclusão do cadastro de inadimplentes decorre de supostamente não existir relação jurídica entre as partes, que resultou mesmo assim em um débito. Sustentou que está sofrendo dano em decorrência da manutenção da inscrição.Todavia, a antecipação da tutela pretendida não deve ser deferida, pois, os documentos apresentados nos autos demonstram outras inscrições no cadastro de inadimplentes e, que a princípio não resulta em dano irreparável caso seja mantida a inscrição em discussão nos autos no SPC/SERASA. Dessa forma, não estão presentes os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, uma vez que não há comprovação nos autos que as outras inscrições estão sendo discutidas em juízo, não cumprindo, assim, o disposto no art. 273, do Código de Processo Civil.Ante o exposto INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos.Cite-se a parte requerida, com as observâncias legais, constantes nos artigos 285 e 319 do CPC.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 1941, Bairro Nossa Senhora das Graças, Porto Velho/ROPorto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0021546-42.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Serviço Social da Indústria - SESI/DR-RO
Advogado: Deise Lucia da Silva Silvino Virgolino (OAB/RO 615), Mileisi Luci Fernandes (OAB/RO 3487)
Executado: Marcelly Araujo Lopes
DECISÃO:
DECISÃO Cite-se em execução.Honorários em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos.Porém, ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 dias, a verba honorária deverá ser reduzida pela metade.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Endereço: Rua Rafael Vaz e Silva, nº 1347, Bairro Nossa Senhora das Graças, Porto Velho/RO.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0021938-79.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Simei da Silva Brandao
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Companhia Itauleasing de Arrendamento Mercantil
DECISÃO:
DECISÃO O autor pugnou pela concessão da assistência judiciária gratuita, mas não comprovou a alegada hipossuficiência econômico-financeira.Assim, para que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 1.060/50, o autor deverá apresentar nos autos o seu comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc.), bem como suas despesas básicas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, face o não recolhimento das custas. Prazo de 10 (dez) dias para apresentar os documentos ou recolher as custas.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022129-27.2011.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Elcineia Desmoni Sales
Advogado: Francisco de Freitas Nunes Oliveira (OAB/RO 3913)
Requerido: Celso Leite Ribeiro
DECISÃO:
DECISÃO Considerando que a parte requerente apresentou prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 1.102b, do CPC, defiro a expedição do MANDADO monitório, com as observâncias do art. 1.102c.Caso não haja pronto pagamento, nem sejam opostos embargos, certifique-se, tornando-me os autos conclusos para SENTENÇA. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Endereço: Residente e domiciliado na Limha 619, KM 28, CEP 76898-000, Município Governador Jorge Teixeira/RO.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0017884-70.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Elisa de Souza Costa, Francisco de Abreu Bezerra, Idevino Pagung, Jandir de Cesario, José Teles dos Santos, Daniel Martins de Azevedo, Talita Martins de Azevedo, Elias Martins de Azevedo, Carlos Martins de Azevedo, Pedro Antonio da Silva Filho, Teodozi Bay, Valdir Garcia Rodrigues, Vera Lúcia Lima Araújo
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco do Brasil S. A.
DECISÃO:
DECISÃO Acolho a emenda a inicial.Cite-se o executado para pagar o valor exequendo, no prazo de 15 dias, sob pena de incidência da multa no art. 475-J, do CPC.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Endereço: Rua Dom Pedro II, nº 607, Centro, Porto Velho/RO.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022231-49.2011.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Tapajós Comércio de Medicamentos Ltda
Advogado: Francisco Ferreira da Silva (OAB/RO 4543)
Requerido: Cyfarma Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda Drogaria Viva
DECISÃO:
DECISÃO Considerando que a parte requerente apresentou prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 1.102b, do CPC, defiro a expedição do MANDADO monitório, com as observâncias do art. 1.102c.Caso não haja pronto pagamento, nem sejam opostos embargos, certifique-se, tornando-me os autos conclusos para SENTENÇA. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Endereço: Primeiro Requerido situado à Avenida Mamoré, nº 2662, CEP 76.826-460, Porto Velho/RO; Segundo Requerido representado por seu titular residente e domiciliado à Rua Alfazema, nº 5898-1, CEP 76.807-546, Porto Velho/RO.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022365-76.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Thiago Bandeira da Silva
Advogado: Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968)
Requerido: American Life Companhia de Seguros
DECISÃO:
DECISÃO Defiro os benefícios da assistência judiciaria gratuita.Cite-se com as observâncias legais, constantes nos artigos 285 e 319 do CPC.Retifique - se a classe processual para o Rito Ordinário.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Endereço: Avenida Angelica, nº 2626 ? Consolação, São Paulo/SP.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022379-60.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Jocelino Pereira dos Santos
Advogado: Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968)
Requerido: American Life Companhia de Seguros
DECISÃO:
DECISÃO Defiro os benefícios da assistência judiciaria gratuita.Cite-se com as observâncias legais, constantes nos artigos 285 e 319 do CPC.Retifique - se a classe processual para o Rito Ordinário.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Endereço: Avenida Angelica, nº 2626 ? Consolação, São Paulo/SP.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022325-94.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056), Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Executado: BEITUM E MALDONADO LTDA EPP, Oliveira Ferreira Barbosa, Jesus Luiz Gaiarini Maldonado, Carlos Beitum, Igor Luiz Gaiarini Maldonado, Fernanda Beitum
DECISÃO:
DECISÃO Cite-se em execução.Honorários em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos.Porém, ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 dias, a verba honorária deverá ser reduzida pela metade.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Endereço: Primeiro Requerido: Rua Marechal Deodoro, nº 3225, Bairro São Cristóvão, Porto Velho/RO; Segundo Requerido: Rua F, nº 06, Centro, Alta Floresta/MT; Terceiro Requerido: Rua dos Sonhos, nº 2712, Bairro Centro, Porto Velho/RO; Quarto Requerido: Rua C, nº 4400, Centro, Alta Floresta/MT; Quinto Requerido: Rua dos Sonhos, nº 2712, Centro, Porto Velho/RO; Sexto Requerido: Rua C, nº 4400, Centro, Alta Floresta/MTPorto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Olivia Adna Barata
Escrivã

7ª VARA CÍVEL

7ª Vara Cível
Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito
Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tj.ro.gov.br
Escrivã Judicial: Elza Elena Gomes Silva

Proc.: 0023925-53.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Reinildes Sávio Gouvea de Oliveira
Advogado: Jucymar Gomes Cardoso (OAB/RO 3295)
Requerido: Mega Veículos Ltda, Banco Itaucard S. A.
DESPACHO:
Intime-se a advogada indicada na petição inicial (fls. 03/14) para, se for o caso, assinar o documento.Intime-se.Porto Velho-RO, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Elza Elena Gomes Silva
Escrivã Judicial

8ª VARA CÍVEL

8ª Vara Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE A JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro.jus.br
JUÍZA DE DIREITO: ÚRSULA GONÇALVES THEODORO DE FARIA SOUZA
ESCRIVÃ EM SUBSTITUIÇÃO: KELI CRISTINA DIAS MONTEIRO FLORES

Proc.: 0024522-22.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Tiago de Lima Cavalcante
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo ( )

Requerido: Banco Itaucard S.A.
DESPACHO:
DECISÃO Vistos. 1.Diante do alegado pelo autor que, aparentemente, comprova que não há vínculo junto ao requerido para justificar a sua inscrição, vislumbrando presentes os pressupostos legais, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA REQUERIDA, a fim de excluir do Serasa e SPC as pendências que o autor possui com o Banco Itaucard S/A. , referente ao comprovante de fls. 21 e 22, enquanto durar a demanda judicial.2. Oficie-se ao órgão para exclusão.3.Cite-se o réu para responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na INICIAL e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. 4.Com a resposta, faça-se vista para réplica. Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0016586-43.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: José Avelino Barbosa Junior
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
DESPACHO:
DECISÃO Vistos. 1.A parte autora reiterou seu pedido de antecipação de tutela, informando que a parte ré, mesmo devidamente citada, não retirou seu nome do rol de inadimplentes do SPC.2.Portanto, oficie-se ao órgão para exclusão.3.Após, aguarde-se a realização da audiência designada. Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0024521-37.2011.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Pedro Adelmo Korilo
Advogado: Andre Henrique Torres S. de Melo (5037)
Requerido: Curua Cia Construtora Ltda
DECISÃO:
DECISÃO Vistos. Analisando os autos, vejo que estão presentes os requisitos para a concessão da antecipação de tutela pleiteada. Os documentos colacionados à petição inicial, no caso específico, o cheque apresentado às fls. 14, demonstra a verossimilhança do direito autoral, mais precisamente, a garantia de que o crédito existe e que não foi quitado. Dessa forma, presentes os requisitos legais, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada e determino o imediato bloqueio do crédito existente no valor de R$ 28.859,45 (vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) da empresa CURUA CIA CONSTRUTORA LTDA junto a empresa CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA, deixando à disposição deste juízo até posterior deliberação. Em caso de descumprimento, fixo multa diária de R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) por dia até o limite de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).Após, cite-se conforme o rito monitório. (CPC, art. 1.102c). Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0024514-45.2011.8.22.0001
Ação: Consignação em Pagamento
Requerente: Maria Jose da Silva de Souza
Advogado: Pedro Brito dos Santos (OAB/RO 578)
Requerido: Gina Carla Marques Bispo
DESPACHO:
DECISÃO Vistos. Verifiquei no contrato de fls. 16/32, na cláusula vigésima terceira, alínea ¿b¿, que a dívida junto a Caixa Econômica Federal - CEF tem seu vencimento antecipado caso o contratante transfira a cessão de direitos sobre o imóvel a terceiros sem a anuência da instituição. Por isso, intime-se a parte autora para emendar a inicial, apresentando documento com a anuência da Caixa Econômica Federal, conforme determina o contrato. Prazo: 10 dias. Pena: Indeferimento da inicial.Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0024024-23.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria José Coelho Lima
Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Requerido: Almeida & Portela Comércio de Alimentos Ltda. ME, Camara de Diretores Lojistas Paulista
DESPACHO:
DECISÃO Vistos. A parte autora pugnou pela concessão da assistência judiciária gratuita, mas não apresentou documento ou justificativa para a alegada hipossuficiência.Assim, para que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 1.060/50, o autor deverá apresentar nos autos o seu comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc.), bem como suas despesas básicas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da INICIAL, face o não recolhimento das custas. Prazo de 10 (dez) dias para apresentar os documentos ou recolher as custas.Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0023917-76.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Dias Neto
Advogado: Alciene LoureÇo de Paula Costa (OAB/RO 4632), Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558)
Requerido: Banco Volkswagen S. A.
DESPACHO:
DECISÃO Vistos. A parte autora não informou na petição inicial qual é a sua profissão. Necessária se faz essa informação para a análise do pedido de gratuidade da justiça. Por isso, intime-se a parte autora para emendar a inicial, apresentando a informação de qual profissão exerce, justificando os motivos do pedido de gratuidade. Prazo: 10 dias. Pena: Indeferimento da inicial.Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0024199-17.2011.8.22.0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Ademar Ribeiro
Advogado: Fábio Coimbra Ribeiro (OAB/DF 31011)
Requerido: Marly Carlos de Souza, Andréia Souza dos Santos, Delcimara Pereira Gama, Cristiane dos Santos Valente
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 30, desentranhe-se o MANDADO para cumprimento, devendo o oficial de justiça manter contato com o advogado, nos telefones consignados no documento de fls. 30.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Keli Cristina Dias Monteiro Flores
Escrivã Judicial Substituição

10ª VARA CÍVEL

10ª Vara Cível
Proc.: 0024520-52.2011.8.22.0001
Ação: Arresto
Requerente: Amazon Terra Comercio e Serviços de Terraplanagem Ltda
Advogado: Carlos Alberto Sousa Mesquita (OAB/RO 805)
Requerido: Wpc Construções e Empreendimentos Ltda, Grupo Aportx Empeendimentos Ltda, Energia Sustentável do Brasil S.A.
DECISÃO:
Vistos. Trata-se de medida liminar de arresto postulada por AMAZON TERRA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA em face de WPC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, GRUPO APORTX EMPREENDIMENTO LTDA e ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.-ESBR. Aduz ter locado trator de esteira para a primeira requerida prestar serviço no canteiro de obras da Usina, como contratada da terceira requerida. Recebeu o pagamento mediante dois cheques, no valor total de R$58.410,41, que foram devolvidos por insuficiência de fundos. Afirma que a primeira e segunda requeridas respondem a vários processos por dívidas e estão prestes a cair em insolvência. Afirma que a terceira requerida assumiu em contrato a responsabilidade solidária. Pede o arresto de créditos no valor da dívida que, por ventura, as duas primeiras requeridas possuam junto à terceira requerida, ou, em não havendo esse crédito, seja arrestado o crédito cobrado em valores pertencentes à própria terceira requerida. Pede, ainda, recolhimento de custas ao final. Juntou documentos. Relatei decido.A concessão da medida liminar pretendida tem como fim garantir a existência de bens que garantam o pagamento das dívidas assumidas pelas requeridas, cujo valor está representado por dois cheques (fl. 27).Fundamentando o pedido, o requerente se valeu do disposto nos artigos 813 e 814 do CPC, que dispõe acerca das condições autorizadoras da medida de arresto.Destacou os incisos que permitem a medida quando o devedor, tendo domicílio, intenta ausentar-se e contraem dívidas extraordinárias. Juntou cópia de noticiário onde relata pedido de bloqueio de R$1 milhão da primeira e terceira requeridas e, em relação às duas primeiras requeridas, juntou consulta processual demonstrando a existência de pelo menos cinco ações judiciais em que as mesmas estão sendo cobradas por dívidas (fls. 86/89).O requerente, também, ainda oferece como caução um trator esteira de sua propriedade (fl. 85), na época avaliado em R$140.000,00. Isso servirá de garantia para eventuais danos provocados às requeridas em caso de não serem comprovadas, ao final, as justificativas da medida cautelar.Não obstante isso, não vejo motivo justificado para, em não sendo encontrado crédito em nome das duas primeiras requeridas, determinar o arresto do valor devido em crédito pertencente à terceira requerida. É que, contra esta, não há notícias da prática de artifícios fraudulentos voltados a prejudicar credores. E o noticiário publicado, por si só, não é suficiente para essa conclusão.Diante dessas circunstâncias, em um juízo sumário, entendo comprovado os requisitos autorizadores da medida liminar de arresto somente em relação às duas primeiras requeridas.Isto posto, defiro em parte o pedido de liminar para determinar o arresto em créditos das empresas WPC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA e GRUPO APORTX EMPREENDIMENTO LTDA junto à empresa ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.-ESBR, no valor de R$58.410,41, que deverão ser disponibilizado por esta última em conta judicial.Acolho a justificativa da requerente para deferir o pedido de recolhimento das custas ao final.Citem-se as requeridas acerca dos termos da presente, consignando as advertências de estilo.ESTA DECISÃO SERVIRÁ DE MANDADO .Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

COMARCA DE JI-PARANÁ

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juíz: Valdecir Ramos de Souza
Escrivã: Nadir Marques

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias
DE: LUIZ FERREIRA DE SOUZA, vulgo ‘’CESAR’’, brasileiro, motorista, filho de Sebastião Ferreira de Souza e Francisca Bernardes de Souza, nascido aos 19-11-1975, natural de Umuarama, Estado do Paraná, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Finalidade: 1 - Citar o réu acima qualificado para, responder a acusação, por escrito, conforme o advento da Lei 11.719/2008;
2 - Vencido o prazo sem que haja apresentação de defesa, os autos serão encaminhados a Defensoria Pública para oferecê-la, no mesmo prazo.
RESUMO DA DENÚNCIA: “... É dos autos do incluso inquérito que, no dia 26-10-2010, por volta das 10h30min, próximo ao Feirão do Produtor, nesta cidade, os denunciados Valderi Silva Ribeiro e Luiz Ferreira de Souza, mediante ardil, obtiveram, para si, vantagem ilicita, em prejuízo da vítima Maria Martins Batista (…) Em face do exposto, denuncio a Vossa Excelência LUIZ FERREIRA DE SOUZA como incurso nas penas do artigo 171, caput, do CP ... ”.
Vara: 1ª Vara Criminal
Processo: 0000276-47.2011.822.0005
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Ji-Paraná, 29 de Dezembro de 2011.

Nadir Marques
Escrivã Judicial

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Juiza: Juliana Couto Matheus
Escrivã: Suci Mara Leite Lemos
E-mail:aqs2criminal@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Proc.: 0004932-56.2011.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Claudimar Saldanha Lima, Adilson da Costa Pereira, Marcos Siqueira Lucindo, Fabiano da Silva, Wellington Oliveira Andrade, Silmar Rodrigues de Azevedo, Jandira Ventura Luciano, Rodrigo Oliveira dos Santos, Alan George da Silva, Reginaldo Aparecido dos Santos, Irislan Leite do Nascimento, Lucas Rodrian Lemes, Dioneide Lemes Trisch
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Advogado Não Informado (418), Jean Noujain Neto. (OAB/RO 1684), Advogado Não Informado (418), Cláudia Adriana de Ângelo Nardo Simioli. (OAB/RO 3703), Amélio Chiaratto Neto. (OAB/RO 3714), Gustavo Henrique Machado Mendes (RO 4636), Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Advogado Não Informado (418), Dênio Franco Silva. (OAB/RO 4212), Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433)
FINALIDADE: Intimar o advogado DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES, do inteiro teor do DESPACHO de fl. 880 a seguir transcrito: Oficie-se informando que há requerimento do patrono do réu e destaque que a audiência é de instrução, visando oitiva de testemunhas, inclusive da acusação. No mais, aguarde-se a resposta. E.T. Visando observar o dispositivo mencionado, intime-se o patrono para que traga aos autos requerimento do réu quanto a intenção em participar das audiências. Ariquemes, 28 de dezembro de 2011. Juliana Couto Matheus - Juíza de Direito.

Suci Mara Leite Lemos
Escrivã Judicial

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINA

Comarca de Ariquemes

EDITAL PARA CONHECIMENTO DAS PARTES, DE TERCEIROS E/OU INTERESSADOS

NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

PROCEDIMENTO DE DESTRUIÇÃO DE PROCESSOS, A TEOR DA RESOLUÇÃO N. 14/98/PR

Prazo: 30 (trinta) dias

A Drª. Márcia Cristina Rodrigues Masioli, Juíza de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ariquemes-RO, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital vir ou dele tomarem conhecimento, que será procedida a RECICLAGEM dos feitos que encontram-se descriminados na relação anexa e cópia afixada como de costume no Edifício do Fórum, sito a Av. Tancredo Neves, 2606, centro, Ariquemes – RO. Os processos serão recolhidos nesta Comarca no dia 10/02/2012 e levados à cidade de Porto Velho onde serão reciclados. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se o presente edital em 03 (três) vias de igual teor que será publicada juntamente com a relação de processos a serem destruídos e ainda afixados na forma da lei. CUMPRA-SE com a observância das formalidades legais. Ariquemes – RO, 16/12/2011

Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito.

Ord.	Nº de Processo	Ação	Requerente	Requerido	Distribuição
1	002.97.008034-6	Execução de Título Extrajudicial	Elen Jane Delcolli Carrara	Adriana S. Guedes	13/10/1997
2	002.00.008948-8	Cobrança	Geceli Castro Alves e outros	Planurb Planejamento e Construções	05/12/2000
3	002.01.002620-9	Cobrança	Robson Willis dos Santos	K-Nela Motos	06/04/2001
4	002.01.004415-0	Cobrança	Hilda Elizabete Griehl	Galvani Demarco	22/06/2001
5	002.01.004467-3	Indenização	José Antônio Fagundes	Zeno Hermann	12/07/2001
6	002.02.000365-1	Indenização	Oscar Luis Cordeiro	Auto Posto Catarinense	08/01/2002
7	002.02.001511-0	Cobrança (Rito sumário)	José Pierre Matias e outros	C.B.S. Auto Escola e Despachante Ltda	12/03/2002
8	002.02.001527-7	Cobrança	MAISA GIFFONI DE OLIVEIRA	LOURIVAL OMELOS AMARAL	13/03/2002
9	002.02.001550-1	Cobrança	Dorvalina Aparecida de Paula da Silva	Aluízio Correia de Souza e Outros	19/03/2002
10	002.02.001572-2	Execução de título Judicial	NILÇA XIMENES DA MOTTA	EDSON PEREIRA DA SILVA	25/03/2002
11	002.02.001662-1	Cobrança (Rito sumário)	José Gilson Alves Barreto	Prata de Minas Indústria e Comércio	17/04/2002
12	002.02.001663-0	Cobrança (rito sumário)	Otaviano Rodrigues Simão	Prata de Minas Industria e Comercio de prod	17/04/2002
13	002.02.001660-5	Cobrança (Rito sumário)	Joisso Sabino Arruda	Prata de Minas Indústria e Comércio	17/04/2002
14	002.02.001661-3	Cobrança (Rito sumário)	José Andrade Motta	Prata de Minas Indústria e Comércio	17/04/2002
15	002.02.001659-1	Cobrança (Rito sumário)	Edson Alves Barreto	Prata de Minas Indústria e Comércio	17/04/2002
16	002.02.002864-6	Cobrança (Rito sumário)	Hermínio Quintiliano Miranda Passos	K-Nela Motos	26/04/2002
17	002.02.002906-5	Cobrança (Rito sumário)	José Santana Coelho	Prata de Minas Indústria e Comércio	09/05/2002
18	002.02.002971-5	Cobrança (rito sumário)	Celio Pires Mendes	Ieda Maria Cosmo França	29/05/2002
19	002.02.004152-9	Cobrança (Rito sumário)	Maria Angelita de Oliveira	Osmário Francisco Silva	12/07/2002
20	002.02.004152-9	Cobrança (rito sumário)	Maria Angelita de Oliveira	Osmário Francisco da Silva	12/07/2002
21	002.02.005485-0	Cobrança	Elen Jane Delcolli Carrara	Idalva Pereira	11/09/2002
22	002.02.005492-2	Cobrança	HAMILTON DE JESUS BRITO	NELSONJ FLORENTINO ALVES	11/09/2002
23	002.02.007058-8	Cobrança	ANANIAS CECIRO SOUZA	LAURI PEDRO PETTENON	18/10/2002
24	002.02.007039-1	Execução de título extrajudicial	Geová Santos Ferreira	Roberto Carlos Reis Vieira	05/11/2002
25	002.02.007141-0	Cobrança	HORACIO LARA MATOS	LUZINETE BUCART MARTINS	14/11/2002
26	002.02.008238-1	Cobrança (rito sumário)	Carlos Henrique Pereira e outro	Raimundo de Melo	14/11/2002
27	002.02.008253-5	Execução de Título Extrajudicial	Manoel Vieira do Nascimento	Juraci José dos Santos	19/11/2002
28	002.02.008266-7	Cobrança (Rito sumário)	Maria Zélia Barbosa Silva	M. Maffini Knela Motos – ME	29/11/2002
29	002.02.008320-5	Cobrança (Rito sumário)	Denildo José de Souza	Prata de Minas Indústria e Comércio	19/12/2002
30	002.03.002775-8	Execução de título extrajudicial	Roseli Cleoni Kruger	Lívia Maria Moreira Souza	09/01/2003
31	002.03.002768-5	Execução de Título Extrajudicial	Sabino Piffer	Amauri Pedro do Nascimento	09/01/2003
32	002.03.002847-9	Cobrança	Roseli Figueiredo	Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia	13/02/2003
33	002.03.002826-6	Execução de título extrajudicial	Valmale de Fátima Oliveira	Aureni G. Caetano	19/02/2003
34	002.03.002914-9	Execução de Título Extrajudicial	Adélio Harter	M. do Carmo de Assis	19/03/2003
35	002.03.001583-0	Execução de título extrajudicial	Neide Chilanti Rigolon	Rosana Cássia Alves Santos	20/05/2003
36	002.03.001634-9	Execução de título extrajudicial	Maria Lopes Machado dos Santos	Vilma de Oliveira	26/05/2003
37	002.03.003053-8	Cobrança (rito sumário)	Cival Josino de Oliveira	Construtora e Prestadora de Serviços Rocha	26/05/2003
38	002.03.003178-0	Cobrança (Rito sumário)	Cleide Gonçalves Rodrigues	Consórcio Nacional Honda Ltda	29/05/2003
39	002.03.003175-5	Cobrança	Olímpio Mendes Pereira	Consórcio Nacional Honda Ltda	29/05/2003
40	002.03.001645-4	Execução de Título Extrajudicial	Idalina Ribeiro Martins	Lindalva Arce	30/05/2003
41	002.05.004115-2	Cobrança (Rito sumário)	Estrosner Weskey Josen Valério	W. B. P.C. Propaganda e publicidade S/c ltda	02/06/2003
42	002.03.001656-0	Cobrança (Rito sumário)	Dercy Martins Nunes	José Ferreira da Silva	03/06/2003
43	002.03.001666-7	Cobrança (rito sumário)	Fábio Francisco dos Santos	Roberto Carlos Reis Vieira	10/06/2003
44	002.03.003421-5	Cobrança	José Cruz dos Santos	Benjamim Braga De Medeiros	10/06/2003
45	002.03.003690-0	Embargos de Terceiros	Valmei de Assis	Adélio Harter	16/06/2003
46	002.02.003545-9	Execução de Título Extrajudicial	ELEN JANE DELCOLLI CARRARA	FABIO SILVA DE JESUS	03/07/2003
47	002.03.003587-4	Cobrança (Rito sumário)	Eliane Ribeiro	Ecas Elite Corretora Adm. De seguros	07/07/2003
48	002.03.003569-6	Cobrança (Rito sumário)	Fátima Isabel da Silva	Zeni Silveira Passareli	07/07/2003
49	002.03.004457-1	Cobrança (Rito sumário)	Cloves Gomes de Souza e outros	Luan Comércio de Alimentos Ltda	08/07/2003
50	002.03.005382-1	Cobrança (rito sumário)	Avelina Maria Finger da Silva e outro	Roberto Elias Fernandes	04/08/2003

51	002.03.004980-8	Execução de Título Extrajudicial	L. RIGOLON (BELLA VEST)	MARILZA CASTRO DE SOUZA	07/08/2003
52	002.03.004985-9	Execução de Título Extrajudicial	L. Rigolon (BELLA VEST)	Oliviana Lopes Correia	14/08/2003
53	002.03.004988-3	Execução de Título Extrajudicial	ELEN JANE DELCOLLI CARRARA	MARCIO ROBERTO DE CASTRO	14/08/2003
54	002.03.005108-0	Indenização	LOURIVAL DE MATA	DENIL OLIVEIRA FRANCO	18/08/2003
55	002.03.005031-8	Cobrança	José Antônio da Silva	Antônio Maurilho de Souza	26/08/2003
56	002.03.006016-0	Arresto	Geceli Castro Alves e outro	Planurb Planejamento e Construções Ltda	27/08/2003
57	002.03.006164-6	Cobrança (Rito sumário)	Ido Gossenheimer	Jonas Kirmse	28/08/2003
58	002.03.006237-5	Cobrança (rito sumário)	Marcelo Luciano Ribeiro	Dinei Olivieiro	26/09/2003
59	002.03.007153-6	Execução de Título Extrajudicial	Brian Griehl	Maria Amélia S. Silva Machado	26/09/2003
60	002.03.006262-6	Cobrança (Rito sumário)	Deolinda Evani Flores de Oliveira Merlini	Elen Jane Delcolli Carrara e outro	02/10/2003
61	002.03.007033-5	Cobrança (Rito sumário)	Otacilío Jacinto Gotardo	Planurb Planejamento e Construções Ltda	03/10/2003
62	002.03.006257-0	Cobrança (rito sumário)	Rosilene dos Santos Barbosa	Daiana Borges	03/10/2003
63	002.03.006258-8	Execução de título extrajudicial	Rosilene dos Santos Barbosa	Daiana Borges	03/10/2003
64	002.03.006266-9	Rescisão de contrato	Shirlei Gomes Conceição	Horuam do Brasil Ind. E Com de Jóias Ltda	07/10/2003
65	002.03.007578-7	Execução de título extrajudicial	Melissa Andreasi Cassetari Silva	Luiz Gonçalves de Jesus	08/10/2003
66	002.03.007606-6	Cobrança (rito sumário)	Fernando Martins Gonçalves e outro	Roberto Luiz Amaro	10/10/2003
67	002.03.007351-2	Execução de título extrajudicial	José Augusto Gomes das Neves	Gutemberg Gomes	17/10/2003
68	002.03.007948-0	Execução de título extrajudicial	Valdison Marques da Silva	José Resende Moura	22/10/2003
69	002.03.008290-2	Cobrança	Antônio Rodrigues de Oliveira Neto	TV Sky Shop S/A	05/11/2003
70	002.03.008289-9	Rescisão de contrato	Luiz Marques de Souza	Consórcio Nacional Honda Ltda	05/11/2003
71	002.03.008300-3	Cobrança	Geraldo Antonio Gonçalves	João Francisco	10/11/2003
72	002.03.008310-0	Rescisão de contrato	Eunice de Souza Melo de Souza	Mariza Kácia Carvalho	14/11/2003
73	002.03.008323-2	Cobrança (rito sumário)	Geroaldo Ramos Silva	Felipe Cabral	20/11/2003
74	002.03.008337-2	Execução de Título Extrajudicial	Ocimar Inácio da Silva	Carlos Roberto da Silva	05/12/2003
75	002.04.000188-3	Cobrança (Rito sumário)	Dina Nunes	Gessivaldo de Assis	12/01/2004
76	002.04.000378-9	Execução de título extrajudicial	Diaço Dist. De Ferro e aço ltda	Cival Josino de Oliveira	19/01/2004
77	002.04.000196-4	Cobrança (Rito sumário)	Maria das Graças Martis	João Nunes de Souza	19/01/2004
78	002.04.000379-7	Indenização	Maria José Pereira de Lima	Indiomar Gilvano do Amaral	19/01/2004
79	002.04.000209-0	Cobrança	JIULIANO BERNADES DA SILVA ME	CLAUDEMIR RODRIGUES	29/01/2004
80	002.04.000229-4	Cobrança (Rito sumário)	Elistrasner Josen Elen Valério	Josimar de Almeida	30/01/2004
81	002.04.000236-7	Execução de título extrajudicial	Alphorria Acessórios	Cleane Silva Carneiro	03/02/2004
82	002.04.000243-0	Cobrança	JUVENIL JOSE DE LIMA	GILMAR SOARES DOS SANTOS	03/02/2004
83	002.04.000273-1	Cobrança	JAILTON ANDRADE DA CONCEIÇÃO	FRANCISCO PEREIRA DE MELO	18/02/2004
84	002.04.001064-5	Cobrança (Rito sumário)	Ivo Jorge Rodrigues da Silva	Carlos da Silva Godinho	20/02/2004
85	002.04.000299-5	Cobrança (rito sumário)	Maria Salete Leite	Valor Capitalização S/A	01/03/2004
86	002.04.000293-6	Execução de título extrajudicial	Sueli Fernandes de Souza	Dermival França de Souza	01/03/2004
87	002.04.000305-3	Cobrança (Rito sumário)	José Antônio Barbosa	Sebastião Valentim do Carmo	08/03/2004
88	002.04.000306-1	Cobrança (Rito sumário)	Otaviana e ou Otavina Rosa de Jesus	José Bento e outros	08/03/2004
89	002.04.001732-1	Rescisão de contrato	Volmir Pedroti	Banco do Brasil S.A.	23/03/2004
90	002.04.001736-4	Execução de título extrajudicial	Loir Vicenta Ferreira	Maria Clara Silva Camargo	23/03/2004
91	002.04.001730-5	Cobrança	New Ar Comercio e Representações-ME	Célio Regis Castro Alves	23/03/2004
92	002.04.002025-0	Indenização	ANTONIO RODRIGUES	EDMILSON ANDRADE SANTANA E OUTROS	31/03/2004
93	002.04.002146-9	Execução de título extrajudicial	Moisés Ribeiro de Morais – ME – Amazongás	Restaurante Brasileirinho	06/04/2004
94	002.04.000348-7	Cobrança (Rito sumário)	Edenilson Guarez	Josiane Teixeira do Nascimento e outros	06/04/2004
95	002.04.000344-4	Cobrança	Darci Ribeiro de Oliveira	Robledo Robson Teles de Campos	06/04/2004
96	002.04.002144-2	Cobrança	Brian Grihel	Marinalva do Nascimento	06/04/2004
97	002.04.002309-7	Execução de Título Extrajudicial	MINEIRO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	ROZANE RODRIGUES DE MEIRA	12/04/2004
98	002.04.002303-8	Execução de Título Extrajudicial	NEIVA DEMENEGHI ME	MARLENE DE JESUS PEREIRA	12/04/2004
99	002.04.002351-8	Execução de título extrajudicial	Space Importadora de Eletrônicos Ltda	Francineire Saraiva Mendes	15/04/2004

100	002.04.000357-6	Execução de Título Extrajudicial	Elizangela da Silva	Elizangela da Silva	15/04/2004
101	002.04.000369-0	Cobrança	DONIZETE APARECIDO DOS SANTOS	JAIRO	22/04/2004
102	002.04.003415-3	Cobrança	Gilzimar Felipe da Silva	Valter Felipe da Silva	03/05/2004
103	002.04.003332-7	Cobrança	Maria das Graças de Melo	Edvalter hoffmann e outos	03/05/2004
104	002.04.003416-1	Reparação de danos	João Ferreira Barros	Banco Itaú S/A	03/05/2004
105	002.04.003338-6	Cobrança (rito sumário)	Adilson Miguel do Amaral	Planinvest Administração de Consórcios S/C	03/05/2004
106	002.04.003334-3	Cobrança (rito sumário)	Maria das Graças de Melo	Maura Cristina Ferreira Passos	03/05/2004
107	002.04.003424-2	Cobrança (Rito sumário)	Dércio José de Araújo	Sul América Cia Nacional de Seguros S/A	03/05/2004
108	002.04.003412-9	Reparação de danos	Rônei Batista Schoaba	Everaldo José de Almeida e outros	03/05/2004
109	002.04.003417-0	Cobrança (Rito sumário)	Juliana Maia Ratti	Edilson Rodrigues da Silva	03/05/2004
110	002.04.003342-4	Cobrança	EDMUNDO FERNANDES	ARINALDO RODRIGUES DE CARVALHO	05/05/2004
111	002.04.003339-4	Cobrança	Antônio Augusto Monteiro Perez	Banco do Brasil S/A	11/05/2004
112	002.04.003580-0	Cobrança (Rito sumário)	Benvinda Pardin dos Santos	Itaú Seguros S/A	12/05/2004
113	002.04.003713-6	Indenização	MAGDA RENATA PERONI ZANOTELLI	BANCO DO BRASIL MONTE NEGRO	14/05/2004
114	002.04.003354-8	Cobrança (Rito sumário)	Zaqueu Ferreira do Nascimento	Hermes Perecin Crestani	17/05/2004
115	002.04.003901-5	Execução de Título Extrajudicial	CLOVES GOMES DE SOUZA E OUTROS	COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL S/A	17/05/2004
116	002.04.003902-3	Cobrança (Rito sumário)	Maria Jorgina da Rocha	Bradesco Seguros S/A	17/05/2004
117	002.04.003361-0	Execução de Título Extrajudicial	SUELY RAIMUNDO DA SILVA	AMARILDO LIMA	18/05/2004
118	002.04.003355-6	Execução de título extrajudicial	Zélia Maria Pereira Prino	Valéria Deisde Santos	18/05/2004
119	002.04.003911-2	Execução de Título Extrajudicial	Teixeira e Mezabarba Com. E Representação	Renata Graciele Pereira Soares	19/05/2004
120	002.04.003916-3	Execução de título extrajudicial	Eduardo José Inocêncio	Welerson Cleito Figueira	19/05/2004
121	002.04.003366-1	Execução de título extrajudicial	Rosmary de Almeida	Francisco Vanderley Ferreira Braga	20/05/2004
122	002.04.004155-9	Cobrança	MARIA CLEUZA FRANCISCA DOS SANTOS DE MIRIAN	VERA CRUZ SEGURADORA S/A	24/05/2004
123	002.04.004157-5	Cobrança (Rito sumário)	Benedito Vieira da Silva	Vera Cruz Seguradora S/A	24/05/2004
124	002.04.004147-8	Cobrança (Rito sumário)	Maria de Araújo de Souza	Sul América Seguros S/A	24/05/2004
125	002.04.004153-2	Cobrança (Rito sumário)	Eunice Pulido Bezerra da Costa	Sul América Seguros S/A	24/05/2004
126	002.04.004150-8	Cobrança (Rito sumário)	Paula Maria Jeleznhak	Vera Cruz Seguradora S/A	24/05/2004
127	002.04.004152-4	Cobrança (Rito sumário)	Benedita Ramalho	Sul América Seguros S/A	24/05/2004
128	002.04.004154-0	Cobrança (Rito sumário)	Valdívia Guimarães de Souza e outros	Sul América Seguros S/A	24/05/2004
129	002.04.002271-8	Cobrança	ILDEMBERG DO NASCIMENTO COSTA	LAERCIO APARECIDO PIRES	26/05/2004
130	002.04.003377-7	Cobrança	ERICA CRISTINA FUZA	GIOVANE TOMAZINE DA SILVA	26/05/2004
131	002.04.004282-2	Cobrança (rito sumário)	João Batista de Moura	Valdecir dos Santos	26/05/2004
132	002.04.004274-1	Execução de obrigação de fazer	Maria Vanilda de Oliveira	Sintero Saúde e outros	01/06/2004
133	002.04.004544-9	Execução de Título Extrajudicial	EDNARA REGINA COLLA	ANA LUCIA VELLOSO BILBY	07/06/2004
134	002.04.004545-7	Execução de Título Extrajudicial	EDNARA REGINA COLLA	JONAS SANTANA LOPES	07/06/2004
135	002.04.003392-0	Execução de título extrajudicial	Erimar Bispo Bezerra	Ana Glicia Santos	09/06/2004
136	002.04.004590-2	Indenização	Claudomiro Oliveira Silva	Embratel Empresa Brasileira de Telecomunicações	09/06/2004
137	002.04.004675-5	Indenização (sumário)	Maria Joana Dark Gomes Cavalcante Silva	Gilda Amorim Torrente	11/06/2004
138	002.04.004750-6	Cobrança (rito sumário)	Ademir Rech	Super Star Comércio Importação e Exportação Ltda	22/06/2004
139	002.04.004720-4	Indenização	Mauro Shigueo Yamagishi e outros	João Luis Almeida	29/06/2004
140	002.04.005142-2	Cobrança (Rito sumário)	Édio José Ghellere	Renê Carlos Frey Neto	30/06/2004
141	002.04.004151-6	Cobrança	MONICA NOVAIS DA SILVA	SUL AMERICA SEGUROS S/A	02/07/2004
142	002.04.005279-8	Cobrança	SEBASTIAO RIBEIRO DE MORAES E OUTROS	VERA CRUZ SEGURADORA S/A	06/07/2004
143	002.04.004770-0	Cobrança (Rito sumário)	Clarindo José Santana	Juliana Gomes Feitosa	06/07/2004
144	002.04.005322-0	Cobrança	Noêmia Torres dos Santos	Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	08/07/2004
145	002.04.004783-2	Cobrança	Claudio Boço	Maria Cavalcante de Oliveira Boço	08/07/2004
146	002.04.005317-4	Cominatória	SIRLEY FRANCISCA CAYRES	COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL S/A	08/07/2004
147	002.04.005488-0	Cobrança	MARIA ELENE DE CASTRO	SUL AMERICA SEGUROS S/A	13/07/2004

148	002.04.005493-6	Cobrança	Doralina Batista de Abreu	Sul América Seguros S/A	13/07/2004
149	002.04.005490-1	Cobrança	CLAUDIA SILVA DIAS	VERA CRUZ SEGURADORA S/A	13/07/2004
150	002.04.005489-8	Cobrança	MARIA DE LOURDES ALVES VIANA	VERA CRUZ SEGURADORA S/A	13/07/2004
151	002.04.005492-8	Cobrança	ALEXSSANDRA DOS SANTOS DA HORA	VERA CRUZ SEGURADORA S/A	13/07/2004
152	002.04.004804-9	Execução de título Extrajudicial	TELMA ELIAS SANTOS	VALMIR SOUZA E SILVA	15/07/2004
153	002.04.005517-7	Declaratória	Enoque Dias Lima	Brasil Telecom S.A.	15/07/2004
154	002.04.004793-0	Execução de título extrajudicial	Irineu Jesus dos Santos	Expresso Norte Ltda	15/07/2004
155	002.04.004803-0	Cobrança	JULIO POMPILHO DOS SANTOS	JOSMIRA DA COSTA SOARES	15/07/2004
156	002.04.004791-3	Cobrança (rito sumário)	Joana Aparecida da Silva	Panabens Eletro Eletrônicos Ltda	22/07/2004
157	002.04.005595-9	Cobrança (Rito sumário)	M A G Ferreira Confec. "Ellen Modas"	Sirlene Florentina da Silva	22/07/2004
158	002.04.005606-8	Rescisão de contrato	Gumercindo da Silva e Outros	Wagner Ferraz	23/07/2004
159	002.04.005762-5	Cobrança	IRENI ALVES DA SILVA	VERA CRUZ SEGURADORA S/A	29/07/2004
160	002.04.005755-2	Execução de Título Extrajudicial	Lourival Pereira de Souza	Danilo Miguel	29/07/2004
161	002.04.005761-7	Cobrança (Rito sumário)	Maria Eni Ferreira de Souza	Sul América Seguros S/A	29/07/2004
162	002.04.004807-3	Declaratória	Odília Batista do Nascimento	Teleron Celular S.A.	29/07/2004
163	002.04.005791-9	Cobrança (Rito sumário)	Sérgio Abel de Souza Lemos	Antônio Carlos Ruiz Júnior	30/07/2004
164	002.04.004827-8	Cobrança (rito sumário)	Dermandino Antero Joaquim	Nivaldo Lopes de Jesus	05/08/2004
165	002.04.004824-3	Execução de título extrajudicial	Selma Maria de Souza	Fabiola Andressa de Souza	05/08/2004
166	002.04.004.831-6	Cobrança	MARIA DIRCE FERNANDES	MARTA GOMES FERREIRA	05/08/2004
167	002.04.004828-6	Cobrança (rito sumário)	Dermandino Antero Joaquim	Jailson de Jesus Alves	05/08/2004
168	002.04.005840-0	Declaratória	Ronilson Ferreira Gonçalves	Avon Cosméticos Ltda	05/08/2004
169	002.04.006070-7	Cobrança	OSVALDO PEREIRA DOS SANTOS	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	06/08/2004
170	002.04.006213-0	Cobrança	Célia Weissner	sul America SeGUROS S/A	16/08/2004
171	002.04.006217-3	Execução para entrega de coisa certa	Pedro Gomes de Oliveira	Valmir de Souza	16/08/2004
172	002.04.005971-7	Cobrança	Vanderlei Antonio das Neves	Panabens Eletro Eletronicos LTDA	16/08/2004
173	002.04.006409-5	Execução de título extrajudicial	Castro & Lopes Ltda (Styllus Modas)	Maria Celiana Silva Oliveira	17/08/2004
174	002.04.005981-4	Indenização	Miguel Vieira dos Santos	Anterio Rodrigues dos Santos	17/08/2004
175	002.04.006412-5	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Cristiane Guedes Pires	18/08/2004
176	002.04.006430-3	Cobrança	JANILDO SCHMOOR	GERALDO ROCHA GUIMARAES	20/08/2004
177	002.04.006429-0	Execução de título extrajudicial	Janildo Schmoor	Sonária Gomes Oliveira	20/08/2004
178	002.04.005987-3	Execução de título extrajudicial	Trindade Ferreira de Queiroz	Keila Aparecida da Silva	26/08/2004
179	002.04.006666-7	Cobrança (Rito sumário)	Agnaldo Martins Gabriel	Motão Palito Dois Comércio de Motopeças	26/08/2004
180	002.04.006014-6	Cobrança (rito sumário)	Dolores Silvestre	Panabens Eletro Eletrônicos Ltda	27/08/2004
181	002.04.006688-8	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Selma Mendes Zeri	30/08/2004
182	002.04.006005-7	Indenização	Cleuza Rodrigues dos Santos	Transalex Ltda e outros	30/08/2004
183	002.04.006006-5	Execução de Título Extrajudicial	Nilson Fernandes	Rosemiro Maximo Filho	30/08/2004
184	002.04.006013-8	Execução de título extrajudicial	Patrícia Yaluzan Arango	Maristela Leandra Leite Silva	30/08/2004
185	002.04.006687-0	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	JOCELY PAIXAO DE JESUS	30/08/2004
186	002.04.006016-2	Execução de Título Extrajudicial	Idalina Ribeiro Martins	Dezeli Honorato de Souza	02/09/2004
187	002.04.006849-0	Cobrança	F.P. Saraiva -ME	Ronizaldo José Demétrio	06/09/2004
188	002.04.006955-0	Declaratória	Alvaro Gomes e outros	Eduardo José Inocêncio e outros	14/09/2004
189	002.04.006010-3	Execução de Título Extrajudicial	Charla Chaves de Olivera	Adriano Satelli Mariano	14/09/2004
190	002.04.007018-4	Cobrança (Rito sumário)	Maria Ferreira Hortência	Sul América Cia Nacional de Seguros S/A	16/09/2004
191	002.04.007008-7	Execução de título extrajudicial	A M Kuhn Teixeira Comércio	Ruth Oliveira Bezerra	16/09/2004
192	002.04.006990-9	Cobrança	Maria Elza Leontino	Vera Cruz Seguradora S/A	16/09/2004
193	002.04.006991-7	Cobrança (Rito sumário)	Maria Jorgina da Rocha	Bradesco Seguros S/A	16/09/2004
194	002.04.006017-0	Cobrança (Rito sumário)	Maria da Penha Della Libera	José Carlos de Oliveira	16/09/2004
195	002.04.007016-8	Cobrança	Maria Conceição de Andrade Souza	Sul América Seguros S/A	16/09/2004
196	002.04.007015-0	Cobrança (Rito sumário)	Claudemir Pedrotti Moreira	Real Previdência e Seguros S/A	16/09/2004
197	002.04.006992-5	Cobrança	Ananias Ceciro Souza	Real Previdência e Seguros S;A	16/09/2004
198	002.04.007019-2	Cobrança (Rito sumário)	Maria da Silva Correa	Real Previdência e Seguros S/A	16/09/2004
199	002.04.007211-0	Cobrança (Rito sumário)	Marta Gomes Ferreira	Sul América Seguros S/A	21/09/2004
200	002.04.007209-8	Cobrança (Rito sumário)	Rosilda Aparecida Cavalheiro	Sul América Seguros S/A	21/09/2004

201	002.04.007210-1	Cobrança (Rito sumário)	João Lino Siqueira	Sul América Seguros S/A	21/09/2004
202	002.04.007198-9	Execução de Título Extrajudicial	TEIXEIRA E MEZABARBA COMERCIO E REP.	MARIA CRISTINA PEREIRA SOARES LIARE	21/09/2004
203	002.04.007207-1	Cobrança (Rito sumário)	Sebastião Antônio Roza	Vera Cruz Seguradora S/A	21/09/2004
204	002.04.007208-0	Cobrança (rito sumário)	Aparecida de Melo Gomes	Real Previdência e Seguros S/A	21/09/2004
205	002.2004.007261-6	Cobrança	Adair Luiz Borille	João Francisco de Carvalho	24/09/2004
206	002.04.006029-4	rescisão de contrato	Jocilene Vieira Batista Alves	Banco General Motors S/A	24/09/2004
207	002.04.006041-3	Cobrança	LINHARES LOUNIERIS ARAGÃO	AMAZON AÇO COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA	24/09/2004
208	002.04.006036-7	Execução de título Judicial	JOAO DOROTÉRIO COSTA FILHO	ELIANE MELO BINGO	24/09/2004
209	002.04.007306-0	Declaratória	EDVALDO MARCELINO DOS SANTOS	EMBRASTEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOM.	29/09/2004
210	002.04.007307-8	Cobrança	Osvandil dos Santos	Sidinei Lopes da Silva	29/09/2004
211	002.04.006050-2	Cobrança (Rito sumário)	Rute Mendonça Braga	Maria da Conceição Stahi	29/09/2004
212	002.04.007305-1	Execução de título extrajudicial	Tok Mágico Comércio de Vestuário infantil	Rosângela Aparecida Fogaça dos Santos	29/09/2004
213	002.04.007353-1	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	José Carlos Pereira dos Santos	01/10/2004
214	002.04.007348-5	Cobrança	Pedro Riola dos Santos Junior	J.C.Machado – Auto Posto Cujubim	01/10/2004
215	002.04.007350-7	Cobrança	MARIA JOSÉ DE LIMA	LUCILENE R. DE SOUZA	01/10/2004
216	002.04.007352-3	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Mila da Silva	01/10/2004
217	002.04.006052-9	Execução de Título Extrajudicial	Jaime Anacleto da Silva	Idalina Ribeiro Martins	01/10/2004
218	002.04.007627-1	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Ivoneide Alves Diniz	11/10/2004
219	002.04.007618-2	Execução de Título Extrajudicial	Janildo Schmoor	Ana Maria da Silva	11/10/2004
220	002.04.007617-4	Execução de Título Extrajudicial	Janildo SCHMOOR	Alvi Casturino dos Santos	11/10/2004
221	002.04.007619-0	Execução de título extrajudicial	Djalma da Silva Cruz	Antônio Francisco dos Santos	11/10/2004
222	002.04.007861-4	Cobrança	Rinaldo Forti Silva	Unimed Rondonia	15/10/2004
223	002.04.007849-5	Cobrança (Rito sumário)	Luciane Marlei Wingert Fernandes	Sul América Seguros S/A	15/10/2004
224	002.04.006056-1	Cobrança (Rito sumário)	Nilson dos Santos	Santana Alves de Alcântara e outros	15/10/2004
225	002.04.007681-6	Execução de título extrajudicial	Edmundo Fernandes	Francélio Miranda de Souza	15/10/2004
226	002.04.007857-6	Execução de título extrajudicial	L. Pucci Patriarcha - ME	Ana Paula Chacon Azevedo	15/10/2004
227	002.04.007851-7	Execução de Título Extrajudicial	CORINA FERNANDES PEREIRA	ROBLEDO ROBSON TELES DE CAMPOS	15/10/2004
228	002.04.007641-7	Execução de título extrajudicial	NILSON DOS SANTOS	DILSON TEODORO DE CAMPOS	15/10/2004
229	002.04.007854-1	Cobrança	Clésio Barros Correa	Sul América Seguros S/A	15/10/2004
230	002.04.007855-0	Cobrança (Rito sumário)	Adib Alves da Silva	Sul América Cia Nacional de Seguros S/A	15/10/2004
231	002.04.007853-3	Cobrança (Rito sumário)	Sebastião Maria da Silva e outros	Vera Cruz Seguradora S/A	15/10/2004
232	002.04.007689-1	Cobrança	MARIA DIRCE FERNANDES	ROSALIA MERCADO DOS SANTOS	16/10/2004
233	002.04.007883-5	Indenização	Alex Contt	Brasil Telecom S.A.	19/10/2004
234	002.04.008031-7	Cobrança (rito sumário)	Dulcineia de Sena de Souza	Vera Cruz Seguradora S/A	20/10/2004
235	002.04.008029-5	Execução de título extrajudicial	Janildo Schmoor	Rosilene Evangelista Pereira	20/10/2004
236	002.04.007917-3	Declaratória	MARTA RODRIGUES LEAO	BRASIL TELECON	20/10/2004
237	002.04.007647-6	Cobrança (Rito sumário)	Rosane Kropochinski Silva	Jhonson Umbehaun	20/10/2004
238	002.04.008032-5	Cobrança (Rito sumário)	Célia Arrigoni da Silva Costa	Sul América Seguros S/A	20/10/2004
239	002.04.008030-9	Cobrança (Rito sumário)	Gilberto Marçal de Oliveira	Sul América Companhia Nacional de Seguros S/A	20/10/2004
240	002.04.007684-0	Cobrança	Maria Dirce Fernandes	Somone Santos Souza	26/10/2004
241	002.04.007964-5	Cobrança (Rito sumário)	João Vieira Campos	Loja Econômica	26/10/2004
242	002.04.007961-0	Execução de Título Extrajudicial	MARCOS CESAR DE SOUZA FRANÇA	LEILA APARECIDA DELGADO	26/10/2004
243	002.04.007661-1	Execução de título Extrajudicial	RENI RODRIGUES DO CARMO PAULO	GILSILENE CABRAL DO NASCIMENTO	26/10/2004
244	002.04.007662-0	Execução de título extrajudicial	Reni Rodrigues do Carmo Paulo	Walnei Inácio	26/10/2004
245	002.04.007932-7	Cobrança (Rito sumário)	Helica Regina Alves Pereira	Vera Cruz Seguradora S/A	26/10/2004
246	002.04.007653-0	Declaratória	José Roberto dos Reis	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	26/10/2004
247	002.04.008277-8	Execução de Título Extrajudicial	Teleron Celular S/A	Heloisa Novaes de Oliveira	28/10/2004
248	002.04.008284-0	Cobrança (Rito sumário)	F. P. Saraiva – ME (Panificadora e Lanchonete Pro.)	Alvi Casturino dos Santos	28/10/2004
249	002.04.007652-2	Cobrança (rito sumário)	Davi Gomes da Silva	Cátia Mara de Souza Trajano	28/10/2004
250	002.04.008280-8	Cobrança (Rito sumário)	Juraci Paiva Reis – ME	Antônio Carlos da Silva Carneiro	28/10/2004
251	002.04.008279-4	Cobrança	Juraci Paiva Reis	Ivo Lourenço David	28/10/2004

252	002.04.007670-0	Cobrança (Rito sumário)	Élio Elias Rocha	Panabéns Elétro Eletrônico Ltda	05/11/2004
253	002.04.008432-0	Rescisão de contrato	José Nascimento Cruz	Construtora Empreendimentos Vanvera	09/11/2004
254	002.04.008446-0	Declaratória	ANTONIO MARCOS DOS SANTOS	BRASIL TELECON E OUTROS	09/11/2004
255	002.04.008439-8	Cobrança (Rito sumário)	Alex Sandro Longo Pimenta	Losango promotora de vemdas ltda	09/11/2004
256	002.04.008434-7	Execução de título Judicial	MARCOS CESAR DE SOUZA FRANÇA	LEILA APARECIDA DELGADO	09/11/2004
257	002.04.008440-1	Execução de título extrajudicial	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Edson Souza Ferro	09/11/2004
258	002.04.008438-0	Execução de Título Extrajudicial	Janildo Schmoor	José Antônio Soares	09/11/2004
259	002.04.008437-1	Cobrança (Rito sumário)	Alex Sandro Longo Pimenta	Losango promotora de vemdas ltda	09/11/2004
260	002.04.008447-9	Declaratória	Francisco Bonamigo	Boi Forte Produtos Veterinários Ltda	09/11/2004
261	002.04.007658-1	Cobrança (Rito sumário)	Aristides Paes de Camargo	Nelson Rodrigues de Santana	09/11/2004
262	002.04.008429-0	Cobrança (Rito sumário)	Márcio Gerolin	Jorge Muniz Barreto Junior	09/11/2004
263	002.04.008433-9	Execução de título extrajudicial	José Zeferino da Silva	Nelma Bento Tavares	09/11/2004
264	002.04.008235-5	Indenização	Ivo Lopes Ferreira Neto	Banco do Brasil S.A.	09/11/2004
265	002.04.007660-3	Cobrança (Rito sumário)	Milton Pereira dos Santos	Rainha Importação e Exportação Ltda	09/11/2004
266	002.04.007685-9	Indenização	José Leandro Gonçalves	Loreni de tal e outros	11/11/2004
267	002.04.008448-7	Indenização	Crispim Lino Pereira	C. A. Ribeiro (Mil Papelaria)	12/11/2004
268	002.04.007668-9	Cobrança (Rito sumário)	Patrícia Aparecida Ferreira Viola	João Aparecido de Souza	12/11/2004
269	002.04.008593-9	Execução de Título Extrajudicial	POLIANA GOMES FOGAÇA CHAVES	JOEL BISPO DE SOUZA	12/11/2004
270	002.04.008590-4	Cobrança	Alexandre Fernandes Rocha	Adalmislan de Souza Camara	12/11/2004
271	002.04.008591-2	Cobrança	Jenildo Schomor	Juliana Carvalho Garbinato	12/11/2004
272	002.04.008595-5	Cobrança (Rito sumário)	José de Souza Rodrigues Neto	Nelson Scheer	12/11/2004
273	002.04.008670-6	Cobrança (Rito sumário)	Neusa Rodrigues Melo	AGF Brasil Seguros S.A.	17/11/2004
274	002.04.008706-0	Cobrança (Rito sumário)	Janete Maria Alves da Silva	Agiliza Serviços de Seguros Ltda	17/11/2004
275	002.04.008707-9	Cobrança (Rito sumário)	Liberto José de Lima	Agiliza Serviços de Seguros LTDA	17/11/2004
276	002.04.008668-4	Execução de título extrajudicial	L.S.V.Kubotani (Lampião e Maria Bonita)	Wisley Anderson Figueira	17/11/2004
277	002.04.007686-7	Pedido de providência (área cível)	Rosilene Eufrázia Soares	Banco do Brasil S.A.	17/11/2004
278	002.04.008709-5	Cobrança (Rito sumário)	Alex Sandro Longo Pimenta	Losango promotora de vemdas ltda	17/11/2004
279	002.04.008667-6	Cobrança	APARECIDA DE OLIVEIRA RIBEIRO	SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS	17/11/2004
280	002.04.008671-4	Cobrança (Rito sumário)	Raimundo de Almeida e outros	Inter Brazil Seguros	17/11/2004
281	002.04.008897-0	Execução de Título Extrajudicial	Francisco Aguetoni	Mariano Aparecido Silva	19/11/2004
282	002.04.008967-5	Cobrança (Rito sumário)	Alex Sandro Longo Pimenta	Americel	23/11/2004
283	002.04.008972-1	Execução de Título Extrajudicial	L S V KUBOTANI	ALEX LUIZ BUCARTH MARTINS	23/11/2004
284	002.04.008974-8	Execução de Título Extrajudicial	L S V KUBOTANI	CLODOALDO OLIVEIRA DE ARAUJO	23/11/2004
285	002.04.008968-3	Cobrança (Rito sumário)	Alex Sandro Longo Pimenta	Americel	23/11/2004
286	002.04.009140-8	Embargos de Terceiros	Fabiano Maffini	Ronilson Geraldo da Silva	30/11/2004
287	002.05.009223-4	Indenização	Rubem Cardoso de Souza	Fininvest S.A.	01/12/2004
288	002.04.009225-0	Cobrança	ALEX SANDRO LONGO PIMENTA	SANDRA VANUSA DE LIMA	01/12/2004
289	002.04.009224-2	Cobrança (Rito sumário)	Elmadam Chaves Alves	Sul América Seguros S/A	01/12/2004
290	002.04.009356-7	Execução de Título Extrajudicial	Dulce Ize	Valdecir dos Santos	03/12/2004
291	002.04.009354-0	Execução de título Judicial	Alex Souza de Moraes Sarkis	Auto Posto Parada Grande Ltda	03/12/2004
292	002.04.009355-9	Execução de título Judicial	Luiz Carlos G. Dos Santos	Auto Posto Parada Grande Ltda	03/12/2004
293	002.04.009403-2	Execução de título extrajudicial	Valdemiro Pereira dos Santos	Rondo Motos Ltda	06/12/2004
294	002.04.007695-6	Cobrança	Elias Luiz Barbosa	Millennium Sound (jurídica)	06/12/2004
295	002.04.009441-5	Indenização	Ilário Sarmento	João Carlos Correia	09/12/2004
296	002.04.009445-8	Cobrança (Rito sumário)	Wagner Novaes de Oliveira	Nelino Pereira	09/12/2004
297	002.04.007717-0	Cobrança	josé Aparecido Carneiro Santiago	Lúcia Pereira dos Santos	09/12/2004
298	002.04.009439-3	Indenização	José Filho Figueiras	América Motos	09/12/2004
299	002.04.009563-2	Cobrança	Alex Sandro Longo Pimenta	Equimar Mortene Falcão	14/12/2004
300	002.04.009605-1	Cobrança	Leandro Sartori de Oliveira	Irineu José Nascimento Junior	15/12/2004
301	002.04.009606-0	Cobrança	MARY DE OLIVEIRA	ATALIBA DE ALMEIDA PRADO	15/12/2004
302	002.04.007715-4	Cobrança (Rito sumário)	Diná Rodrigues Bindela	Brasil Telecom S.A.	20/12/2004
303	002.04.009766-0	Cobrança	Joana Aparecida Alves Rocha Pereira	Clailton Aguiar Peres de Mello	27/12/2004
304	002.04.009994-8	Cobrança	Raimundo Medeiros de Melo	Jorge Niero	28/12/2004

305	002.04.010014-8	Execução de título extrajudicial	New Ar Comércio e Representação-ME	Juan Sandrigo Telles de Campos	29/12/2004
306	002.04.009734-1	Despejo	Donizete Aparecido dos Santos	Antônio Augusto monteiro Perez	30/12/2004
307	002.04.010026-1	Cobrança	JOSE NILTON GONÇALVES – ME	VANDERLEI BENTO DE MEDEIROS	30/12/2004
308	002.04.010031-8	Cobrança (rito sumário)	Paulo Henrique Gomes França ME	Marizete de Oliveira Soares Zimmermann	30/12/2004
309	002.05.000031-6	Cobrança	Ilma Marques da Silva Dias	Real Previdência e Seguros S/A	11/01/2005
310	002.05.000032-4	Indenização (sumário)	Newton Assef de Oliveira	Anésio de Oliveira Santos	11/01/2005
311	002.05.000210-6	Execução de título extrajudicial	Maria Valentim da Silva	Ilza Gomes da Silva	13/01/2005
312	002.05.000070-7	Cobrança (Rito sumário)	Rosalina da Costa Viana	Vera Cruz Seguradora S/A	13/01/2005
313	002.05.000212-2	Execução de Título Extrajudicial	Edmilson Cabral da Silva	Adriano de Jesus Costa Cutia	13/01/2005
314	002.05.000072-3	Cobrança (rito sumário)	João Batista Rodrgues	Amir Nodable Rodrigues	13/01/2005
315	002.05.000069-3	Cobrança (rito sumário)	Benedita Barreto Lucena	Vera Cruz Seguradora S/A	13/01/2005
316	002.05.000078-2	Cobrança	Luiz Antonio Previatti	Antonio Roque Longo	14/01/2005
317	002.2006.000841-3	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Rângela Vaz	16/01/2005
318	002.05.000213-0	Cobrança	WANDERLEI DE SOUZA MARMEDIO	DISMOBRAS IMP. EXP. E DISTRIBUIÇÃO DE MOVEIS	17/01/2005
319	002.05.000458-3	Cobrança (Rito sumário)	Marta Gomes Ferreira	Sul América Companhia Nacional de Seguros	19/01/2005
320	002.05.000459-1	Cobrança (rito sumário)	Maria Aparecida Pinheiro	Sul América Companhia Nacional de Seguros	19/01/2005
321	002.05.000371-4	Indenização	Sidneu Pereira Sena	Intelig telecomunicações ltda	19/01/2005
322	002.05.000387-0	Declaratória	Márcia Helena Martins de Souza	Sócrates Aguilar de Faria Junior	20/01/2005
323	002.05.000437-0	Indenização	Vilson da Silva Xavier	Ivan Clodovil de Castro	26/01/2005
324	002.05.000440-0	Cobrança	Maria do Amparo da Silva	Interbrazil Seguradora	26/01/2005
325	002.05.000442-7	Cobrança	Claudir Teixeira de Castro	VERA CRUZ SEGURADORA S/A	26/01/2005
326	002.05.000443-5	Cobrança	ALEILTON SILVA SANTOS	AGF BRASIL SEGUROS S/A	26/01/2005
327	002.05.000439-7	Cobrança	Loureci Vieira de Castro	Vera Cruz Seguradora S/A	26/01/2005
328	002.05.000445-1	Cobrança (rito sumário)	Francisco de Oliveira	Eva Souza de Oliveira	26/01/2005
329	002.05.000447-8	Rescisão de contrato	Lírio Pedro Rigon	Stein telecom Ltda	26/01/2005
330	002.05.000441-9	Cobrança	MARIA GENI ROSA DOS SANTOS	SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS	26/01/2005
331	002.05.000444-3	Cobrança (Rito sumário)	Domingos Bonfim de Oliveira	Interbrazil Seguradora S.A.	26/01/2005
332	002.05.000552-0	Cobrança	João Marques dos Santos e outros	Sul América Companhia Nacional de Seguros	31/01/2005
333	002.05.000558-0	Cobrança	Roseli Marçal Gonçalves	AGF BRASIL SEGUROS S/A	31/01/2005
334	002.05.000556-3	Cobrança (Rito sumário)	Ivanilde Matias Panato	Sul América Cia Nacional de Seguros S/A	31/01/2005
335	002.05.000216-5	Execução de Título Extrajudicial	VALDIR MAZZONETTO	APARECIDO DANTAS	31/01/2005
336	002.05.003605-1	Cobrança	Vilmar Delfino de Almeida	Nasiozinho Pinto Quaresma	31/01/2005
337	002.05.000551-2	Cobrança	Luzinete da Silva do Nascimento Gaspar	Linderci Rosa Pego	31/01/2005
338	002.05.000557-1	Cobrança	Olivia Fernandes Chaves	Intelbrazil Seguradora S.A	31/01/2005
339	002.05.000588-1	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Marcos Luiz Neres dos Santos	02/02/2005
340	002.05.000589-0	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Sandy Mara Rodrigues	02/02/2005
341	002.05.000597-0	Cobrança (Rito sumário)	Irineu Jesus dos Santos	Vagner Leonardo e outros	03/02/2005
342	002.05.000598-9	Cobrança	LUIZ FELIX PESSOA	JONAS DA SILVA PIRES E OUTROS	03/02/2005
343	002.05.000600-4	Cobrança (rito sumário)	Maria Aparecida Lucindo	Sérgio Antônio Kramer	03/02/2005
344	002.05.000841-4	Declaratória	Edson da Silva Mello	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
345	002.05.000796-5	Execução de título extrajudicial	Teodoro Saraiva Filho	Miguel Vieira da Silva	16/02/2005
346	002.05.000828-7	Declaratória	Quézia Lúcia de Souza	Brasil Telecom S.A	16/02/2005
347	002.05.000829-5	Declaratória	Mauro Evando Lopes de Lima	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
348	002.05.000812-0	Cobrança	SONIA MARIA HOFFMANN ZAMARCHI	VERA CRUZ SEGURADORA S/A	16/02/2005
349	002.05.000790-6	Rescisão de contrato	C R dos Santos Fábrica de P.limpeza	Inflex Ind, e com. De embalagens ltda	16/02/2005
350	002.05.000842-2	Declaratória	Donizeti Fernandes Sobrinho	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
351	002.05.000838-4	Declaratória	Euclides dos Santos Pinto	BrasIL TELECON	16/02/2005
352	002.05.000799-0	Cobrança	Teodoro Saraiva Filho	Lucimar Aléssio	16/02/2005
353	002.05.000220-3	Cobrança	Cleonildo Barros	Valdivino Almeida Santos	16/02/2005
354	002.05.000832-5	Declaratória	Vera Lúcia de Melo Rocha	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005

355	002.05.000795-7	Cobrança	ERCELINA MARIA HERMANN	SILAS BEZERRA DA SILVA	16/02/2005
356	002.05.000846-5	Declaratória	José Nilton Teles Gonçalves	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
357	002.05.000794-9	Cobrança (rito sumário)	Aparecido Galhardi	System Air Engenharia em Climatização ltda	16/02/2005
358	002.05.000826-0	Declaratória	Eurides Pasqualini de Assis	Brasil Telecom S.A	16/02/2005
359	002.05.000825-2	Declaratória	Antônio Vieira de Matos	Brasil Telecom S.A	16/02/2005
360	002.05.000815-5	Execução de Título Extrajudicial	Sizenato Guilherme Rigolon-ME	Danielle Cristina Martins	16/02/2005
361	002.05.000837-6	Declaratória	Jaqueline Maria Santoro	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
362	002.05.000830-9	Declaratória	Mário Sérgio Lacerda	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
363	002.05.000824-4	Declaratória	Rubens Alves de Almeida	Brasil Telecom S/A	16/02/2005
364	002.05.000840-6	Declaratória	Marilene Balensiefer	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
365	002.05.000797-3	Execução de título extrajudicial	Teodoro Saraiva Filho	João da Cruz Silvio Brito	16/02/2005
366	002.05.000793-0	Cobrança	Luiz César Correia da Silva	Real Previdência e Seguros S/A	16/02/2005
367	002.05.000816-3	Cobrança	José Antônio Barbosa	Tork Nort Comércio de Máquinas Ltda	16/02/2005
368	002.05.000827-9	Declaratória	Elza Aparecida de Queiróz Martins	Brasil Telecom S.A	16/02/2005
369	002.05.000227-0	Execução de Título Extrajudicial	José Antonio Ramos	Marcos Alexandre M. Gabriel	16/02/2005
370	002.05.000818-0	Cobrança (rito sumário)	Benedito Cândido Santiago	Aline Katar Silva	16/02/2005
371	002.05.000836-8	Declaratória	José de Menezes Rocha	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
372	002.05.000845-7	Declaratória	Sidnei Ribeiro de Campos	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
373	002.05.000817-1	Execução de Título Extrajudicial	BENEDITO CANDIDO SANTIAGO	ERONTIDE DE TOME ALVES	16/02/2005
374	002.05.000839-2	Declaratória	Emidio Rosset	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
375	002.05.000824-4	Declaratória	Rubens Alves de Almeida	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
376	002.05.000834-1	Declaratória	Despachante Jonas	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
377	002.05.000833-3	Declaratória	Edson de Carvalho	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
378	002.05.000792-2	Cobrança (Rito sumário)	Nemir Vieira e outros	Interbrazil Seguradora S.A.	16/02/2005
379	002.05.000819-8	Execução de Título Extrajudicial	BENEDITO CANDIDO SANTIAGO	ELIZEU GONÇALVES DA SILVA	16/02/2005
380	002.05.000835-0	Declaratória	Euclides Antônio Piana	Brasil Telecom S.A.	16/02/2005
381	002.05.000910-0	Cobrança	Brian Griehl	Móveis Lanza Ltda	17/02/2005
382	002.05.000908-9	Cobrança (Rito sumário)	Lazari e Lazari Ltda ME (Tornearia Tornobrás)	Industria de Madeira Vallis Importadora e Ex	17/02/2005
383	002.05.000875-9	Declaratória	José Luiz Barbosa Júnior	Brasil Telecom S.A.	17/02/2005
384	002.05.000877-5	Declaratória	Lauzelino Modesto Marino	Brasil Telecom S.A	17/02/2005
385	002.05.000874-0	Cobrança (Rito sumário)	Gentila Correa Andrade	Sul América Seguros S/A	17/02/2005
386	002.05.000880-5	Cobrança (Rito sumário)	Lazari e Lazari Ltda ME (Tornearia Tornobrás)	Boi Verde Comércio Ltda	17/02/2005
387	002.05.000907-0	Cobrança	Lazari e Lazari Ltda ME	Emec Engenharia e Construção Ltda	17/02/2005
388	002.05.000909-7	Cobrança	Brian Griehl	Leila Francelina Boff Inocêncio	17/02/2005
389	002.05.000878-3	Declaratória	Adenísio de Oliveira Cardoso	Brasil Telecom S.A	17/02/2005
390	002.05.000225-4	Cobrança	José Duarte do Nascimento	Roseli Gomes Martins	17/02/2005
391	002.05.000229-7	Cobrança (rito sumário)	Eliane Oliveira dos Santos	Dismobrás Imp. Exp. E Dist. De móveis	18/02/2005
392	002.05.000291-2	Cobrança (Rito sumário)	Iracema de Jesus Dutra	Jorge Almeida Pereira	18/02/2005
393	002.05.000293-9	Cobrança (Rito sumário)	Iracema de Jesus Dutra	Valdinei Amorim Bandeira	18/02/2005
394	002.05.000290-4	Cobrança	Dorian Barbosa de Souza	Vagner Lima	18/02/2005
395	002.05.000222-0	Cobrança (rito sumário)	Paulo Sérgio Ferreira	Domingos Borges de Jesus	18/02/2005
396	002.05.000292-0	Cobrança	IRACEMA DE JESUS DUTRA	Maria da Penha	18/02/2005
397	002.05.000976-3	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	JOANA DARC DOS REIS MARTINS	21/02/2005
398	002.05.000253-0	Execução de título extrajudicial	Joselito Reis Santos	Virgulino Batista Alves	21/02/2005
399	002.05.000972-0	Execução de Título Extrajudicial	M.A.G. Ferreira Confcções Ellen Modas	Edson Viriato	21/02/2005
400	002.05.000963-1	Reparação de danos	Itamar Antônio Vasconcelos	Brasil Telecom S.A.	21/02/2005
401	002.05.000969-0	Cobrança	ALEX SANDRO LONGO PIMENTA	CACIQUE PROMOTORA DE VENTAS LTDA	21/02/2005
402	002.05.000964-0	Exceção de impedimento/ incompetência/suspeição	Liduino Toniello	Valdemar Luiz de Moura	21/02/2005
403	002.05.000973-9	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	GENIVALDA DE SOUZA MARTINS	21/02/2005
404	002.05.000967-4	Declaratória	Jorge Silva Martins	Brasil Telecom S.A.	21/02/2005
405	002.05.000966-6	Declaratória	Ilda Tironi dos Santos	Brasil Telecom S.A	21/02/2005

406	002.05.000971-2	Execução de título extrajudicial	M A G Ferreira Confecções	Sônia Silva	21/02/2005
407	002.05.000970-4	Cobrança	Alex Sandro Longo Pimenta	Losango Promotora de Vendas Ltda	21/02/2005
408	002.05.000975-5	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	TATIANE CRISTINA VALÉRIO	21/02/2005
409	002.05.001066-4	Cobrança (rito sumário)	Rosmary de Almeida	Mirian Delfino da Silva Costa	23/02/2005
410	002.05.001060-5	Execução de Título Extrajudicial	ROSMARY DE ALMEIDA	IRENE DIAS DE SOUZA	23/02/2005
411	002.05.001178-4	Declaratória	Saulo de Tarso Ramos	Brasil Telecom S.A	23/02/2005
412	002.05.001062-1	Cobrança (rito sumário)	Rosmary de Almeida	Gláucia Rodrigues	23/02/2005
413	002.05.001071-0	Declaratória	Maria Lúcia Gomes Estêvão	Brasil Telecom S/A	23/02/2005
414	002.05.001072-9	Declaratória	João Francisco dos Santos	Brasil Telecom S.A.	23/02/2005
415	002.05.001061-3	Cobrança	ROSMARY DE ALMEIDA	OSMAR ALVES MARTINS	23/02/2005
416	002.05.001177-6	Declaratória	Carlos Alberto Follador	Brasil Telecom S.A.	23/02/2005
417	002.05.001065-6	Cobrança (Rito sumário)	Rosmary de Almeida	Daliria Dahm de Lima	23/02/2005
418	002.05.000297-1	Pedido de providência (área cível	Antenor Costa Vila	Luis Costa Vila	25/02/2005
419	002.05.000298-0	Cobrança	ana Paula Costa Teixeira	Pedro Ramilde Trindade	01/03/2005
420	002.05.000256-4	Cobrança	Alsemiria da Silva viana	Editora Peixes S.A.	01/03/2005
421	002.05.001383-3	Cobrança (Rito sumário)	Denise Aparecida Torres de Oliveira	Ozana Aparecida Aires	01/03/2005
422	002.05.001385-0	Indenizatória	Silvonei Rodrigues dos Santos	Miguel Vieira dos Santos	01/03/2005
423	002.05.001378-7	Declaratória	Gelcito Lemos	Brasil Telecom S.A	01/03/2005
424	002.05.001389-2	Declaratória	Helena Nunes de Alencar	Brasil Telecom S.A.	01/03/2005
425	002.05.001388-4	Declaratória	Clóvis Henrique Rabelo Adriano	Brasil Telecom S.A	01/03/2005
426	002.05.001387-6	Declaratória	Adclaudio Eugênio da Silva	Brasil Telecom S.A.	01/03/2005
427	002.05.000258-0	Execução de título extrajudicial	Claudete Desmoni Trindade	Marcia Nogueira Passos	01/03/2005
428	002.05.000260-2	Cobrança (Rito sumário)	João Vieira do Prado	Construtora e Empreendimentos Vanvera	01/03/2005
429	002.05.001382-5	Execução de título extrajudicial	Teodoro Saraiva Filho	Lauro Hélio Bento de Andrade	01/03/2005
430	002.05.001379-5	Declaratória	Iracema Stein Leite	Brasil Telecom S.A	01/03/2005
431	002.05.000257-2	Cobrança (Rito sumário)	Alex Sandro de Carvalho	Expresso Vapt Vupt	01/03/2005
432	002.05.001381-7	Cobrança (Rito sumário)	Gilberto Luiz de Ross	Lauro Hélio Bento de Andrade	01/03/2005
433	002.05.001376-0	Declaratória	MARCIO MARQUES RODRIGUES	AVON COSMÉTICOS LTDA	01/03/2005
434	002.05.001386-8	Declaratória	Hozébio Matheus da Silva	Brasil Telecom S.A.	01/03/2005
435	002.05.001380-9	Execução de título extrajudicial	Sdcley Silva dos Santos	Laury Valentim Pereira	01/03/2005
436	002.05.000296-3	Declaratória	Ronilton Tomáz de Souza	Brasil Telecom S.A	01/03/2005
437	002.05.000234-3	Cobrança (rito sumário)	Andreciliana Dias dos Santos	José Luis Freitas de Oliveira	02/03/2005
438	002.05.001413-9	Cobrança (rito sumário)	TB da Silva ME	Ozeias Brito Silva	02/03/2005
439	002.05.001418-0	Cobrança (Rito sumário)	Móveis Cujubim Ltda ME	Antônio Carlos da Silva Carneiro	02/03/2005
440	002.05.000262-9	Cobrança	CARLINHOS CARNEIRO CANABRAVA	ANTONIO DANTAS DA SILVA	02/03/2005
441	002.05.001297-7	Execução de título extrajudicial	Emília Monteiro	Ana Maria Ferreira	02/03/2005
442	002.05.001419-8	Cobrança (rito sumário)	Móveis Cujubim Ltda ME	Cledir de Almeida	02/03/2005
443	002.05.001294-2	Declaratória	Sérgio Luiz dos Santos	Brasil Telecom S.A	02/03/2005
444	002.05.001416-3	Execução de título extrajudicial	T. B. Da Silva ME	Izaltino Blochado Paulino	02/03/2005
445	002.05.001291-8	Cobrança (rito sumário)	Josefa Maria da Conceição	Sul América Terrestres M e Acidentes	02/03/2005
446	002.05.001421-0	Cobrança	Móveis Cujubim LTDA-ME	Elizabeth Bueno Pereira	02/03/2005
447	002.05.001287-0	Cobrança	Everaldo Oliveira Lima e outros	Interbrazil Seguradora	02/03/2005
448	002.05.001292-6	Declaratória	Walter Gomes Ribeiro da Costa	Brasil Telecom S.A.	02/03/2005
449	002.2005.001296-9	Execução de Título Extrajudicial	Elaine Ianes Assis	Marilei Rodrigues	02/03/2005
450	002.05.001422-8	Cobrança	MOVEIS CUJUBIM LTDA ME	MANOEL OTAVIO DA SILVA	02/03/2005
451	002.05.001414-7	Cobrança (Rito sumário)	T. B. Da Silva ME	Geroni dos Sanotos	02/03/2005
452	002.05.001288-8	Cobrança	Marilene dos Santos R. Gomes	Sul América Terrestres M. E Acidentes	02/03/2005
453	002.05.001412-0	Declaratória	Rosemeire Leme Mollero Brustolon	Brasil Telecom S.A.	02/03/2005
454	002.05.000261-0	Cobrança	FRANCINEIDE DA SILVA FEITOSA	BRASIL TELECON	02/03/2005
455	002.05.001411-2	Declaratória	Janete de Souza	Brasil Telecom S.A.	02/03/2005
456	002.05.001420-1	Cobrança	Móveis Cujubim Ltda ME	Noemia Vitoriano da Silva	02/03/2005
457	002.05.001424-4	Cobrança	Móveis Cujubim LTDA-ME	Carlos Luiz Tiecer	02/03/2005
458	002.05.001423-6	Cobrança (rito sumário)	Móveis Cujubim Ltda ME	Vilson José da Silva	02/03/2005

459	002.05.001290-0	Cobrança	Creuza Cianqueta dos Santos	Sul América Terrestres M. E Acidentes	02/03/2005
460	002.05.001333-7	Declaratória	Maria de Lourdes Oliveira e outros	Brasil Telecom S.A	04/03/2005
461	002.05.001338-8	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França - ME	Milca Cavalari de Souza	04/03/2005
462	002.05.001334-5	Declaratória	Bar e Mercearia Mirian Ltda ME	Brasil Telecom S.A	04/03/2005
463	002.05.001339-6	Embargos de Terceiros	Fabiano Maffini	Maria Zélia Barbosa Silva	04/03/2005
464	002.05.001337-0	Cobrança (Rito sumário)	Zilda Iglesia Munhos Turco - ME	Atalaia S/A Comércio e Indústria	04/03/2005
465	002.05.001417-1	Declaratória	Paulo João Oliver Duran	Brasil Telecom S.A.	04/03/2005
466	002.05.001544-5	Declaratória	Dádiva de Souza Braga	Brasil Telecom S.A	07/03/2005
467	002.05.001545-3	Declaratória	Lourenço e Farinha Ltda	Brasil Telecom S.A	07/03/2005
468	002.05.001598-4	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França ME	Vania Pereira dos Santos	08/03/2005
469	002.05.000302-1	Execução de título extrajudicial	Idalina Ribeiro Martins	Anézia Antonai Farias Martins	08/03/2005
470	002.05.001593-3	Execução de Título Extrajudicial	PAULO HENRIQUE GOMES FRANÇA ME	VANESSA GRAZIELE CARRARA	08/03/2005
471	002.05.001588-7	Cobrança (rito sumário)	Gadine e Contt Ltda	Welerson Cleito Figueira	08/03/2005
472	002.05.000270-0	Indenização	Antônio Augusto Monteiro Perez	Donizete Aparecido dos Santos	08/03/2005
473	002.05.000271-8	Cobrança (rito sumário)	João da Silva	Mirian da Fonseca Mendes	08/03/2005
474	002.05.001595-0	Execução de Título Extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França ME	Maria Rosa dos Santos	08/03/2005
475	002.05.001597-6	Execução de Título Extrajudicial	PAULO HENRIQUE GOMES FRANÇA ME	FRANCINEIDE SARAIVA MENDES	08/03/2005
476	002.05.001592-5	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França ME	Luciana Batista	08/03/2005
477	002.05.001599-2	Execução de Título Extrajudicial	PAULO GOMES FRANÇA ME	ELIZANGELA DE SOUZA SILVA	08/03/2005
478	002.05.001591-7	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França - ME	Cirlene Peres de Mendonça	08/03/2005
479	002.05.001596-8	Execução de Título Extrajudicial	Paulo henrique Gomes França Me	Daniel Aires Moura	08/03/2005
480	002.05.000269-6	Cobrança (rito sumário)	Claudinéia Esteves dos Santos	Joelson dos Santos Borges	08/03/2005
481	002.05.000236-0	Declaratória	Luiz Ivan Magalhães Pinto	Brasil Telecom S.A	08/03/2005
482	002.05.000303-0	Execução de Título Extrajudicial	Idalina Ribeiro Martins	Derci Coimbra	08/03/2005
483	002.05.000304-8	Execução de Título Extrajudicial	Edivaldo Telles	Francisco Ferreira da Silva	08/03/2005
484	002.05.001594-1	Execução de Título Extrajudicial	PAULO HENRIQUE GOMES FRANÇA ME	LEONICE MARTA TOSSELT	08/03/2005
485	002.05.001615-8	Cobrança (Rito sumário)	Ronei Batista Schoaba - ME	Losango promotora de vemdas ltda	09/03/2005
486	002.05.000240-8	Execução de título extrajudicial	Rosa Ferreira de Matos	Osvaldo Arcanjo	09/03/2005
487	002.05.001622-0	Indenização	Maurício Fernando Spillere	Itautec Philco S/A	09/03/2005
488	002.05.000263-7	Cobrança	Ubaldo Vella	Ivo Barce	09/03/2005
489	002.05.000284-0	Cobrança (Rito sumário)	Pedro Verli Coelho	José Dias dos Anjos	09/03/2005
490	002.05.001621-2	Execução de Título Extrajudicial	Centro de Comércio de Produtos de Rondônia	Star Norte Importação e Exportação de Madeiras	09/03/2005
491	002.05.000264-5	Cobrança	Ildamara Lourenço	Rainha Importação e Exportação LTDA	09/03/2005
492	002.05.000238-6	Execução de título extrajudicial	Regina Schuvant Maggi	Roseana Lauermann	09/03/2005
493	002.05.001620-4	Rescisão de contrato	Ronei Batista Schoaba – ME	American Display do Brasil Ltda	09/03/2005
494	002.05.000239-4	Execução de título extrajudicial	Rosa Ferreira de Matos	Ailton Borges dos Santos	09/03/2005
495	002.05.000272-6	Cobrança (rito sumário)	Hans Lorenz	GR Eletro Eletrodomésticos	09/03/2005
496	002.05.000305-6	Cobrança	GERÔNIMO NASCIMENTO	BRASIL TELECON	10/03/2005
497	002.05.001644-1	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França - ME	Keila Cristina de Oliveira	10/03/2005
498	002.05.001643-3	Cobrança	PAULO HENRIQUE GOMES FRANÇA ME	MARIZETE DE OLIVEIRA SOARES ZIMMERMANN	10/03/2005
499	002.05.001642-5	Execução de Título Extrajudicial	JOSÉ FRANCISCO DIAS	JULIO CEZAR COSTA RAMOS	10/03/2005
500	002.05.000242-4	Cobrança (Rito sumário)	Uermes Sernaldo Amaral	Dercionilson Ferrari	11/03/2005
501	002.05.000266-1	Cobrança	Luzardo Rodrigues Bandeira	Valmir Francisco dos Santos	11/03/2005
502	002.05.000268-8	Indenização	Luciano Vieira Uchoa	Alex Souza de Moraes Sarkis	11/03/2005
503	002.05.000265-3	Restituição de Coisa	Alexandre Fortunato da Silva	Gilciane Cristina da Silva	11/03/2005
504	002.05.001656-5	Cobrança (rito sumário)	Edith Maria Lourenço	Boi Verde Comércio Ltda	11/03/2005
505	002.05.000241-6	Declaratória	Raimundo Ribeiro do Carmo Junior	Brasil Telecom S.A.	11/03/2005
506	002.05.001657-3	Cobrança (Rito sumário)	Rosmary de Almeida	Marlene Ribeiro dos Reis	11/03/2005
507	002.05.000246-7	Cobrança	Claudinete de Souza	Infoshop Comércio e Serviços Ltda	14/03/2005
508	002.05.001802-9	Cobrança (rito sumário)	Francisco Ferreira Silva	Valdir Vieira Mauro	15/03/2005
509	002.05.000280-7	Cobrança (Rito sumário)	Michele Prado Zacarias	Dismobrás Imp. Exp. E Distribuição de Móveis	15/03/2005

510	002.05.000244-0	Cobrança (Rito sumário)	Dorca Goulart de Mello	L S Boutique da Construção	15/03/2005
511	002.05.000243-2	Cobrança	Vicente de Paula Paiva	Eduardo de tal	15/03/2005
512	002.05.001776-6	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França ME	Rogério Rodrigues de Souza	15/03/2005
513	002.05.000279-3	Cobrança (rito sumário)	Lourival Sabino de Souza	Paulino Dolmoze	15/03/2005
514	002.05.001842-8	Indenização	Welerson Cleito Figueira	Vanda Salete Gomes Almeida	17/03/2005
515	002.05.001838-0	Execução de título extrajudicial	Castro & Lopes Ltda (Styllus Modas)	Adriana Fernandes da Silva	17/03/2005
516	002.05.001836-3	Execução de título extrajudicial	Castro & Lopes Ltda (Styllus Modas)	Fátima Isabel da Silva	17/03/2005
517	002.05.001844-4	Declaratória	Nadir dos Santos Rigolon	Brasil Telecom S.A	17/03/2005
518	002.05.001840-1	Execução de título extrajudicial	Castro & Lopes Ltda (Styllus Modas)	Sebastião Barbosa Duarte	17/03/2005
519	002.05.001839-8	Execução de título extrajudicial	Castro & Lopes Ltda	Clodoaldo da Silva Soares	17/03/2005
520	002.05.0003064	Cobrança	Leiliana de Jesus Prado	Francisco Ernandes Guerra Mota	17/03/2005
521	002.05.001845-2	Execução de Título Extrajudicial	ALTAIR LIMA DE VARGAS	MARIA DE FATIMA DA SILVA DOS SANTOS	17/03/2005
522	002.05.001837-1	Execução de título extrajudicial	Castro & Lopes Ltda	Maria Cristiane Diniz	17/03/2005
523	002.05.001835-5	Execução de título extrajudicial	Sirlei Aparecida Teixeira	Rita de Cássia Silva dos Santos	17/03/2005
524	002.05.001841-0	Execução de título extrajudicial	Castro & Lopes Ltda	João Ronaldo Nunes	17/03/2005
525	002.05.002094-5	Indenização (sumário)	Carlos Roberto Turco	Real Seguros S/A	20/03/2005
526	002.05.002005-8	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Edinaldo Oliveira da Silva	22/03/2005
527	002.05.002006-6	Execução de título extrajudicial	A.M.Kunh Teixeira Comércio	Marineide Borges Santos	22/03/2005
528	002.05.000308-0	Execução de Título Extrajudicial	NEUSA MARISA FINKEN	GILSON ALVES LINO JUNIOR	22/03/2005
529	002.05.002007-4	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Eliandro Ferreira da Silva	22/03/2005
530	002.05.000313-7	Cobrança	ADAIR FERREIRA DE SOUZA	GILSON LOPES	22/03/2005
531	002.05.000314-5	Execução de título extrajudicial	Elen Jane Delcolli Carrara	Ester Fernandes da Mata Alves	22/03/2005
532	002.05.001998-0	Indenização	Rodrigo Spiça	14 Brasil Telecom Celular S.A	22/03/2005
533	002.05.002100-3	Execução de título extrajudicial	Teodoro Saraiva Filho	Erotides da Silva	29/03/2005
534	002.05.002099-6	Rescisão de contrato	Maria Cristina Pilger	Teleron Celular S.A.	29/03/2005
535	002.05.002093-7	Cobrança	Érica CamposCerqueira	Maria Ivonete dos Santos Lima	29/03/2005
536	002.05.002090-2	Execução de título extrajudicial	Teodoro Saraiva Filho	Manoel Marques Lopes	29/03/2005
537	002.05.002092-9	Execução de título Judicial	Luiz Eduardo Fogaça	Valdomiro Veríssimo de Souza e outros	29/03/2005
538	002.05.002098-8	Rescisão de contrato	Elizabete Regina Pilger	Teleron Celular S.A.	29/03/2005
539	002.05.002091-0	Execução de título extrajudicial	Teodoro Saraiva Filho	Gildeon Soares dos Santos	29/03/2005
540	002.05.002097-0	Declaratória	Márcio Sérgio da Silva	Teleron Celular S.A.	29/03/2005
541	002.05.002262-0	Cobrança (rito sumário)	L. Rigolon (Bella Vest)	Marcela Klessia Silva Nobre	31/03/2005
542	002.05.002255-7	Cobrança	Funerária Cristo Redentor Ltda	Luiz Henrique Pettenon	31/03/2005
543	002.05.002037-6	Reparação de danos	Ivo Jorge Rodrigues da Silva	Fiat Administradora de Consórcios Ltda	31/03/2005
544	002.05.002259-0	Cominatória	M. M. de Moraes Dubiela - ME	Márcia Maria Galvão	31/03/2005
545	002.05.002260-3	Execução de título extrajudicial	M. M. de Moraes Dubiela – ME	Valdeci Onofre de Lima	31/03/2005
546	002.05.002265-4	Cobrança (Rito sumário)	L. Rigolon (Bella Vest0’	Zelma Catarina Boff	31/03/2005
547	002.05.002256-5	Execução de título extrajudicial	Rafael Reciputti	Antônio Vitorino Cosmo	31/03/2005
548	002.05.002261-1	Cobrança (Rito sumário)	M M De Moraes Dubiela – ME	Vanilde Vansuita	31/03/2005
549	002.05.002264-6	Execução de título extrajudicial	L. Rigolon (Bella Vest)	Paula Cristiane dos Santos	31/03/2005
550	002.05.002266-2	Execução de título extrajudicial	Norte Design e Marketing – ME	Atual Brindes	31/03/2005
551	002.05.000311-0	Rescisão de contrato	Iliane Carati	Dismobrás Imp. Exp. E Distribuição de Móveis	05/04/2005
552	002.05.000323-4	Cobrança	Olídio Bordon	Rainha Importação e Exportação Ltda	05/04/2005
553	002.05.000318-8	Execução de título extrajudicial	Zélia Maria Pereira Prino	Márcia Leandro Rodrigues	05/04/2005
554	002.05.000324-2	Declaratória	Vima Terezinha Paz	Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletro.	05/04/2005
555	002.05.000276-9	Cobrança (rito sumário)	Edivaldo telles	Flavio Missangue e outros	05/04/2005
556	002.05.002446-0	Execução de Título Extrajudicial	Célio Pereira da Silva	Wesdênia Ventura Ferreira e Outros	05/04/2005
557	002.05.000310-2	Execução de título extrajudicial	Iracema de Jesus Dutra	Elizângela de Souza Silva	05/04/2005
558	002.05.000309-9	Execução de título extrajudicial	Iracema de Jesus Dutra	Tiago Mendonça do Nascimento	05/04/2005
559	002.05.000322-6	Execução de Título Extrajudicial	LUIZA CASTURINA QUEIROZ	CLAUDEMRI DE SENA	05/04/2005
560	002.05.002442-8	Execução de Título Extrajudicial	A. M. Kuhn Teixeira Comércio	Severina Constância Ribeiro	05/04/2005
561	002.05.000245—9	Cobrança (Rito sumário)	Luciano Olimpio da Cunha	Rainha Importação e Exportação Ltda	05/04/2005

562	002.05.000275-0	Execução de título extrajudicial	Solange Santos Pereira	Zoraide Mendonça da Silva	05/04/2005
563	002.05.000312-9	Execução de Título Extrajudicial	Valéria Gomes Nery Trevisan	Rosa Ferreira de Matos	05/04/2005
564	002.05.000321-8	Execução de título extrajudicial	Rebeloiane Mesabarba de Oliveira	Eunice Souza Silva	05/04/2005
565	002.05.002447-9	Indenização	Adeilton Alves Martins	Vesle Móveis e Eletrodomésticos LTDA	05/04/2005
566	002.05.002440-1	Execução de Título Extrajudicial	A. M. Kuhn Teixeira Comércio	Telma Braga da Silva	05/04/2005
567	002.05.002441-0	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Rosimar Gomes Freire	05/04/2005
568	002.05.000320-0	Cobrança (rito sumário)	Alciene Lima de Matos	Ederildo Pereira Cardoso	05/04/2005
569	002.05.000349-8	Pedido de providência (área cível)	UESLEI BRANDT TAVARES	EUDMAM QUINTINO FERREIRA	05/04/2005
570	002.05.000345-5	Cobrança	ALDENISE LIMA MENDES	GR ELETRO ELETROMOVEIS	05/04/2005
571	002.05.000277-7	Cobrança	TEREZINHA DA SILVA LINS LEMOS	HERMES PERECIN CRESTANI	05/04/2005
572	002.05.000247-5	Execução de título extrajudicial	Luiza Casturina Queiroz	Antônio Bispo dos Santos e outros	05/04/2005
573	002.05.000348-0	Cobrança (rito sumário)	Sandra Aparecida Pazinato Azevedo	Ezequiel Braz Rodrigues da Silva	05/04/2005
574	002.05.000351-0	Cobrança (Rito sumário)	Vagner Lopes dos Santos	Companhia de Água e Esgoto de Rondônia S.A	05/04/2005
575	002.05.000274-2	Cobrança (rito sumário)	Etelvino Luiz Alves da Cruz	GR Eletro Eletrodomésticos	05/04/2005
576	002.05.000317-0	Execução de título extrajudicial	Rosa Ferreira de Matos	José Amador Ciriaco	05/04/2005
577	002.05.000248-3	Execução de título extrajudicial	Luiza Casturina Queiroz	Maria da Glória	05/04/2005
578	002.05.000319-6	Execução de título extrajudicial	Zélia Maria Pereira Primo	Gilcely Maria Ferrari da Silva	05/04/2005
579	002.05.002443-6	Cobrança (Rito sumário)	Leonice Maria Grandi do Coito	Interbrazil Seguradora S.A.	05/04/2005
580	002.05.002448-7	Indenização	Nelson Barbosa	Brasil Telecom S.A	05/04/2005
581	002.05.002445-2	Declaratória	Otacílio Jacinto Gotardo	Brasil Telecom S.A	05/04/2005
582	002.05.002450-9	Declaratória	José Maria Rodrigues	Fernandes e Perego Ltda	05/04/2005
583	002.05.000338-2	Execução de Título Extrajudicial	Suely Raimundo da Silva	Margarete dos Santos	07/04/2005
584	002.05.000339-0	Cobrança (Rito sumário)	Valdevina Santos de Amaral	Marcelo Stopassoli	07/04/2005
585	002.05.000347-1	Cobrança	Patrícia Yaluzan Arango	Gilmar Braga Gonçalves	07/04/2005
586	002.05.000342-0	Cobrança (Rito sumário)	Lourival Sabino de Souza	Adriano Agostinho Reis	07/04/2005
587	002.05.000337-4	Cobrança (Rito sumário)	Ester Evangelista de Matos	Antônio de Oliveira Marques	07/04/2005
588	002.05.000281-5	Indenização	Luis Antônio da Silva	Érico Ari Rosário dos Santos	07/04/2005
589	002.05.002484-3	Cobrança	Isaías Fernandes da Silva	Joel Bispo de Souza	07/04/2005
590	002.05.002506-8	Cobrança (Rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Elizeu Santos Lima	08/04/2005
591	002.05.002504-1	Execução de título Extrajudicial	JIULIANO BERNADES DA SILVA ME	SEBASTIÃO DA SILVA	08/04/2005
592	002.05.002502-5	Cobrança (rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Darci Ribeiro	08/04/2005
593	002.05.002505-0	Cobrança (rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Fabiana Macedo da Cruz	08/04/2005
594	002.05.002501-7	Execução de título extrajudicial	Juliana Maia Ratti	Denilson de Araújo Santos	08/04/2005
595	002.05.002503-3	Execução de título extrajudicial	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Francisco Abreu Silva	08/04/2005
596	002.05.002636-6	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Andréia Silva Souza	11/04/2005
597	002.05.002639-0	Execução de Título Extrajudicial	NOVAES E MEDEIROS LTDA	LEILA ALVES MAINARDI	11/04/2005
598	002.05.002641-2	Indenização	ADEILTON DOS SANTOS MIRANDA	BRASIL TELECON	11/04/2005
599	002.05.000344-7	Cobrança	Airton dos Santos	Lavajato Babão	11/04/2005
600	002.05.002640-4	Indenização	Vanderlei kloster	Paulo Roberto Kloster	11/04/2005
601	002.05.002643-9	Reparação de Danos	Guilherme de Paula Vendramel	Luzia Paulino dos Reis	11/04/2005
602	002.05.002642-0	Cobrança	AUTO POSTO BOM CONSELHO LTDA	GEDEÃO FEREIRA ROCHA	11/04/2005
603	002.05.002637-4	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Clarice Moreira	11/04/2005
604	002.05.000343-9	Execução de título judicial	Sônia Mendes de Souza	Panabens Elétro Eletrônico Ltda	11/04/2005
605	002.05.002638-2	Execução de Título Extrajudicial	Novaes e Medeiros Ltda	Alexy Adega de Vinhos Ltda	11/04/2005
606	002.05.000329-3	Cobrança	JOSÉ APARECIDO GOMES	JOÃO CAVALCANTI DE OLIVEIRA	11/04/2005
607	002.05.002635-8.	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Luíza Caroline Burg	11/04/2005
608	002.05.002644-7	Execução de Título Extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França ME	Rogério Rodrigues de Souza	11/04/2005
609	002.05.002688-9	Execução de título extrajudicial	A M Kuhn Teixeira Comércio	Wagston de Rezende	13/04/2005
610	002.05.002687-0	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	CLAUDIA DOS SANTOS DA SILVA	13/04/2005
611	002.05.002686-2	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Haroldo Alves dos Santos e outros	13/04/2005
612	002.05.002685-4	Cobrança	TALLES RODRIGUES DOS REIS	MARIA CREUZA BEZERRA PASSOS	13/04/2005
613	002.05.002742-7	Execução de título extrajudicial	A M Kuhn Teixeira Comércio	Anselmo Leocadio Sagob	15/04/2005
614	002.05.000328-5	Execução de título extrajudicial	Wesley Alexandre Pereira	Ademir Sérgio de Almeida Mello	15/04/2005

615	002.05.000285-8	cobrança	Patrícia Lima da Silva	Infoshop Comércio e Serviços Ltda – Klik Co.	15/04/2005
616	002.05.000326-9	Indenização	Cilene Gonçalves	Brasil Telecom S.A	15/04/2005
617	002.05.000336-6	Execução de título extrajudicial	Roseli Cristina de Souza	Elisângela Martins	15/04/2005
618	002.05.000331-5	Cobrança	Wesley Alexandre Pereira	Davi José Ferreira de Mello	15/04/2005
619	002.05.000286-6	Cobrança (Rito sumário)	Cláudia Maria Soares	Elias Ouvidio Nicolau	15/04/2005
620	002.05.000332-3	rescisão de contrato	Luiz Carlos dos Santos	GR Eletro Eletromóveis	15/04/2005
621	002.05.002740-0	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Natali Souza	15/04/2005
622	002.05.000288-2	Cobrança	Ademir Gomes da Costa	José Alves da Cruz	15/04/2005
623	002.05.000335-8	Indenização	Elizabete Cordeiro Machado	Gilberto Alves Pereira e outros	15/04/2005
624	002.05.000330-7	Pedido de providência (área cível	Eli Segobi	José Barbosa de Souza	15/04/2005
625	002.05.002741-9	Execução de Título Extrajudicial	A. M. Kuhn Teixeira Comércio	Almar Castro Lima	15/04/2005
626	002.05.000287-4	Execução de Título Extrajudicial	Elisa Veli de Mattos	Roberto dos Santos	15/04/2005
627	002.05.002856-3	Cobrança (rito sumário)	Moacir Furini	Rodrigo de Tal	18/04/2005
628	002.05.002819-9	Execução de título extrajudicial	Castro & Lopes Ltda	Rosana Vieira da Silva	18/04/2005
629	002.05.002820-2	Execução de Título Extrajudicial	CASTRO E LOPES LTDA	SUZANA AVELAR DE SANTANA	18/04/2005
630	002.05.002743-5	Cobrança	Ciese Centro de Inst.Especializado	Luiz Purcino Pereira	18/04/2005
631	002.05.000334-0	Cobrança (rito sumário)	Eduardo César ramos	Renascer Comércio de Materiais para Construção	18/04/2005
632	002.05.002898-9	Execução de Título Extrajudicial	Eunice Maria	Maria Cicera Santos da Silva	18/04/2005
633	002.05.002854-7	Cobrança (rito sumário)	Nilza Mota de Oliveira	GR Eletro Eletromóveis	18/04/2005
634	002.05.002855-5	Cobrança	Ilzi Vali Muller	Micro Way Informática	18/04/2005
635	002.05.000333-1	Cobrança	Sônia Cristina Ferreira Junqueira	Planurb Planejamento e Construções	18/04/2005
636	002.05.002817-2	Execução de título extrajudicial	Valdecir José Moreschi	Manoel Gomes Veloso	18/04/2005
637	002.05.002818-0	rescisão de contrato	Vivaldo Raimundo	Brasil Telecom S.A.	18/04/2005
638	002.05.002900-4	Cobrança	Cícero Barbosa de Aquino	Novalar Avenida	18/04/2005
639	002.05.002823-7	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Iliana da Costa	18/04/2005
640	002.05.002902-0	Execução de Título Extrajudicial	Iracema de Jesus dutra	Alessandra Marina Albouês	18/04/2005
641	002.05.002901-2	Execução de Título Extrajudicial	IRACEMA DE JESUS DUTRA	LUCIANA EVANGELISTA	18/04/2005
642	002.05.002821-0	Execução de título extrajudicial	Castro & Lopes Ltda (Styllus Modas)	Rogério Rodrigues de Souza	18/04/2005
643	002.05.002822-9	Execução de Título Extrajudicial	CASTRO E LOPES LTDA	LUCILENE DA SILVA	18/04/2005
644	002.05.003067-3	Indenização	Maria Soares da Silva	Centro De Prevenção e Diagnóstico Confúcio	26/04/2005
645	002.05.003064-9	Execução de título extrajudicial	Maria Marco Pereira Representações - ME	Tatiane Mírian da Silva e outro	26/04/2005
646	002.05.003058-4	Execução de título extrajudicial	Celio Pereira da Silva	Melania Bedom Montovani	26/04/2005
647	002.05.003074-6	Cobrança (Rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Vanderléia Moreira	26/04/2005
648	002.05.003061-4	Execução de título extrajudicial	Célio Pereira da Silva	Valdemir Souza Santos	26/04/2005
649	002.2005.003072-0	Execução de título judicial	Gentil Alves Nascimento	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	26/04/2005
650	002.2005.003071-1	Execução de Título Extrajudicial	Gentil Alves do Nascimento	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	26/04/2005
651	002.05.003070-3	Execução de Título Extrajudicial	JIULIANO BERNADES DA SILVA ME	MIRIAM BARBOSA SILVA	26/04/2005
652	002.05.002056-8	Execução de título extrajudicial	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Cleomarcia de Souza	26/04/2005
653	002.05.003063-0	Execução de título extrajudicial	Walter Bernado de Araújo Silva	Brasil Telecom S.A.	26/04/2005
654	002.05.003055-0	Execução de Título Extrajudicial	Célio Pereira da Silva	Edilson Bezerra da Silva	26/04/2005
655	002.05.003066-5	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Angelita Brasil V. De Souza	26/04/2005
656	002.05.003069-0	Cobrança (Rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Hudson Rolim de Araújo	26/04/2005
657	002.05.003057-6	Execução de título extrajudicial	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Nelci Teixeira de Rezende	26/04/2005
658	002.05.003052-2	Cobrança (Rito sumário)	Cloves Gomes de Souza e outro	Jorge Fraga dos Santos	26/04/2005
659	002.05.003065-7	Cobrança	JIULIANO BERNADES DA SILVA ME	VOLNEI DA SILVA	26/04/2005
660	002.05.003059-2	Execução de título extrajudicial	Celio Pereira da Silva	Antônio Raimundo Costa Vale	26/04/2005
661	002.05.003060-6	Execução de título extrajudicial	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Agenor Magdalena da Silva	26/04/2005
662	002.05.003073-8	Execução de Título Extrajudicial	Carlos Caetano	Juliano Bernardes da Silva ME	26/04/2005
663	002.05.002911-0	Execução de título extrajudicial	José Vicente de Lima	Maria Aparecida Jaunes de Andrade Merlim	28/04/2005
664	002.05.002917-9	Cobrança	Amarildo Rosa Ramos	Isaías	28/04/2005
665	002.05.002863-6	Pedido de providência (área cível	Maurício Gomes Bezerra	Educa Educação Continuada Ltda e outro	28/04/2005

666	002.05.002864-4	Pedido de providência (área cível	Eisenhowetr do E. Santos da Fonseca	Educa Educação Continuada Ltda e outro	28/04/2005
667	002.05.002910-1	Execução de título extrajudicial	Sueli Fernandes de Souza	Luceni Fernandes de Souza	28/04/2005
668	002.05.002862-8	Execução de título extrajudicial	Zélia Maria Pereira Prino	Valéria Gago da Silva	28/04/2005
669	002.05.002907-1	Pedido de providência (área cível	Waldenice Martins Pierre Fernandes	Educa Educação Continuada Ltda e outro	28/04/2005
670	002.05.002872-5	Execução de título extrajudicial	Maria das Graças de Melo	Moisés Marciel de Souza Fidelis	28/04/2005
671	002.05.002870-9	Execução de título extrajudicial	Aristides Alves das Neves	Sebastião da Silva Diniz	28/04/2005
672	002.05.002909-8	Execução de título extrajudicial	Sueli Fernandes de Souza	Maria Cristina Alves Dirotildes	28/04/2005
673	002.05.002849-0	Cobrança (rito sumário)	José Antônio dos Santos	Gazin Indústria e Comércio de Móveis	28/04/2005
674	002.05.002905-5	Execução de título extrajudicial	Selma Marques da Silva	Donizete Neto Silva	28/04/2005
675	002.05.002906-3	Pedido de providência (área cível	Lourival Inácio Filho	Educa Educação Continuada Ltda e outro	28/04/2005
676	002.05.002871-7	Cobrança (Rito sumário)	Cristina Camargo de Moraes	Zilda Aguiar de Souza	28/04/2005
677	002.05.002880-6	Execução de título extrajudicial	Maria das Graças de Melo	Domingos Sávio da Silva	28/04/2005
678	002.05.003094-0	Execução de título extrajudicial	Weverton Jefferson Teixeira Heringer	Sócrates Aguilar de Faria Junior	28/04/2005
679	002.05.002912-8	Execução de Título Extrajudicial	MARIA DAS GRAÇAS DE MELO	Sideni Lopes da Silva	28/04/2005
680	002.05.002903-9	Execução de título extrajudicial	Maria Lopes Machado dos Santos	Marilene de Abreu	28/04/2005
681	002.05.002908-0	Pedido de providência (área cível	Carlos Alberto de Almeida Ricarte	Educa Educação Continuada Ltda e outro	28/04/2005
682	002.05.002904-7	Execução de título extrajudicial	Maria Lopes Machado dos Santos	Maria de Nazaré Cunha Aquino	28/04/2005
683	002.05.005414-4	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Manuel Ferreira dos Santos Freitas	02/05/2005
684	002.05.002920-9	Cobrança (Rito sumário)	Marli Martins dos Santos	Loreni Bariviera	04/05/2005
685	002.05.002913-6	Execução de Título Extrajudicial	Lucimara Fiala Roberto Benevides	Maria Aparecida dos Santos Cordeiro	04/05/2005
686	002.05.002879-2	Cobrança	Gercino Francisco Moura	Lojas Novalar	04/05/2005
687	002.05.003358-3	Cobrança	NORTE DESIGN E MARKETING ME	IVANIL MATEUS DA SILVA	04/05/2005
688	002.05.002918-7	Pedido de providência (área cível	Sheila Rosangela de Mello	Banco ABN AMRO Real S/A	04/05/2005
689	002.05.002914-4	Execução de título Extrajudicial	LUCIMARA FIALA	JOSÉ CARLOS BARBOSA	04/05/2005
690	002.05.002932-2	Execução de Título Extrajudicial	Lucimara Fiala Roberto Benevides	Rosangela de Lima Alves	04/05/2005
691	002.05.003282-0	Execução de Título Extrajudicial	Sizenando Guilherme Rigolon-ME	Jair Humberto de Morais	04/05/2005
692	002.05.002877-6	Cobrança (Rito sumário)	Alexandre Carlos de Oliveira	Ademilson Carlos Oliveira	04/05/2005
693	002.05.002919-5	Cobrança	Volmir Scharnoski	Itaú Seguros S/A	04/05/2005
694	002.05.002929-2	Execução de Título Extrajudicial	LUCIMARA FIALA	JOAQUIM ALVES CARDOSO	04/05/2005
695	002.05.003280-3	Execução de título extrajudicial	Pérola Materiais de Construção	Francisco Saraiva de Moura	04/05/2005
696	002.05.002922-5	Cobrança	MARIA DAS GRAÇAS DE MELO	EDNA AZEVEDO	04/05/2005
697	002.05.002938-1	Execução de Título Extrajudicial	LUCIMARA FIALA	LENI APARECIDA DAIS	04/05/2005
698	002.05.002927-6	Cobrança	José Pereira de Souza	Rido Garna da Silva	04/05/2005
699	002.05.002937-3	Execução de título extrajudicial	Lucimara Fiala Roberto Benevides	Coraci Lopes Santana	04/05/2005
700	002.05.002921-7	Pedido de providência (área cível	Pedro de Oliveira Guimarães	Emar Cruz de Oliveira	04/05/2005
701	002.05.002926-8	Execução de título extrajudicial	Rosenildes França de Oliveira	Luci Soares de Lima	04/05/2005
702	002.05.002931-4	Cobrança (Rito sumário)	José Simões da Silva	José Florêncio da Silva	04/05/2005
703	002.05.002925-0	Execução de título extrajudicial	Rosenildes França de Oliveira	Adriana Paula	04/05/2005
704	002.05.002923-3	Cobrança (Rito sumário)	Maria das Graças de Melo	Dirce de Oliveira	04/05/2005
705	002.05.003321-4	Indenização	Eliane Decleva	Grupo de Comunicações Três S/A	04/05/2005
706	002.05.002915-2	Execução de título extrajudicial	Lucimara Fiala Roberto Benevides	Maria Rosana Santos	04/05/2005
707	002.05.003283-8	Execução de título extrajudicial	Sizenando Guilherme Rigolon – ME	Alexandre Isidro da Silva	04/05/2005
708	002.05.003281-1	Execução de título extrajudicial	Sizenando Guilherme Rigolon – ME	Jair humberto de Morais	04/05/2005
709	002.05.003442-3	Cobrança (Rito sumário)	Saulo de Tarso Ramos	CAARO Caixa de Assistência dos Advogados	06/05/2005
710	002.05.003440-7	Pedido de providência (área cível	José Luiz Barbosa Junior	Helier Pereira Bezerra	06/05/2005
711	002.05.003444-0	Execução de título extrajudicial	N. Mendes da Silva Variedades – ME	Sara Ramos Bazílio	06/05/2005
712	002.05.003446-6	Execução de título extrajudicial	N. Mendes da Silva Variedades – ME	Sueli Rodrigues dos Santos	06/05/2005
713	002.05.003301-0	Declaratória	Vilma Lima Barbosa	Sintero Saúde	06/05/2005
714	002.05.002887-3	Cobrança	Lucimara Fiala Roberto Benevides	Marilda de Castro Souza	09/05/2005
715	002.05.002935-7	Indenização	Antônio Augusto Monteiro Perez	Donizete Aparecido dos Santos	09/05/2005
716	002.05.002886-5	Execução de Título Extrajudicial	Lucimara FIALA Roberto Benevides	Genezilda Cabral de Souza	09/05/2005

717	002.05.002940-3	Execução de Título Extrajudicial	Lucimara Fiala Roberto Benevides	Jemima Babosa Silva Martins	09/05/2005
718	002.05.002939-0	Execução de título extrajudicial	Luciamara Fiala Roberto Benevides	Evania R. Silva	09/05/2005
719	002.05.002936-5	Indenização	Antônio Augusto Monteiro Perez	Sebastião Anésio Pereira Lima	09/05/2005
720	002.05.002888-1	Cobrança	Arno Gromann	Marcelo Nascimento de Oliveira	09/05/2005
721	002.05.002885-7	Execução de título extrajudicial	Lucimara Fiala Roberto Benevides	Margarete Eduardo	09/05/2005
722	002.05.002878-4	Cobrança (Rito sumário)	Valteir Batista de Oliveira	José dos Santos	09/05/2005
723	002.05.002851-2	Cobrança	Maria Aparecida Alves Ferreira	Aparecida Ivonete P. Da Costa	09/05/2005
724	002.05.002928-4	Cobrança (Rito sumário)	Manoel Lopes de Oliveira	Fernando Bezerra de Araújo	09/05/2005
725	002.05.003684-1	Execução de Título Extrajudicial	PAULO HENRIQUE GOMES FRANÇA ME	MONICA MARIA BOLZON	11/05/2005
726	002.05.003682-5	Execução de Título Extrajudicial	Teixeira e Mezabarba Comércio e Representações	Magda Zacarias Mattos	11/05/2005
727	002.05.003685-0	Execução de título extrajudicial	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Paulo Roberto Evaristo	11/05/2005
728	002.05.003686-8	Execução de Título Extrajudicial	PEROLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	DONIZETE CASAGRANDE	11/05/2005
729	002.05.003683-3	Cobrança (Rito sumário)	Teixeira e Mezabarba Comércio e Representação	Magda Zacarias Mattos	11/05/2005
730	002.05.002934-9	Cobrança	Raimundo Roscier Chaves	Rogério Moreira da Silva	12/05/2005
731	002.05.002893-8	Execução de título extrajudicial	Maria Sônia dos Santos	Rozenilda Batista de Lima	12/05/2005
732	002.05.002865-2	Pedido de providência (área cível)	Solange Maria Jaconias	Antônio de tal	12/05/2005
733	002.05.002944-6	Cobrança	Josias Gonçalves	Import Express Comercial E Importadora LTDA	12/05/2005
734	002.05.003605-1	Medida Cautelar Inominada	Zilda Maria Alves Barbosa	Natalino Caetano de Paula e outros	12/05/2005
735	002.05.002852-0	Execução de título extrajudicial	Eliane Galdino de Almeida	Luíza da Silva Rodrigues	12/05/2005
736	002.05.003603-5	Execução de título extrajudicial	Hilgert e Cia Ltda	João Marcelino de Souza	12/05/2005
737	002.05.002859-8	Pedido de providência (área cível	Claudenice de Oliveira	GR Eletro Eletrodomésticos	12/05/2005
738	002.05.002858-0	Cobrança (rito sumário)	Gaspar José de Souza Dias	Élcio Valentim da Silva	12/05/2005
739	002.05.002895-4	Execução de título extrajudicial	Rosa Ferreira de Matos	Noeli Tereza da Silva	12/05/2005
740	002.05.002857-1	Execução de Título Extrajudicial	EDMILSON BORGES CINTRA	DULCINES BLASCO CARDOSO RIBAS	12/05/2005
741	002.05.002894-6	Execução de título extrajudicial	Maria Sônia dos Santos	Gilda Amorim Torrente	12/05/2005
742	002.05.003599-3	Pedido de providência (área cível)	Maria José Correia	Belchior Correia Gomes	12/05/2005
743	002.05.002933-0	Cobrança	NATALINO MARTINS	EDNEY CARLOS FERNANDES	12/05/2005
744	002.05.002860-1	Execução de título extrajudicial	Raquel Pereira da Silva	Célio de Oliveira	12/05/2005
745	002.05.003600-0	Cobrança (Rito sumário)	João Vieira Campos	Loja Econômica Ltda	12/05/2005
746	002.05.002896-2	Cobrança	Natalio dos Anjos Souza	Edmilson do Amor Divino	12/05/2005
747	002.05.002941-1	Cobrança	Eronildo Ramos de Oliveira	Edney Carlos Fernandes	12/05/2005
748	002.05.002867-9	Pedido de providência (área cível	Antenor Costa Vila	Luiz Costa Vila	13/05/2005
749	002.05.003720-1	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Anderson Rodrigo Barbosa da Fonseca	16/05/2005
750	002.05.003718-0	Execução de título extrajudicial	Rosmary de Almeida	Eliane Gonçalves Coelho	16/05/2005
751	002.05.003719-8	Execução de Título Extrajudicial	JULIANA APARECIDA TEIXEIRA BUENO	EVELINE RODRIGUES	16/05/2005
752	002.05.003712-0	Execução de título extrajudicial	Otávio Passarelli	Star Norte Importação de Madeira	16/05/2005
753	002.05.003717-1	Cobrança (Rito sumário)	Maria da Dores Fernandes Maia	David Macedo Foster	16/05/2005
754	002.05.002873-3	Indenização (sumário)	Emília Mariko Nagahiro	Brasil Telecom S.A.	16/05/2005
755	002.05.003714-7	Declaratória	Franklin Moreita Duarte	Santander Asset.Management Ltda	16/05/2005
756	002.05.003713-9	Execução de Título Extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França ME	Érica Ferreira da Silva	16/05/2005
757	002.05.003886-0	Execução de Título Extrajudicial	Losney Dias da Cruz	Raimunda Alves dos Santos Ferreira	20/05/2005
758	002.05.003883-6	Execução de título extrajudicial	Auto Posto Bom conselho ltda	Alessy da Cunha Oliveira	20/05/2005
759	002.2005.003810-0	Execução de título judicial	G. R. Eletro Eletromóveis	Celso Antônio Kochen	20/05/2005
760	002.05.003891-7	Execução de título extrajudicial	Losney Dias da Cruz	Antônio Carlos da Silva	20/05/2005
761	002.05.003885-2	Execução de título extrajudicial	Loaney Dias da Cruz	Sueli Alves	20/05/2005
762	002.05.003879-8	Execução de Título Extrajudicial	Teixeira e Mezabarba Com. E Representação	Wilian Pena de Souza	20/05/2005
763	002.05.003877-1	Cobrança (Rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Raimundo Torres Gomes e outros	20/05/2005
764	002.05.003881-0	Execução de título extrajudicial	N. Mendes da Silva Variedades – ME	Manoel Araújo de Moura	20/05/2005
765	002.05.003890-9	Execução de Título Extrajudicial	Losney Dias da Cruz	Paulo Cesar da Silva	20/05/2005
766	002.05.003882-8	Medida Cautelar Inominada	Darci Furtado de Medeiros	Vivo Celulares e outros	20/05/2005
767	002.05.003889-5	Execução de título extrajudicial	Loaney Dias da Cruz	Salviano Santana	20/05/2005

768	002.05.003888-7	Execução de Título Extrajudicial	Losney Dias da Cruz	Dulclécia E. Borges	20/05/2005
769	002.05.003874-7	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Nilton César de Oliveira	20/05/2005
770	002.05.003878-0	Execução de título extrajudicial	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Raimundo Torres Gomes e outros	20/05/2005
771	002.05.003887-9	Execução de título extrajudicial	Losney Dias da Cruz	Ilciléia Resende	20/05/2005
772	002.05.003876-3	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Pedro Santos Ferreira	20/05/2005
773	002.05.003875-5	Execução de título extrajudicial	A.M.Kunh Teixeira Comércio	Renata Rodrigues Lucas	20/05/2005
774	002.05.000254-8	Cobrança	Joselito Reis Santos	Virgulino Batista Alves	21/05/2005
775	002.05.001019-2	Cobrança	Irosima dos Santos Camargo	Dismobrás Imp. Exp. E Dist. De móveis	21/05/2005
776	002.05.004021-0	Execução de Título Extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Joeli Santos da Silva	23/05/2005
777	002.05.004026-1	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Lucilene Lopes Bonfim	23/05/2005
778	002.05.004043-1	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	André Correia dos Santos	23/05/2005
779	002.05.004020-2	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Enúbia Brito Miranda	23/05/2005
780	002.05.004035-0	Execução de Título Extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Francilne Nascimento Montel	23/05/2005
781	002.05.004034-2	Execução de Título Extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Simone Lima de Souza	23/05/2005
782	002.05.004014-8	Cobrança	Volmir Pedrotti	A.C. Lindner Dias Ltda	23/05/2005
783	002.05.004042-3	Execução de Título Extrajudicial	A.m.Kuln Teixeira Comércio	Sidney Godoy	23/05/2005
784	002.05.004041-5	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Rosemeire Aparecida Gervásio de Oliveira	23/05/2005
785	002.05.004023-7	Execução de Título Extrajudicial	JULIANA CRISTINA DIAS DE SOUZA	Abida Emanoella Soares Silva	23/05/2005
786	002.05.004018-0	Execução de Título Extrajudicial	JULIANA CRISTINA DIAS DE SOUZA	VALDELICE O NASCIMENTO	23/05/2005
787	002.05.004022-9	Execução de Título Extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Márcia Balz	23/05/2005
788	002.05.004016-4	Execução de Título Extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Edineusa da Costa Freitas	23/05/2005
789	002.05.004025-3	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Noeli Borges dos Santos	23/05/2005
790	002.05.004032-6	Execução de Título Extrajudicial	JULIANA CRISTINA DIAS DE SOUZA	Rosineide Santiago Mendes da Silva	23/05/2005
791	002.05.004017-2	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Maria Conceição Ribeiro da Silva Nunes	23/05/2005
792	002.05.004040-7	Execução de Título Extrajudicial	JULIANA CRISTINA DIAS DE SOUZA	LUCIMAR VITORINO DE SOUZA	23/05/2005
793	002.05.004029-6	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Joice Rocha de Oliveira Meireles	23/05/2005
794	002.05.004028-8	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Juscilene Henrique de Souza	23/05/2005
795	002.05.004030-0	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Luciane Pereira	23/05/2005
796	002.05.004039-3	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Sabrina Raquel Ataíde Tarqino	23/05/2005
797	002.05.002876-8	Despejo	Benjamim Mário Bariviera	Kátia Ferreira dos Santos	23/05/2005
798	002.05.004036-9	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Alessandra Silva do Nascimento	23/05/2005
799	002.05.004027-0	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Cláudia Gomes Freire	23/05/2005
800	002.05.004031-8	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Lucimar Leite de Almeida	23/05/2005
801	002.05.004024-5	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Roseli Domiciano Ribeiro	23/05/2005
802	002.05.002882-2	Cobrança	JUMAR APARECIDO DE OLIVEIRA	CONPANHIA DE AGUA E ESGOTO DE RONDONIA S/A	24/05/2005
803	002.05.002866-0	Cobrança	Vera Lúcia Duarte Pereira	Santiago de Tal	24/05/2005
804	002.05.004070-9	Execução de título extrajudicial	Moreira e Mudrey Ltda ME	Djalma Farina	24/05/2005
805	002.05.002884-9	Cobrança	José Rosa de Jesus	Reinaldo de tal	24/05/2005
806	002.05.002874-1	Execução de título extrajudicial	Patrícia Yaluzan Arango	Maria Rosa dos Santos	24/05/2005
807	002.05.002868-7	Cobrança (Rito sumário)	Ivaldeti Amaro Pereira	Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo	24/05/2005
808	002.05.002881-4	Cobrança	Paulo Cesar dos Santos Omitti	Americel	24/05/2005
809	002.05.002875-0	Execução de Título Extrajudicial	Patrícia Yaluzan Arango	Ozana Fernandes Silva	24/05/2005
810	002.05.003995-6	Execução de Título Extrajudicial	José Zeferino da Silva	Rudiney Pereira Damasceno	27/05/2005
811	002.05.003994-8	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Gilvan Santana Dias	27/05/2005
812	002.05.003993-0	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Marcelo Firmino Gaspar	27/05/2005
813	002.05.003996-4	Execução de título extrajudicial	Edelson Inocêncio Junior	Paulo Anselmo Guareze e outros	27/05/2005
814	002.05.003991-3	Execução de título extrajudicial	Luiz Eduardo Fogaça	Aparecido Braz Sanches	27/05/2005
815	002.05.003992-1	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Neuza Maria Aparecida Firmina	27/05/2005
816	002.05.003997-2	Execução de título extrajudicial	Poliana Gomes Fogaça Chaves	Solange Loubak dos Santos Soares	27/05/2005
817	002.05.003998-0	Execução de título extrajudicial	Sandra Aparecida Pazinato Azevedo	Eveline Rodrigues Figueira	27/05/2005
818	002.05.004000-8	Execução de Título Extrajudicial	Manoel Araújo da Silva	Valdir de Jesus	27/05/2005
819	002.05.004231-0	Execução de título extrajudicial	Orlando José Belotto Filho	Ubiratan Rebouças Filho	31/05/2005

820	002.05.004232-9	rescisão de contrato	Iracy Ramos de Mello	Luciemeire Vasconcelos Bertino	31/05/2005
821	002.05.004236-1	Execução de título extrajudicial	A M Kuhn Teixeira Comércio	Rosangela Herminia	31/05/2005
822	002.05.004235-3	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	Flaudízia Pereira dos Santos	31/05/2005
823	002.05.004234-5	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	João Ronaldo Nunes	31/05/2005
824	002.05.004233-7	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Leila Alves Mainardi	31/05/2005
825	002.05.004108-0	Cobrança (Rito sumário)	José Francisco Honório	Marcilho Gomes Patriarcha	31/05/2005
826	002.05.004203-5	Execução de título extrajudicial	Juraci Paiva Reis - ME	Cristiane Graziela Forlim Jaretta	01/06/2005
827	002.05.004206-0	Execução de Título Extrajudicial	JURACI PAIVA REIS-ME	Ernesto de Matos	01/06/2005
828	002.05.004198-5	Execução de Título Extrajudicial	JURACI PAIVA REIS-ME	José Luiz Queiroz da Silva	01/06/2005
829	002.05.004205-1	Execução de título extrajudicial	Juraci Paiva Reis - ME	Eliziário Soares de Oliveira	01/06/2005
830	002.05.004211-6	Execução de Título Extrajudicial	JURACI PAIVA REIS-ME	Cícero Thiago Nazareth Chagas	01/06/2005
831	002.05.004207-8	Execução de título extrajudicial	Juraci Paiva Reis - ME	José Ilzo dos Santos	01/06/2005
832	002.05.004208-6	Execução de Título Extrajudicial	JURACI PAIVA REIS-ME	IRENE FATIMA RECH CECHINEL	01/06/2005
833	002.05.004212-8	Execução de Título Extrajudicial	Juraci Paiva Reis	Wagner de Melo Pereira	01/06/2005
834	002.05.004199-3	Execução de Título Extrajudicial	Juraci Paiva Reis – ME	Marcio da Silva Souza	01/06/2005
835	002.05.004200-0	Execução de título extrajudicial	Juraci Paiva Reis – ME	Maria das Graças Trindade	01/06/2005
836	002.05.004212-4	Execução de título extrajudicial	Juraci Paiva Reis – ME	João de Souza Alves	01/06/2005
837	002.05.004209-4	Execução de Título Extrajudicial	JURACI PAIVA REIS-ME	Jacó Becker	01/06/2005
838	002.05.004118-7	Execução de título extrajudicial	Iracema de Jesus Dutra	Higos Wilker Nogueira	02/06/2005
839	002.05.004111-0	Pedido de providência (área cível	Márcia Cabral Santos	Brasil Comércio de Informática e celulares	02/06/2005
840	002.2005.004119-5	Execução de título judicial	Flávia Alencar	Walter Luiz Moreira	02/06/2005
841	002.05.002891-1	Cobrança	Aparecido Vicente de Souza	Ezequiel Heringer Peres	02/06/2005
842	002.05.002883-0	Cobrança (Rito sumário)	José Brito dos Santos	Gilmar Peres e outros	02/06/2005
843	002.05.004106-3	Cobrança (rito sumário)	Dorvalino Barbieri	Dismobrás Imp. Exp. E distribuição de Móveis	02/06/2005
844	002.05.004110-1	Pedido de providência (área cível)	Waldir José da Silva	José Milton Onofre dos Santos e Outros	02/06/2005
845	002.05.004112-8	Execução de título extrajudicial	Marilde Cavasini Carbonera de Alcantes	Vanderleia de Almeida	02/06/2005
846	002.05.004101-2	Pedido de providência (área cível)	Rosângela Caetano de Andrade	Brasil Bookshop Editora de Livros Ltda	02/06/2005
847	002.05.004104-7	Pedido de providência (área cível)	Roseli Furtuoso Machado	Geraldo	02/06/2005
848	002.05.004114-4	Cobrança (Rito sumário)	Carlos Henrique Pereira	Cerâmica Riomar	02/06/2005
849	002.05.004113-6	Cobrança (Rito sumário)	Janete Ribeiro Rangel	Maria José da Silva	02/06/2005
850	002.05.004434-8	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Ivanara Guimarães da Silva	02/06/2005
851	002.05.002890-3	Cobrança	EVA ILDA BENTO	IMOBILIARIA CASANOSSA LTDA	02/06/2005
852	002.05.004103-9	Cobrança	DAVID DA GRAÇA DE DEUS CHAGAS	FATIMA RODRIGUES	02/06/2005
853	002.05.004109-8	Cobrança (rito sumário)	Lúcia de Campos	Gazin Indústria e Comércio de Móveis	02/06/2005
854	002.05.004120-9	Execução de Título Extrajudicial	Alfredo Prie	Alice Bobika de Souza	02/06/2005
855	002.05.004433-0	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Dorivaldo Paiva Fontineli	02/06/2005
856	002.05.004102-0	Execução de Título Extrajudicial	Tereza Alves de Oliveira Silva	Márcio Souza Leite	02/06/2005
857	002.05.004105-5	Cobrança (rito sumário)	Maria de Fátima Rodrigues Borba	Aritur – Ariquemes Turismo e Viagens	02/06/2005
858	002.05.002889-0	Pedido de providência (área cível)	Romildo dos Santos Nascimento	GR Eletro Eletromóveis	02/06/2005
859	002.05.004435-6	Execução de título extrajudicial	A M Kuhn Teixeira Comércio	Adailton Martins Sobrinho e outros	02/06/2005
860	002.05.004107-1	Cobrança	José Aparecido Gomes	José Ribamar da Silva	02/06/2005
861	002.05.002892-0	Cobrança	Carlos Roberto Gomes da Silva	Rainha Celulares	02/06/2005
862	002.05.004439-9	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Elison Rodrigues de Souza	03/06/2005
863	002.05.004437-2	Execução de Título Extrajudicial	PEROLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	JOSÉ ROBERTO DA SILVA	03/06/2005
864	002.05.004441-0	Execução de Título Extrajudicial	a.m.Kuln Teixeira Comércio	Veronice Gualberto	03/06/2005
865	002.05.004438-0	Execução de Título Extrajudicial	PEROLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	FABIO PEREIRA DOS SANTOS	03/06/2005
866	002.05.004436-4	Indenizatória (sumário)	José Zeferino da Silva	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	03/06/2005
867	002.05.004117-9	Cobrança	Marilde Cavasini C. De Alcantes	Lázaro	03/06/2005
868	002.05.004440-2	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	CLAUDENICE APARECIDA GUALBERTO	03/06/2005
869	002.05.004442-9	Execução de Título Extrajudicial	Panificadora Popular Ltda	Antônio Vitorino Coarno	03/06/2005

870	002.05.004445-3	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	Salete Batasini da Silva	06/06/2005
871	002.05.004447-0	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Rosângela da Silva Alves	06/06/2005
872	002.05.004444-5	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Delmo Gonçalves Pereira	06/06/2005
873	002.05.004446-1	Indenização (sumário)	Brian Griehl	Sky Brasil Serviços Ltda	06/06/2005
874	002.05.004443-7	Cobrança (rito sumário)	Carleones Souza da Conceição e outros	Fenaseg Federação Nacional das Empresas de	06/06/2005
875	002.05.004515-8	Execução de Título Extrajudicial	Juraci Paiva Reis	Luiz Carlos Jacob	07/06/2005
876	002.05.004516-6	Execução de título extrajudicial	Juraci Paiva Reis - ME	Paulo Cesar L. da Silva	07/06/2005
877	002.05.004511-5	Cobrança	Luciane Marlei Wingert Fernandes	Sul América Seguros S/A	07/06/2005
878	002.05.004518-2	Execução de título extrajudicial	Juraci Paiva Reis – ME	Ademilson Salgado Serqueira	07/06/2005
879	002.05.004506-9	Cobrança	L. RIGOLON (BELLA VEST)	Jilzélia Ribeiro de Souza	07/06/2005
880	002.05.004514-0	Execução de Título Extrajudicial	Juraci Paiva Reis	Claudina Martins	07/06/2005
881	002.2006.008729-1	Execução de título extrajudicial	Célio Pereira da Silva	Sandra Ferreira	07/06/2005
882	002.05.004510-7	Cobrança (Rito sumário)	L. Rigolon (Bella Vest)	Marta Bento de Medeiros	07/06/2005
883	002.05.004513-1	Execução de Título Extrajudicial	JURACI PAIVA REIS-ME	JOSEMIRA HONORIO	07/06/2005
884	002.05.004521-2	Execução de título extrajudicial	Ernando de Oliveira Pereira	Lucinéia Alves de Souza	07/06/2005
885	002.05.004509-3	Cobrança	L. RIGOLON (BELLA VEST)	Adriana Pádua Diniz	07/06/2005
886	002.05.004505-0	Cobrança	L. RIGOLON (BELLA VEST)	LUCILENE DA SILVA	07/06/2005
887	002.05.004517-4	Execução de Título Extrajudicial	Juraci Paiva Reis	Sueli Alves de Souza	07/06/2005
888	002.05.004124-1	Cobrança	Jonas Thimóteo	João Maria Oliveira e outros	08/06/2005
889	002.05.004127-6	Cobrança	Valdir Reinheimer	Eli Ferreira da Silva	08/06/2005
890	002.05.004482-8	Execução de Título Extrajudicial	Marli Dias Bernardo	Valterlice de Oliveira	08/06/2005
891	002.05.004128-4	Execução de Título Extrajudicial	Luiza Casturina Queiroz	Mércia Maria Barbosa	08/06/2005
892	002.05.004483-6	Execução de Título Extrajudicial	Marli Dias Bernardo	Franceslei de Oliveira Marinho	08/06/2005
893	002.05.004448-8	Execução de título extrajudicial	Maria Dirce Fernandes	Elenilda F. Da Silva Florentin	08/06/2005
894	002.05.004481-0	Execução de título extrajudicial	Marli Dias Bernardo	Francines de Oliveira Marinho	08/06/2005
895	002.05.004121-7	Execução de título extrajudicial	Altair Trevisani Junior	Mauríno Honório de Oliveira	08/06/2005
896	002.05.004122-5	Execução de título extrajudicial	Altair Trevisani Junior	Manoel Gil de Souza	08/06/2005
897	002.05.004125-0	Cobrança (Rito sumário)	Gilzelia Castilho do Carmo	Jucileide Leite da Silva Alves	08/06/2005
898	002.05.004525-5	Execução de título extrajudicial	Elias Dias Martins	Laudicéia Pardilho Bonfim	08/06/2005
899	002.05.004449-6	Cobrança	Francisco Azimilde de Lima	Rainha Importação e Exportação Ltda	08/06/2005
900	002.05.004465-8	Cobrança (Rito sumário)	Antônio Balduíno da Silva	Neymonn Consultoria Participações e emp. Ltda	08/06/2005
901	002.05.004126-8	Execução de Título Extrajudicial	Maria Lopes Machado dos Santos	Cleia Santos de Souza	08/06/2005
902	002.05.004530-1	Cobrança (Rito sumário)	Josefa Maria da Conceição	Sul América Seguros S/A	09/06/2005
903	002.05.004528-0	Indenização	GABRIELLY VEIGA DO NASCIMENTO	IVONETE APARECIDA DA SILVA	09/06/2005
904	002.05.004508-5	Cobrança (rito sumário)	L. Rigolon (Bella Vest)	Áirea Moreira Bonfim	09/06/2005
905	002.05.004713-4	Execução de título judicial	Edinara Regina Colla	Jónison Teófilo Sobrinho	10/06/2005
906	002.05.004467-4	Cobrança (Rito sumário)	Bruno Pereira Ribeiro	Marcos Gleidson de Andrade	14/06/2005
907	002.05.004468-2	Execução de Título Extrajudicial	Brasil Comércio de Informatica e Celulares LTDA Brasil Celular	Eduardo Leite Franco	14/06/2005
908	002.05.004721-5	Reparação de danos	R. R. De Lima e Cia Ltda	Pedro Paulo Eleotério de B. Lima	14/06/2005
909	002.05.004732-0	Pedido de providência (área cível)	Marilda Amélia Francisca do Carmo	Lojas Novalar	15/06/2005
910	002.05.004731-2	Cobrança	Helena Capellari Sichinel	João Suprimo Bezerra	15/06/2005
911	002.05.004765-7	Execução de título extrajudicial	Celio Pereira da Silva (jurídica)	Romildo Martins Pereira	15/06/2005
912	002.05.004769-0	Execução de título Judicial	CELIO PEREIRA DA SILVA	FRANCISCO DERIVALDO CAVALCANTE DE SOUZA	15/06/2005
913	002.2005.004766-5	Execução de título Judicial	Nerilda Guimarães	Vera Cruz Seguradora S/A	15/06/2005
914	002.05.004775-4	Execução de Título Extrajudicial	LADDAGA E DIAS LTDA-ME COMERCIAL FERNAN	SERGIO ROSA	16/06/2005
915	002.05.004470-4	Cobrança (Rito sumário)	Ana Marmentini Reolon	Antônio Carlos Ruiz Júnior	16/06/2005
916	002.05.004473-9	Cobrança (rito sumário)	Luiz Soares	Cacique Promotora de Vendas ltda e outros	16/06/2005
917	002.05.004778-9	Execução de Título Extrajudicial	Celio Pereira da Silva	Sebastiao Sasso	17/06/2005
918	002.05.004779-7	Cobrança (Rito sumário)	José Alves Dangui	AGF Brasil Seguros S.A.	17/06/2005
919	002.05.004852-1	Restituição de coisa (área cível)	Emily Roberto Ribeiro da Silva	Motão Palito Ltda	20/06/2005
920	002.05.004856-4	Cobrança	CLEODIMAR DE OLIVEIRA FUZZETTE ME	ITAMAR FRANCISCO DOS REIS	21/06/2005
921	002.05.004857-2	Cominatória	Elizabete Regina Pilger	Consorcio Nacional Honda LTDA	21/06/2005

922	002.05.,004859-9	Execução de título extrajudicial	Celio Pereira da Silva	Tallyta Aparecida dos Santos Pinto	22/06/2005
923	002.05.004851-0	Execução de título extrajudicial	Célio Pereira da Silva	Sebastião Mariano	22/06/2005
924	002.05.004451-8	Execução para entrega de coisa certa/incerta	Jussara Oliveira de Araujo Longo	Iracema Rosa de Almeida	22/06/2005
925	002.05.004863-7	Cobrança (Rito sumário)	Wilson Macedo Foster	Francisco Augusto de Souza	22/06/2005
926	002.05.004860-2	Execução de título extrajudicial	Celio Pereira da Silva (jurídica)	Eudemir Alves de Faria	22/06/2005
927	002.05.004472-0	Cobrança	ALCELI DIAS ROCHA	SERGIO ANDRADE	22/06/2005
928	002.05.004491-7	Execução de título extrajudicial	Elisete Silvestre dos S. De Oliveira	José Ailton Barroso	22/06/2005
929	002.05.004489-5	Pedido de providência (área cível)	Pedro Valdes Pretto	GR Eletro	22/06/2005
930	002.2005.004490-9	Execução de título judicial	Ocineia S. Ramos	Renilda Bertoso da Paixão	22/06/2005
931	002.05.004471-2	Cobrança (Rito sumário)	Adair de Oliveira	Brastermik	22/06/2005
932	002.05.004452-6	Execução de Título Extrajudicial	REBELOIANE MEZABARBA DE OLIVEIRA	SANDRA CONCEIÇÃO DE LIMA	22/06/2005
933	002.2005.004862-9	Execução de título Judicial	Célio Pereira da Silva (Jurídica)	Tiago Alexandre da Silva	22/06/2005
934	002.2005.004476-3	Cominatória	Brasil Ware Computer Com Servs LT	Ivonete Soares Silveira	22/06/2005
935	002.05.004475-5	Pedido de providência (área cível)	Jairo da Cruz Lima	Francisco Paiva Silva	22/06/2005
936	002.05.004858-0	Execução de título extrajudicial	Celio Pereira da Silva (jurídica)	Marilene dos Santos Raimundo Gomes	22/06/2005
937	002.05.004864-5	Execução de Título Extrajudicial	Edelson Inocêncio Junior	Paulo Anselmo Guareze e Outros	23/06/2005
938	002.05.004957-9	Execução de Título Extrajudicial	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Justino Luiz Moreira	23/06/2005
939	002.05.004956-0	Execução de Título Extrajudicial	Celio Pereira da Silva	Luiz Antonio Evangelista da Silva	23/06/2005
940	002.05.005142-5	Execução de título extrajudicial	Fama Construção ME	Brastimber Exportadora Importadora Ltda	24/06/2005
941	002.05.005143-3	Cobrança (rito sumário)	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Oraci Pedro Barbosa	27/06/2005
942	002.05.005314-2	Execução de Título Extrajudicial	Célio Pereira da Silva	Oraci Pedro Barbosa	28/06/2005
943	002.05.005316-9	Cobrança (Rito sumário)	Antônio Valdemir Mendes	Jair Antônio Mezabarba	28/06/2005
944	002.05.005319-3	Cobrança (Rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Tereza Alves de Oliveira	28/06/2005
945	002.05.005318-5	Cobrança	Ademar Teixeira Dias	Arnobio Vieira da Costa	28/06/2005
946	002.05.005315-0	Cobrança	Celio Pereira da Silva	Anézia Antônio de Farias	28/06/2005
947	002.05.004477-1	Cominatória	CARLOS RODRIGUES DE COURA	EDSON SANTOS FERREIRA	29/06/2005
948	002.05.004485-0	Rescisão de contrato	Antônio Lavagnoli	Gilberto Mendes	29/06/2005
949	002.05.005328-2	Execução de título extrajudicial	H.M.Comércio de Couro e Confecções Ltda	Josiane Marcondes da Silva	29/06/2005
950	002.05.005329-0	Execução de título extrajudicial	H.M.Comércio de Couro e Confecções	Rosângela Baltazar Abreu	29/06/2005
951	002.05.005323-1	Cobrança	Leticia Mathias de Oliveira	Lucimeire Vasconcelos Bertino	29/06/2005
952	002.05.005327-4	Execução de título extrajudicial	H.M.Comércio de Couro e Confecções	Edmilson Silva Santos	29/06/2005
953	002.05.004485-2	Rescisão de contrato	Guimarães Martinho Barreto	Consórcio Nacional Volkswagen	29/06/2005
954	002.05.004497-6	Cominatória	Agna Solange Garcia	Dilceu Rosso Soares	29/06/2005
955	002.2005.005330-4	Execução de título Judicial	H. M. Comércio de Couro e Confecções ltda	Hivalcir Jesus dos Santos	29/06/2005
956	002.05.004453-4	Cobrança (Rito sumário)	Clarinda Romãode Oliveira Souza	Leandro de tal	29/06/2005
957	002.05.005377-0	Indenização	Lorena Honorato Borges	Vasp – Viação Aérea São Paulo S/A e outros	29/06/2005
958	002.05.005321-8	Execução de Título Extrajudicial	Pérola Materiais de Construção	Leila Cristina Anastácio	29/06/2005
959	002.05.005324-0	Execução de Título Extrajudicial	Célio Pereira da Silva	Daniel dos Santos Joca	29/06/2005
960	002.05.005331-2	Cobrança (Rito sumário)	H.M.Comércio de Couro e Confecções Ltda	Ezequiel Gonçalves	29/06/2005
961	002.05.004478-0	Cobrança (rito sumário)	Ione Barbosa de Oliveira	Evaristo da Silva Almeida	29/06/2005
962	002.05.005333-9	Execução de título extrajudicial	Célio Pereira da Silva (Jurídica)	Nestor da Silva	30/06/2005
963	002.05.005335-5	Execução de Título Extrajudicial	CELIO PEREIRA DA SILVA	EDVALTER HOFFMANN	30/06/2005
964	002.05.005334-7	Execução de título extrajudicial	Célio Pereira da Silva (Jurídica)	Cristiano Rogério da Silva	30/06/2005
965	002.05.004458-5	Execução de Impedimento/ Incompetência/suspeição	MARIA CREUZA BEZERRA BARROS	TALLES RODRIGUES DOS REIS	30/06/2005
966	002.05.005421-1	Execução de Título Extrajudicial	Osmar da Silva Raposo	Luiz Carlos Grolli-ME	01/07/2005
967	002.05.005419-0	Execução de título extrajudicial	Celio Pereira da Silva (jurídica)	Cleonice Ferreira Borges	01/07/2005
968	002.05.004459-3	Rescisão de contrato	ELIZÂNGELA PEREIRA DA SILVA	LUIZ PEREIRA DE ATAÍDES E OUTROS	01/07/2005
969	002.05.005471-8	Cobrança	New ar Comércio e Representação-ME	Star norte imp. e Exp.de madeiras ltda	07/07/2005
970	002.05.004488-7	Execução de título extrajudicial	Luciamara Fiala Roberto Benevides	Maria Aparecida Barbosa	07/07/2005

971	002.05.005478-5	Cobrança (rito sumário)	Juracy da Conceição Lima Cavalcante	Vera Cruz Seguradora S/A	07/07/2005
972	002.05.005763-6	Execução de Título Extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Alessandra Cristo Lima	07/07/2005
973	002.2005.004499-2	execução de título extrajudicial	Marcos Gleidson de Andrade	Alisson Marcos Cardoso dos Santos	07/07/2005
974	002.05.004454-2	Cobrança	Antônio Carlos Sefrin	Cruise Linhas Aéreas Ltda	07/07/2005
975	002.05.005487-4	Execução de título extrajudicial	Maria Sales Sousa do Anjos	Gláucia Rodrigues	07/07/2005
976	002.05.005470-0	Cobrança	New Ar Comercio e Representações-ME	Joslene Ferezini Lima	07/07/2005
977	002.05.004493-3	Execução de Título Extrajudicial	Lucimara Fiala Roberto Benevides	Sônia Ferreira	07/07/2005
978	002.05.005761-0	Execução de título extrajudicial	Luiz Eduardo Fogaça	Antônio Harnoldo Araújo de Souza	07/07/2005
979	002.05.005479-3	Indenização	Manoel Francisco dos Santos	Banco da Amazônia S/A	07/07/2005
980	002.05.004456-9	Cobrança	Vera Lúcia Dos Santos	Rogério da Silva	07/07/2005
981	002.05.004492-5	Restituição de Coisa	Clodoaldo da Silva Soares	Rodobens Administração e Promoçoes LTDA	07/07/2005
982	002.05.005764-4	Execução de Título Extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza	Maria Aparecida Tomaz	07/07/2005
983	002.05.005484-0	Execução de Título Extrajudicial	Maria Sales Sousa do Anjos	Josiane Penido Nunes	07/07/2005
984	002.2005.005488-2	Execução de título judicial	Vilson França da Silva	Poliana Gomes Fogaça Chaves	07/07/2005
985	002.05.005486-6	Execução de Título Extrajudicial	Maria Sales Souza dos Anjos	Aderaldo Souza Santos	07/07/2005
986	002.05.005483-1	Execução de título extrajudicial	Juraci Paiva Reis - ME	Meire Colombo	07/07/2005
987	002.05.005769-5	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Ademir Rodrigues de Souza	07/07/2005
988	002.05.004462-3	Cobrança	Valdemir Alcântara	João Bosco Rodrigues	07/07/2005
989	002.05.005770-9	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Sandra Pimentel Ferreira	07/07/2005
990	002.05.004500-0	Restituição de coisa (área cível)	Sebastião Edmilson de Souza	Construtora e empreendimentos Vanvera	07/07/2005
991	002.2005.004487-9	Execução de título judicial	Silvio Cezar Fernandes	Lucimara Fiala Roberto Benevides	07/07/2005
992	002.05.004457-7	Cobrança (Rito sumário)	Vera Lúcia dos Santos	Rosilda Maria da Silva	07/07/2005
993	002.2005.005472-6	Execução de título Judicial	Santoro e Cia Ltda	New Ar comércio e Representação – ME	07/07/2005
994	002.05.004455-0	Cobrança	Vera Lúcia dos Santos	Ronaldo da Silva	07/07/2005
995	002.05.005476-9	Execução de Título Extrajudicial	Kampai Restaurante LTDA	New Ar Comércio E Representação-ME	07/07/2005
996	002.05.005485-8	Execução de título extrajudicial	Maria Sales Sousa do Anjos	Josiele Barbosa de Almeida	07/07/2005
997	002.2005.004460-7	Execução de Título Extrajudicial	Serralheria Paraná e outros	Edeval Gonçaves Santos	07/07/2005
998	002.05.005768-7	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Alessandra Garcia Carvalho	07/07/2005
999	002.05.005482-3	Execução de título extrajudicial	Maria Sales Sousa do Anjos	Heber Davi Costa de Oliveira	07/07/2005
1000	002.05.005481-5	Execução de Título Extrajudicial	Rogério Pereira Gonçalves	Maria Ivone de Lima	07/07/2005
1001	002.05.004463-1	Execução de título extrajudicial	Maria das Graças de Melo	Silvana Arquielek Quiel	08/07/2005
1002	002.05.005727-0	Cobrança	Ezídio Mateus de Matos	Moacir José Menossi	08/07/2005
1003	002.05.004464-0	Execução de título extrajudicial	Maria das Graças de Melo	Raimundo Gonçalves Gomes	08/07/2005
1004	002.05.005629-0	Execução de título extrajudicial	Aparecida de Oliveira Ribeiro	Lauri Pedro Pettenon	08/07/2005
1005	002.05.005454-8	Execução de título extrajudicial	Maria das Graças de Melo	Sérgio Pereira	08/07/2005
1006	002.05.005801-2	Execução de título extrajudicial	Alex Souza de Moraes Sarkis	Fidelcino Rodrigues dos Santos – Jurídica	11/07/2005
1007	002.05.005802-0	Execução de título judicial	Alex Souza de Moraes Sarkis	Brasil Telecom S.A.	11/07/2005
1008	002.05.005799-7	Declaratória	Aruck Alves Almeida	Banco Brasileiro de Descontos S.A – Bradesco	11/07/2005
1009	002.05.005256-1	Cobrança (rito sumário)	Valdir Ferrari	Vera Cruz Seguradora S/A	13/07/2005
1010	002.05.005263-4	Execução de título extrajudicial	Juraci Paiva Reis – ME	Rosemir José Duarte de Freitas	13/07/2005
1011	002.05.005250-2	Declaratória	Giovana Mª Cherque Oliveira	Pinheiro e Trindade Ltda, Casas Coimbra	13/07/2005
1012	002.05.005259-6	Execução de Título Extrajudicial	Gois e Magalhães	Roselis de Fátima Colla	13/07/2005
1013	002.05.005267-7	Execução de título extrajudicial	Hélio Oliveira Simão	J. M. De Souza Alves – ME – Loja Menor Preço	13/07/2005
1014	002.05.004872-6	Execução de Título Extrajudicial	Valdeci Gomes	Erasmo Justino Da Silva	13/07/2005
1015	002.05.005265-0	Execução de Título Extrajudicial	Juraci Paiva Reis	Vilson França da Silva	13/07/2005
1016	002.05.005268-5	Execução de título extrajudicial	Célio Pereira da Silva (Jurídica)	Sidney Messias de Jesus	13/07/2005
1017	002.05.005269-3	Execução de título extrajudicial	Célio Pereira da Silva (Jurídica)	Gilmar Pansiere	13/07/2005
1018	002.05.005262-6	Execução de título extrajudicial	Gois e Magalhães	Josiane Loureiro Dias	13/07/2005
1019	002.2005.005258-8	Execução de título Judicial	Góis e Magalhães	Ielede de Souza Goulart	13/07/2005
1020	002.05.005257-0	Execução de título extrajudicial	Góis e Magalhães	Viviane de Fátima Roque	13/07/2005
1021	002.05.005261-8	Execução de título extrajudicial	Góis e Magalhães	Maria Isabel da Silva	13/07/2005
1022	002.2005.005260-0	Execução de Título Extrajudicial	Nelma Bento Tavares	Gois e Magalhães	13/07/2005

1023	002.05.005271-5	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	Joelma Santos Souza	13/07/2005
1024	002.05.005270-7	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	Fabíola Fernandes da Silva Pereira	13/07/2005
1025	002.05.005252-9	Cobrança	Alvina Maria dos Santos	Vera Cruz Seguradora S/A	13/07/2005
1026	002.05.005266-9	Execução de título extrajudicial	Juraci Paiva Reis – ME	Genir Geremia	13/07/2005
1027	002.05.005848-9	Cobrança	Marlene Antônio de Souza	Elaine Mendes	14/07/2005
1028	002.05.005852-7	Execução de Título Extrajudicial	Marlene Antônio de Souza	Angelica M. Da Silva	14/07/2005
1029	002.05.005850-0	Execução de título extrajudicial	Marlene Antônio de Souza	Shirlei Santos	14/07/2005
1030	002.05.005847-0	Cobrança	Marlene Antônio de Souza	Joiciane de L. Souza	14/07/2005
1031	002.05.005856-0	Execução de Título Extrajudicial	Marlene Antônio de Souza	Enúbia Brito Miranda	14/07/2005
1032	002.05.005846-2	Cobrança (Rito sumário)	Marlene Antônio de Souza	Rosineide D. Gomes	14/07/2005
1033	002.05.005851-9	Execução de título extrajudicial	Marlene Antônio de Souza	Raimundo Gomes	14/07/2005
1034	002.05.005857-8	Execução de título extrajudicial	Marlene Antônio de Souza	Jaqueline Aparecida dos Santos	14/07/2005
1035	002.05.005855-1	Execução de Título Extrajudicial	Marlene Antônio de Souza	Rosivaldo Gomes da Silva	14/07/2005
1036	002.05.005853-5	Execução de título extrajudicial	Marlene Antônio de Souza	Inacir Fernandes dos Santos	14/07/2005
1037	002.05.005854-3	Execução de Título Extrajudicial	Marlene Antônio de Souza	Rosimeire Gomes Sampaio	14/07/2005
1038	002.05.005912-4	Indenização	José Bernado	Teleron Celular S/A.	18/07/2005
1039	002.05.006041-6	Cobrança (Rito sumário)	Prismatur Agência de viagens e Turismo ltda	Paulo Maurício da Silva	20/07/2005
1040	002.05.006040-8	Execução de título extrajudicial	Sebastião Moreira dos Santos	Valdir Vieira Amaro	20/07/2005
1041	002.05.006038-6	Execução de título extrajudicial	Luiz Eduardo Fogaça	Banco Bradesco S.A.	20/07/2005
1042	002.05.006045-9	Pedido de providência (área cível)	Maria Madalena Redana	José Roberto Vigatto	20/07/2005
1043	002.05.006034-3	Embargos de terceiros	Célia Gonçalves	Juraci Paiva Reis – ME	20/07/2005
1044	002.05.005639-7	Rescisão de contrato	Sérgio Carraciole Aguetoni	José Bonifácio de Jesus	21/07/2005
1045	002.05.005631-1	Rescisão de contrato	Elza Alves Moreira e outros	Construtora e empreendimentos Vanvera	25/07/2005
1046	002.05.006100-5	Execução de título Judicial	Alex Souza de Moraes Sarkis	Depart. De viação e obras públicas DEVOP	25/07/2005
1047	002.05.005642-7	Execução de título extrajudicial	Marcília Alves Silva	Helmany de Castro Sidrim	25/07/2005
1048	002.05.006099-8	Execução de título Judicial	Alex Souza de Moraes Sarkis	Departamento Mun.de Trânsito da Prefeitura	25/07/2005
1049	002.05.004503-4	Execução de Título Extrajudicial	Rosângela Fogaça de Oliveira	Angélica Tinelia Zanotelli	25/07/2005
1050	002.05.006096-3	passagem forçada/servidão	Severino Leinibing e outros	Silvio Manoel Florêncio e outros	25/07/2005
1051	002.05.004502-6	Cobrança	Valdevina Santos de Amaral	Marcelo Stopassoli	25/07/2005
1052	002.05.005636-2	Cobrança	Rosângela Aparecida Masceno	Leila Bofi e Outros	25/07/2005
1053	002.05.006097-1	Execução de Título Extrajudicial	PEROLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	IZILDA CONCEIÇÃO DE LIMA	25/07/2005
1054	002.05.004495-0	Cobrança	Ana Lúcia Nogueira Silva	Rosa	25/07/2005
1055	002.05.004496-8	Execução de Título Extrajudicial	Emilia Franco de Almeida	Júlio Cardoso Catarino	25/07/2005
1056	002.05.004494-1	Execução de Título Extrajudicial	Jemima Barbosa Silva Martins	Lucinéia Gomes	25/07/2005
1057	002.05.005649-4	Indenizatória (sumário)	Arlete Motta Coelho	José Ferreira dos Santos	25/07/2005
1058	002.05.005633-8	Execução de título extrajudicial	Ivetirna dos Santos Mirmo	Claudilene Leonidia da Silva	25/07/2005
1059	002.05.006095-5	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	José Maria Gomes de Souza	25/07/2005
1060	002.05.005632-0	Cobrança (Rito sumário)	Maria Solange Alves de Moraes	Ilza Gomes da Silva	25/07/2005
1061	002.05.006094-7	Cobrança (rito sumário)	Juliano Bernardes da Silva – ME	José dos Santos	25/07/2005
1062	002.05.005635-4	Cobrança	Ademir Alves Bonfim	Valmor José Gebert e outros	25/07/2005
1063	002.05.005634-6	Rescisão de contrato	Eliene Franco de Almeida	GR Eletro Eletrodomésticos	25/07/2005
1064	002.05.006224-9	Cobrança (Rito sumário)	Osmar Alves Trindade	Leandro Barbosa Soares	27/07/2005
1065	002.05.006225-7	Embargos de Terceiros	Sandra Ferreira	Juraci José dos Santos	27/07/2005
1066	002.05.005640-0	Execução de Título Extrajudicial	Hilda Quintino Ferraz	Patricia Yaluzan Arango	02/08/2005
1067	002.05.006418-7	Execução de título extrajudicial	A M Kuhn Teixeira Comércio	Maria José da Silva	02/08/2005
1068	002.05.006412-8	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Eliane de Araújo	02/08/2005
1069	002.05.006411-0	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Fábio Ferreira dos Santos Freitas	02/08/2005
1070	002.05.006421-7	Cobrança (rito sumário)	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Luciana Vieira do Nascimento	02/08/2005
1071	002.05.005646-0	Cobrança (Rito sumário)	Antônio Francisco Marthos	Frigorífico Frigo Alta	02/08/2005
1072	002.05.006406-3	Execução de Título Extrajudicial	Elma Pagliari Flores-ME	Elizangela Pinto de Lima	02/08/2005
1073	002.05.006407-1	Execução de Título Extrajudicial	Elma Pagliari Flores-ME	Veneri Antônio Miranda	02/08/2005
1074	002.05.06403-9	Execução de Título Extrajudicial	Elma Pagliari Flores-ME	Maiara Isabel Milli	02/08/2005
1075	002.05.006419-5	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Manoel Viana de Oliveira	02/08/2005

1076	002.05.006408-0	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Fernanda Fernandes da Silva Pereira	02/08/2005
1077	002.05.006413-6	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Nilton César dos Santos	02/08/2005
1078	002.05.006422-5	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Soeli Francisca dos Santos	02/08/2005
1079	002.05.006409-8	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Edimilson Oliveira Santos	02/08/2005
1080	002.05.006395-4	Cobrança	L.Rigolon (Bella Vest)	Márcia Gardenia	02/08/2005
1081	002.2005.006397-0	Execução de título Judicial	Sérgio Moreira Barbosa	Rondo Motos Ltda	02/08/2005
1082	002.05.006404-7	Execução de Título Extrajudicial	Elma Pagliari Flores-ME	Luzia Neto de Souza	02/08/2005
1083	002.05.006420-9	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	Jhonatan Almeida Da Silva	02/08/2005
1084	002.05.006417-9	Execução de título extrajudicial	A M Kuhn Teixeira Comércio	Vilma de Andrade Lima	02/08/2005
1085	002.05.006415-2	Execução de Título Extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Fabíola Fernandes da Silva Pereria	02/08/2005
1086	002.05.006416-0	Execução de Título Extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Maria Sandra Folha Branca dos Santos	02/08/2005
1087	002.05.005650-8	Execução de Título Extrajudicial	Admerson Demétrio Panizzi	Gilmar Rodrigues dos Santos	02/08/2005
1088	002.05.006398-9	Cobrança (Rito sumário)	José de Oliveira Heringer e outro	Antônio Armando Couto Bem	02/08/2005
1089	002.05.006410-1	Execução de Título Extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Abenair Luiz de França	02/08/2005
1090	002.05.005651-6	Cobrança	isaias Carolino Vieira	Margarida Badias dos Santos	02/08/2005
1091	002.05.006400-4	Cobrança	Volmir Pedrotti	Teleron Celular S/A	02/08/2005
1092	002.2005.005654-0	Indenização	Lúcia Pereira dos Santos	Marcelo Campos Berg	08/08/2005
1093	002.05.00005648-6	Execução de título extrajudicial	Rosenildes França de Oliveira	Adriana Paula	08/08/2005
1094	002.05.005652-4	Cobrança	Osmar Alves Trindade	Milton Liberato Santos	08/08/2005
1095	002.05.006456-9	Execução de Título Extrajudicial	Edilson Santos de Almeida	Edmilson M. Leal	08/08/2005
1096	002.05.006547-7	Execução de Título Extrajudicial	Edilson Santos de Almeida	Josefa Alves dos Santos	08/08/2005
1097	002.05.006545-0	Execução de título extrajudicial	José da Costa Oliveira	Ianes Stauffer	08/08/2005
1098	002.05.006554-0	Cobrança (Rito sumário)	Célia Vital	Interbrazil Seguradora S.A.	08/08/2005
1099	002.05.006555-8	Cobrança (Rito sumário)	Maria Aparecida Vital Carreiro	Interbrazil Seguradora S.A.	08/08/2005
1100	002.05.005656-7	Cobrança (Rito sumário)	José Roberto Borges	Rosilene Pereira Silva	08/08/2005
1101	002.05.006549-3	Execução de título extrajudicial	N. Mendes da Silva Variedades – ME	Adolfo Bispo dos Santos	08/08/2005
1102	002.05.006548-5	Execução de título extrajudicial	Edilson Santos de Almeida	Francisco da Silva Martins	08/08/2005
1103	002.05.006551-5	Execução de título extrajudicial	N. Mendes da Silva Variedades – ME	Silvana Alves da Silva	08/08/2005
1104	002.05.005655-9	Cobrança (Rito sumário)	Audalio Roberto Soares	Cleonice Nery de Almeida e outros	08/08/2005
1105	002.05.006550-7	Execução de título extrajudicial	N. Mendes da Silva Variedades – ME	Paulo César Pereira do Carmo	08/08/2005
1106	002.05.006556-6	Declaratória	Angelita Ferreira Fernandes Powala	A.L.D.Magazine Ltda – Lojas Royal	08/08/2005
1107	002.05.006553-1	Execução de título extrajudicial	Alex Sandro Longo Pimenta	Equimar Mortene Falcão	08/08/2005
1108	002.05.005647-8	Execução de Título Extrajudicial	Rosenildes França de Oliveira	Luci Soares de Lima	08/08/2005
1109	002.05.006552-3	Execução de título extrajudicial	N. Mendes da Silva Variedades – ME	Maria Veroni Brixner	08/08/2005
1110	002.05.006557-4	Execução de título extrajudicial	Percila Farina	Giordana C. C, de Lima	09/08/2005
1111	002.05.005664-8	Cobrança (Rito sumário)	Suely Raimundo da Silva	Devania da Silva Vieira	09/08/2005
1112	002.05.006562-0	execução de título extrajudicial	Percila Farina	Leonor O Santos	09/08/2005
1113	002.2005.005661-3	Execução de título judicial	Aparecida Ivonete P. Da Costa	Maria Aparecida Alves Ferreira	09/08/2005
1114	002.05.005663-0	Cobrança	DEJAIR TEIXEIRA DA SILVA	CERON	09/08/2005
1115	002.05.005657-5	Cobrança (Rito sumário)	Suely Raimundo da Silva	Acácia Tais Vedovato	09/08/2005
1116	002.05.006564-7	Execução de Título Extrajudicial	Percila Farina	Ângela Maria Rodrigues dos Santos	09/08/2005
1117	002.05.006563-9	Execução de Título Extrajudicial	Percila Farina	Luciana Vieira do Nascimento	09/08/2005
1118	002.05.006558-2	Cobrança (Rito sumário)	Oscar Luiz Romero	Vera Cruz Seguradora S/A	10/08/2005
1119	002.05.006600-7	Cominatória	José Roberto Sala	Odomir José Gava	12/08/2005
1120	002.05.006608-2	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Meire Vicente da Silva	15/08/2005
1121	002.05.006832-8	Execução de título extrajudicial	João Molina Bogas	Noemi de Oliveira Voitena	15/08/2005
1122	002.05.006601-5	Indenização	Brian Griehl	Brasphone Celulares e Acessórios Ltda ME	15/08/2005
1123	002.05.006603-1	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Odair José de Oliveira	15/08/2005
1124	002.02.006602-3	Execução de Título Extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Angela Maria Pereira de Souza	15/08/2005
1125	002.05.006606-6	Execução de Título Extrajudicial	Sidnei Doná e outros	João Molina Bogas	16/08/2005
1126	002.05.006605-8	Execução de título extrajudicial	Pérola Materiais de Construção	Maria Antônia de Souza	16/08/2005
1127	002.05.006609-0	Execução de Título Extrajudicial	Nair Conceição Lima	Brasil Telecom S/A	16/08/2005
1128	002.05.006622-8	Execução de Título Extrajudicial	Alphorria Acessórios Ltda	Jane Kelly Machado Lima	17/08/2005
1129	002.05.006620-1	Cobrança (Rito sumário)	Alphorria Acessórios Ltda	Vera Inês Straub	17/08/2005

1130	002.05.006623-6	Execução de título extrajudicial	Alphorria Acessórios Ltda	Marcos Gleidson de Andrade	17/08/2005
1131	002.05.006621-0	Cobrança (Rito sumário)	Alphorria Acessórios Ltda	Sandra Aparecida Ribeiro	17/08/2005
1132	002.05.006628-7	Execução de Título Extrajudicial	Ilda Tironi dos Santos – ME	Osvaldo Silva e outros	18/08/2005
1133	002.05.006625-2	Execução de Título Extrajudicial	Ilda Tironi dos Santos – ME	Edinilson Martins Leal	18/08/2005
1134	002.05.006919-7	Cobrança	Vilmar Maciel de Oliveira	Renilda Bertoso da Paixão	18/08/2005
1135	002.05.006897-2	Execução de Título Extrajudicial	Reginaldo Pereira da Costa	Luiz Emizio Nascimento	18/08/2005
1136	002.05.006627-9	Cobrança (rito sumário)	Ilda Tironi dos Santos – ME	Paulo Silva dos Santos	18/08/2005
1137	002.2005.006899-9	Execução de título Judicial	Roberto Pereira Paiva e outros	Despachante Ouro Preto	18/08/2005
1138	002.05.006911-1	Cobrança	Elza Maria de Souz	Debora Fabiane M. Alencar	18/08/2005
1139	002.05.006903-0	Pedido de providência (área cível)	Eunice Martins Castilho	Mauricio Mendes Viana	18/08/2005
1140	002.05.006902-2	Execução de Título Extrajudicial	Selma Maria de Souza	Eliana Moulais	18/08/2005
1141	002.05.006901-4	Cobrança (rito sumário)	Aparecido Galhardi	José Ferreira de Almeida	18/08/2005
1142	002.05.006920-0	Cobrança (Rito sumário)	Francisco Antônio de Oliveira	Dismobrás Imp. Exp. E Distribuição de Móveis	18/08/2005
1143	002.05.006629-5	Cobrança (rito sumário)	Ilda Tironi dos Santos – ME	Elói Santos	18/08/2005
1144	002.05.006898-0	Cobrança (Rito sumário)	Márcia Peres Miranda	João Santos Vieira	18/08/2005
1145	002.05.006908-1	Execução de título extrajudicial	Selma Maria de Souza	Rosilene de Carvalho	18/08/2005
1146	002.05.006900-6	Execução de título extrajudicial	Maria Teodoro de Campos	Leonilde Alves Dutra	18/08/2005
1147	002.05.006626-0	Cobrança (rito sumário)	Ilda Tironi dos Santos – ME	Marivan da Silva	18/08/2005
1148	002.05.006912-0	Cobrança	Moysés Armindo de Oliveira	Paulo Sérgio Amene	18/08/2005
1149	002.05.006904-9	Cobrança (Rito sumário)	Rosildo dos Santos	Messias Ramos Sampaio e outros	18/08/2005
1150	002.05.006906-5	Cobrança	Aparecido Gaçhardi	Geraldo Anízio Mohem	18/08/2005
1151	002.2005.006915-4	Execução de título Judicial	Ana Clícia dos Santos	Roseni Francisco da Paz	18/08/2005
1152	002.05.006632-5	Cobrança (rito sumário)	Geraldo do Socorro Cardoso de Oliveira	Revaisa Administradora de Consórcio S/C Ltda	19/08/2005
1153	002.05.006917-0	Cominatória	Maria Oliveira da Silva	Educa Educação Continuada Ltda e outro	22/08/2005
1154	002.05.006634-1	Execução de título extrajudicial	Carlos Artur Benício	Dirceu Santana	22/08/2005
1155	002.05.006636-8	Execução de Título Extrajudicial	Paulo Henrique Gomes FranÇA ME	Dalcilene Santos Pybysusenkis	23/08/2005
1156	002.05.006639-2	Execução de Título Extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França ME	Aline Patrícia de Oliveira	23/08/2005
1157	002.05.006635-0	Cobrança	Veranice de S. F. Machado e outra	A.P.S. Seguradora S/A	23/08/2005
1158	002.05.006914-6	Cominatória	Alfredo Prie	Maria Izaias alves Neto	23/08/2005
1159	002.05.006640-6	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Wilma Brito de Andrade	23/08/2005
1160	002.05.006638-4	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Izanete Carmo Ferreira dos Anjos Carrapeiro	23/08/2005
1161	002.05.007302-0	Execução de Título Extrajudicial	z. V. De Souza Confecções ME (Miranda Mod)	Esdras Santos Oliveira	24/08/2005
1162	002.05.007303-8	Execução de Título Extrajudicial	Z.V. De Souza Confecções ME	Cledson Dias dos Santos	24/08/2005
1163	002.05.006646-5	Execução de título extrajudicial	Z. V. De Souza Confecção ME (Miranda Modas)	Irene Rodrigues Figueredo	24/08/2005
1164	002.05.006648-1	Execução de título extrajudicial	Z.V. De Souza Confecções ME	Elias Farias Mariano	24/08/2005
1165	002.05.007311-9	Execução de título extrajudicial	Sidnei Augusto de Lima Ferreira	Nilson Ferreira	24/08/2005
1166	002.05.007308-9	Cobrança (rito sumário)	Teresa Gomes de Souza Carcanjo	Igreja Evangélica Assembléia de Deus	24/08/2005
1167	002.05.007305-4	Execução de título extrajudicial	Z.V. De Souza Confecções ME	Fabíola Fernandes da Silva Pereira	24/08/2005
1168	002.05.007307-0	Cobrança (rito sumário)	Rosângela Gomes Ferreira Silva	Liberty Paulista Seguros S/A	24/08/2005
1169	002.05.007310-0	Execução de título extrajudicial	Izidoro de Souza Duarte	Heber Davi Costa de Oliveira	24/08/2005
1170	002.05.007306-2	Execução de Título Extrajudicial	Z. V. De Souza Confecções ME (Miranda Mod)	Vanildo Ferreira dos Santos	24/08/2005
1171	002.05.007304-6	Execução de Título Extrajudicial	Z. V. De Souza Confecções ME (Miranda Mod)	Edna Soares Alves	24/08/2005
1172	002.05.006647-3	Execução de título extrajudicial	Z.V. De Souza Confecções ME	Eliane de Araújo	24/08/2005
1173	002.05.007309-7	Execução de título extrajudicial	Izidoro de Souza Duarte	Hosana Costa de Oliveira	24/08/2005
1174	002.05.007315-1	Execução de Título Extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França ME	Francielen Braga Vainiaroski	25/08/2005
1175	002.05.007314-3	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Adriana Pádua Diniz	25/08/2005
1176	002.05.007316-0	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Cristiane Talita Groman	25/08/2005
1177	002.05.007313-5	Cobrança (rito sumário)	Izaltina Antônia da Silva	Carlos dos Reis da Silva	25/08/2005
1178	002.05.007312-7	Embargos de terceiros	Antonio Vieira de Matos	Teixeira e Mezabarba Comércio e Representações	25/08/2005
1179	002.05.007317-8	Execução de Título Extrajudicial	César da Costa Oliveira	Kampai Restaurante Ltda	26/08/2005

1180	002.05.007322-4	Execução de título extrajudicial	Adão Alves de Moura	Adão Timóteo Martins	29/08/2005
1181	002.05.007321-6	Execução de Título Extrajudicial	Antônio Bispo	Amelia Silva do Nascimento	29/08/2005
1182	002.05.007326-7	Cobrança (rito sumário)	Wilian Aparecido Figueiredo	Zulmira de França Oliveira	30/08/2005
1183	002.05.007603-7	Cobrança (Rito sumário)	Eduardo José Inocêncio	Ilda Gorete de Oliveira	31/08/2005
1184	002.05.007601-0	Declaratória	Sizenando Guilherme Rigolon – ME	J. Neves Indústria de Calçados Ltda – ME	31/08/2005
1185	002.05.007608-8	Indenização	Mariléia Rosa de Oliveira	Embratel Empresa de Telecomunicãoes	31/08/2005
1186	002.05.007402-6	Cominatória	Ivete de Fatima Vitrio dos Santos	Educa Educação Continuada Ltda	01/09/2005
1187	002.05.007399-2	Cobrança	Moacir Moreira de Santana	Nelson Ribeiro dos Santos	01/09/2005
1188	002.05.007611-8	Cobrança	Clodoaldo Andrade Englerth	Claudemir Englerth	01/09/2005
1189	002.05.006909-0	Cobrança	Claudinéia Freitas Damião	Elenice Freitas Damião	01/09/2005
1190	002.05.006918-9	Cobrança (rito sumário)	Ivonete Soares Silveira	Maria de Jesus Miranda Cardoso	01/09/2005
1191	002.05.007615-0	Execução de título extrajudicial	Pérola Materiais de Construção	Roberto Pereira Marques	01/09/2005
1192	002.05.007393-3	Cominatória	Maria Elenice Mareto Alvarenga	Multibras S/A Eletrodomesticos e Outros	01/09/2005
1193	002.05.006910-3	Execução de Título Extrajudicial	Eliane Galdino de Almeida	Ana Paula Chacon Azevedo	01/09/2005
1194	002.05.007613-4	Execução de Título Extrajudicial	Pérola Materiais de Construção	Roberto João Florêncio	01/09/2005
1195	002.05.007394-1	Cominatória	Angela Maria Delmonico	Educa educação continuada Ltda	01/09/2005
1196	002.05.006916-2	Execução de Título Extrajudicial	Eliane Galdino de Almeida	Silvana Arquielek Quiel	01/09/2005
1197	002.05.007401-8	Cominatória	Mariana Clara Fernandes Sales de Morais	Educa educação continuada Ltda	01/09/2005
1198	002.05.007409-3	Cominatória	Nathan Monte Raso Barbosa	Educa educação continuada Ltda	01/09/2005
1199	002.05.007612-6	Execução de título extrajudicial	Pérola Materiais de Construção	Marilda de Castro Souza	01/09/2005
1200	002.05.007614-2	Execução de título extrajudicial	Pérola Materiais de Construção	Samy Junior	01/09/2005
1201	002.05.007410-7	Cominatória	Maria Aleni de Souza	Educa Educação Continuada Ltda	01/09/2005
1202	002.05.007400-0	Cobrança (rito sumário)	Advania Pretto Facco	Milce Maria Alonso Soares e outros	02/09/2005
1203	002.05.007621-5	Execução de Título Extrajudicial	Alves e Vendramel LTDA	Francisco de Assis da Silva	08/09/2005
1204	002.05.007619-3	Cobrança	Cleonice Ribeiro da Silva Kronbauer	Sul América Seguros S/A	08/09/2005
1205	002.05.007407-7	Cobrança (rito sumário)	Valdirene Pachecco	Companhia de Água e Esgoto de Rondônia S/	09/09/2005
1206	002.05.007722-0	Indenizatória (sumário)	Gilson Rodrigues da Silva	Paulo Pereira Campos	09/09/2005
1207	002.05.007405-0	Pedido de providência (área cível	Antônio Carlos Souza Santos	Luiz Carlos de Oliveira	09/09/2005
1208	002.05.007408-5	Cobrança (Rito sumário)	Maria Salete Malaquias	Clauber	09/09/2005
1209	002.05.007398-4	Cobrança (rito sumário)	Jair da Silva Vida	Alber José Mello de castro	09/09/2005
1210	002.05.007397-6	Cobrança	Adecir Roque da Silva	Sirlei Santiago Maifrede	09/09/2005
1211	002.05.007395-0	Cominatória	Ivan Manoel Oliveira da Silva	Rainha II Importação e Exportação Ltda	09/09/2005
1212	002.05.007406-9	Cobrança (Rito sumário)	Alzira Custódio Casarin	Daniel Tratores	09/09/2005
1213	002.05.007670-3	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Josiane Facco Pinheiro	13/09/2005
1214	002.05.007396-8	Execução de Título Extrajudicial	Maria Sônia dos Santos	Edna Rodrigues de Souza	13/09/2005
1215	002.05.007413-1	Pedido de providência (área cível	Moacir Florentino Correa	Sandoval	13/09/2005
1216	002.05.007403-4	Execução de Título Extrajudicial	Maria Sônia dos Santos	Tereza Felício	13/09/2005
1217	002.05.007404-2	Execução de Título Extrajudicial	Maria Sônia dos Santos	Eliene Alves dos Santos	13/09/2005
1218	002.05.007669-0	Execução de Título Extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Josilene da Silva Nascimento	13/09/2005
1219	002.05.007416-6	Cominatória	José Vieira	Marim Nobre de Oliveira	13/09/2005
1220	002.05.007414-0	Execução de título extrajudicial	Reinildo Vieira Batista	Givanilda Francisca dos Santos	13/09/2005
1221	002.05.007439-5	Execução de Título Extrajudicial	Maria Cícera Santos da Silva	Elisângela Pereira Santos	14/09/2005
1222	002.05.007447-6	Cominatória	Edgar Correa de Abreu	Banco do Brasil S/A (agencia Ariquemes)	14/09/2005
1223	002.05.007440-9	Cobrança (rito sumário)	Valdecir Ferrasso	Supridados Informática e Representações	14/09/2005
1224	002.05.008015-8	Execução de título extrajudicial	Elma Pagliari Flores – ME	Hilda Maria Dias Valério	14/09/2005
1225	002.05.007421-2	Cobrança (rito sumário)	Geraldo de Almeida Alecrim	Adão	14/09/2005
1226	002.05.007423-9	Execução de título extrajudicial	Lucimara Fiala Roberto Benevides	Maria Dulce Nogueira Gomes	14/09/2005
1227	002.05.007432-8	Execução de Título Extrajudicial	Maria Cícera Santos da Silva	Irineu Miranda Petik	14/09/2005
1228	002.05.007431-0	Execução de Título Extrajudicial	Maria Cícera Santos da Silva	Osmar da Costa Rodrigues	14/09/2005
1229	002.05.008013-1	Cobrança	Lindete Pereira Martins	Sul América Seguros S/A	14/09/2005
1230	002.05.007422-0	Cobrança	Alceu Mendes Ferreira	Lucídio Barcé	14/09/2005
1231	002.05.007424-7	Execução de Título Extrajudicial	LucimaRA FIALA Roberto Benevides	Kátia Regina de Souza Torres	14/09/2005

1232	002.05.008051-4	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Leonice Marta Tosselt	19/09/2005
1233	002.05.007411-5	Cobrança (Rito sumário)	Maria Aparecida do Nascimento	Paulo Costa de Lima	19/09/2005
1234	002.05.007040-9	Indenização	Sônia Soares Cerqueira	Brasil Telecom S.A	19/09/2005
1235	002.05.007455-7	Execução de Título Extrajudicial	Gilson Gomes de Oliveira	Gilmar Vieira da Silva	19/09/2005
1236	002.05.007464-6	Cobrança	Antônio Ferreira Diniz Filho	Charles Alves de Brito	19/09/2005
1237	002.05.008046-8	Execução de título extrajudicial	R. Laverdi Albuquerque – ME	Meire Batista da Silva	19/09/2005
1238	002.05.007429-8	Execução de título extrajudicial	Idalna Ribeiro Martins	Marta de Souza	19/09/2005
1239	002.05.007456-5	Cominatória	Dimares da Silva	Manoel Silva Souza	19/09/2005
1240	002.05.008043-3	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	Robson Ross dos Santos	19/09/2005
1241	002.05.008044-1	Execução de título extrajudicial	R. Laverdi Albuquerque – ME	Débora Lopes	19/09/2005
1242	002.05.007488-3	Pedido de providência (área cível)	Edith Takeuti	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	21/09/2005
1243	002.05.008055-7	Execução de Título Extrajudicial	Sizenando Guilherme Rigolon – ME (Território Country)	Robson Oliveira Rodrigues	21/09/2005
1244	002.05.008170-7	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	Fabio Ferreira dos Santos Freitas	22/09/2005
1245	002.05.008164-2	Execução de título extrajudicial	M A G Ferreira Confec. “Ellen Modas”	Edna Soares	22/09/2005
1246	002.05.008160-0	Execução de título extrajudicial	M A G Ferreira Confecções	Jarbas Rodrigues das Neves	22/09/2005
1247	002.05.008155-3	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	Fabio Junior dos Santos	22/09/2005
1248	002.05.008161-8	Execução de Título Extrajudicial	M.A.G. Ferreira Confecções – Elen Modas	Jair Ronquetti	22/09/2005
1249	002.05.008156-1	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	Carlos Macedo dos Santos	22/09/2005
1250	002.05.008172-3	Execução de título extrajudicial	M A G Ferreira Confecções	Maria da Penha Cruz	22/09/2005
1251	002.05.008159-6	Execução de Título Extrajudicial	M.A.G. Ferreira Confecções – Elen Modas	Luciano de Souza Nolasso	22/09/2005
1252	002.05.008158-8	Execução de título extrajudicial	M A G Ferreira Confec. “Ellen Modas”	Alvina de Souza Lobo	22/09/2005
1253	002.05.008169-3	Execução de título extrajudicial	M A G Ferreira Confecções	Diogo Henrique Bianchi	22/09/2005
1254	002.05.008173-1	Execução de título extrajudicial	M A G Ferreira Confecções	Patrícia de Abreu	22/09/2005
1255	002.05.008167-7	Execução de Título Extrajudicial	M.A.G. Ferreira Confecções – Elen Modas	Emanoel Souza Nolasso	22/09/2005
1256	002.05.008153-7	Cobrança	Velenice Dias de Almeida e Lima e Outros	Everaldo José de Almeida	22/09/2005
1257	002.2005.008163-4	Execução de Título Extrajudicial	m.A.G. Ferreira Confecções – Elen Modas	Luiz Carlos Gera	22/09/2005
1258	002.05.008162-6	Execução de título extrajudicial	M. A. G. Ferreira Confecções – Elen Modas	Adimilson Oliveira da Silva	22/09/2005
1259	002.205.008154-5	Cobrança	José Walter Trevisan Filho	José M. Ferreira	22/09/2005
1260	002.05.008166-9	Execução de Título Extrajudicial	M A G Ferreira Confecções – Elen Modas	Geilda Nolácio	22/09/2005
1261	002.05.008168-5	Execução de título extrajudicial	M. A. G. Ferreira Confecções – Elen Modas	Esdras Santos Oliveira	22/09/2005
1262	002.05.008165-0	Execução de título extrajudicial	M A G Ferreira Confec. “Ellen Modas”	Auzerina Aparecida Lopes	22/09/2005
1263	002.05.008157-0	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	Ivana Silva Alves	22/09/2005
1264	002.05.008171-5	Execução de título extrajudicial	M A G Ferreira Confec. “Ellen Modas”	Gisane Lima Menezes	22/09/2005
1265	002.05.008174-0	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	Marizete Magalhaes Ribeiro	22/09/2005
1266	002.05.007438-7	Cobrança	Stoessel dos Santos Molina	Empresa União Cascavel de Transp. E Turismo	23/09/2005
1267	002.05.007475-4	Cobrança	Hilda Cardoso Marcelo	Benedito Mariano Dias	26/09/2005
1268	002.05.005332-0	Execução de título extrajudicial	H.M.Comércio de Couro e Confecções	Argeu Gonçalves de Oliveira	26/09/2005
1269	002.05.008374-2	Reparação de Danos	Janete Carvalho de Assunção Dias	Brasil Telecom S/A	27/09/2005
1270	002.05.007450-6	Cobrança (Rito sumário)	Marli da Silva	Lindalfo Alves	27/09/2005
1271	002.05.007430-1	Execução de título extrajudicial	Robison Fernando Carlos de Souza	José Felizardo Sobrinho	27/09/2005
1272	002.05.007420-4	Cobrança (Rito sumário)	Manoel Vidal de Moura	Isac	27/09/2005
1273	002.05.007435-2	Cobrança (rito sumário)	Sidnei José dos Santos	Luiz Rosandi Souza Ferreira	27/09/2005
1274	002.05.007426-3	Cobrança (Rito sumário)	Wanoir Silva Dias	Débora Ferreira	27/09/2005
1275	002.05.008373-4	Cobrança	Alex Sandro Nichele	Walter Ferreira de Oliveira	27/09/2005

1276	002.05.007442-5	Cobrança (rito sumário)	Edilene Rodrigues da Silva Alves	Keity Quadras Leal	27/09/2005
1277	002.05.007487-5	Cobrança	Milton Fernandes	Valdir de Jesus	27/09/2005
1278	002.05.007425-5	Cobrança	Rosely Conceição Moreira da Silva	Dismobrás Imp. Exp. E Dist. De móveis	27/09/2005
1279	002.05.008376-9	Cobrança	Marilda José da Silva	Maísa Mollulo	27/09/2005
1280	002.05.007471-9	Execução de título extrajudicial	Luciano da Silva Fernandes	Roseli Gomes Martins	27/09/2005
1281	002.05.007449-2	Pedido de providência (área cível)	Lúcia da Silva Godois	Marli Ribeiro Freitas Souza e outros	27/09/2005
1282	002.05.007419-0	Pedido de providência (área cível)	Sebastião Luiz da Rocha	Katiuscia Viola	27/09/2005
1283	002.05.007412-3	Rescisão de contrato	José Vieira Borges	Luiz Carlos Reis	27/09/2005
1284	002.05.007472-7	Cobrança (Rito sumário)	Maria das Graças Melo	Gilmar de Lima	27/09/2005
1285	002.05.007428-0	Execução de Título Extrajudicial	Suely Raimundo da Silva	Ivonete Cordeiro Cruz	27/09/2005
1286	002.05.007441-7	Cobrança (rito sumário)	Edilene Rodrigues da Silva Alves	Rosãngela Claro Quadras	27/09/2005
1287	002.05.008371-8	alvará judicial	Cleonice de Souza fonseca		27/09/2005
1288	002.2005.007437-9	Execução de título Judicial	José Roberto Francioli	Rainha Importação e Exportação Ltda	27/09/2005
1289	002.05.007417-4	Cobrança	Tabita Calixto Ferreira	Gracieli	27/09/2005
1290	002.05.007418-2	Cominatória	João Maria Machado	Jovelino Pinheiro Cangussu	27/09/2005
1291	002.05.007445-0	Cobrança (Rito sumário)	Patrícia Ribeiro Neves	Sade Distribuidora de Livros	27/09/2005
1292	002.05.007480-8	Cobrança (Rito sumário)	Maria das Graças Melo	Dirce de Oliveira	27/09/2005
1293	002.05.007479-4	Cobrança	MARIA DAS GRAÇAS DE MELO	Jucimar Ferreira dos Santos e Outros	27/09/2005
1294	002.05.007446-8	Cobrança	Carmelina Miranda Rigo	Construtora Bela Vista e outro	27/09/2005
1295	002.2005.008406-4	Execução de título Judicial	Waltair Nascimento Fernandes	Carlos Alberto da Costa e outros	28/09/2005
1296	002.05.008409-9	Execução de título extrajudicial	Elma Pagliari Flores – Me	Marli da Silva Alves	28/09/2005
1297	002.05.007466-2	Cobrança (Rito sumário)	Ademar Antônio de Borba	José Nunes Costa Sobrinho	29/09/2005
1298	002.05.008420-0	Indenização	José Carlos Hoffman	José Dionísio da Silva	29/09/2005
1299	002.05.008463-3	Cobrança (rito sumário)	Mário Arruda Batista	José Carlos de Oliveira	04/10/2005
1300	002.05.008470-6	Execução de título extrajudicial	Rosmary de Almeida	José Aparecido Cardoso de Souza	04/10/2005
1301	002.05.008461-7	Cobrança	Zilda Iglesia Munhos Turco – ME	Raimundo Martins Montel	04/10/2005
1302	02.05.008466-8	Cobrança	Rosmary de Almeida	Ana Paula Santos Guimarães	04/10/2005
1303	002.05.008469-2	Execução de título extrajudicial	Rosmary de Almeida	Ozéias Brito Silva	04/10/2005
1304	002.05.008462-5	Cobrança	Zilda Iglesia Munhos Turco – ME	Magno Emerson Amorim	04/10/2005
1305	002.05.008467-6	Execução de título extrajudicial	Rosmary de Almeida	Josiel G. Santos	04/10/2005
1306	002.05.008485-4	Declaratória	Osana Soares Pinto	Gazin Indústria e Comércio de Móveis	06/10/2005
1307	002.2005.008526-5	Cobrança	Helma Santana Amorim	Giordana Clarice Cavalcante Lima	07/10/2005
1308	002.05.008532-0	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Alessandra C. Ayres	07/10/2005
1309	002.05.008513-3	Execução de título extrajudicial	Moisés de Jesus Santos	Edson Manoel dos Santos Junior	07/10/2005
1310	002.2005.007461-1	Execução de título Judicial	Fábio Arruda	Ozenete Maria da Conceição	07/10/2005
1311	002.05.007436-0	Cobrança (Rito sumário)	Josefa dos Santos Barros	Lavínia Rocha da Silva e outros	07/10/2005
1312	002.05.008512-5	Cobrança	Eliana Souza Santos	Moisés de Jesus Santos	07/10/2005
1313	002.05.008747-0	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Rosangela Nascimento Barros	07/10/2005
1314	002.05.008519-2	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Izamara Silva Lobo	07/10/2005
1315	002.2005.008515-0	Cobrança (Rito sumário)	João Francisco de Souza	Moisés de Jesus Santos	07/10/2005
1316	002.05.008529-0	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Mirielle Paulino de Andrade	07/10/2005
1317	002.05.007460-3	Cobrança	Elizabeth Alves de Souza	Brasphone Celulares e Acessórios Ltda ME	07/10/2005
1318	002.05.008520-6	Execução de Título Extrajudicial	Helma Santana Amorim	Ednéia Souza Santos	07/10/2005
1319	002.05.008749-7	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Magda Zacarias Mattos	07/10/2005
1320	002.05.008524-9	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Gabriele A Bongiolo Durães	07/10/2005
1321	002.05.008535-4	Execução de Título Extrajudicial	Helma Santana Amorim	Josiane Aparecida Motta	07/10/2005
1322	002.2005.007452-2	Execução de título judicial	Eliane Maria de Vasconcelos Pereira	Suely Raimundo da Silva	07/10/2005
1323	002.05.008752-7	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Joeli Santos da Silva	07/10/2005
1324	002.05.008521-4	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Luiz Carlos de L. Lopes	07/10/2005
1325	002.05.008745-4	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Márcia Fraga dos Santos	07/10/2005
1326	002.05.007469-7	Execução de título extrajudicial	Ozenete Maria da Conceição	Clênia Mateus	07/10/2005
1327	002.05.007467-0	Cobrança	Marcelo Vinícius Sampaio Trevizan	Milce Maria Alonso Soares	07/10/2005
1328	002.05.008528-1	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Daniele Aparecida de C. Alves	07/10/2005
1329	002.2005.007444-1	Execução de título judicial	Valdomiro Rodrigues de Carvalho	Marcos Rangel Pizzo	07/10/2005

1330	002.05.007457-3	Cobrança (rito sumário)	Sônia Cristina Ferreira Junqueira	Wandelson Outeiro Guimarães e outros	07/10/2005
1331	002.06.007465-0	Cobrança	Ozenete Maria da Conceição	Eucione Barroso da Mota Oliveira	07/10/2005
1332	002.05.007458-1	Cobrança (Rito sumário)	João Nunes de Andrade	João Moreira Soares	07/10/2005
1333	002.05.008751-9	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Geiziliaine Conceição	07/10/2005
1334	002.2005.008514-1	Execução de título judicial	Marlete Teixeira de Souza	Moisés de Jesus Santos	07/10/2005
1335	002.05.008753-5	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Elizabeth Rodrigues da Costa Reinoso	07/10/2005
1336	002.05.008530-3	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Sirlene Aparecida Ferreira	07/10/2005
1337	002.05.008527-3	Execução de Título Extrajudicial	Helma Santana Amorim	Geremias guieza da Silva	07/10/2005
1338	002.05.008748-9	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Fernanda Gonzales	07/10/2005
1339	002.05.008522-2	Execução de Título Extrajudicial	helma Santana Amorim	Paulo da Silva Junior	07/10/2005
1340	002.2005.007470-0	Execução de Título Extrajudicial	Ivanildo Gomes	Ozenete Maria da Conceição	07/10/2005
1341	002.05.008511-7	Cobrança (Rito sumário)	Moisés de Jesus Santos	Pedro Celestino da Silva	07/10/2005
1342	002.05.008523-0	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Adriana Silva e Lima	07/10/2005
1343	002.2005.007443-3	Execução de título judicial	Valdomiro Rodrigues de Carvalho	Marcos Rangel Pizzo	07/10/2005
1344	002.05.007453-0	Cobrança (Rito sumário)	Josefa dos Santos Barros	Leopoldo Viriato da Silva	07/10/2005
1345	002.05.007473-5	Cobrança (Rito sumário)	Sirleny da Conceição Batista Almeida	Embratel Empresa Brasileira de Telecomunicação	07/10/2005
1346	002.05.008536-2	Execução de Título Extrajudicial	Helma Santana Amorim	Rita de Cássia Silva dos Santos	07/10/2005
1347	002.05.008532-6	Execução de Título Extrajudicial	Helma Santana Amorim	Vivian Marcela da Silva	07/10/2005
1348	002.05.008525-7	Execução de Título Extrajudicial	Helma Santana Amorin	Sandréia Silva Costa	07/10/2005
1349	002.05.007454-9	Cobrança (Rito sumário)	Gilberto Benites Rodrigues	Horácio do Nascimento	07/10/2005
1350	002.05.008518-4	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Mônica Zacarias de Matos	07/10/2005
1351	002.05.007459-0	Cobrança	Simone Rodrigues da Costa Silva	Maria Isabel Silva Lima	07/10/2005
1352	002.05.008531-1	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Adriane Eliane Teixeira	07/10/2005
1353	002.05.007481-6	Cobrança (Rito sumário)	Maria Lucia de Souza Costa	César de Tal	07/10/2005
1354	002.05.008750-0	Execução de título extrajudicial	Helma Santana Amorim	Marineide Borges Santos	07/10/2005
1355	002.2005.009463-5	Cobrança	Sebastião Moreira Damascena	José Alves de Oliveira	18/10/2005
1356	002.2005.009461-9	Declaratória	Aparecido Galhardi	Sementes Pastofort	18/10/2005
1357	002.2005.009462-7	Cobrança (Rito sumário)	Diniz Fernandes de Souza	Nevair de Tal	18/10/2005
1358	002.2005.009505-4	Indenizatória (sumário)	Inês Moreira da Costa	Teleron Celular S/A	19/10/2005
1359	002.2005.009506-2	Restituição de coisa (área cível)	Deisy Cristhian Lorena de O Ferraz	Provedor BR turbo e outros	19/10/2005
1360	002.2005.009507-0	Reparação de danos	Ademir Ferrari	American Express Bank Banco Multiplo S.A	20/10/2005
1361	002.05.009508-9	Reparação de Danos	Ademir Ferrari	Fininvest S.A.	20/10/2005
1362	002.05.009071-0	Execução de Título Extrajudicial	SueLY RAIMUNDO DA SILVA	Izaudir Cristo dos Santos	21/10/2005
1363	002.05.009065-6	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	Lucia dos Santos	21/10/2005
1364	002.2005.009085-0	Cobrança	Gois e Magalhães	Vandclei Bezerra dos Santos Vaz	21/10/2005
1365	002.05.009067-2	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	Nilza Cardoso de Oliveira	21/10/2005
1366	002.2005.009080-0	Execução de título extrajudicial	Moisés de Jesus Santos	Adilton Alves dos Santos	21/10/2005
1367	002.2005.009084-2	Cobrança	Juliana Cristina Dias de Souza Queiróz	Marli Gonsalves	21/10/2005
1368	002.2005.009063-0	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Jocileia Amorim Santos	21/10/2005
1369	002.2005.009079-6	Cobrança (Rito sumário)	Moisés de Jesus Santos	Adilson Silva Carvalho	21/10/2005
1370	002.2005.009072-9	Execução de título extrajudicial	Cloraci de Oliveira Facco	Leuzina Luiza da Silva	21/10/2005
1371	002.2005.009066-4	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Lucrécia Lima dos Santos	21/10/2005
1372	002.2005.009069-9	Cobrança (rito sumário)	Aparecido Galhardi	Reginaldo Pereira da Costa	21/10/2005
1373	002.05.009064-8	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	Maria de Fatima Souza e Silva	21/10/2005
1374	002.2005.009073-7	Execução de Título Extrajudicial	Cloraci de Oliveira Facco	Leidilene B. Moreira	21/10/2005
1375	002.05.009074-5	Execução de título extrajudicial	Cloraci de Oliveira Facco	Sidineu Felix Pereira	21/10/2005
1376	002.05.009062-1	Cobrança	G.M.F. Ferrari	Maria de Lourdes de Paula Oliviera	21/10/2005
1377	002.2005.009081-8	Execução de título extrajudicial	juliana Cristina Dias de Souza Queiróz	Dionésia Borges dos Santos	21/10/2005
1378	002.2005.009060-5	Cobrança (Rito sumário)	Ferrari e Furlane Ltda	Antônio de Souza Julião	21/10/2005
1379	002.2005.009075-3	Execução de título extrajudicial	Noeme Gomes Ribeiro – ME	Idalva Pereira	21/10/2005
1380	002.2005.009059-1	Cobrança (rito sumário)	Ferrari e Furlane Ltda	Avondro Chelon de Souza	21/10/2005
1381	002.2005.009068-0	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Eriscléia Rufino dos Santos	21/10/2005
1382	002.2005.009086-9	Cobrança	Góis e Magalhães	Alessandra Maciel da Costa	21/10/2005
1383	002.05.009087-7	Execução de Título Extrajudicial	Maria do Carmo de Jesus	Daniela Cristo da Silva	21/10/2005

1384	002.05.009088-5	Execução de Título Extrajudicial	Maria do Carmo de Jesus	Magna Cristo	21/10/2005
1385	002.05.009082-6	Cobrança	Juliana CrisTINA DIAS DE SOUZA Queiroz	Maria Silva de Carvalho	21/10/2005
1386	002.2005.009076-1	Execução de título extrajudicial	Noeme Gomes Ribeiro – ME	Fátima Regina Valeriano	21/10/2005
1387	002.2005.009083-4	Execução de título extrajudicial	Juliana Cristina Dias de Souza QueirózLeozeno Gomes dos Santos		21/10/2005
1388	002.2005.009061-3	Cobrança	G.M.F. Ferrari	José Dias do Carmo	21/10/2005
1389	002.2005.009070-2	Execução de título extrajudicial	Aparecido Galhardi	Odício Manoel Pedro	21/10/2005
1390	002.05.009162.8	Indenizatória (sumário)	Valentim Dias dos Santos	Laércio de Oliveira	25/10/2005
1391	002.05.009171-7	Cobrança	Eunice Martins Castilho	Josefa Matheus de Matos Triches	25/10/2005
1392	002.05.009089-3	Cobrança	Vilani Silva Xavier	Elias Teodoro	25/10/2005
1393	002.2005.009092-3	Cobrança (rito sumário)	Elizângela Silva Santana	Marlene Lina Nestal	25/10/2005
1394	002.2005.009016-8	Execução de título extrajudicial	Lidia Lingues Costa	Eva Maria de Oliveira	25/10/2005
1395	002.2005.009094-0	Cobrança (rito sumário)	Lourival Brito Maciel Filho	Super Star Comércio Importação e Exportação Ltda	25/10/2005
1396	002.2005.009093-1	Cobrança	Miguel da Silva	Geraldo Francisco de Oliveira	25/10/2005
1397	002.2005.009167-9	Execução da Obrigação de Fazer	Jair Mello	Carlos Alberto Moreira	25/10/2005
1398	002.2005.009173-3	Cobrança (rito sumário)	Osvair virmieiro Cardoso	Gilmar Pansiere	25/10/2005
1399	002.2005.009096-6	Execução de título extrajudicial	Jelson Martins do Carmo	Ilza Gomes da Silva	25/10/2005
1400	002.2005.009095-8	Cobrança (Rito sumário)	Dair José de Mendonça	Vanderlei Bento de Medeiros	25/10/2005
1401	002.2005.009169-5	Execução de título extrajudicial	Moisés de Jesus Santos	Israel Oliveira Fatel	25/10/2005
1402	002.2005.009160-1	Pedido de providência (área cível)	Aribaldo Balz	Marcos de Tal	25/10/2005
1403	002.05.009165-2	Execução de Título Extrajudicial	Zenaide Maulais	Nilza de Almeida	25/10/2005
1404	002.2005.009166-0	Reparação de danos	Antônio Rodrigues de Souza	Lourival Cláudio e outros	25/10/2005
1405	002.2005.009015-9	Cobrança (Rito sumário)	Ramiller de Oliveira Benevides Filho	Dom Pierre	25/10/2005
1406	002.2005.009161-0	Reparação de danos	Gildeon Sodre Oliveira	GR Eletro Eletrodomésticos	25/10/2005
1407	002.2005.009172-5	Cobrança (Rito sumário)	José Eduardo Bardi	Ana Cecilia Peixoto de Oliveira	25/10/2005
1408	002.05.009001-0	Execução de Título Extrajudicial	Elias De Andrade	Nelson Ribeiro dos Santos	25/10/2005
1409	002.2005.009221-7	Cobrança (rito sumário)	Wood Shopping Ltda	Fábio Marcos Francisco ME	26/10/2005
1410	002.05.009170-9	Cobrança	Ambrosiana Dias Nobre	Joarez Fernando Fabiano	26/10/2005
1411	002.2005.009176-8	Cobrança (rito sumário)	Paula Tatiane da Costa Palmieri	Vanderlei Pereira Peçanha	26/10/2005
1412	002.05.009175-0	Indenização	Lúcia Conceição de Moura Brand	Raimundo Francisco de Souza	26/10/2005
1413	002.2005.009547-0	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Audenir Aurelano Borges	28/10/2005
1414	002.2005.009554-2	Execução de Título Extrajudicial	L. Pucci Patriarcha – ME	Tereza da Conceição Vieira Rocha	28/10/2005
1415	002.2005.009548-8	Execução de título extrajudicial	A.M.Kunh Teixeira Comércio	Adeval Alves de Almeida	28/10/2005
1416	002.2005.009550-0	Execução de título extrajudicial	A.M.Kunh Teixeira Comércio	André Angelo Silva de Assis	28/10/2005
1417	002.05.009551-8	Indenização	Sanção Gomes da Silva	Osvair Virmieiro Cardoso	28/10/2005
1418	002.2005.009545-3	Cobrança	Gilmar Vieira da Silva	João Vieira do Prado	28/10/2005
1419	002.2005.009546-1	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Daniel Klippel Miranda	28/10/2005
1420	002.2005.009537-2	Cobrança (Rito sumário)	José Martins da Silva	Pedro Hugo Sanches e outros	28/10/2005
1421	002.2005.009553-4	Execução de título extrajudicial	L. Pucci Patriarcha – ME	Laurenyu Generosa da Silva	28/10/2005
1422	002.2005.009552-8	Execução de título extrajudicial	L. Pucci Patriarcha – ME	Márcia Soares Barbosa	28/10/2005
1423	002.05.008176-6	Reparação de Danos	Banco BMG Padrão de Vida	Terezinha do Carmo Kretzler de Oliveira	28/10/2005
1424	002.2005.009549-6	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Heloiza Alves Cavalcante	28/10/2005
1425	002.2005.009005-2	Declaratória	Nelcionílio Ferreira dos Santos	Edvaldo Ferreira dos Santos	31/10/2005
1426	002.2005.009559-3	Execução de Título Extrajudicial	Antônio Jailton Santos de Jesus	Emilia S. Da Silva	31/10/2005
1427	002.2005.009544-5	Reparação de danos	Ari Gonçalves	Start Cell Celulares	31/10/2005
1428	002.2005.009538-0	Execução de título extrajudicial	Airton Lenz	Leonildo Machado	31/10/2005
1429	002.2005.009007-9	Execução de título extrajudicial	Jesulina Vidal Cordeiro de Jesus	Célia da Silva Leite	31/10/2005
1430	002.2005.009539-9	Cobrança (rito sumário)	Maria Silva de jesus	Oséias	31/10/2005
1431	002.2005.009006-0	Execução de Título Extrajudicial	Jesulina Vidal Cordeiro de Jesus	Maria Lucia Ribeiro de Souza	31/10/2005
1432	002.2005.009543-7	Cobrança (Rito sumário)	Gilsa Biguinatti	Francisco Nunes Machado	31/10/2005
1433	002.2005.009540-2	Pedido de providência (área cível	Airton Lenz	Cláudia Antunes dos Santos	31/10/2005
1434	002.2005.009560-7	Reparação de danos	Leni de Deus Xavier	Elias Gonçalves	31/10/2005
1435	002.05.009012-5	Execução de Título Extrajudicial	Losney Dias da Cruz	Adriana Ferreira	31/10/2005
1436	002.2005.009010-9	Cobrança (Rito sumário)	Moisés Arruda Cunha	Manoel Santa Rosa	31/10/2005
1437	002.2005.009013-3	Execução de título extrajudicial	Losney Dias da Cruz	Maria Santos	31/10/2005

1438	002.05.009637-9	Rescisão de contrato	Sérgio Amaro da Silva	Vivo Celulares	03/11/2005
1439	002.2005.009032-0	Execução de Título Extrajudicial	Manoel Clementino dos Santos	César Magalhães Cabral Filho	07/11/2005
1440	002.2005.009802-9	Cobrança (rito sumário)	Telma Ferreira de Souza	Sebastião Ferreira da Silva	07/11/2005
1441	002.2005.009798-7	Cobrança	Casa Lotérica Jamari Ltda	Leonel Fermino ME	07/11/2005
1442	002.05.009804-5	Execução da Obrigação de Fazer	Lourdes Bernardineli Peixer	David dos Santos e Silva	07/11/2005
1443	002.2005.009797-9	Cobrança	Casa Lotérica Jamari Ltda	Willian Emerson Florintino	07/11/2005
1444	002.2005.009803-7	Cobrança (Rito sumário)	Juliana Maia Ratti	Emerson Renato da Rosa	07/11/2005
1445	002.2005.009776-6	Cobrança (rito sumário)	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Elizia Merlini de Souza	09/11/2005
1446	002.2005.009772-3	Cobrança (Rito sumário)	Celio Pereira da Silva (jurídica)	Maria Auxiliadora Ribeiro Valente	09/11/2005
1447	002.2005.009020-6	Indenização	Cleunice Ribeiro de Oliveira	Manoel	09/11/2005
1448	002.05.009773-1	Cobrança	Celio Pereira da Silva	Edneia Pereira dos Santos	09/11/2005
1449	002.2005.009026-5	Indenizatória (sumário)	Odimar Vulpi	Jose Carlos	09/11/2005
1450	002.2005.009021-4	Cobrança (Rito sumário)	Antônio Celso Batista	Antônio Rosa de Paula	09/11/2005
1451	002.2005.009022-2	Cobrança	Moises Arruda Cunha	Raimundo Melo	09/11/2005
1452	002.2005.009037-0	Rescisão de contrato	Izaquiel Luíza	Cleuza Maria Moreira	09/11/2005
1453	002.2005.009033-8	Execução de título extrajudicial	Alfredo Prie	Alice Bobika de Souza	09/11/2005
1454	002.05.009018-4	Indenização (reparação de danos)	Marco Pereira Soares	Nivaldo Alberto Alves Ferreira	09/11/2005
1455	002.2005.009027-3	Cominatória	Joao Batista da Cruz Oliveira	Mirian Gomes Bento	09/11/2005
1456	002.2005.009024-9	Execução de título extrajudicial	Ivonete Soares Silveira	Marilda de Castro Souza	09/11/2005
1457	002.2005.009038-9	Cominatória	Leonardo Francisco Xavier	Nereu Martins	09/11/2005
1458	002.05.009775-8	Execução de Título Extrajudicial	Célio Pereira da Silva	Teodolina Lemes da Siva	09/11/2005
1459	002.2005.009034-6	Cobrança (rito sumário)	Marta das Neves Cappato	José Carlos de Oliveira	09/11/2005
1460	002.05.009036-2	Execução de Título Extrajudicial	Inoel da Silveira	Miguel Pereira Rodrigues	09/11/2005
1461	002.2005.009030-3	Execução de Título Extrajudicial	Zélia Maria Pereira Primo	Izaura de Oliveira Martins	09/11/2005
1462	002.05.009778-2	Cobrança	Celio Pereira da Silva	Marli Martins dos Santos	09/11/2005
1463	002.2005.009777-4	Cobrança (Rito sumário)	Celio Pereira da Silva (jurídica)	Márcio Kennedy Souto Correia	09/11/2005
1464	002.2005.009031-1	Execução de título extrajudicial	Maria Célia de Oliveira	Eva Maria de Oliveira	09/11/2005
1465	002.2005.009779-0	Cobrança (Rito sumário)	Susana Peterle de Lima	Francielli Patricia Pettenon	09/11/2005
1466	002.2005.009771-5	Cobrança (Rito sumário)	Celio Pereira da Silva (jurídica)	David Gomes	09/11/2005
1467	002.2005.009782-0	Execução de Título Extrajudicial	Luiz Eduardo Fogaça	Antônio Xavier Pinto	10/11/2005
1468	002.2005.009783-9	Reparação de danos	Jonas dos Santos	Banco Itaú S.A. (Rondonópolis)	10/11/2005
1469	002.05.009835-5	Cobrança	Claudia Cristina Tosqui	Aparecido Dantas dos Santos	10/11/2005
1470	002.05.010050-3	Execução de Título Extrajudicial	H M Comércio de Couro e Confecções LTDA-Loja Tropical	Caroline Lindemberg	14/11/2005
1471	002.2005.009836-3	Reparação de danos	Cícero Cavalcante de Souza	Vilson Grezole e outros	14/11/2005
1472	002.2005.009834-7	Cobrança (Rito sumário)	Juliano Henrique de Oliveira	Nailton	14/11/2005
1473	002.2005.010056-2	Cobrança (Rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Adilson Fileto de Oliveira	14/11/2005
1474	002.2005.010051-1	Execução de título extrajudicial	H. M. Comércio de Couro e Confecções ltda	Silvani Maria Garcia	14/11/2005
1475	002.2005.009840-1	Cobrança (rito sumário)	Wallas Alves Neves	Welerson Cleito Figueira	14/11/2005
1476	002.05.010062-7	Execução de Título Extrajudicial	Juliano Bernardes da Silva-ME	SEBASTIÃO DA SILVA	14/11/2005
1477	002.2005.009039-7	Indenizatória (sumário)	Eliú Pereira Dantas	Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo	14/11/2005
1478	002.2005.010054-6	Execução de título extrajudicial	H.M.Comércio de Couro e Confecções	Marlene Martins	14/11/2005
1479	002.05.010060-0	Execução de Título Extrajudicial	Juliano Bernardes da Silva-ME	Vilmar Marques	14/11/2005
1480	002.2005.009838-0	Cobrança (rito sumário)	Guido João Kramer	Cláudia	14/11/2005
1481	002.05.009837-1	Cobrança	Guido João Kramer	Oziel Moreira Damasceno	14/11/2005
1482	002.2005.010064-3	Execução de Título Extrajudicial	Belisomar Muniz da Silva	Diva da Conceição Ambrózio	14/11/2005
1483	002.2005.010059-7	Cobrança (Rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Deisiele Samara de Oliveira	14/11/2005
1484	002.05.009841-0	Cobrança	Olga da Silva Miguel	Nadia Ciriaco Lopes	14/11/2005
1485	002.05.010063-5	Execução de Título Extrajudicial	Juliano Bernardes da Silva-ME	Carlos Augusto da Silva	14/11/2005
1486	002.2005.010058-9	Cobrança (rito sumário)	Juliano Bernardes da Silva – ME	Debora Aline de Oliveira	14/11/2005
1487	002.2005.009040-0	Consignação em pagamento	Vagner Lopes dos Santos	Banco Brasileiro de Descontos S/A -Bradesco	14/11/2005
1488	002.05.010053-8	Execução de Título Extrajudicial	H M Comércio de Couro e Confecções LTDA-Loja Tropical	Mariene Nogueira Jordão	14/11/2005
1489	002.05.010052-0	Execução de Título Extrajudicial	H M Comércio de Couro e Confecções LTDA-Loja Tropical	Juliana Aparecida Ferraz	14/11/2005
1490	002.2005.009833-9	Execução de título extrajudicial	Maria Sônia dos Santos	Marcos Luiz Neres dos Santos	14/11/2005

1491	002.05.010055-4	Execução de Título Extrajudicial	H M Comércio de Couro e Confecções LTDA-Loja Tropical	Marcio Firmino Gaspar	14/11/2005
1492	002.05.010061-9	Execução de Título Extrajudicial	Jiuliano Bernardes da Silva – Me	Irineu Soares de Amorim	14/11/2005
1493	002.05.010273-5	Cobrança	Ronei Batista Schoaba – ME	Silvane de Jesus Oliveira	16/11/2005
1494	002.2005.010275-1	Cobrança	Ronei Batiata Schoaba – Me	José Pereira dos Santos	16/11/2005
1495	002.2005.010073-2	Indenizatória	Agnaldo Condaque	Teleacre Celular S/A	16/11/2005
1496	002.05.010274-3	Execução de Título Extrajudicial	Ronei Batista Schoaba – ME	Hugo Alexandre Rezende Medina	16/11/2005
1497	002.2005.010176-3	Cobrança	Marizalda Clementina Rosa	Joana Darc Gomes da Silva	16/11/2005
1498	002.05.010278-6	Execução de Título Extrajudicial	Ronei Batista Schoaba – ME	Luiz Carlos Sacramento Santos	17/11/2005
1499	002.05.010281-6	Cobrança	Dionilia Francisca de Oliveira	Sandra Vieira de Melo Santos-ME	17/11/2005
1500	002.2005.010223-9	Declaratória	Genésio da Silva Castoldi	Embratel Empresa Brasileira de Telecomunicação	17/11/2005
1501	002.2005.010279-4	Execução de título extrajudicial	Ronei Batista Schoaba – Me	Elizeu Alves Gomes	17/11/2005
1502	002.05.010277-8	Execução de Título Extrajudicial	Ronei Batista Schoaba – ME	Miriam Augusto Felizardo	17/11/2005
1503	002.05.010282-4	Pedido de providência (área cível)	José Eduardo Frandsen	Banco General Motors S/A	17/11/2005
1504	002.05.010280-8	Execução de Título Extrajudicial	Ronei Batista Schoaba – ME	Valnei José Souza do Carmo	17/11/2005
1505	002.2005.010276-0	Execução de título extrajudicial	Ronei Batiata Schoaba – Me	Pedro Roberto Alves	17/11/2005
1506	002.2005.010483-5	Cobrança (rito sumário)	M A G Ferreira Confecções	Rogério da Silva Cordeiro	22/11/2005
1507	002.2005.010464-9	Cobrança	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	João Brito da Silva	22/11/2005
1508	002.2005.010462-2	Cobrança (rito sumário)	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Edimar Agostini	22/11/2005
1509	002.2005.010470-3	Cobrança (Rito sumário)	Celio Pereira da Silva (jurídica)	Leovani Turmina	22/11/2005
1510	002.2005.010472-0	Cobrança (rito sumário)	Célio Pereira da Silva (Jurídica)	Luiz Antônio Papini	22/11/2005
1511	002.2005.010469-0	Cobrança	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Carmita Almeida Ferreira	22/11/2005
1512	002.2005.0010479-7	Execução de título extrajudicial	M A G Ferreira Confecções	Maria Aparecida Neto Santos	22/11/2005
1513	002.2005.010352-9	Cobrança (Rito sumário)	Celio Pereira da Silva (jurídica)	Donizete Gomes Dutra	22/11/2005
1514	002.2005.010473-8	Execução de título Judicial	Luiz Eduardo Fogaça	Magno Emerson Amorim	22/11/2005
1515	002.2005.010485-1	Execução de título extrajudicial	H. M. Comércio de Couro e Confecções Ltda – Loja	Elisangela Eugênia da Silva	22/11/2005
1516	002.2005.010468-1	Cobrança	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Ana Laura Castro de Souza	22/11/2005
1517	002.2005.010484-3	Reparação de danos	Associação dos Produtores da Linha C-30 Aprol	S. L. B. Comercial Elétrica Ltda	22/11/2005
1518	002.2005.010467-3	Cobrança	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Maria Araújo da Silva	22/11/2005
1519	002.02005.010474-6	Execução de Título Extrajudicial	M.A.G. Ferreira Confecções – Elen Modas	João Ueverton de Oliveira da Silva	22/11/2005
1520	002.2005.010480-0	Execução de Título Extrajudicial	M.A.G. Ferreira Confecções – Elen Modas	Elizabete Castro da Silva	22/11/2005
1521	002.2005.010463-0	Execução de Título Extrajudicial	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Maria do Socorro Gomes de Souza	22/11/2005
1522	002.2005.010466-5	Execução de Título Extrajudicial	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Valdinei Leite	22/11/2005
1523	002.2005.010477-0	Cobrança (rito sumário)	M.A.G. Ferreira Confecções – Elen Modas	Neuli Félix	22/11/2005
1524	002.05.010482-7	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	Neuza Bembem dos Santos	22/11/2005
1525	002.2005.010471-1	Cobrança (rito sumário)	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Maria Garcia	22/11/2005
1526	002.2005.010476-2	Cobrança (rito sumário)	M.A.G.Ferreira Confecções – Elen Modas	Gutemberg de Souza Santos	22/11/2005
1527	002.2005.009846-0	Execução de Título Extrajudicial	Ereni da Luz Ribeiro Fernandes	Joeli Santos da Silva	23/11/2005
1528	002.2005.009842-8	Indenização	Ivete Vieira de Souza	J. e K. Folheados	23/11/2005
1529	002.2005.009856-8	Cobrança	Rudinei dos Santos	Banco do Brasil S/A	23/11/2005
1530	002.05.009851-7	Cobrança	Rosangela Schimiht Alves de Oliveira	Lojas Novalar	23/11/2005
1531	002.2005.009853-3	Cobrança	Gerson Rosa Guimarães	TAM Linhas Aéreas	23/11/2005
1532	002.2005.009855-0	Cobrança	Natalino Costa da Silva	Valter Costa Ribeiro Filho	23/11/2005
1533	002.05.010506-8	Execução de Título Extrajudicial	Juliano Bernardes da Silva-ME	Valmir Borges da Rocha	23/11/2005
1534	002.05.010505-0	Cobrança	Jiuliano Bernardes da Silva – Me	Maria José Ramos	23/11/2005
1535	002.2005.009847-9	Cominatória	Maria José Ferreira	José Carlos dos Santos	23/11/2005
1536	002.2005.009845-2	Execução de título extrajudicial	Idalina Ribeiro Martins	Silvana Vaz da Silva	23/11/2005
1537	002.05.009849-5	Execução de Título Extrajudicial	Ereni da Luz Ribeiro Fernandes	Valdirene Ianes	23/11/2005
1538	002.2005.009854-1	Cobrança	Alexmar Vieira Raimundo	Banco do brasil S/A agência Monte Negro	23/11/2005
1539	002.2005.010513-0	Cobrança (Rito sumário)	Magda Renata Peroni Zanotelli	Banco do Brasil S.A. - Monte Negro	23/11/2005
1540	002.2005.009865-7	Cobrança	Paulo Costa de Lima	Valdemar Camargo Brandão	23/11/2005
1541	002.2005.010504-1	Cobrança (Rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Francisca Pereira dos Santos	23/11/2005

1542	002.2005.010501-7	Cobrança (rito sumário)	Dilva Aparecida de Souza	M. Maffine Kneia Motos – ME	23/11/2005
1543	002.2005.010511-4	Cobrança (Rito sumário)	Saraiva e Remedis Ltda	Marcelo da Silva	23/11/2005
1544	002.2005.009858-4	Cobrança (Rito sumário)	Jovelino Vicente Rosa	Miguel Ferreira de Queiroz	23/11/2005
1545	002.2005.010465-7	Cobrança	Celio Pereira da Silva (Jurídica)	Francisca Rosalina Marim Carneiro	23/11/2005
1546	002.05.010503-2	Indenização	Neiva Demeneghi ME	Empresa de Transportes Andorinha S/A	23/11/2005
1547	002.2005.009843-6	Cobrança	João Iramar Gontijo de Freitas	Elzi Augusta Faria	23/11/2005
1548	002.2005.009860-6	Cobrança (Rito sumário)	Flozino Soares de Oliveira	Sebast	23/11/2005
1549	002.2005.010507-6	Cobrança (Rito sumário)	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Lindaura Pereira da Silva	23/11/2005
1550	002.2005.010598-0	Indenizatória (sumário)	Claudir Boracini	Pirelli Pneus S.A. Do Brasil e outros	24/11/2005
1551	002.2005.010834-2	Indenizatória	Ivani Matias Aoyama ME'	Varig Logística S.A.	30/11/2005
1552	002.2005.010850-4	Declaratória	Natanael Cordeiro	Tork Norte Comércio de Máquinas Ltda	30/11/2005
1553	002.2005.009880-0	Cobrança (rito sumário)	Maria Oliveira da Silva	American Motos W. De J Arruda e cia ltda	06/12/2005
1554	002.2005.009861-4	Execução de título judicial	Maria Salete da Silva	Mário Ruiz	07/12/2005
1555	002.2005.009875-4	Rescisão de contrato	Ruth Leonildes Costa da Silva	Novalar Avenida	07/12/2005
1556	002.05.009873-8	Execução de Título Extrajudicial	Gracirleia Souza Chaves	Marinês Costa da Silva	07/12/2005
1557	002.2005.009869-0	Rescisão de contrato	Sergio Fernandes	Antunes e Antunes Ltda	07/12/2005
1558	002.2005.009872-0	Cobrança (Rito sumário)	Maria Conceição Pereira de Souza	Neurilene Rodrigues de Souza	07/12/2005
1559	002.2005.011206-4	Execução de título extrajudicial	Maurício Fenando Spillere	Maicon Luciano de Lima	07/12/2005
1560	002.05.009874-6	Execução de Título Extrajudicial	Francisco Lopes da Costa	Joice Rocha de Oliveira	07/12/2005
1561	002.05.009862-2	Execução de Título Extrajudicial	Altair Gomes de Oliveira	Iolanda Ribeiro Vilarins	07/12/2005
1562	002.2005.011221-8	Cobrança (rito sumário)	Sr Silva Confecções e Inst. Musicais	Maria Vilanir Camurça de Queiróz	07/12/2005
1563	002.2005.011214-5	Execução de Título Extrajudicial	Sra.Silvia Confecções e Inst. Musicais Me	Zenilda Aparecida Pereira Rodrigues	07/12/2005
1564	002.05.011226-9	Execução de Título Extrajudicial	César da Costa Oliveira	Kampai Restaurante LTDA	07/12/2005
1565	002.05.011220-0	Cobrança	Sr. Silva Confecções e Instrumentos Musicais ME	Maria de Lourdes Valero Becker	07/12/2005
1566	002.2005.011200-5	Execução de título extrajudicial	Rosmary de Almeida	Delzuita Alves da Silva	07/12/2005
1567	002.05.009868-1	Cobrança	Francisco Benedites	Vicente Senilton Alves Pereira	07/12/2005
1568	002.05.011217-0	Cobrança	Sr. Silva Confecções e Instrumentos Musicais ME	Silvio Cezar Fernandes	07/12/2005
1569	002.05.011222-6	Cobrança	Sr. Silva Confecções e Instrumentos Musicais ME	Domingos Vieira dos Santos	07/12/2005
1570	002.2005.011225-0	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Maria Noraney de Souza Fabianp	07/12/2005
1571	002.2005.009863-0	Cominatória	Ubiranil Mendes Lopes	Nelcides de Almeida Mello	07/12/2005
1572	002.2005.011212-9	Execução de título Judicial	Sr Silva Confecções e Instrumentos	Sheila Maria Pessoa de Oliveira	07/12/2005
1573	002.2005.009877-0	Execução de título extrajudicial	Gilberto Costa	Hotel e Churrascaria Rondon Ltda	07/12/2005
1574	002.2005.009876-2	Execução de título judicial	Elistrasner Josen Elen Valério	Josimar de Almeida	07/12/2005
1575	002.05.011216-1	Execução de Título Extrajudicial	Sra.Silvia Confecções e Inst. Musicais Me	Silvio Cesar Fernandes	07/12/2005
1576	002.05.009878-9	Cobrança	Valdemir Alcântara	João Bosco Rodrigues	07/12/2005
1577	002.2005.011213-7	Execução de título extrajudicial	Sr Silva Confeções e Instrumentos Musicais Me	Maria Aparecida de Medeiros	07/12/2005
1578	002.05.011215-3	Cobrança	Sr. Silva Confecções e Instrumentos Musicais ME	Edna Faustino Miranda e Outros	07/12/2005
1579	002.05.011208-0	Execução de Título Extrajudicial	Susana Peterle de Lima	Gilma Aparecida de Souza	07/12/2005
1580	002.2005.012268-0	Cobrança (Rito sumário)	T. B. Da Silva ME	Elias Aguiar Costa	15/12/2005
1581	002.2005.012234-5	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Claudiane Rodrigues Realino	15/12/2005
1582	002.2006.012262-0	Cobrança	F. C. Granjeiro Netto	Ilione Adriana Bolzon Cosmo	15/12/2005
1583	002.2005.012251-5	Cobrança	T B da Silva – ME	Odair Venâncio	15/12/2005
1584	002.2005.012267-1	Execução de Título Extrajudicial	A.m.Kuln Teixeira Comércio	Analice Vieira de Souza	15/12/2005
1585	002.2005.012254-0	Cobrança (rito sumário)	T B da Silva – ME	Eliane Gonçalves Coelho	15/12/2005
1586	002.05.012238-8	Cobrança	Sr. Silva Confecções e Instrumentos Musicais ME	Raquel Moreira Braga	15/12/2005
1587	002.2005.0122612	Execução de Título Extrajudicial	Ednilson Onofre de Souza de Souza	Janio Vilmar Casarin	15/12/2005
1588	002.05.012245-0	Cobrança	Sr. Silva Confecções e Instrumentos Musicais ME	Maria Lina Souza de Oliveira Porto	15/12/2005
1589	002.2005.012244-2	Cobrança (rito sumário)	Sr Silva Confecções e Instrumentos	Marli Rezende da Silva	15/12/2005

1590	002.05.012348-1	Medida Cautelar Inominada	Gildásio Santos de Jesus	Edivaldo Gustavo da Silva e Outros	15/12/2005
1591	002.2005.012263-9	Cobrança	F. C. Granjeiro Netto	Star Sul América Imp.Exp. De Madeiras ltda	15/12/2005
1592	002.2005.012235-3	Execução de Título Extrajudicial	A. M. Kuhn Teixeira Comércio	Jaqueline Arce Ferreira	15/12/2005
1593	002.2005.012257-4	Execução de Título Extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França ME	Tânia Aparecida B. Campanholo	15/12/2005
1594	002.2005.012250-7	Execução de título Judicial	T B da Silva – ME	Joaquim Ferreira	15/12/2005
1595	002.05.012237-0	Execução de Título Extrajudicial	Sizenando Guilherme Rigolon-ME	Adelmo de Souza Furtoso	15/12/2005
1596	002.05.012256-6	Execução de Título Extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França Me	Mirian de Oliveira Gomes	15/12/2005
1597	002.05.012247-7	Execução de Título Extrajudicial	Sr Silva Confecções e Inst. Musicais Me	Eliciane de Oliveira	15/12/2005
1598	002.2005.012252-3	Cobrança	T B da Silva – ME	Sidnei Silva	15/12/2005
1599	002.05.012255-8	Execução de Título Extrajudicial	PAULO HENRIQUE GOMES FRANÇA ME	Daniele Said da Silva	15/12/2005
1600	002.05.012242-6	Cobrança	Sr. Silva Confecções e Instrumentos Musicais ME	Aliete do Nascimento	15/12/2005
1601	002.05.012241-8	Cobrança	Sr. Silva Confecções e Instrumentos Musicais ME	Lucia Correia de Goes	15/12/2005
1602	002.2005.012258-2	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Alzeni Miguel da Silva	15/12/2005
1603	002.2005.012239-6	Cobrança (rito sumário)	Sr Silva Confecções e Instrumentos	Fátima Isabel da Silva	15/12/2005
1604	002.2005.012357-0	Indenização	Rinaldo Forti Silva	Varig S.A. - Aviação Aérea Rio Grandense	16/12/2005
1605	002.2005.012358-9	Indenização	Melissa Andreasi Cassetari Silva	Varig S.A. - Aviação Aérea Rio Grandense	16/12/2005
1606	002.2005.012881-5	Cobrança (rito sumário)	Fernando Martins Gonçalves e outro	Jucyara Zimmer	23/12/2005
1607	002.05.012876-9	Cobrança	L. Rigolon (BELLA VEST)	Vanessa Cavalcante Merline	23/12/2005
1608	002.2005.012874-2	Declaratória	Letícia Pires Silva	Net Cobrança Ltda	23/12/2005
1609	002.05.012871-8	Cobrança	Neuza Maria Pereira	Gol Transportes Aéreos S.A.	23/12/2005
1610	002.2005.012860-2	Execução de título extrajudicial	Amaro e Leal Ltda ME	Osmar Alexandrino dos Santos	23/12/2005
1611	002.2005.012877-7	Cobrança (Rito sumário)	L. Rigolon (Bella Vest)	Jesana Quintinho Ferreira	23/12/2005
1612	002.2005.012865-3	Execução de título extrajudicial	Flausino Vieira e Cia Ltda	Rosenilda Lima Gomes	23/12/2005
1613	002.02005.012866-1	Execução de título extrajudicial	Flausino Vieira e Cia Ltda	Helena Aparecida da Silva	23/12/2005
1614	002.05.012875-0	Cobrança	L. RiGOLON (BELLA VEST)	José Carlos Ghisleri Junior	23/12/2005
1615	002.2005.012864-5	Cobrança (rito sumário)	Flausino Vieira e Cia Ltda	Raquel Maria Cappatto	23/12/2005
1616	002.2005.012885-8	Indenizatória (sumário)	Marcos Dias da Silva	Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda	23/12/2005
1617	002.05.012872-6	Execução de Título Extrajudicial	Ronei Batista Schoaba – ME	Marcia Alves Couto	23/12/2005
1618	002.05.012884-0	Cobrança	Somar Industria E Comercio de Etiquetas E Bobinas LTDA ME	Aldy Scardua Zanardi	23/12/2005
1619	002.2005.012878-5	Cobrança	L. Rigolon (Bella Vest)	Keila Ribeiro	23/12/2005
1620	002.2005.012879-3	Cobrança (Rito sumário)	Walter Farias Neto	Luiz Carlos da Silva Neto	23/12/2005
1621	002.05.012861-0	Execução de Título Extrajudicial	Amaro e Leal LTDA ME	Marcos Antônio de Jesus	23/12/2005
1622	002.2005.012868-8	Execução de título extrajudicial	Flausino Vieira e Cia Ltda	Eliane Aparecida da Silva	23/12/2005
1623	002.2005.012870-0	Rescisão de contrato	José de Assis dos Santos	Teleron Celular S/A	23/12/2005
1624	002.2005.012867-0	Execução de título extrajudicial	Flausino Vieira e Cia Ltda	Pedro Aleomar Tenório	23/12/2005
1625	002.05.012886-6	Reparação de Danos	Shirley de Jesus Oliveira	Brasil Telecon S.A.	23/12/2005
1626	002.05.012882-3	Execução de Título Extrajudicial	Fernando Martins Gonçalves e Outros	Antônio Carlos Rodrigues da Silva	23/12/2005
1627	002.05.009220-9	Rescisão de contrato	Juliana Maia Ratti	Sky Brasil Serviços LTDA	26/12/2005
1628	002.05.013119-0	Indenização	José Caron Filho	Teleron Celular S/A	28/12/2005
1629	002.05.009883-5	Cobrança	Eva Victor de Oliveira	Andreia Souza Daitiba e outros	29/12/2005
1630	002.05.009892-4	Cobrança	Ednalva Teixeira da Silva	Tabita Calixto Ferreira	29/12/2005
1631	002.05.013157-3	Execução de Título Extrajudicial	L. Pucci Patriarcha-ME	Lucilene Ramalho de Souza	29/12/2005
1632	002.2005.013191-3	Embargos de Terceiros	N. R. De Souza Bebidas	New Ar comércio e Representação – ME	29/12/2005
1633	002.2005.009889-4	Execução de título extrajudicial	Sueli Fernandes de Souza	Elias Francisco Corrêa da Luz	29/12/2005
1634	002.05.009896-7	Indenização (reparação de danos)	Luiz Guilherme leal Ferreira	11 de Julho Materiais para construção	29/12/2005
1635	002.2005.009884-3	Cobrança	José Antônio Alves Trindade	Comercial Catarinense	29/12/2005
1636	002.2005.009+885-1	Rescisão de contrato	Ana Paranha da Silva	Vanderlei	29/12/2005
1637	002.2005.009888-6	Cobrança	Jacilda Rosa de Barros	Elenilda Florentina da Silva	29/12/2005
1638	002.2005.013159-0	Execução de título extrajudicial	L. Pucci Patriarcha – ME	Maria Aparecida Rocha de Souza	29/12/2005

1639	002.05.009890-8	Execução de Título Extrajudicial	Sueli Fernandes de Souza	Marli Fernandes	29/12/2005
1640	002.2005.013160-3	Cobrança (Rito sumário)	G. M. F. Ferrari	Rubens Marco Rigon	29/12/2005
1641	002.2005.013161-1	Cobrança (Rito sumário)	Maisa Giffoni de Oliveira Baptista	Lourival Ornelas Amaral	29/12/2005
1642	002.2005.0131-58-1	Cobrança	L. Pucci Patriarcha – ME	Maria Aparecida Fechio Rotava	29/12/2005
1643	02.2005.009894-0	Cobrança	Sueli Fernandes de Souza	Sandro Manfardini	29/12/2005
1644	002.2005.013156-5	Execução de título extrajudicial	L. Pucci Patriarcha – ME	Lidia Ferraz	29/12/2005
1645	002.05.009893-2	Execução de Título Extrajudicial	Elizângela Silva Santana	Helena Fernandes dos Santos	29/12/2005
1646	002.05.009879-7	Cobrança	Carlos Gonçalves da Silva	Aparecido Vieira Camargo	29/12/2005
1647	002.06.000050-1	Execução de Título Extrajudicial	Cleber Correa	Banco do Brasil S/A (Agência Ariquemes)	03/01/2006
1648	002.2006.000048-0	Execução de Título Extrajudicial	Reinaldo Ribeiro	Maria Aparecida Godoi	03/01/2006
1649	002.06.000044-7	Cobrança	Juliano Bernardes da Silva-ME	José	03/01/2006
1650	002.2006.000091-9	Declaratória	Cleber Anderson Rocha	O Boticário	05/01/2006
1651	002.2006.000094-3	Cobrança (rito sumário)	Ferrari e Furlane Ltda	Antônio Francisco Gonçalves	05/01/2006
1652	002.06.000310-1	Cobrança	Mauricio Mendes Viana	Liece de Lima	10/01/2006
1653	002.2006.000322-5	Cobrança	Procon Ariquemes – RO	Novalar Avenida	10/01/2006
1654	002.2008.000320-9	Cobrança	Ferrari e Furlane Ltda	Luiz Carlos Puttin	10/01/2006
1655	002.2005.009897-5	Execução de título extrajudicial	Oziel Moreira Damasceno	Odício Manoel Pedro	10/01/2006
1656	002.2005.009899-1	Execução de título extrajudicial	Maria das Graças de Melo	Valdir Ribeiro Pinheiro	10/01/2006
1657	002.05.009900-9	Cobrança	MARIA DAS GRAÇAS DE MELO	Francisco Alves de Souza	10/01/2006
1658	002.2006.000311-0	Indenização	Waldemir Batista Ferreira	Cesar Gonzaga da Silva	10/01/2006
1659	002.2006.000503-1	Indenização	Claudir Boracini	Pirelli Pneus S.A. Do Brasil e outros	11/01/2006
1660	002.2006.000505-8	Execução de Título Extrajudicial	Andréia Ferronato	Pedro Paulo Eleotéreo de barros Lima	11/01/2006
1661	002.06.000345-4	Cobrança	Clóvis da Silva Pereira	Associação dos Sem Teto de Ariquemes-ASTA	11/01/2006
1662	002.06.000339-0	Cobrança	Maria Elena Batista Quintão	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	11/01/2006
1663	002.2006.000338-1	Cobrança	Leila Santana da Silva	Ariquemes Turismo e Viagens Ltda	11/01/2006
1664	002.2006.000340-3	Cobrança	Aparecida Rosilene Pinto Deusdedith	Neurilene Rodrigues de Souza	11/01/2006
1665	002.2006.000504-0	Indenizatória (sumário)	Genildo Santana da Silva	Tapajós Comércio e Representações Ltda	11/01/2006
1666	002.2006.000337-3	Execução de título extrajudicial	Maria Sônia dos Santos	Eliana S.maulaz	11/01/2006
1667	002.06.000341-1	Cobrança	Walter Luiz Moreira	Alfredo Brandi Mariano	11/01/2006
1668	002.06.000649-6	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	Elizabete Menezes Gomes	13/01/2006
1669	002.06.000648-8	Execução de Título Extrajudicial	M A G FERREIRA CONFECÇÕES ELLEN MODAS	Ana Paula Sales de Carvalho	13/01/2006
1670	002.2006.000851-0	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Jusair Antônio Gera	16/01/2006
1671	002.2006.000836-7	Execução de título extrajudicial	Iracema Kazuco Saito ME	Oscar Faichi Gregório	16/01/2006
1672	002.2006.000844-8	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Robson Alves Medeiros	16/01/2006
1673	002.2006.000845-6	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Claudemir Alves de Assis	16/01/2006
1674	002.2006.000842-1	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Carlos Henrique Pereira dos Santos	16/01/2006
1675	002.2006.000852-9	Execução de Título Extrajudicial	Juliano Bernardes da Silva – ME	Norte Sul Industria e Comercio Importação e Exportação	16/01/2006
1676	002.2006.000843-0	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Ismael Pereira Rodrigues	16/01/2006
1677	002.06.000850-2	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	Monica Conceição Francisco	16/01/2006
1678	002.2006.000849-9	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Natanael Gerônimo de Souza	16/01/2006
1679	002.2006.000853-7	Execução de Título Extrajudicial	Jiuliano Bernardes da Silva- ME	Emerson Gregorio	16/01/2006
1680	002.2006.000847-2	Execução de título extrajudicial	A M Kuhm Teixeira Comércio	Maria Aparecida Moreira da Silva	16/01/2006
1681	002.06.000846-4	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	Girlane Patricia de Souza	16/01/2006
1682	002.06.000848-0	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	Tatiane Cardoso da Costa	16/01/2006
1683	002.06.000349-7	Cobrança	Joice Rocha de Oliveira Medeiros	Ana Lucia Ferreirz de Menezes	18/01/2006
1684	002.2006.000348-9	Execução de título extrajudicial	Cláudio Silva Correia	José Maritn da Silva	18/01/2006
1685	002.06.000351-9	Execução de Título Extrajudicial	Joice Rocha de Oliveira Medeiros	Neilza Rodrigues de Jesus	18/01/2006
1686	002.2006.000973-8	Cobrança (rito sumário)	Carlos Roberto da Silva	Ocimar Inácio da Silva	19/01/2006
1687	002.06.000966-5	Indenização	José Tadeu Rodrigues da Silva	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1688	002.2006.000970-3	Indenizatória	Valdeni Lucas	Centráis Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1689	002.2006.000964-9	Indenização	Tereza Caliman Gnann Pavan	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	19/01/2006
1690	002.2006.000960-6	Indenização	Marlene Soares Moraes	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	19/01/2006
1691	002.06.000971-1	Indenização	Valdemir Lucas	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006

1692	002.06.000965-7	Indenização	Inácio José Krevicz	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1693	002.06.000955-0	Indenização	Clarice dos Santos Custódio e Outros	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1694	002.2008.000957-6	Indenizatória	Carlos Emerson Elias Leite	Centráis Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1695	002.2006.000969-0	Indenização	Alex Lamburguini Moreira	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	19/01/2006
1696	002.06.000968-1	Indenização	Valmir da Silva Correia	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1697	002.06.000963-0	Indenização	João de Lima	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1698	002.06.000959-2	Indenização	Lucinéia Bergantin	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1699	002.06.000967-3	Indenização	João Paulo da Fonseca	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1700	002.2006.000958-4	Indenização	Moacir Martins de Souza	Centráis Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1701	002.2006.000961-4	Indenização	Salvador de Jesus Nunes	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	19/01/2006
1702	002.06.000975-4	Cobrança	Sidnei Doná	Ednaldo Maciel de Freitas	19/01/2006
1703	002.06.000956-8	Indenização	Pedro de Lima Rocha	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1704	002.2006.000962-2	Indenizatória	Osana Soares Pinto	Centráis Elétricas de Rondônia S/A	19/01/2006
1705	002.2005.009871-1	Execução de Título Extrajudicial	Itair Martins Dutra	Serra Negra Engenharia Ltda	22/01/2006
1706	002.2006.001093-0	Execução de título extrajudicial	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Henrique Costa Gonçalves	24/01/2006
1707	002.06.001089-2	Indenização	Benjamin Tomé de Oliveira	Brasil Telecon S.A.	24/01/2006
1708	002.2006.001092-2	Cobrança	Jiuliano Bernardes da Silva – ME	Greiciele de Almeida Gomes	24/01/2006
1709	002.2006..001094-9	Execução de Título Extrajudicial	Noeme Gomes Ribeiro – ME	Luciene Ramiro da Silva	24/01/2006
1710	002.06.001090-6	Execução de Título Extrajudicial	Edite Vitor Moreira Bragança	Eliziane Moreira Bragança Severino	24/01/2006
1711	002.2006.001111-2	Indenização	Raquel Ramalho Nascimento	Gzin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomestic	25/01/2006
1712	002.06.001107-4	Reparação de Danos	Fabio Lopes da Silva	Relojoaria Seiko	25/01/2006
1713	002.2006.000355-1	Execução de título extrajudicial	Regina Schuvant Maggi	Maria Antônia Ramos	26/01/2006
1714	002.2006.000352-7	Execução de título extrajudicial	Genivaldo Ribeiro Rosa	Indústria e Comércio Imp.e Exp de Madeiras Cristal	26/01/2006
1715	002.2006.000366-7	Cobrança	Carlos Alberto Tomaz da Silva	Domingos Pinheiro de Souza	26/01/2006
1716	002.2006.000357-8	Execução de título extrajudicial	Cloraci de Oliveira Facco	Cristina Machado de Oliveira	26/01/2006
1717	002.06.001434-0	Indenizatória	Antônio Sousa Mendonça	Centráis Elétricas de Rondônia S/A	26/01/2006
1718	002.06.000368-3	Cobrança	José de Castro Furtado	José Nunes	26/01/2006
1719	002.2006.000358-6	Execução de título extrajudicial	Cloraci de Oliveira Facco	Lucimar da Silva Santos	26/01/2006
1720	002.2006.000362-4	Cobrança (Rito sumário)	João Gomes Dutra	Pedro Henrique Maffini	26/01/2006
1721	002.2006.000364-0	Execução de Título Extrajudicial	Antonio Albuquerque de Moreira	Charles Santos Morais	26/01/2006
1722	002.2006.000361-6	Cobrança (Rito sumário)	Raimundo Medeiros de Melo	Fábio Junior Alves Brito	26/01/2006
1723	002.2006.000356-0	Consignação em pagamento	Édes de Jesus Santana	11 de Julho Materiais para Construção	26/01/2006
1724	002.2006.000360-8	Execução de título extrajudicial	Idalina Ribeiro Martins	Nadir da Aparecida Duarte	26/01/2006
1725	002.2006.001436-7	Execução de título extrajudicial	Mary Papelaria Ltda ME	O J de Oliveira Madeiras Me	26/01/2006
1726	002.06.000367-5	Cominatória	Alfredo Jesus de Souza	Francisco de Olivera Silva	26/01/2006
1727	002.2006.000353-5	Cobrança (Rito sumário)	José Fidelis da Silva	Jeferson Mendes de Souza	26/01/2006
1728	002.2006.000365-9	Execução de título extrajudicial	Everson Luiz de Mello	Israel Alves dos Santos	26/01/2006
1729	002.2006.000363-2	Cobrança (Rito sumário)	Wallas Alves Neves	Welerson Cleito Figueira	26/01/2006
1730	002.2006.000354-3	Cobrança (Rito sumário)	Regina Schuvant Maggi	Maria Antonia Ramos	26/01/2006
1731	002.2006.000375-6	Execução de título extrajudicial	Ana Lúcia Coelho do Prado Nascimento	Donizete Neto Silva	31/01/2006
1732	002.2006.000374-8	Cobrança (rito sumário)	Doraci Evangelista Silveira	Valmir Barbosa Bento	31/01/2006
1733	002.2006.000376-4	Cobrança (rito sumário)	Doraci Evangelista Silveira	Inter-Cell	31/01/2006
1734	002.2006.001540-1	Cobrança (Rito sumário)	José Ricardo Neto	José Carlos de Oliveira	31/01/2006
1735	002.2006.000373-0	Cobrança (Rito sumário)	Márcia Suely Sampaio Trevisan	Refrigeradora Ponto Frio	31/01/2006
1736	002.2006.000377-2	Execução de título extrajudicial	Maria Celeste de Lima Arruda	Anderson Lourenço	31/01/2006
1737	002.06.000372-1	Cobrança	José Bermini	BrasIL TELECON	31/01/2006
1738	002.2006.001572-0	Execução de título extrajudicial	Space Importadora de Eletrônicos Ltda	Maria Sônia Santos Damaceno	02/02/2006
1739	002.2006.001574-6	Execução de título extrajudicial	Space Importadora de Eletrônicos Ltda	Roger Ribeiro Damaceno	02/02/2006
1740	002.2006.001579-7	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Leila Lúvia Mainardi	02/02/2006
1741	002.2006.001578-9	Execução de título judicial	Alex Souza de Moraes Sarkis	Astral Factoring Fomento Comercial Ltda	02/02/2006
1742	002.2006.001575-4	Cobrança (rito sumário)	Helena Duarte Monteiro	Mapfre Vera Cruz Seguradora	02/02/2006
1743	002.2006.001576-2	Execução de título Judicial	José de Oliveira Heringer e outro	Amazonauto Importe Ltda	02/02/2006

1744	002.2006.001573-8	Execução de título extrajudicial	Space Importadora de Eletrônicos Ltda	Accieli Patricia da Silva Moreira	02/02/2006
1745	002.2006.001605-0	Execução de título extrajudicial	Hélio Ferreira de Oliveira	Cícero da Silva	10/02/2006
1746	002.2006.001600-9	Execução de Título Extrajudicial	A. M. Kuhn Teixeira Comércio	Elisiel Nunes Pereira	10/02/2006
1747	002.2006.001611-4	Cobrança	Roni dos Santos Machado	Adriano Magno Requena	10/02/2006
1748	002.06.001598-3	Execução de Título Extrajudicial	A M KUNH TEIXEIRA COMERCIO	Ivanilda da Silva	10/02/2006
1749	002.2006.001599-1	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Ricardo do Nascimento	10/02/2006
1750	002.2006.001609-2	Execução de título extrajudicial	Luciane Aparecida Dias Ferreira	José Maria Amorim	10/02/2006
1751	002.2006.001597-5	Execução de Título Extrajudicial	A. M. Kuhn Teixeira Comércio	João Batista Clodovil de Castro	10/02/2006
1752	002.2006.001608-4	Execução de Título Extrajudicial	Hélio Ferreira de Oliveira	Cristina Uliana	10/02/2006
1753	002.06.001706-4	Execução de Título Extrajudicial	Rosangela Paulo	Julia Mendes Soares	10/02/2006
1754	002.2006.001710-2	Indenizatória	Flávio Viola	Banco do Brasil S/A	13/02/2006
1755	002.06.001853-2	Pedido de providência (área cível)	Ilda de Matos e Outros	Raquel	14/02/2006
1756	002.2006.001881-8	Execução de título extrajudicial	Expedito Alves de Oliveira	Lázaro Terêncio Alves	16/02/2006
1757	002.2006.000382-9	Cobrança (Rito sumário)	José Salvador de Faria	Maria Nunes	16/02/2006
1758	002.2006.000378-0	Pedido de providência (área cível)	Zulmira Pereira Lopes	Gilberto Biscola Martins	16/02/2006
1759	002.06.000383-7	Cobrança	Walber Viana de Souza	Jefferson Azevedo	16/02/2006
1760	002.2006.001882-6	Indenizatória	Adonai de Oliveira	Promovel Empreendimentos e Serviços Ltda	16/02/2006
1761	002.2006.001884-2	Execução de Título Extrajudicial	Sizenando Guilherme Rigolon – ME (Território Country)	Aureni Gomes Caitano Benaion Pereira	16/02/2006
1762	002.06.001886-9	Reparação de danos	Adson Luis Rossto Costa	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos Etc-Ariquemes	17/02/2006
1763	002.06.001885-0	Execução de Título Extrajudicial	PAULO HENRIQUE GOMES FRANÇA ME	Vanessa Cavalcante Merline	17/02/2006
1764	002.2006.002082-0	Indenizatória	Sebastião Riscalli	Unicard Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A	23/02/2006
1765	002.2006.002420-6	Execução de Título Extrajudicial	Sizenando Guilherme Rigolon – ME (Território Country)	Aleandro Alves Mendes	24/02/2006
1766	002.2006.002422-2	Execução de título extrajudicial	Paulo Henrique Gomes França – ME	Jorgeth Santos Ferreira	24/02/2006
1767	002.2006.002421-4	Execução de Título Extrajudicial	A. M. Kuhn Teixeira Comércio	Nilza Cardoso de Oliveira	24/02/2006
1768	002.06.002418-4	Cobrança	PauLO GOMES FRANÇA ME	Jesus Cavalcante de Souza	24/02/2006
1769	002.2006.000406-0	Cobrança (Rito sumário)	Tereza Caliman Gnann Pavan	Ivonete Aparecida Bezerra de Assis	27/02/2006
1770	002.2006.000404-3	Execução de título extrajudicial	Edna de Carvalho	Leila Lúvia Mainardi	27/02/2006
1771	002.2006.000403-5	Execução de título extrajudicial	Maria das Graças Melo	Ana Rute M. Da Silva	27/02/2006
1772	002.06.002438-9	Cobrança	Elma Pagliari Flores-ME	Monica Cristina dos Santos Lopes de Souza	27/02/2006
1773	002.2006.000411-6	Execução de título extrajudicial	Ereni da Luz Ribeiro Fernandes	Valdirene Ianes de Assis	27/02/2006
1774	002.06.000399-3	Execução de Título Extrajudicial	Arlindo José de Moura	Claudevan da Silva Gusmao	27/02/2006
1775	002.2006.000405-1	Cobrança	Edna de Carvalho	Leila Lúvia Mainardi	27/02/2006
1776	002.2006.000408-6	Execução de título extrajudicial	Ester Rodrigues Canto	Sérgio Antônio Krammer	27/02/2006
1777	002.2006.002432-0	Execução de título extrajudicial	Cinira Maria da Silva	Marilene Sônia Jardim	27/02/2006
1778	002.2006.000417-5	Restituição de coisa (área cível)	Jerfeson Chagas Pereira da Silva	Gazin Indústria e Comércio de Móveis	27/02/2006
1779	002.2006.002440-0	Execução de título extrajudicial	A M. Kuhn Teixeira Comércio	Kátia de Oliveira	27/02/2006
1780	002.2006.002430-3	Cobrança (Rito sumário)	Cinira Maria da Silva	Adriana Brum	27/02/2006
1781	002.2006.000420-5	Cobrança (Rito sumário)	Sueli da Silva Batista	Andréia Jorge Pereira	27/02/2006
1782	002.2006.000414-0	Pedido de providência (área cível	Patrícia Vilhena Pedroza	Vip Cell Celulares	27/02/2006
1783	002.2006.000415-9	Cobrança (Rito sumário)	Ronaldo Ribeiro Maia	João Derci	27/02/2006
1784	002.2006.000400-0	Cobrança	Francisco Santana dos Santos	Gilberto Merlin	27/02/2006
1785	002.2006.000409-4	Execução de título extrajudicial	Ester Rodrigues Canto	Sérgio Antônio Krammer	27/02/2006
1786	002.2006.002439-7	Execução de Título Extrajudicial	A. M. Kuhn Teixeira Comércio	Iria Verônica Sales Vasconcelos	27/02/2006
1787	002.2006.000394-2	Indenizatória (sumário)	Anderson Pereira Resende	Edna Aparecida de Lima	27/02/2006
1788	002.2006.002442-7	Execução de título extrajudicial	Hospital das Clínicas de Ariquemes ltda	Pedro Renato Geraldo de Souza	02/03/2006
1789	002.2006.002532-6	Execução de título extrajudicial	Ronei Batista Schoaba – Me	Francisco Bielinki	03/03/2006
1790	002.2006.002531-8	Execução de título judicial	Iracema Kazuco Saito Me (auto Elétrica Saito)	Joselito Carvalho da Silva	03/03/2006
1791	002.06.002533-4	Execução de Título Extrajudicial	Ronei Batista Schoaba – ME	Rubens Fernandes Siqueira	03/03/2006
1792	002.2006.002528-8	Cobrança	Lourivaldo Antônio da Silva	Atanásio Marques de Souza Neto e outros	03/03/2006

1793	002.2006.002530-0	Execução de título extrajudicial	Iracema Kazuco Saito Me (auto Elétrica Saito)	Joselito Carvalho da Silva	03/03/2006
1794	002.06.000429-9	Execução de Título Extrajudicial	Luciana Cristina de Castro Turati	Maria Beatriz Dias Borges	06/03/2006
1795	002.2006.00425-6	Cobrança (rito sumário)	Albertino Pacheco	Nadia Ciriaco Lopes	06/03/2006
1796	002.06.000423-0	Execução de Título Extrajudicial	Maria Lopes Machado dos Santos	Eudemir Alves de Faria	06/03/2006
1797	002.2006.000422-1	Execução de título extrajudicial	Neudir de Jesus Pinto Trindade	Irineu Monteiro dos Santos	06/03/2006
1798	002.06.000428-0	Execução de Título Extrajudicial	Luciana Cristina de Castro Turati	Maria Gonçalves Lima	06/03/2006
1799	002.2006.002935-6	Cobrança (rito sumário)	T. B. Da Silva – ME	Timóteo Martins	08/03/2006
1800	002.2006.000436-1	Cobrança (Rito sumário)	Ivone Aparecida de Almeida	Adilson Gomes de Paula	09/03/2006
1801	002.2006.002943-7Pedido de Providência		José Luiz Freitas de Oliveira	Ademir Canedo	09/03/2006
1802	002.2006.002941	Cobrança	Paulo Sérgio Tomé	Sônia Maria de Moraes	09/03/2006
1803	002.2006.000433-7	Execução de título extrajudicial	Anésio de Oliveira Santos	Antônio Luiz Artioli	09/03/2006
1804	002.2006.000435-3	Cobrança (Rito sumário)	Julielen Pastorello	Brasil Comércio de Informática e Celulares Ltda	09/03/2006
1805	002.2006.002948-8	Cobrança	Marilei Dias Machado	Empresa Brasil Invest	10/03/2006
1806	002.2006.003012-5	Indenizatória (sumário)	Roberto Carlos Batista Gurgel do Amaral	Brasil Telecom S.A.	10/03/2006
1807	002.2006.003059-1	Cobrança (rito sumário)	Antônio Valdir Batista	Dalva Batista	13/03/2006
1808	002.2006.003057-5	Cobrança (rito sumário)	L. Rigolon (Bella Vest)	Márcio Roberto de Castro	13/03/2006
1809	002.2006.003058-3	Execução de Título Extrajudicial	Sizenando Guilherme Rigolon – ME (Território Country)	Horácio Lara Matos	13/03/2006
1810	002.06.000444-2	Cobrança	EVA ILDA BENTO	Vânia	15/03/2006
1811	002.2006.000446-9	Execução de Título Extrajudicial	Dauri Maximiniano	Juciê Alves de Oliveira	15/03/2006
1812	002.06.000445-0	Cobrança	Jaime Anacleto da Silva	Idalina Ribeiro Martins	15/03/2006
1813	002.2006.003375-2	Execução de título extrajudicial	Sr Silva Confecções e Instrumentos	Neuza Padilha de Lima	15/03/2006
1814	002.2006.003372-8	Cobrança (rito sumário)	Sr Silva Confecções e Instrumentos	Rosely Lima Gomes	15/03/2006
1815	002.2006.000442-6	Restituição de coisa (área cível)	Evandro Xavier de Jesus	Eletro J M Ltda	15/03/2006
1816	002.2006.000440-0	Cobrança (Rito sumário)	Valdeci Marques de Oliveira	Antônio Del Rigo	15/03/2006
1817	002.2006.000441-8	Indenizatória (sumário)	Elizeu Martins de Souza	Centráis Elétricas de Rondônia S/A	15/03/2006
1818	002.2006.003371-0	Cobrança	Sr Silva Confecções e Instrumentos	Maria José de Lima	15/03/2006
1819	002.2006.003236-5	Cominatória	Eliana de Souza Bispo	Roges Brum e outros	16/03/2006
1820	002.2006.003238-1	Restituição de coisa (área cível)	João Tavares Batista de Oliveira	Luiz Carlos Garcia	17/03/2006
1821	002.2006.003811-8	Cobrança (Rito sumário)	Odemira de Cruz Gomes	Pierre Henrique Barbosa	17/03/2006
1822	002.2006.003815-0	Rescisão de contrato	Anderson de Araújo	Import Express Comercial e Importadora Ltda	17/03/2006
1823	002.2006.003234-9	Cobrança (Rito sumário)	Daniel Alves Porto	Ivani Roberto Cordeiro Machado	17/03/2006
1824	002.2006.003237-3	Cobrança (Rito sumário)	José Batista de Oliveira Filho	Juvenal Sirqueira	17/03/2006
1825	002.2006.003807-0	Cobrança (rito sumário)	Volmir Pedroti	Teleron Celular S/A	17/03/2006
1826	002.2006.004364-2	Execução de título extrajudicial	Daniela Santana Amorim	Jarbas Carvalho Garcia	20/03/2006
1827	002.2006.004449-5	Indenizatória (sumário)	Ivanor Luiz dos Santos	Madalena Lopes Ferreira Gera	20/03/2006
1828	002.2006.004658-7	Indenizatória (sumário)	Gilson Rodrigues da Silva	Paulo Pereira Campos	22/03/2006
1829	002.2006.003246-2	Cobrança (rito sumário)	Cival Josino de Oliveira	Sirley Francisca Cayres	22/03/2006
1830	002.06.003245-4	Cobrança	Rui Pereira Donato	Maria Pereira da Silva	22/03/2006
1831	002.06.004748-6	Execução de Título Extrajudicial	Porto Bello Acessórios LTDA	Francineire Saraiva Mendes	23/03/2006
1832	002.2006.004747-8	Execução de Título Extrajudicial	Porto Bello Acessórios Ltda	Joeli Santos da Silva	23/03/2006
1833	002.2006.004742-7	Execução de título extrajudicial	Porto Bello Acessórios	Marineide Borges Santos	23/03/2006
1834	002.2006.004752-4	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Marinez Nunes Sena	23/03/2006
1835	002.06.004746-0	Execução de Título Extrajudicial	Porto Bello Acessórios LTDA	Joelia Santos da Silva	23/03/2006
1836	002.2006.004744-3	Execução de título extrajudicial	Porto Bello Acessórios	Débora Ferreira	23/03/2006
1837	002.2006.004743-5	Execução de título extrajudicial	Porto Bello Acessórios Ltda	Dionésia Borges dos Santos	23/03/2006
1838	002.2006.004757-5	Execução de título extrajudicial	Confecções Dois Irmãos	Catia Lezio Mota dos Santos	24/03/2006
1839	002.206.003258-6	Cobrança	Edinéia Perez	Maria Elizabet	26/03/2006
1840	002.2006.005095-9	Declaratória	Heloisa Novaes de Oliveira	Teleron Celular S/A	28/03/2006
1841	002.2006.003251-9	Execução de Título Extrajudicial	Maria Sônia dos Santos	Zenilda Lopes de Souza	28/03/2006
1842	002.2006.003257-8	Restituição de coisa (área cível)	Erineide Bispo Bezerra	Brasil Telecom S.A.	28/03/2006
1843	002.2006.003252-7	Execução de Título Extrajudicial	Maria Sônia dos Santos	Carin Carlini	28/03/2006
1844	002.2006.003249-7	rescisão de contrato	Claudete Rosa da Silva Viana	Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda	28/03/2006
1845	002.2006.003250-0	Execução de Título Extrajudicial	Maria Sônia dos Santos	Adriana dos Santos Gomes	28/03/2006

1846	002.2006.005087-8	Execução de título judicial	Nelson Barbosa	Geraldo Antônio Gonçalves	28/03/2006
1847	002.2006.005096-7	Execução de Título Extrajudicial	João Plenz da Luz	Paulo Molina de Souza	28/03/2006
1848	002.2006.005097-5	Execução de Título Extrajudicial	Emilio Oliveira Gonçalves	Marcilho Gomes Patriarcha	29/03/2006
1849	002.2006.005098-3	Execução de Título Extrajudicial	Emilio Oliveira Gonçalves	José Chicorski e outros	29/03/2006
1850	002.2006.003259-4	Execução de Título Extrajudicial	Maria das Graças de Melo	Soraia Monteiro Carvalho	29/03/2006
1851	002.2006.005143-2	Cominatória	Franklin Vieiria dos Santos	Sul América Seguros S/A	30/03/2006
1852	002.2006.005674-4	Homologação de acordo (genérico)	Quitéria Soares da Silva	Eudemir Alves de Faria	31/03/2006
1853	002.2006.006544-1	Indenizatória (sumário)	Salvador Farias Lima	José Mendes dos Reis	04/04/2006
1854	002.2006.006545-0	Execução de título extrajudicial	Elma Pagliari Flores – ME	Sueli Luiz de Oliveira Santos	04/04/2006
1855	002.06.006660-0	Cobrança	Edna Maria da Silva Daltiba	Credilene Carvalho Gotara	05/04/2006
1856	002.2006.006723-1	Indenizatória	Anita Magdelaine Perez Belém	Claro Centro Oeste S/A	07/04/2006
1857	002.2006.006845-9	Reparação de danos	Marlene de Souza Bezerra	Banco do Brasil S/A	10/04/2006
1858	002.2006.003264-0	Execução de Título Extrajudicial	Lucimara Fiala Roberto Benevides	Jemima Barbosa Silva Martins	11/04/2006
1859	002.2006.003266-7	Execução de título extrajudicial	Suely Raimundo da Silva	Juscinéia de Oliveira	11/04/2006
1860	002.2006.003265-9	Execução de Título Extrajudicial	Alciones da Siva Mendes	Ednéia Ribeiro Caju	11/04/2006
1861	002.06.003282-9	Cobrança	Santo Cordeiro Da Silva	Vanilso de Assis Gerônimo	11/04/2006
1862	002.2006.006874-2	Execução de título extrajudicial	Ademir Canedo	José Luis Freitas de Oliveira	12/04/2006
1863	002.2006.006873-4	Restituição de Coisa	Paulo Roberto Andrade de Alcântara	Brasil Telecom S/A	12/04/2006
1864	002.2006.006871-8	Restituição de coisa (área cível)	Jetor Monteiro	Eletro J M Ltda	12/04/2006
1865	002.2006.006872-6	Cobrança (Rito sumário)	Joaquim Ferreira de Souza	Arlindo Alves de Souza	12/04/2006
1866	002.2006.003273-0	Cobrança (rito sumário)	Maria Avelina Passos e outros	Eletrônica Laengel Ltda	17/04/2006
1867	002.2006.007026-7	Execução de título extrajudicial	Sizenando Guilherme Rigolon – ME (Território Count	Adelson Lopes Martins	17/04/2006
1868	002.2006.007022-4	Declaratória	Rodrigo Peterle	Brasil Telecom S.A.	17/04/2006
1869	002.2006.003276-4	Restituição de Coisa	Douglas Ribeiro Neves	Eletrônica Astec e outros	17/04/2006
1870	002.2006.007018-6	Execução de título extrajudicial	Seginon Alves de Souza	Anisio Couy	17/04/2006
1871	002.2006.007019-4	Cobrança (rito sumário)	Joseni Araújo de Lima	Carlos dos Reis da Silva	17/04/2006
1872	002.2006.003274-8	Cobrança	Eulinda Fernanda Quintino Ferreira	Juliane Silveira da Silva Araújo Moreira	17/04/2006
1873	002.2006.007027-5	Execução de título extrajudicial	Ivanete Siqueira Olimpio	Jovenal Rodrigues de Jesus	17/04/2006
1874	002.2006.003280-2	Cobrança (Rito sumário)	Ednaldo Batista de Rodrigues	Adenir Batista Rodrigues	18/04/2006
1875	002.2006.003278-0	Execução de título extrajudicial	Izabel Kokogiski Ferreira	A. M. Ribeiro Ltda	18/04/2006
1876	002.2006.007031-3	Declaratória	Severino José Peterle Filho	Brasil Telecom S.A.	18/04/2006
1877	002.200.003283-7	Cobrança (rito sumário)	Cristõvão Pedro Santos Ferreira	Nilsinho Alves Soares	18/04/2006
1878	002.2006.007028-3	Declaratória	Luciene Peterle	Brasil Telecom S.A.	18/04/2006
1879	002.2006.003279-9	Cobrança (rito sumário)	Izabel Kokogiski Ferreira e outros	A M Ribeira Ltda e outros	18/04/2006
1880	002.20086.007029-1	Execução de título Judicial	Marcelo Antônio Geron Ghellere	Prata de Minas Ind.e Com. De prod. Alimentícios	18/04/2006
1881	002.2006.007166-2	Reparação de danos	Ana Paula Sales de Carvalho e outros	M.A.G. Ferreira Confecções – Elen modas	20/04/2006
1882	002.2006.003293-4	Cobrança (Rito sumário)	Márcia Suely Sampaio Trevisan	Refrigeradora Ponto Frio	26/04/2006
1883	002.2006.003300-0	Cobrança (rito sumário)	Cleusa Loubaka	Clebson Santos Moraes	26/04/2006
1884	002.2006.003294-2	Cobrança (rito sumário)	Pedro Valdinei de Lima	Jussara Beatriz Uzai de Morais	26/04/2006
1885	002.2006.007213-8	Execução de título extrajudicial	M.A.G.Ferreira Confecções – Elen Modas	Fátima Maria Leão	26/04/2006
1886	002.2006.007208-1	Execução de Título Extrajudicial	New Ar Comercio e Representações-ME	Darcionilson Ferrari	26/04/2006
1887	002.2006.003303-5	Cobrança (rito sumário)	Erci Vogt	Cleuza Dávila	26/04/2006
1888	002.2006.003305-1	Rescisão de contrato	Maria Lita Teixeira	Leoni Cozzer	28/04/2006
1889	002.2006.003310-8	Indenizatória (sumário)	Cival Josino de Oliveira	Carlos Ivonei de Araújo	28/04/2006
1890	002.06.003311-6	Cominatória	Evandro Félix do Nascimento	Antonio Gonçalves	28/04/2006
1891	002.2006.007230-8	Indenizatória (sumário)	Luciana Matos da Silva	W. S. Distribuidora	02/05/2006
1892	002.2006.003323-0	Cominatória	Édio Faria dos Santos	Educa Educação continuada Ltda e outros	04/05/2006
1893	002.2006.003320-5	Cominatória	Matilde Ramilho	Educa Educação continuada Ltda e outros	04/05/2006
1894	002.06.003317-5	Cobrança	Edmar Prato Moreira	Raimunda Lima Silva	04/05/2006

1895	002.2006.007524-2	Execução de título extrajudicial	Eurides Miranda Barreto	Sandro José Feitosa Gomes	04/05/2006
1896	002.2006.003322-1	Cominatória	Valmir Rodrigues da Silva	Educa Educação continuada Ltda e outros	04/05/2006
1897	002.2006.003326-4	Cominatória	Cornélio Siuta	Brasil Telecom S.A.	04/05/2006
1898	002.2006.003321-3	Cominatória	Luíza de Souca Gaia	Educa Educação continuada Ltda e outros	04/05/2006
1899	002.2006.003319-1	Cominatória	Elci Tavares de Faria Fernandes	Educa Educação continuada Ltda e outros	04/05/2006
1900	002.2006.003327-2	Cominatória	Hermes Gimenes	Brasil Telecom S.A	04/05/2006
1901	002.2006.003329-9	Cominatória	João Pacheco Castro	Eletro J M Ltda – Novalar Avenida	05/05/2006
1902	002.2006.007647-8	Cobrança (rito sumário)	Jorge Souza Rodrigues	Simião de Tal	10/05/2006
1903	002.06.003333-7	Cobrança	Rithyelle de Medeiros Bissi	Consórcio Nacional G.M.S/A	10/05/2006
1904	002.2006.007648-6	Cominatória	Gracilene Maria de Souza Zimmer	Marli Aparecida Lopes	10/05/2006
1905	002.2006.007651-6	Cobrança (Rito sumário)	Orlando Carvalho do Prado	Valdete Dias Pinheiro	10/05/2006
1906	002.2006.007654-0	Cobrança (rito sumário)	Adelson José de Sousa	Raimundo Fernandes Ferreira	12/05/2006
1907	002.2006.008115-3	Execução de título judicial	José Assis dos Santos	Volkswagen Serviços S.A.	17/05/2006
1908	002.2006.007660-5	Execução de título extrajudicial	Francismar Gomes Moreno	Ana Paula	17/05/2006
1909	002.2006.007663-0	Cobrança (Rito sumário)	Umberto da Silva	Juares Reis e outros	17/05/2006
1910	002.2006.008118-8	Execução de título Judicial	Alfredo José Cassemiro	Eunice Nunes Fernandes	17/05/2006
1911	002.2006.008030-0	Execução de título judicial	Nelson Barbosa	Eduardo Soares de Oliveira	18/05/2006
1912	002.2006.008032-7	Execução de título judicial	Nelson Barbosa	Associação Brasileira de Auxílio dos Servidores Púb	18/05/2006
1913	002.2006.007670-2	Cominatória	Marli Raymundo de Abreu	Educa Educação continuada Ltda e outros	24/05/2006
1914	002.2006.007673-7	Cominatória	Valentina Alves Fuhrmann	Educa Educação continuada Ltda e outros	24/05/2006
1915	002.2006.007674-5	Cominatória	Aparecida Cléia R. Araújo	Educa Educação continuada Ltda e outros	24/05/2006
1916	002.2006.007672-9	Cominatória	Vera Lúcia dos Santos	Educa Educação continuada Ltda e outros	24/05/2006
1917	002.2006.007671-0	Cominatória	Maria de Fátima Rodrigues Simione	Educa Educação continuada Ltda e outros	24/05/2006
1918	002.06.007675-3	Cominatória	Neuza Zavaglia	Gazin Industria e Comercio de Moveis e Eletrodomesticos LTDA	24/05/2006
1919	002.2006.007686-9	Cominatória	Márcia Elisabete Pelizaro Gonçalves	Brasil Comércio de Informática e Celulares	25/05/2006
1920	002.2006.007690-7	Cominatória	Evando Santos da Costa	Eletro J M Ltda – Novalar Avenida	25/05/2006
1921	002.2006.007685-0	Indenizatória (sumário)	Manoel Barroso da Costa	Banco do Brasil de Monte Negro	25/05/2006
1922	002.2006.007692-3	Execução de título extrajudicial	Telma Elias Santos	Jádina Souza dos Santos	30/05/2006
1923	002.2006.008417-9	Cobrança (Rito sumário)	Ariquemes Turismo e Viagens Ltda	Credicard S.A. Adminstradora de Cartões de Crédito	30/05/2006
1924	002.2006.007691-5	Cobrança (rito sumário)	Vicente Cardoso da Silva	Flávio Sales de Carvalho	30/05/2006
1925	002.06.007694-0	Cominatória	Margarete Nunes de Alencar	Brasphone Celulares e Acessorios LTDA-ME	30/05/2006
1926	002.2006.008730-5	Execução de título extrajudicial	Célio Pereira da Silva	Sandra Ferreira	07/06/2006
1927	002.2006.007714-8	Execução de título extrajudicial	Luiz Carlos Gomes da Silva	Edivaldo Batista de Santana	09/06/2006
1928	002.2006.009339-9	Rescisão de contrato	José Vitório dos Santos	Darcy Pinto Rangel	21/06/2006
1929	002.2006.009082-9	Pedido de providência (área cível	Márcia Elisabete Pelizaro Gonçalves	Siemens ltda	29/06/2006
1930	002.2006.009718-1	Indenizatória	Roberto Braz Pereira Gomes	Centráis Elétricas de Rondônia S/A	03/07/2006
1931	002.05.002444-4	Execução de título extrajudicial	Loreni Aparecida Turmina Alvarenga	Neusa Ivanir Backer	05/04/2005

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)
Proc.: 0013290-10.2011.8.22.0002
Ação:Autorização judicial
Requerente:Paulo Gabriel Magalhães Schaeffer Dias
Advogado:Rafael Miyajima Defensor Público . (0)
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da
Comarca de Ariquemes-RO.
Juiz de Dtº: Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini.
Escrivã Judicial: Constância Verônica Mazzonetto
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
Finalidade: CITAÇÃO DE PAULO ROBERTO SCHAEFFER DIAS, brasileiro, filho de Signo Firmino Dias e Maria Schaeffer Dias, atualmente estando em lugar incerto e não sabido.
Finalidade: Contestar, no prazo mencionado a seguir, a Ação identificada. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelos réus, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias.
Ariquemes - RO, 28 de dezembro de 2011.
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO
Juíza Substituta
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606
Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
2ª Vâra Cível, Infância e Juventude da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Juiz de Direito Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini
e-mail: danilo@tjro.jus.br
Escrivã Judicial: Constância Verônica Mazzonetto
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0004327-13.2011.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri. (RO 398/B)
Executado:Anjos e Azevedo Ltda Supermercado Santo Amaro, Aparecida de Jesus dos Anjos, Ana Paula Chacon Azevedo
Advogado:Advogado Não Informado
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da Comarca de Ariquemes-RO.
Juiz de Dtº: Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini
Escrivã Judicial: Constância Verônica Mazzonetto
e-mail aqscivel2a@tj.ro.gov.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
Finalidade: Proceder a INTIMAÇÃO de ANJOS & AZEVEDO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.058.115/0001-49, na pessoa de seu representante legal, localizada em lugar incerto e não sabido, da PENHORA DE VALORES efetuada na conta corrente do executado nos presentes autos, a saber: R$ 1.355,68 (hum trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), ID: 072011000010773205, na Caixa Econômica Federal, agência de Ariquemes - RO.
Podendo opor embargos no prazo de 30 (trinta) dias, após seguro o juízo, ficando, desde logo, intimado da constrição do bem supra.
Ariquemes - RO, 28 de dezembro de 2011.
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO
Juíza Substituta
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606
Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0013839-20.2011.8.22.0002
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:P. T. da S.
Advogado:Lilian Maria Sulzbacher. (OAB/RO 3225)
Requerido:M. M. S. da S.
Advogado:Advogado Não Informado
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da
Comarca de Ariquemes-RO.
Juiz de Dtº: Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini
Escrivã Judicial: Constância Verônica Mazzonetto
E-mail: aqscivel2a@tj.ro.gov.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: MARIA MADALENA SÁ DA SILVA, brasileira, nascida em Setenta/ Est. De RO, aos 23/04/1963, filha de Ladislau Portela de Sá e Raimunda Vieira de Almeida, residente e domiciliada em lugar incerto e não sabido.
Finalidade: Contestar, no prazo mencionado a seguir, a Ação identificada. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias. O prazo de contestação será contado a partir do término do prazo do edital.
Ariquemes - RO, 28 de dezembro de 2011.
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO
Juíza Substituta
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606
Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0007230-21.2011.8.22.0002
Ação:Monitória
Requerente:Pinheiro e Trindade Ltda - Casas Coimbra
Advogado:Edamari de Souza (RO 4616)
Requerido:Valeriane Gomes Nery
Advogado:Advogado Não Informado
Finalidade:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0009186-72.2011.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Theodorico Gomes Portela Nejo (11499)
Executado:Eberson Alves Moreira
Advogado:Advogado Não Informado
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet
Juiz de Dtº: Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini
Escrivã Judicial: Constância Verônica Mazzonetto
e-mail: aqs2civel@tj.ro.gov.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
Ação de Execução Fiscal
Finalidade: CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a(s) respectiva(s) dívida(s) acrescida(s) de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, oferecer(em), querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados, bens suficientes que garantam a dívida.
CITAÇÃO DE: EBERSON ALVES MOREIRA, brasileiro, inscrito no CPF nº 784.595.402-00, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido.
Valor R$ 46.436,54 (quarenta e seis mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)
Natureza da dívida: Tributária
Ariquemes - RO, 28 de dezembro de 2011.
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO
Juíza Substituta
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606
Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0002983-94.2011.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri. (RO 398/B)
Executado:Frigorífico Fernandes S/a, Matusalem Gonçalves Fernandes, Kiriaki Kofopoulos Fernandes, Banco da Amazônia S/a Ariquemes, Frigorifico Rio Jamary Ltda
Advogado:Advogado Não Informado
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet
Juiz de Dtº: Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini
Escrivã Judicial: Constância Verônica Mazzonetto
e-mail: aqscivel2a@tj.ro.gov.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
Ação de Execução Fiscal
Finalidade: CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a(s) respectiva(s) dívida(s) acrescida(s) de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, oferecer(em), querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados, bens suficientes que garantam a dívida.
CITAÇÃO DE: FRIGORÍFICO RIO JAMARY LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.779.009/0001-64; FRIGORÍFICO FERNANDES S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 84.578.012/0002-79, e seus representantes legais MATUSALEM GONÇALVES FERNANDES, brasileiro, inscrito no CPF nº 039.614.978-26 e KIRIAKI KOFOPOULUS FERNANDES, brasileiro, inscrito no CPF nº 345.294.622-34, todos em lugar incerto e não sabido.
Valor R$ 201.916,70 (duzentos e um mil novecentos e dezesseis reais e setenta centavos)
Natureza da dívida: Dívida Ativa
Data Insc./Reg.
Certidão de n. 20080200012998
Ariquemes - RO, 28 de dezembro de 2011.
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO
Juíza Substituta
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606
Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0130356-79.2009.8.22.0002
Leilão:
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Ariquemes/RO
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) a LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) EXECUTADO(S) PALITO MOTOPEÇAS LTDA., JOSÉ JOAIBSON MORTENE e VALDEMIR MARTINS DE OLIVEIRA, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 25 de janeiro de 2012 às 08:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
SEGUNDO LEILÃO: dia 06 de fevereiro de 2012 às 08:00 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto o preço vil (inferior a 60% do valor da avaliação).
LOCAL: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto (Tribunal do Júri), Avenida Tancredo Neves, nº 2.606, Ariquemes/RO.
PROCESSO: Autos n° 0130356-79.2009.8.22.0002 de EXECUÇÃO FISCAL, em que é(são) Exequente(s) FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.
BEM(NS): 01) 01 (uma) Tampa de motor lateral para CG-125, original, avaliada em R$ 76,00 (setenta e seis reais); 02) 01 (um) Escape de XIS-125, original, avaliado em R$ 410, 00 (quatrocentos e dez reais); 03) 01 (um) Cabeçote de Titan 125, original, avaliado em R$ 247,00 (duzentos e quarenta e sete reais); 04) 01 (uma) Mesa para guidão inferior da Titan 125, original, avaliada em R$ 83,17 (oitenta e três reais e dezessete centavos); 05) 02 (dois) Cilindros externos bengala para XL 125, original, avaliados em R$ 450,00 (quatrocentos e cinqüenta reais); 06) 01 (uma) Tampa para pinhão da XL-125, original, avaliada em R$ 80,00 (oitenta reais); 07) 03 (três) Cubos para roda traseira para XL-125, original, avaliados em R$ 930,00 (novecentos e trinta reais); 08) 01 (uma) Carenagem para farol para NX-200, original, avaliada em R$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais); 09) 09 (nove) Protetores de escape para XLS, original, avaliados em R$ 432,00 (quatrocentos e trinta e dois centavos); 10) 01 (uma) Tampa de pinhão para Titan 2000,

original, avaliada em R$ 78,00 (setenta e oito reais); 11) 01 (um) Tanque de combustível para NCX-250, original, avaliado em R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais); 12) 01 (uma) Tampa para carenagem traseira, original, avaliada em R$ 25,00 (vinte e cinco); 13) 01 (uma) Tampa para motor para Titan 2000KS, original, avaliada em R$ 123,00 (cento e vinte e três reais); 14) 03 (três) Jogos de anéis para motor da YBR, avaliados em R$ 109,50 (cento e nove reais e cinqüenta centavos); 15) 01 (um) Jogo de anel para motor da XT 225 KMP, avaliado em R$ 36,50 (trinta e seis reais e cinqüenta centavos); 16) 04 (quatro) Jogos de anéis para o motor da CBX-150, avaliados em R$ 104,00 (cento e quatro reis); 17) 04 (quatro) Jogos de anéis para o motor da RD-125, avaliados em R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais); 18) 05 (cinco) Jogos de anéis para o motor da RDZ, avaliados em R$ 130,00 (cento e trinta reais); 19) 01 (um) Jogo de anel para o motor da RD-350, avaliado em R$ 65,00 (sessenta e cinco reais); 20) 04 (quatro) Jogos de anéis para o motor da XLX -250, avaliados em R$ 180,00 (cento e oitenta reais); 21) 03 (três) Jogos de anéis para o motor da CB-400, avaliados em 165,00 (cento e sessenta e cinco reais); 22) 01 (um) Par de abas para o tanque da XR-200, avaliado em R$ 115,00 (cento e quinze reais); 23) 02 (duas) Alças para o banco da Titan, avaliados em R$ 90,00 (noventa reais); 24) 04 (quatro) Alças para o banco da YBR, avaliadas em R$ 228,00 (duzentos e vinte e oito reais); 25) 01 (um) Aro para a roda 17x120, avaliado em R$ 65,00 (sessenta e cinco reais); 26) 02 (dois) Aro para farol da CG - 125, avaliados em R$20,00 (vinte reais); 27) 04 (quatro) Bobinas faísca para CB-400, avaliadas em R$ 640,00(seiscentos e quarenta reais); 28) 01 (uma) Biela para XT-225, avaliada em R$ 62,00 (sessenta e dois reais); 29) 01 (uma) Bobina para ignição Agrale, avaliada em R$ 45,00(quarenta e cinco reais); 30) 02 (dois) burrinho de frio dianteiro para DT-180, avaliados em R$ 500,00 (quinhentos reais); 31) 01 (uma) Biela para DT-180, avaliado em R$ 60,00 (sessenta reais); 32) 01 (um) Banco para DT-180, avaliado em R$ 112,00 (cento e doze reais); 33) 03 (três) baterias para DT-180, avaliadas em R$ 105,00 (cento e cinco reais); 34) 02 (dois) Blocos óticos para o farol da Strada, avaliados em R$ 47,00 (quarenta e sete reais); 35) 03 (três) carcaças o painel inferior da YBR, avaliados em R$ 46,50 (quarenta e seis reais); 36) 05 (cinco) carcaças do painel superior da Titan, avaliados em R$ 75,00 (setenta e cinco reais); 37) 04 (quatro) cavaletes laterais da XTZ, avaliados em R$ 84,00 (oitenta e quatro reais); 38) 01 (um) cubo dianteiro para CG – 125, avaliado em R$ 108,00 (cento e oito reais); 39) 01 (um) coletor admissão para XT-600, avaliado em R$ 68,00 (sessenta e oito reais); 40) 01 (uma) carenagem frontal avaliada em R$ 130,00 (cento e trinta reais); 41) 01 (um) cubo para roda dianteira da CG-125, avaliado em R$ 108,00 (cento e oito reais); 42) 01 (uma) cadeira para barco avaliada em 160,00 (cento e sessenta reais); 43) 02 (dois) cavaletes centrais para Titan, avaliados em R$ 84,00 (oitenta e quatro reais); 44) 04 (quatro) câmaras de ar 300x19, avaliadas em R$ 100,00 (cem reais); 45) 02 (dois) chicotes para painel da CB-40, avaliados em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 46) 01 (um) chicote para painel da DT-180 avaliado em 35,00 (trinta e cinco reais); 47) 04 (quatro) carenagens para farol da XLS-125, avaliados em R$ 40,00 (quarenta reais); 48) 01 (um) chicote, instalação comp., para CG, avaliado em R$ 72,00(setenta e dois reais); 49) 01 (um) chicote, instalação comp. XLS- 125, avaliados em R$ 92,00 (noventa e dois reais); 50) 01 (um) contagiro para RDZ -125 avaliado em R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais); 51) 01 (um) cabeçote para DT-180, avaliado em R$ R$ 300,00 (trezentos reais); 52) 01 (uma) chave de luz para Titan, avaliada em R$ 61,00 (sessenta e um reais); 53) 03 (três) carcaças para farol da CG, avaliados em R$ 16,50 (dezesseis reais e cinqüenta centavos); 54) 01 (uma) chave pisca para a XLX-350, avaliada em R$ 88,00 (oitenta e oito reais); 55) 01 (uma) chave de partida para XLX-350, avaliada em R$ 49,00 (quarenta e nove reais); 56) 01 (um) chicote do estafor para ML, avaliado em R$ 32,00 (trinta e dois reais); 57) 01 (uma) chave de luz para TT-125, avaliada em R$ 45,00 (quarenta e cinco reais); 58) Chave de luz para DT-180, avaliada em R$ 58,00 (cinqüenta e oito reais); 59) 01 (uma) capa frontal para tanque de XR-200, avaliado em R$ 15,00 (quinze reais); 60) 01 (uma) carenagem para farol de XLR – 125, avaliada em R$ 75,00 (setenta e cinco reais); 61) 01 (uma) capa de corrente para XLR, avaliada em R$ 29,00 (vinte e nove reais); 62) 01 (uma) câmara de ar 300x2, avaliada em R$ 25,00 (vinte e cinco reais); 63) 02 (duas) Câmara de ar 18x19, avaliada em R$ 50,00 (cinqüenta reais); 64) 01 (uma) câmara de ar 400x18, avaliado em R$ 25,00 (vinte e cinco reais); 65) 01 (um) cilindro de camisas para XLX-250, avaliado em 45,00 (quarenta e cinco reais); 66) 03 (três) cubos da roda traseira para XL – 125, avaliados em R$ 372,00 (trezentos e setenta e dois reais); 67) 01 (um) cavalete central para RX- 125, avaliado em R$ 35,00 (trinta e cinco reais); 68) 01 (um) cavalete central para XR/NX-150, avaliado em R$ 46,00 (quarenta e seis reais); 69) 01 (um) cavalete central para CG-125, avaliado em R$ 40,00 (quarenta reais); 70) 01 (uma) carenagem para farol da NX-200, avaliada em R$ 58,00(cinqüenta e oito reais); 71) 01 (uma) carenagem para farol da C-100, avaliada em R$ 55,00 (cinqüenta e cinco reais); 72) 03 (três) câmeras de ar 21, avaliadas em R$ 75,00 (setenta e cinco reais); 73) 03 (três) carenagens para o garfo da DTZ 2000, avaliadas em R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais); 74) 01 (uma) carenagem para farol da NX-150, avaliada em R$ 75,00 (setenta e cinco reais); 75) 01 (uma) carenagem para farol NX-150, avaliada em R$ 65,00 (sessenta e cinco reais); 76) 04 (quatro) cilindros para a DT-180, avaliados em R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais); 77) 01 (um) cilindro para a YBR, avaliado em R$ 130,00 (cento e trinta reais); 78) 01 (um) cilindro para RDZ, avaliado em R$ 95,00 (noventa e cinco reais); 79) 01 (um) cilindro externo para CG-125, avaliado em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 80) 01 (um) cilindro externo para XL-125, avaliado em R$ 130,00 (cento e trinta reais); 81) 02 (dois) cilindros para XLS-125, avaliados em R$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais); 82) 02 (dois) cilindros dream, avaliados em R$ 244,00 (duzentos e quarenta e quatro reais); 83) 02 (dois) cilindros para XR-200, avaliados em R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais); 84) 06 (seis) cilindros para RX/TT-125, avaliados em R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais); 85) 01 (um) cilindro externo L/D para Biz, avaliado em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 86) 01 (um) cilindro externo L/E para Biz, avaliado em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 87) 02 (dois) cilindros C-100 dream, avaliados em R$ 244,00 (duzentos e quarenta e quatro reais); 88) 02 (duas) câmaras de Ar 18, avaliadas em R$ 50,00 reais; 89) 01 (um) cilindro interno camisa para XL-150, avaliado em R$ 49,00 (quarenta e nove reais); 90) 01 (um) cilindro interno camisa para DT-180, avaliado em R$ 49,00 (quarenta e nove reais); 91) 01 (um) cilindro interno para RX-125, avaliado em R$ 49,00 (quarenta e nove reais);. 92) 01 (uma) chave pisca para RDZ, avaliada em R$ 83,00 (oitenta e três reais); 93) 02 (duas) chave luz para XLS -125, avaliadas em R$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais); 94) 01 (uma) chave de luz para NX-350, avaliado em R$ 83,00 (oitenta

e três reais); 95) 01 (uma) chave de partida para a CB-400, avaliada em R$ 85,00 (oitenta e cinco reais); 96) 01 (uma) chave de buzina para a CB-400, avaliada em R$ 85,00 (oitenta e cinco reais); 97) 02 (duas) chaves de luz para CG, avaliadas em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 98) 01 (um) cavalete lateral para CB-400, avaliado em R$ 30,00 (trinta reais); 99) 01 (um) cavalete lateral para TT-125, avaliado em R$ 20,00 (vinte reais); 100) 01 (um) cavalete lateral para CG, avaliado em R$ 20,00 (vinte reais); 101) 10 (dez) cabos para velocímetro da RX-125, avaliados em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 102) 02 (dois) cabos de freio para RD-135, avaliados em R$ 26,00 (vinte e seis reais); 103) 07 (sete) cabos de embreagem para NX-150, avaliados em R$ 161,00 (cento e sessenta e um reais); 104) 02 (dois) cabos de acelerador para CBX-750, avaliados em R$ 30,00 (trinta reais); 105) 02 (dois) cabos para tacógrafo da CBX-150, avaliados em R$ 52,00 (cinqüenta e dois reais); 106) 01 (um) cabo do acelerador para RD-135, avaliado em R$ 36,00 (trinta e seis reais); 107) 01 (um) cabo do acelerador para a RD-135, avaliado em R$ 15,00 (quinze reais); 108) 03 (três) cabos do acelerador para XLX-350, avaliados em R$ 60,00 (sessenta reais); 109) 02 (dois) cabos do tacógrafo para a CBX-150, avaliados em R$ 30,00 (trinta reais); 110) 01 (um) cabo do afogador para CBX-150, avaliado em 25,00 (vinte e cinco reais); 111) 01 (um) cabo do afogador para CBX – 150 (fania), avaliado em R$ 20,00 (vinte reais); 112) 01 (um) cabo de acelerador completo para RD-125, avaliado em R$ 55,00(cinqüenta e cinco reais); 113) 01 (um) cabo do acelerador para RD-125, avaliado em R$ 23,00(vinte e três reais); 114) 09 (nove) cabos do afogador para XLX-250, avaliados em R$ 207,00 (duzentos e sete reais); 115) 07 (sete) cabos do tacógrafo XL-250, avaliados em R$ 161,00 (cento e sessenta e um reais); 116) 03 (três) cabos tacógrafo Elefantre, avaliados em R$ 60,00 (sessenta reais); 117) 02 (dois) cabos do acelerador para Titan KS, avaliados em R$ 74,00 (setenta e quatro reais); 118) 02 (dois) cabos de embreagem para CBX-200, avaliados em R$ 42,00 (quarenta e dois reais); 119) 01 (um) cabo de velocímetro para NX-350, avaliado em R$ 35,00 (trinta e cinco reais); 120) 03 (três) cabos do velocímetro para XLX – 350, avaliados em 54,00 (cinqüenta e quatro reais); 121) 01 (um) cabo de velocímetro para XLX-250, avaliados em R$ 20,00 (vinte mil reais); 122) 05 (cinco) cabos de embreagem para CB-400, avaliados em R$ 100,00 (cem reais); 123) 12 (doze) cabos de velocímetro para DT-180, avaliados em 180,00 (cento e oitenta reais); 124) 14 (quatorze) capas de banco para XR-200, avaliados em R$ 210,00 (duzentos e dez reais); 125) 02 (duas) capas de banco para NX-200 (aval), avaliadas em R$ 30,00 (trinta reais); 126) 01 (uma) capa de banco para XL-125, avaliada em R$ 15,00 (quinze reais); 127) 01 (uma) capa de banco para Titan, avaliada em R$ 15,00 (quinze reais); 128) 02 (duas) capas de banco para Titan (silcapas), avaliadas em R$ 30,00 (trinta reais); 129) 01 (uma) capa de banco para NX-150, avaliada em R$ 15,00 (quinze reais); 130) 02 (duas) capas de Banco Agrale, avaliadas em R$ 30,00 (trinta reais); 131) 01 (uma) capa de banco para DT -200, avaliado em R$ 15,00 (quinze reais); 132) 04 (quatro) capas de banco para XR-200, avaliadas em R$ 60,00 (sessenta reais); 133) 10 (dez) capas de banco para DT-180, avaliadas em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais); 134) 01 (uma) capa de banco para Titan (piracapas), avaliada em R$ 15,00 (quinze reais); 135) 01 (uma) capa de banco para XL-250, avaliado em R$ 15,00 (quinze reais); 136) 01 (uma) capa de banco para TDR, avaliada em R$ 15,00 (quinze reais); 137) 01 capa de banco RD-350, avaliado em R$ 12,00 (doze reais); 138) 01 (um) disco de freio traseiro para CB-450, avaliado em R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); 139) 02 (dois) discos de freio dianteiro para CB-450, avaliados em R$ 600,00 (seiscentos reais); 140) 01 (um) disco de freio para Turuna, avaliado em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais); 141) 03 (três) descansos laterais para Biz, avaliados em R$ 45,00 (quarenta e cinco reais); 142) 06 (seis) jogos de embreagem para CBX-200, avaliado em R$ 390,00 (trezentos e noventa reais); 143) 01 (um) descanso lateral para XL-125, avaliado em R$ 20,00 (vinte reais); 144) 02 (dois) descansos laterais para CG, avaliados em R$ 30,00 (trinta reais); 145) 18 (dezoito) cordas daelim, avaliadas em R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais); 146) 14 (quatorze) coroas brandy, avaliadas em R$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais); 147) 01 (uma) coroa CG Titan, avaliada em R$ 30,00 (trinta reais); 148) 04 (quatro) coroas Agrale 16,5, avaliadas em R$ 172,00 (cento e setenta e dois reais); 149) 03 (três) coroas Agrale 27,5, avaliadas em R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais); 150) 01 (uma) coroa para CB-750, avaliada em R$ 90,00 (noventa reais); 151) 01 (uma) coroa para CB-400, avaliada em R$ 63,00 (sessenta e três reais); 152) 03 (três) coroas MZ, avaliadas em R$ 105,00 (cento e cinco reais); 153) 02 (duas) coroas Dakar 27.5, avaliadas em R$ 160,00 (cento e sessenta reais); 154) 09 (nove) coroas para Intruder 250, avaliadas em R$675,00(seiscentos e setenta e cinco reais); 155) 05 (cinco) coroas para DT-200, avaliadas em R$375,00(trezentos e setenta e cinco reais) 156) 03 (três) coroas para CG, avaliadas em R$ 90,00 (noventa reais); 157) 04 (quatro) coroas para Riusung 110, avaliadas em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 158) 04 (quatro) coroas Brandy, avaliadas em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 159) 04 (quatro) coroas Moby Monak 442, avaliadas em R$ 120,00(cento e vinte reais); 160) 04 (quatro) coroas Moby Monark 542, avaliadas R$ 140,00 (cento e quarenta reais); 161) 04 (quatro) coroas moby antigas, avaliadas em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 162) 09 (nove) coroas para RD-350, avaliadas em R$ 720,00 (setecentos e vinte reais); 163) 04 (quatro) coroas Agrale Dakar, avaliadas em R$ 320,00 (trezentos e vinte reais); 164) 01 (uma) coroa XLX-350, avaliado em R$ 65,00 (sessenta e cinco reais); 165) 02 (duas) coroas KX Agrale, avaliado em R$ 136,00 (cento e trinta e seis reais); 166) 01 (um) escape para DT – 180, avaliado em R$ 180,00(cento e oitenta reais); 167) 03 (três) escapes para Titan, avaliados em R$300,00 (trezentos reais); 168) 01 (um) escape para CG, avaliado em R$ 60,00 (sessenta reais); 169) 01 (um) escape para XLX-250, avaliado em R$ 170,00 (cento e setenta reais); 170) 03 (três) engrenagens de comando para NX -350, avaliados em R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais); 171) 03 (três) Engrenagens de comando para Titan, avaliados em R$ 90,00 (noventa reais); 172) 01 (um) escape para XLX-350, avaliado em R$ 200,00 (duzentos reais); 173) 01 (um) espelho do freio dianteiro para XLS-125, avaliado em R$ 80,00 (oitenta reais); 174) 01 (um) espelho do freio dianteiro para XT-225, avaliado em R$ 90,00 (noventa reais); 175) 01 (um) escape NX- 200, avaliado em R$ 190,00 (cento e noventa reais); 176) 01 (um) eixo pinhão para DT-180, avaliado em R$ 36,00 (trinta e seis reais); 177) 02 espelhos de freio dianteiro para XL-125, avaliados em R$ 140,00 (cento e quarenta reais); 178) 02 eixos pinhão para CG, avaliados em R$ 90,00 (noventa reais); 179) 04 (quatro) engrenagens comando para CG, avaliadas em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 180) 01 (um) eixo pinhão Titan, avaliado em R$ 50,00 (cinqüenta reais); 181) 06 (seis) Eixos pinhão DT-180 (importado), avaliados em R$ 216,00 (duzentos e dezesseis mil); 182) 01 (um) eixo pinhão

XLX – 250, avaliado em R$ 60,00 (sessenta reais); 183) eixo de marcha para RDZ-125, avaliado em R$ 15,00 (quinze reais); 184) 02 (dois) eixo de balança para Today, avaliado em R$ 56,00 (cinqüenta e seis reais); 185) 06 (seis) eixos de balança para CG com Bucha, avaliados em R$ 132,00 (cento e trinta e dois reais); 186) 01 (um) estrivo dream C-100, avaliado em R$ 40,00 (quarenta reais); 187) 01 (um) farol de Titan, avaliado em R$ 18,00. 188) 01 (um) Flexível freio para XR-200; 189) 01 (um) farol para CG, avaliado em R$ 14,00 (quatorze reais); 190) 01 (um) farol para DRZ-125, avaliado em R$ 28, 00 (vinte e oito reais); 191) 01 (uma) garupeira para DT-180, avaliadas em R$ 90,00 (noventa reais); 192) 02 (dois) guidões para C-100 Dream, avaliados em R$ 110,00 (cento e dez reais); 193) 01 (uma) garupeira para XL-125, avaliada em R$ 45,00 (quarenta e cinco reais); 194) 01 (uma) garupeira para Tornado, avaliada em R$ 45,00 (quarenta e cinco reais); 195) 01 (uma) garupeira para YBR, avaliada em R$ 40,00 (quarenta reais); 196) 01 (uma) garupeira para XTZ, avaliada em R$ 55,00 (cinqüenta e cinco reais); 197) 03 (três) garupeiras para CG, avaliadas em R$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais); 198) 03 (três) garupeiras para CG, avaliadas em R$120,00 (cento e vinte reais); 199) 01 (uma) garupeira Katana, avaliada em R$ 50,00 (cinqüenta reais); 200) 01 (uma) garupeira para CB-400, avaliada em R$ 55,00 (cinqüenta e cinco reais); 201) 01 (uma) garupeira para Titan, avaliada em R$ 48,00 (quarenta e oito reais); 202) 01 (uma) garupeira para XT-225, avaliada em R$ 60,00 (sessenta reais); 203) 17 (dezessete) guias de correntes comando para XLS (importada), avaliadas em R$ 204,00 (duzentos e quatro reais); 204) 01 (um) guidão para CB-400, avaliado em R$ 45,00 (quarenta e cinco reais); 205) 01 (um) interruptor corta corrente, avaliado em R$ 35,00 (trinta e cinco reais); 206) 01 (um) interruptor de luz para CG, avaliado em R$ 35,00 (trinta e cinco reais); 207) 01 (um) pistão para RD-75, avaliadas em R$ 28,00 (vinte e oito reais); 208) 02 (dois) Pistões para XT – 225, avaliado em R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais); 209) 02 (dois) pistões para WX-150, avaliados em R$ 116,00 (cento e dezesseis reais); 210) 01 (um) pistão para CG 125, avaliado em R$ 58,00 (cinqüenta e oito reais); 211) 01 (um) pistão para XLR – 125, avaliado em R$ 45,00 (quarenta e cinco reais); 212) 03 (três) pistões para XLX-250, avaliados em R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais). 213) 04 (quatro) pistões para CB-400, avaliados em R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais); 214) 01 (um) Pistão para CG-125, avaliado em R$ 30,00 (trinta reais); 215) 01 (um) pistão para Titan, avaliado em R$ 35,00 (trinta e cinco reais); 216) 01 (um) Pistão para RD-50 toko, avaliado em R$ 35,00 (trinta e cinco reais); 217) 01 (um) pistão para CG -125 Inago, avaliado em R$ 30,00 (trinta reais); 218) 01 (um) plator de embreagem para DT-180, avaliado em R$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais); 219) 05 (cinco) pastilhas de freio para CBX-750, avaliadas em R$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais); 220) 01 (uma) Pastilha de freio dianteiro para Intruder-250, avaliada em R$ 50,00 (cinqüenta reais); 221) 03 (três) Pedais de freio para NX-150, avaliados em R$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais); 222) 01 (um) pedal de freio para CG, avaliado em R$ 32,00 (trinta e dois reais); 223) 01 (um) pneu Cross 300/21 da marca Pirelli, avaliado em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais); 224) 01 (um) pneu Cross 180x21, avaliado em R$ 230,00 (duzentos e trinta reais); 225) 01 (um) pedal de freio para XLX-250, avaliados em R$ 45,00 (quarenta e cinco reais); 226) 01 (um) Pedal de descanso lateral para Biz, avaliado em R$ 20,00 (vinte reais); 227) 03 (três) Pedais de Marcha para XLX-250, avaliados em R$ 31,50 (trinta e um reais e cinqüenta centavos); 228) 03 (três) patins de freio traseiro, Foster, metálico, avaliados em R$ 84,00 (oitenta e quatro reais); 229) 01 (um) Patim de freio traseiro para Suzuki, avaliado em R$ 30,00 (trinta reais); 230) 01 (um) Pneu 90x19 Melzeler, avaliado em R$ 180,00 (cento e oitenta reais). 231) 02 (dois) Pneus Moby traseiros, avaliados em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 232) 02 (dois) Pneus 90x21 XL Pirelli, avaliados em R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais); 233) 02 (dois) Pneus dianteiros 275x21 para XLS, avaliados em R$ 180,00 (cento e oitenta reais); 234) 01 (um) Pneu traseiro para CB-400, 325x16, avaliado em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais); 235) 01 (uma) pedaleira em aço para Titan, avaliada em R$ 100,00 (cem reais); 236) 02 (duas) pedaleiras dianteiras para XT-225, avaliadas em R$ 52,00 (cinqüenta e dois reais).

AVALIAÇÃO SUPERFICIAL: R$ 30.113,67 (trinta mil, cento e treze reais e sessenta e sete centavos), em 05 de março de 2010.

*Avaliação sujeita a atualização até a data da alienação por índice oficial de apuração da correção monetária.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 28.685,80 (vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), em 30 de novembro de 2.009.

ÔNUS: Nada consta.

OBS: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais).

LEILOEIRA: Elaine da Silva Pinheiro, JUCER nº. 011/2008.

**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação a comissão devida será de 10% sobre o valor dos bens móveis e 6% sobre o valor dos bens imóveis, a ser paga pelo arrematante nos termos do art. 23 § 2º da Lei 6.830/80. Em havendo extinção da dívida por pagamento ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo executado e em caso de adjudicação a comissão devida será 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo adjudicante.

***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

DEPOSITÁRIO: RITA APARECIDA CHAPARINI MORTENE, Rua Rio Negro, nº 3933, Jardim Jorge Teixeira, Ariquemes/RO.

INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) EXECUTADO(A)(S) PALITO MOTOPEÇAS LTDA., na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is), JOSÉ JOAIBSON MORTENE e VALDEMIR MARTINS DE OLIVEIRA, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 687, parágrafo 5º do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 651 do Código de Processo Civil, bem como que poderá(ão) oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Ariquemes, 29 de novembro de 2011.

DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI

Juiz de Direito

Proc.: 0125277-90.2007.8.22.0002
Leilão:
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Ariquemes/RO
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) a LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) EXECUTADO(S) O. PASSARELLI e OTÁVIO PASSARELLI, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 25 de janeiro de 2012 às 08:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
SEGUNDO LEILÃO: dia 06 de fevereiro de 2012 às 08:00 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto o preço vil (inferior a 60% do valor da avaliação).
LOCAL: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto (Tribunal do Júri), Avenida Tancredo Neves, nº 2.606, Ariquemes/RO.
PROCESSO: Autos n° 0125277-90.2007.8.22.0002 de EXECUÇÃO FISCAL, em que é(são) Exequente(s) FAZENDA NACIONAL.
BEM(NS): Lote urbano 08, lado ímpar da Área Especial 02, Setor 02, da sede do Município de Ariquemes/RO, com área de 1.287,50m² (mil, duzentos e oitenta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), com os limites e confrontações seguintes: Frente: Avenida Capitão Sílvio, com 25,00m; Fundos: Lote 07, com 25,00m; Lateral Direita: Lote 06, com 51,50m; Lateral Esquerda: Lote 10, com 51,50m. O imóvel está situado a 75,00m da Travessa América com a Avenida Capitão Sílvio. Benfeitorias: 01) 01 (um) Barracão de alvenaria/estrutura metálica, medindo aproximadamente 700,00m² (setecentos metros quadrados); 02) 01 (um) Escritório de alvenaria, telha de fibrocimento, forro de madeira, medindo aproximadamente 40,00m² (quarenta metros quadrados); 03) Terreno cercado com muro de alvenaria e rua asfaltada. Imóvel matriculado sob nº 4.855 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ariquemes/RO.
AVALIAÇÃO: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), em 31 de março de 2011.
*Avaliação sujeita a atualização até a data da alienação por índice oficial de apuração da correção monetária.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 154.983,00 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e oitenta e três reais), em 08 de julho de 2008.
ÔNUS: Hipoteca em favor do Banco do Brasil S/A.
OBS: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais).
LEILOEIRA: Elaine da Silva Pinheiro, JUCER nº. 011/2008.
**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação a comissão devida será de 10% sobre o valor dos bens móveis e 6% sobre o valor dos bens imóveis, a ser paga pelo arrematante nos termos do art. 23 § 2º da Lei 6.830/80. Em havendo extinção da dívida por pagamento ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo executado e em caso de adjudicação a comissão devida será 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo adjudicante.
***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
DEPOSITÁRIO: OTÁVIO PASSARELLI, Avenida Capitão Sílvio, nº 4.337, Setor das Grandes Áreas, Ariquemes/RO.
PARCELAMENTO: Em caso de arrematação, será admitido ao arrematante o pagamento parcelado do valor correspondente de acordo com o disposto na Portaria PGFN nº. 262, de 11 de junho de 2002, destacando-se que o parcelamento poderá ser feito em, no máximo 60 (sessenta) prestações iguais, mensais e sucessivas, com valor mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) cada uma. O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) EXECUTADO(A)(S) O. PASSARELLI, na pessoa de seu Representante Legal, e OTÁVIO PASSARELLI, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 687, parágrafo 5º do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 651 do Código de Processo Civil, bem como que poderá(ão) oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Ariquemes, 02 de dezembro de 2011.
DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
Juiz de Direito

Proc.: 0061738-82.2009.8.22.0002
Leilão:
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Ariquemes/RO
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) a LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) EXECUTADO(S) EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SAN REMO LTDA., na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 25 de janeiro de 2012 às 08:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
SEGUNDO LEILÃO: dia 06 de fevereiro de 2012 às 08:00 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto o preço vil (inferior a 60% do valor da avaliação).
LOCAL: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto (Tribunal do Júri), Avenida Tancredo Neves, nº 2.606, Ariquemes/RO.
PROCESSO: Autos n° 0061738-82.2009.8.22.0002 de EXECUÇÃO FISCAL, em que é(são) Exequente(s) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO.
BEM(NS): 01 (um) Imóvel urbano, denominado Lote 01, localizado na Rua Safira, esquina com a Rua Ônix (terreno baldio), Quadra 640, Bloco 0, Setor 23, Parque das Gemas, na Cidade de Ariquemes/RO.
AVALIAÇÃO: R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em 13 de setembro de 2010.

*Avaliação sujeita a atualização até a data da alienação por índice oficial de apuração da correção monetária.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 601,22 (seiscentos e um reais e vinte e dois centavos), em 23 de março de 2010.
ÔNUS: Eventuais constantes na matrícula imobiliária.
OBS: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais).
LEILOEIRA: Elaine da Silva Pinheiro, JUCER nº. 011/2008.
**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação a comissão devida será de 10% sobre o valor dos bens móveis e 6% sobre o valor dos bens imóveis, a ser paga pelo arrematante nos termos do art. 23 § 2º da Lei 6.830/80. Em havendo extinção da dívida por pagamento ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo executado e em caso de adjudicação a comissão devida será 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo adjudicante.
***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
DEPOSITÁRIO: COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) EXECUTADO(A)(S) EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SAN REMO LTDA., na pessoa de seu Representante Legal, das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 687, parágrafo 5º do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 651 do Código de Processo Civil, bem como que poderá(ão) oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Ariquemes, 29 de novembro de 2011.
DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
Juiz de Direito

Proc.: 0108881-09.2005.8.22.0002
Leilão:
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Ariquemes/RO
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) a LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) EXECUTADO(S) MARIA DE CASTRO ALVES, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 25 de janeiro de 2012 às 08:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
SEGUNDO LEILÃO: dia 06 de fevereiro de 2012 às 08:00 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto o preço vil (inferior a 60% do valor da avaliação).
LOCAL: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto (Tribunal do Júri), Avenida Tancredo Neves, nº 2.606, Ariquemes/RO.
PROCESSO: Autos n° 0108881-09.2005.8.22.0002 de EXECUÇÃO FISCAL, em que é(são) Exequente(s) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO.
BEM(NS): 01 (um) Imóvel urbano, denominado Lote 14, Quadra 06, Bloco 02, Setor 01, situado na Rua Acácia, n° 1744.
Benfeitorias: 01 (uma) Residência medindo aproximadamente 9,00m x 11,00m, com acabamento, piso em cerâmica, cobertura de telha de barro, asfalto frontal, murada.
AVALIAÇÃO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em 01 de setembro de 2006.
*Avaliação sujeita a atualização até a data da alienação por índice oficial de apuração da correção monetária.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 3.978,50 (três mil, novecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), em 11 de agosto de 2011.
ÔNUS: Eventuais constantes na matrícula imobiliária.
OBS: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais).
LEILOEIRA: Elaine da Silva Pinheiro, JUCER nº. 011/2008.
**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação a comissão devida será de 10% sobre o valor dos bens móveis e 6% sobre o valor dos bens imóveis, a ser paga pelo arrematante nos termos do art. 23 § 2º da Lei 6.830/80. Em havendo extinção da dívida por pagamento ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo executado e em caso de adjudicação a comissão devida será 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo adjudicante.
***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
DEPOSITÁRIO: CLAUDEMIR OLIVEIRA ROCHA, Coordenador de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal, Rua Rio Madeira, n° 3617, Setor Institucional, Ariquemes/RO.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) EXECUTADO(A)(S) MARIA DE CASTRO ALVES, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 687, parágrafo 5º do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 651 do Código de Processo Civil, bem como que poderá(ão) oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Ariquemes, 29 de novembro de 2011.
DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
Juiz de Direito

Proc.: 0007478-21.2010.8.22.0002
Leilão:
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Ariquemes/RO
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) a LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) EXECUTADO(S) SEVERINO FREIRE DE ARAUJO, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 25 de janeiro de 2012 às 08:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.

SEGUNDO LEILÃO: dia 06 de fevereiro de 2012 às 08:00 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto o preço vil (inferior a 60% do valor da avaliação).
LOCAL: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto (Tribunal do Júri), Avenida Tancredo Neves, nº 2.606, Ariquemes/RO.
PROCESSO: Autos n° 0007478-21.2010.8.22.0002 de EXECUÇÃO FISCAL, em que é(são) Exequente(s) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO.
BEM(NS): 01 (um) Imóvel denominado Lote 04, Quadra 10, Bloco 2, situado na Rua Itauba, nº 1816, Setor 01, Ariquemes/RO. Benfeitorias: 01 (uma) Casa de madeira, com cobertura de telha de amianto, murada.
AVALIAÇÃO: R$ 90.000,00 (noventa mil reais), em 22 de setembro de 2010.
*Avaliação sujeita a atualização até a data da alienação por índice oficial de apuração da correção monetária.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 603,64 (seiscentos e três reais e sessenta e quatro centavos), em 17 de outubro de 2011.
ÔNUS: Eventuais constantes na matrícula imobiliária.
OBS: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais).
LEILOEIRA: Elaine da Silva Pinheiro, JUCER nº. 011/2008.
**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação a comissão devida será de 10% sobre o valor dos bens móveis e 6% sobre o valor dos bens imóveis, a ser paga pelo arrematante nos termos do art. 23 § 2º da Lei 6.830/80. Em havendo extinção da dívida por pagamento ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo executado e em caso de adjudicação a comissão devida será 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo adjudicante.
***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
DEPOSITÁRIO: COORDENADOR DE PLANEJAMENTO DE CONTROLE URBANO, Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) EXECUTADO(A)(S) SEVERINO FREIRE DE ARAUJO, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 687, parágrafo 5º do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 651 do Código de Processo Civil, bem como que poderá(ão) oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Ariquemes, 29 de novembro de 2011.
DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
Juiz de Direito

Proc.: 0032310-89.2008.8.22.0002
Leilão:
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Ariquemes/RO

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) a LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) EXECUTADO(S) JUNIOR CÉZAR ROSSI, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 25 de janeiro de 2012 às 08:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
SEGUNDO LEILÃO: dia 06 de fevereiro de 2012 às 08:00 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto o preço vil (inferior a 60% do valor da avaliação).
LOCAL: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto (Tribunal do Júri), Avenida Tancredo Neves, nº 2.606, Ariquemes/RO.
PROCESSO: Autos n° 0032310-89.2008.8.22.0002 de AÇÃO DE COBRANÇA – EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é(são) Exequente(s) ROLIM E MORAIS LTDA - EPP.
BEM(NS): 01 (um) Lote urbano situado na Rua Canário 7ª, nº 942, Lote 1/A, Setor 02, na cidade de Ariquemes/RO, medindo aproximadamente 12,00m x 30,00m. Benfeitoria: 01 (uma) Casa de madeira, parte de alvenaria, cobertura de telha de amianto, piso de cerâmica, forrada e murada.
AVALIAÇÃO: R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), em 03 de maio de 2010.
*Avaliação sujeita a atualização até a data da alienação por índice oficial de apuração da correção monetária.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 14.463,88 (quatorze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos), em 14 de março de 2008.
ÔNUS: Eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.
OBS: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais).
LEILOEIRA: Elaine da Silva Pinheiro, JUCER nº. 011/2008.
**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação a comissão devida será de 10% sobre o valor dos bens móveis e 6% sobre o valor dos bens imóveis, a ser paga pelo arrematante nos termos do art. 23 § 2º da Lei 6.830/80. Em havendo extinção da dívida por pagamento ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo executado e em caso de adjudicação a comissão devida será 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo adjudicante.
***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
DEPOSITÁRIO: JUNIOR CÉZAR ROSSI, Rua Carimbó, nº 3206, Bairro Jorge Teixeira, Ariquemes/RO.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) EXECUTADO(A)(S) JUNIOR CÉZAR ROSSI, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 687, parágrafo 5º do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 651 do Código de Processo Civil, bem como que poderá(ão) oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Ariquemes, 29 de novembro de 2011.
DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
Juiz de Direito

Proc.: 0001065-55.2011.8.22.0002
Leilão:
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Ariquemes/RO
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) a LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) EXECUTADO(S) SALVADOR JOSÉ DOS SANTOS, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 25 de janeiro de 2012 às 08:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
SEGUNDO LEILÃO: dia 06 de fevereiro de 2012 às 08:00 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto o preço vil (inferior a 60% do valor da avaliação).
LOCAL: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto (Tribunal do Júri), Avenida Tancredo Neves, nº 2.606, Ariquemes/RO.
PROCESSO: Autos n° 0001065-55.2011.8.22.0002 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é(são) Exequente(s) RONDOBRÁS AUTO PEÇAS LTDA.
BEM(NS): 01 (um) Motor elétrico, produzido por Motores Búfalo Ind. Comércio Ltda., cor azul, carc. T365T-D-32, nº Z-9035-4, Reg – contínuo, Isol. Classe-B, Volts: 220/380/440/760, CV-75, Fases – 03, RPM-1770, A-60Hz – 188/109, A-50Hz, Cat-B, em bom estado de conservação e em funcionamento.
AVALIAÇÃO: R$ 7.689,60 (sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), em 24 de fevereiro de 2011.
*Avaliação sujeita a atualização até a data da alienação por índice oficial de apuração da correção monetária.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 5.870,26 (cinco mil, oitocentos e setenta reais e vinte e seis centavos), em 24 de janeiro de 2011.
ÔNUS: Nada consta.
OBS: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais).
LEILOEIRA: Elaine da Silva Pinheiro, JUCER nº. 011/2008.
**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação a comissão devida será de 10% sobre o valor dos bens móveis e 6% sobre o valor dos bens imóveis, a ser paga pelo arrematante nos termos do art. 23 § 2º da Lei 6.830/80. Em havendo extinção da dívida por pagamento ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo executado e em caso de adjudicação a comissão devida será 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo adjudicante.
***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
DEPOSITÁRIO: RONDOBRÁS AUTO PEÇAS LTDA., n/p GILCIMAR COELHO RAPOSO, Avenida Canaã, nº. 1616, Setor Industrial, Ariquemes/RO.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) EXECUTADO(A)(S) SALVADOR JOSÉ DOS SANTOS, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 687, parágrafo 5º do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 651 do Código de Processo Civil, bem como que poderá(ão) oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Ariquemes, 29 de novembro de 2011.
DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
Juiz de Direito

Proc.: 0110293-38.2006.8.22.0002
Leilão:
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Ariquemes/RO
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) a LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) EXECUTADO(S) VALDIR MACHADO MIRANDA, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 25 de janeiro de 2012 às 08:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
SEGUNDO LEILÃO: dia 06 de fevereiro de 2012 às 08:00 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto o preço vil (inferior a 60% do valor da avaliação).
LOCAL: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto (Tribunal do Júri), Avenida Tancredo Neves, nº 2.606, Ariquemes/RO.
PROCESSO: Autos n° 0110293-38.2006.8.22.0002 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é(são) Exequente(s) BANCO DA AMAZÔNIA S/A.
BEM(NS): 01 (um) Imóvel rural, denominado Lote 09, da Gleba 06, do Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, situado no Município de Ariquemes/RO, BR-364, aproximadamente 06 km do TB-65 e cerca de 21 km de distância da cidade de Rio Crespo/RO, com a área de 277,9841 ha (duzentos e setenta e sete hectares, noventa e oito ares e quarenta e um centiares), com os limites e confrontações seguintes: Norte: lote 10 da gleba 05, fazendo canto com o lote 08 e 02 da gleba 05, separado por uma estrada vicinal linha C-70; Leste: lote 11 da gleba 06, fazendo canto com o lote 12 da gleba 05, separado por uma estrada vicinal linha C-70 e lote 12 da gleba 06, separado por uma linha C-67/A; Sul: lote 09 da gleba 06, fazendo canto com os lotes 12 e 08 da gleba 06, separado por uma linha C-67/A; Oeste: lote 07 da gleba 06, fazendo canto com o lote 08 da gleba 06, separado por uma linha C-67/A e lote 08 da gleba 06, separado por uma estrada vicinal linha C-70. O imóvel possui rio com nascente, sendo ideal para pastagem, criação de gado e plantio de cultura de grãos. Benfeitorias: 01) 01 (uma) Casa de madeira, em bom estado de conservação; 02) Cercado na frente e nas laterais com arame liso; 03) Metade das terras já mecanizadas; 04) Água corrente e energia elétrica. Cadastrado no Incra sob nº. 001.031.026.794-0 e matriculado sob nº. 6.823 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ariquemes/RO.
AVALIAÇÃO: R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), em 14 de outubro de 2011.
*Avaliação sujeita a atualização até a data da alienação por índice oficial de apuração da correção monetária.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 176.570,31 (cento e setenta e seis mil, quinhentos e setenta reais e trinta e um centavos), em 21 de maio de 2009.

ÔNUS: Hipoteca em favor do Banco da Amazônia S/A; Preservação Florestal em uma área de 50% do imóvel; Servidão Florestal Permanente em uma área de 32,8531 ha; Exploração sob forma de Manejo de Rendimento Sustentado em uma área de 171,8452 há; Penhora nos autos de Cumprimento de Sentença nº. 0128791-80.2009.8.22.0002, em favor de Gilberto Silva Bonfim, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO.
OBS: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais).
LEILOEIRA: Elaine da Silva Pinheiro, JUCER nº. 011/2008.
**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação a comissão devida será de 10% sobre o valor dos bens móveis e 6% sobre o valor dos bens imóveis, a ser paga pelo arrematante nos termos do art. 23 § 2º da Lei 6.830/80. Em havendo extinção da dívida por pagamento ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo executado e em caso de adjudicação a comissão devida será 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo adjudicante.
***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
DEPOSITÁRIO: VALDIR MACHADO MIRANDA, Alameda Recife, nº 2.385, Setor 03, Ariquemes/RO,
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) EXECUTADO(A)(S) VALDIR MACHADO MIRANDA, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 687, parágrafo 5º do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 651 do Código de Processo Civil, bem como que poderá(ão) oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Ariquemes, 29 de novembro de 2011.
DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
Juiz de Direito

Proc.: 0128791-80.2009.8.22.0002
Leilão:
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Ariquemes/RO
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) a LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) EXECUTADO(S) VALDIR MACHADO MIRANDA, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 25 de janeiro de 2012 às 08:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
SEGUNDO LEILÃO: dia 06 de fevereiro de 2012 às 08:00 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto o preço vil (inferior a 60% do valor da avaliação).
LOCAL: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto (Tribunal do Júri), Avenida Tancredo Neves, nº 2.606, Ariquemes/RO.
PROCESSO: Autos n° 0128791-80.2009.8.22.0002 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é(são) Exequente(s) GILBERTO SILVA BONFIM.
BEM(NS): 01 (um) Imóvel rural, denominado Lote 09, da Gleba 06, do Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, situado no Município de Ariquemes/RO, BR-364, aproximadamente 06 km do TB-65 e cerca de 21 km de distância da cidade de Rio Crespo/RO, com a área de 277,9841 ha (duzentos e setenta e sete hectares, noventa e oito ares e quarenta e um centiares), com os limites e confrontações seguintes: Norte: lote 10 da gleba 05, fazendo canto com o lote 08 e 02 da gleba 05, separado por uma estrada vicinal linha C-70; Leste: lote 11 da gleba 06, fazendo canto com o lote 12 da gleba 05, separado por uma estrada vicinal linha C-70 e lote 12 da gleba 06, separado por uma linha C-67/A; Sul: lote 09 da gleba 06, fazendo canto com os lotes 12 e 08 da gleba 06, separado por uma linha C-67/A; Oeste: lote 07 da gleba 06, fazendo canto com o lote 08 da gleba 06, separado por uma linha C-67/A e lote 08 da gleba 06, separado por uma estrada vicinal linha C-70. O imóvel possui rio com nascente, sendo ideal para pastagem, criação de gado e plantio de cultura de grãos. Benfeitorias: 01) 01 (uma) Casa de madeira, em bom estado de conservação; 02) Cercado na frente e nas laterais com arame liso; 03) Metade das terras já mecanizadas; 04) Água corrente e energia elétrica. Cadastrado no Incra sob nº. 001.031.026.794-0 e matriculado sob nº. 6.823 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ariquemes/RO.
AVALIAÇÃO: R$ 1.042.440,37 (um milhão, quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e sete centavos), em 07 de maio de 2010.
*Avaliação sujeita a atualização até a data da alienação por índice oficial de apuração da correção monetária.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 47.776,37 (quarenta e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos), em 17 de junho de 2011.
ÔNUS: Hipoteca em favor do Banco da Amazônia S/A; Preservação Florestal em uma área de 50% do imóvel; Servidão Florestal Permanente em uma área de 32,8531 ha; Exploração sob forma de Manejo de Rendimento Sustentado em uma área de 171,8452 há; Penhora nos autos de Execução de Título Extrajudicial nº. 0110293-38.2006.8.22.0002, em favor de Banco da Amazônia S/A., em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO.
OBS: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais).
LEILOEIRA: Elaine da Silva Pinheiro, JUCER nº. 011/2008.
**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação a comissão devida será de 10% sobre o valor dos bens móveis e 6% sobre o valor dos bens imóveis, a ser paga pelo arrematante nos termos do art. 23 § 2º da Lei 6.830/80. Em havendo extinção da dívida por pagamento ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo executado e em caso de adjudicação a comissão devida será 2% sobre o valor do débito, a ser pago pelo adjudicante.
***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
DEPOSITÁRIO: VALDIR MACHADO MIRANDA, Alameda Recife, nº 2385, Setor 03 ou Rua Juriti, nº. 1924, Setor 02 ou Fazenda Mugido da Vaca, Lote 09, Gleba 06, RO-1, TB-65, Linha C-70, Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, Ariquemes/RO.

INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) EXECUTADO(A)(S) VALDIR MACHADO MIRANDA, e seu cônjuge se casado for, das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 687, parágrafo 5º do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 651 do Código de Processo Civil, bem como que poderá(ão) oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Ariquemes, 29 de novembro de 2011.
DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
Juiz de Direito

Constância Verônica Mazzonetto
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE ARIQUEMES
4ª Vara Cível
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial : Maria Apª Góis Dib
e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0015730-76.2011.8.22.0002
Ação:Mandado de Segurança
Requerente:Ricardo de Carvalho
Advogado:Ricardo de Carvalho (OAB/RO 233)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Decisão:
DECISÃOR. e A. Ricardo de Carvalho impetrou pedido mandamental contra ato do Diretor Presidente local das Centrais Elétricas de Rondônia - CERON, nesta cidade, devido ao corte de energia elétrica em sua residência, desde as 9 horas da manhã de 21/12/2011, sustentando lesão ao direito líquido e certo de ter mantido o recebimento do serviço, porque este interrompido sem prévia ação de cobrança.O impetrante confirma o débito, porém acrescenta ser a energia bem essencial, sob o princípio da continuidade, alegando sua grande necessidade de continuar recebendo o serviço, inclusive por ter criança e moradora idosa na sua casa, a qual depende de manter medicamentos refrigerados.Salienta que as contas de energia em atraso são pretéritas à suspensão do serviço e que apesar das inúmeras tentativas de compor com a CERON, todas estas foram infrutíferas, diante da alegada intransigência da empresa. Informa, também, não ter sido previamente e pessoalmente notificado do corte.É a síntese, decido.O Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento de que o corte de fornecimento de energia pressupõe inadimplência de conta regular, isto é, a do mês do consumo.Sobre o tema, oportuna a decisão do STJ, no AgRg no REsp 1203818/SP, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL, 2010/0130431-7 Relator(a) Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, Data do Julgamento 22/11/2011, Dje 29/11/2011:Ementa PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA. DÍVIDA PRETÉRITA. IMPOSSIBILIDADE PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o corte de serviços essenciais, tais como água e energia elétrica, pressupõe o inadimplemento de conta regular, sendo inviável, portanto, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos realizados por usuário anterior. 2. Agravo regimental não provido. Da análise da prova documental pré-constituída, constato que a questão dos autos não se refere à suspensão do fornecimento de energia elétrica tão-somente de débitos pretéritos, pois conforme se infere da própria notificação acostada à inicial, o impetrante registra inadimplência desde o mês de novembro de 2010 até a fatura vencida aos 13/11/2011, no valor de R$668,69.O impetrante não trouxe aos autos qualquer documento a comprovar adimplemento de faturas atuais. Tampouco demonstrou inequivocamente a falta de notificação do corte da energia elétrica, pois aliado ao fato de reconhecer o débito e de informar que por diversas vezes tentou resolver a pendência perante a empresa impetrada, a notificação de suspensão de fornecimento de energia elétrica que instrui a inicial registra a data de 16/12/2011.Posto isso, INDEFIRO A LIMINAR que pretendia a determinação judicial para religar imediatamente o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora do impetrante, porque ausente a “fumaça do bom direito” pleiteado.Notifique-se a autoridade apontada como coatora do conteúdo da petição inicial, anexando cópia do pedido e dos documentos, a fim de que, no prazo de dez dias, preste as informações que achar necessárias (art. 7º, inciso I, Lei n. 12.016/2009).Findo o referido prazo, com ou sem as informações da coatora, dê-se vista do feito ao Ministério Público. Após, voltem-me conclusos para decisão.Intimem-se. SIRVA DE MANDADO DE NOTIFICAÇÃO e de INTIMAÇÃO. Ariquemes-RO, segunda-feira, 26 de dezembro de 2011. Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta.

Maria Apª Góis Dib
Escrivã

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0086932-69.2009.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:Fabricio Borghy
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Sentença:
Vistos etc.Cuida-se de AÇÃO PENAL intentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de FABRÍCIO BORGHY, qualificado nos autos, imputando-lhe a prática do delito tipificado no art. 342, caput, do Código Penal.

Narrou a denúncia, em síntese, que no dia 25 de agosto de 2009, na Delegacia de Polícia Civil de Ministro Andreazza, o acusado Fabrício Borghy, fez afirmação falsa, como testemunha, com o fim de produzir efeito em procedimento para apuração da prática de infração penal de menor potencial ofensivo, ao afirmar que no dia 02 de junho de 2009 ficou até as 1horas em companhia de Laércio Nunes Brites na propriedade rural deste, o qual estava sendo acusado da prática de contravenção penal. A denúncia foi recebida pela decisão de fls. 03 aos 02.12.2010.O acusado apresentou resposta à acusação por intermédio de advogado constituído, donde arrolou testemunhas (fl. 57-62). Na instrução foram inquiridas as testemunhas Joel Moura dos Passos (fl. 90), José Tomaz Costa (fl. 90), Valderi de Souza (fl. 91), Rodrigo dos Santos Mariano (fl. 91), Laerte Nunes Lins Brites (fl. 92), Laércio Nunes Brites (fl. 92), Elpidio Augusto de Serqueira (fl. 93), Lorizete Pimentel (fl. 93) . Ao final, o acusado foi interrogado (fl. 94). Em alegações finais o Ministério Público, na pessoa do Dr Valéria Giumelli Canestrini requereu a improcedência da acusação por entender que não há provas suficientes para embasar um decreto condenatório (fl. 96-). A defesa, por sua vez, fez coro aos argumentos do parquet para reforçar o pedido de absolvição (fl. 99). Relatados. Decido. II ? Mérito.A denúncia teve como suporte as provas indiciárias que, em Juízo, não foram confirmadas. Por esta razão o autor da ação penal, representado pela Dra. Valéria Giumelli Canestrini, Promotora de Justiça, tratou de pedir a absolvição do réu, com suporte no artigo 386, VII, CPP. As provas coletadas durante a instrução criminal não demonstram tenha o acusado Roberval praticado a conduta típica descrita no art. 342 do CPP.Em que pese os depoimentos dos policiais Joel Moura, José Tomaz e Valderi de Souza incriminando o acusado, tal afirmação mostra-se frágil para embasar veredicto condenatório. A um porque a testemunha Elpídio Augusto afirmou ter vendido a propridade rural com o gado para Laércio no dia 25 de maio e 2009, data anterior a prática da contravenção penal de direção perigosa supostamente praticada por Laércio. A dois porque o acusado Fabrício e a testemunha Laércio afirmaram que no dia dos fatos estavam aplicando vitamina no gado. A três porque Lorizete, funcionário do Idaron, afirmou que aplicação de vermífugo e vitaminas não são controladas pelo Idaron. Por todo o explanado entendo que a prova produzida é frágil e inconsistente para assegurar que o acusado estava ou não ajudando Laércio a vitaminar o gado no dia 02 de junho de 2009. Nesse contexto a solução que se impõe é a absolvição. POSTO ISTO, julgo improcedente a denúncia formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em face do acusado FABRÍCIO BORGHY, absolvendo o réu, com fundamento no art. 386, VII, do CPP.Isento de custas.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Proceda-se as baixas necessária. Arquive-se.Cacoal-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0025572-70.2008.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (XXXXXX 202020)
Sentença:
Vistos etc.Cuida-se de AÇÃO PENALintentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIAem face de JORGE LUIZ FREITAS DE SOUSA, qualificado nos autos, imputando-lhe a prática do delito tipificado no art. 155, ?caput?, c.c art. 14, inc. III ambos do Código Penal.Narrou a denúncia, em síntese, que no dia 13 de fevereiro de 2008, por volta das 23h45min, em uma residência, localizada na Rua B, Parque Fortaleza, nesta cidade, o acusado Jorge Luiz Freitas de Sousa, tentou subtrair para si, 45m de fios avaliados em R$ 315,00 (trezentos e quinze reais), não obtendo êxito em seu empreendimento criminoso em razão da abordagem policial. A denúncia foi recebida pela decisão de fl. 03, aos 27.02.09.O acusado apresentou resposta à acusação por intermédio de advogado constituído, donde arrolou as mesmas testemunhas constantes na denúncia (fl. 45). Na instrução foram ouvidas as testemunhas Wilson José Modesto de Araújo (fl. 66) e Franci Robson Foli (fl. 66).O acusado foi intimado do dia designado para audiência de instrução, no entanto, não compareceu à audiência, razão pela qual ficou o interrogatório prejudicado. O acusado é, portanto, contumaz nos termos do art. 367 do CPP. Em alegações finais, o Ministério Público pede pela condenação nos termos da denúncia, eis que provada autoria e materialidade (fl. 64-5).A defesa, por sua vez, pugnou pela absolvição frente o reconhecimento do princípio da insignificância (fl. 65).Relatados. Decido.1 - Materialidade.A materialidade está demonstrada por meio do boletim de ocorrência policial (fl. 08) e laudo de avaliação (fl. 15). O crime existiu. 2 ? Autoria. O réu quando inquirido na delegacia negou a prática do furto. Na fase judicial não compareceu á audiência. A negativa de autoria cai pó terra diante do relato dos policiais Wilson José e Franci Robson que surpreenderam o acusado de posse de uma alicate cortando os fios de energia da residência da vítima João Batista. Neste sentido: ?Estávamos patrulhando e deparamos com ele de posse de um alicate cortando o fio da residência (...) Era uma casa de construção ...? (Wilson ? fl. 66)?Estávamos em patrulhamento pelo bairro e quando passamos pelo local nos deparamos com o acusado cortando o fio. Fizemos a abordagem e ele foi preso...? (Franco ? fl. 66). Assim sendo, não resta dúvida que o réu Jorge foi o autor do furto tentado, que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, qual seja, a imediata intervenção policial que abordou o acusado quando cortava os fios impedindo, desta forma, a consumação do delito. .3 ? Princípio da insignificância. A defesa pede que seja reconhecido o princípio da insignificância pelo pequeno valor do objeto. No presente caso, entendo que a ofensa ao direito juridicamente protegido, vale dizer, o patrimônio da vítima foi o suficiente para caracterizar o injusto penal. Efetivamente houve lesão ao bem jurídico. Não se pode considerar R$ 315,00 quantia de pequeno valor. Alem disso o acusado é dado à prática de furtos, como se depreende dos seus antecedentes (fls. 4). Demonstra possuir inclinação à prática de subtração de coisa alheia móvel. É evidente que a conduta do acusado, nestas condições, é absolutamente reprovável, o que reclama a pronta intervenção do Estado. Por isso afasto a pretensão da defesa.4 - Furto privilegiado.O acusado registra mal antecedente criminal, embora seja primário. Por este motivo afasto a figura do privilégio.POSTO ISTO, julgo procedente pretensão deduzida na denúncia para o fim de CONDENARo réu JORGE LUÍS FREITAS DE SOUSA, nos autos, por infração à norma contida no artigo 155, ?caput? c.c art, 14, inc. II ambos do CP. Passo a dosar-lhe a pena. Analisando as circunstâncias do artigo 59, CP, em especial os antecedentes (fl. 4), recomendam a fixação da pena-base um pouco acima do mínimo legal em 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos.Na segunda fase não há circunstâncias agravantes ou atenuantes da pena. Por se

tratar de crime tentado e considerando o caminho percorrido à consumação do ilícito (muito próximo) reduzo a reprimenda em 1/3 para encontrar 0 (oito) meses de reclusão e sete (07) dias-multa no valor fixado, que torno em definitivapor entender suficiente e necessária para a prevenção e reprovação do crime. Regime aberto.Deixo de efetuar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, pois as circunstâncias judiciais, em especial, os maus antecedentes demonstram que a substituição não é socialmente recomendável. A conduta social também não recomenda como suficiente a suspensão condicional da pena. Poderá recorrer em liberdade, uma vez que não vislumbro os requisitos da prisão cautelar, pois o acusado respondeu o processo em liberdade sem qualquer notícia da necessidade de decretar a prisão.Isento o acusado do pagamento das custas processuais, pois foi defendido pela Defensoria Pública.Transitada em julgado: a) expeça-se guia de execução remetendo ao juízo competente para fiscalizar o cumprimento da pena; b) lance-se os nomes dos réus no livro do rol dos culpados; c) efetuem-se as comunicações e anotações necessárias. Suspendo os direitos políticos do réu, com amparo no artigo 15, inciso III, da Constituição Federal. Intime-se à vítima, se possível.P. R. I.Cacoal-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0012570-96.2009.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (XXXXXX Doc. Não Informado)
Denunciado:José Aparecido de Oliveira, Thyago dos Reis de Paula, Fabio dos Santos Silva, Magno dos Santos Silva, Heder Ferreira Fogaça, Ronaldo Adriano da Silva, Ageu Pereira
Advogado:Leandro Vargas Corrente (OAB/RO 3590), Leandro Vargas Corrente (OAB/RO 3590), Leandro Vargas Corrente (OAB/RO 3590), Jefferson Magno dos Santos (OAB/RO 2736)
Sentença:
Vistos etc.Cuida-se de AÇÃO PENALintentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIAem face de JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, THIAGO DOS REIS DE PAULA, FÁBIO DOS SANTOS FILHO, MAGNO DOS SANTOS SILVA, HÉDER FERREIRA FOGAÇA, RONALDO ADRIANO DA SILVA e AGEU PEREIRA, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática do delito tipificado no art. 1, § 2º do Código Penal. Narrou a denúncia, em síntese, que no dia 14 de fevereiro de 2009, durante o período matutino, na feira livre realizada na Avenida São Paulo, nesta cidade, os acusados José Aparecido de Oliveira, Tiago dos Reis de Paula, Fábio dos Santos Silva, Magno dos Santos Silva, Héder Ferreira Fogaça, Ronaldo Adriano da Silva e Ageu Pereira, com intuito de lucro direto, expuseram à venda cópias de discos compactos (CD?s) e de discos-vídeos-digitais (DVD?s) reproduzidos com violação do direito de artista intérprete e do produtos dos mesmos (conforme atesta laudo de constatação de contrafação de fl. 58), sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem o represente. A denúncia foi recebida pela decisão de fls. 03, aos 16.12.09Os acusados apresentaram resposta à acusação (fl. 233-45 264-65 e 332). Na instrução foram ouvidas as testemunhas Adilson Leonardo da Silva (fl. 279), Valdeci Gomes dos Santos (fl. 280), João Neto Pereira (fl. 281), Adenilton Alves de Souza (fl. 282), Welison Weslei Pereira (fl. 282), Cleverson Booni,Henrique Brandt (fl. 296). Ao final, os réus José Aparecido (fl. 297), Thiago dos Reis de Paula (fl. 299), Fábio dos Santos (fl. 301)Magno dos Santos (fl. 303), Ronaldo Adriano da Silva (fl. 305), Ageu Pereira (fl. 307) e Heder Ferreira Fogaça (fl. 349) foram interrogados.Em alegações finais, o Ministério Público pede pela condenação nos termos da denúncia, eis que provada autoria e materialidade (fl. 315-18).A defesa, por sua vez, requereu aplicação de pena no mínimo legal com o reconhecimento da atenuante da confissão em relação aos acusados Héder, Thiago, Fábio e Magno; e ponderou pela absolvição dos acusados José, Ronaldo e Ageu (fl. 320-24 e 352-56). Relatados. Decido.1 - Materialidade.A materialidade está comprovada, em tese, pelo auto de prisão em flagrante (fl. 11), auto de apresentação e apreensão (fl. 69-76), laudo de constatação de contrafação (fl. 67), laudo de exame pericial de constatação em equipamento de microinformática (fl. 85-90), termo de destruição (fl. 98-9). O crime existiu. 2 ? Autoria. Os acusados Ageu, Thiago, Fábio, Magno e Héder admitiram a venda de CD´S e DVD´S piratas.?Eu estava numa situação difícil e surgiu a oportunidade para vender CD de novo e o pessoal de fora me ofereceu os CD para eu vender e eu estava numa situação que eu não tinha dinheiro para nada e eu acabei pegando e nesse dia eu fui preso. O material estava numa banca dentro de uma caixinha...? (Thiago ? fl. 200).?a denúncia é verdadeira. Realmente me pegaram quando eu estava vendendo. Não tinha outra opção de trabalho, mas agora consegui outro serviço. Eu sabia que estava correndo o risco de ser preso, mas não tinha outra coisa para fazer...? (Fábio ? 302). ?Realmente eu estava vendendo CD e DVD pirata. Eu estava sem serviço e sempre eu via o pessoal vendendo na feira e não achei que iria me dar problema...? (Magno ? fl. 304).?a denúncia é verdadeira. Eu estava desempregado e passando apuros ...) eu já tinha ouvido falar que vender CD e DVD pirata era crime. Sempre que eu passava na feira eu via gente vendendo e num achei que desse tanto problema. Sempre tinha barraca na feira...? (Ageu ? fl. 308).?Realmente estava vendendo CD?s e DVD?s piratas na feira. Em sua casa havia máquinas para reproduzir esses CD?s e DVD?s mas elas não estavam funcionado. As máquinas eram um computador, duas torres, um scaner e uma impressora. Que comprou esses equipamentos mas não chegou a usar pois teria que arrumá-los. Ao que recorda foram apreendidos 3.000 Cds e DVDs. (..) Que sabia que a venda de CDs e DVDs piratas constitui crime...? (Héder ? fl. 349). As confissões encontram apoio no relato das testemunhas Adilson Leonardo (fl. 279), Valdeci Gomes dos Santos (fl. 2), João Neto Pereira (fl. 281) que surpreenderam os acusados na feira livre vendendo de CD´s e DVD´s falsificados. Por outro lado, o acusado Ronaldo negou comercializar CD?s e DVD?s falsificado. Disse que tinha a intenção de trabalhar com venda de material falsificado, mas não chegou a trabalhar porque não encontrou ninguém para montar as máquinas. Porém, como o ser humano pode enganar outros, mas não a si mesmo (engendra-se falácias no consciente, mas não se consegue enganar o subconsciente), acabou por admitir a prática da contrafação ao dizer que ? eu levava minha esposa para ajudar o Héder porque ele não sabia mexer no computador...?.Pelo relato do policial Adilson, percebe-se que a casa do acusado Ronaldo era o local destinado á preparação do material reproduzido. ?Deu para notar que naquele local eram feitas as capas dos DVd?s e DC?s e posteriormente montados, embalados e comercializados na feira livre...? (Adilson ? fl. 279). Por certo que, a difícil condição financeira arguida pelos acusados não excluiu a

ilicitude de suas condutas ou capaz de isentar a pena. Com a prática criminosa, pretendia eles aumentar seus patrimônios. Quanto ao réu José Aparecido, prova que possa levá-lo à condenação. O acusado negou a comercialização de material falsificado e disse que no dia dos fatos estava cuidando de uma banca e ao lado estavam os CD?s falsificados, sendo que no momento da abordagem policial estava apenas olhando o material expondo á venda. A testemunha Henrique corrobora a fala do acusado.Ora, não se pode presumir que o acusado José tenha praticado o crime pelo simples fato de possuir condenação por violação de direitos autorais. Uma coisa é a vida pregressa do acusado e outra é a prova de que efetivamente tenha praticado o ilícito descrito na denúncia. A prova até aqui produzida, quanto o envolvimento de José não conduz certeza necessária para formar o convencimento do julgador acerca da autoria delitiva. Neste contexto, a solução que se impõe é a absolvição. POSTO ISTO, julgo parcialmente procedente a denúncia formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA para:a) ABSOLVERo acusado JOSÉ APARECIDO DE OLVEIRA, qualificado nos autos, da imputação descrita no artigo 184, § 2º do Código Penal, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso VII do Código de Processo Penal. b) CONDENARos réus THIAGO DOS REIS DE PAULA, FÁBIO DOS SANTOS FILHO, MAGNO DOS SANTOS SILVA, HÉDER FERREIRA FOGAÇA, RONALDO ADRIANO DA SILVA e AGEU PEREIRA,qualificados nos autos, por infração à norma contida no art. , § 2º do Código Penal.Passo a dosar-lhes a pena.Réu Thiago. Analisando as circunstâncias do artigo 59, CP, nada justifica elevar a pena acima do mínimo, assim fixo a pena-base em dois (02) anos de reclusão e dez (10) dias-multa a razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. Deixo de considerar a confissão, pois a reprimenda está no patamar mínimo, tornando-a em definitiva.Regime aberto.O réu preenche os requisitos necessários para a substituição da pena privativa de liberdade por duasrestritivas de direito, na modalidade de prestação pecuniária equivalente a um salário mínimoa ser doado à Casa São Camilo e aprestação de serviços à comunidadea razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em local a ser definido em audiência admonitória, que será realizada perante o Juízo da Execução Penal. Réu Fábio.Analisando as circunstâncias do artigo 59, CP, nada justifica elevar a pena acima do mínimo, assim fixo a pena-base em dois (02) anos de reclusão e dez (10) dias-multa a razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. Deixo de considerar a confissão, pois a reprimenda está no patamar mínimo, tornando-a em definitiva.Regime aberto.O réu preenche os requisitos necessários para a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, na modalidade de prestação pecuniária equivalente a um salário mínimoa ser doado ao CERNIC e prestação de serviços à comunidadea razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em local a ser definido em audiência admonitória, que será realizada perante o Juízo da Execução Penal. Réu Magno.Analisando as circunstâncias do artigo 59, CP, nada justifica elevar a pena acima do mínimo, assim fixo a pena-base em dois (02) anos de reclusão e dez (10) dias-multa a razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. Deixo de considerar a confissão, pois a reprimenda está no patamar mínimo, tornando-a em definitiva.Regime aberto.O réu preenche os requisitos necessários para a substituição da pena privativa de liberdade por duasrestritivas de direito, na modalidade de prestação pecuniária equivalente a um salário mínimoa ser doado à FAZBEM e aprestação de serviços à comunidadea razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em local a ser definido em audiência admonitória, que será realizada perante o Juízo da Execução Penal. Réu Héder.Analisando as circunstâncias do artigo 59, CP, nada justifica elevar a pena acima do mínimo, assim fixo a pena-base em dois (02) anos de reclusão e dez (10) dias-multa a razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. Deixo de considerar a confissão, pois a reprimenda está no patamar mínimo, tornando-a em definitiva.Regime aberto.O réu preenche os requisitos necessários para a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, na modalidade de prestação pecuniária equivalente a um salário mínimoa ser doado à Fundação Vida Nova e aprestação de serviços à comunidadea razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em local a ser definido em audiência admonitória, que será realizada perante o Juízo da Execução Penal. Réu Ronaldo.Analisando as circunstâncias do artigo 59, CP, nada justifica elevar a pena acima do mínimo, assim fixo a pena-base em dois (02) anos de reclusão e dez (10) dias-multa a razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos, tornando-a em definitiva.Regime aberto.O réu preenche os requisitos necessários para a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, na modalidade de prestação pecuniária equivalente a um salário mínimoa ser doado à Casa de Acolhida São Camilo e prestação de serviços à comunidadea razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em local a ser definido em audiência admonitória, que será realizada perante o Juízo da Execução Penal. Réu Ageu. Analisando as circunstâncias do artigo 59, CP, nada justifica elevar a pena acima do mínimo, assim fixo a pena-base em dois (02) anos de reclusão e dez (10) dias-multa a razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. Deixo de considerar a confissão, pois a reprimenda está no patamar mínimo, tornando-a em definitiva.Regime aberto.O réu preenche os requisitos necessários para a substituição da pena privativa de liberdade por duasrestritivas de direito, na modalidade de prestação pecuniária equivalente a um salário mínimoa ser doado à ABISAI e aprestação de serviços à comunidadea razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em local a ser definido em audiência admonitória, que será realizada perante o Juízo da Execução Penal. Poderão recorrer em liberdade. Custas pelos acusados ?pro rata?. Utilize o valor da fiança para o pagamento das custas e multa. Havendo saldo remanescente, restitua-se. Transitada em julgado: a) expeça-se guia de execução remetendo ao juízo competente para fiscalizar o cumprimento da pena; b) lance-se o nome do réu no livro do rol dos culpados; c) efetuem-se as comunicações e anotações necessárias. Suspendo os direitos políticos do réu, com amparo no artigo 15, inciso III, da Constituição Federal.P. R. I.Cacoal-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0001813-09.2010.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:Flávio Correia dos Santos Lacerda
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Sentença:
Vistos etc.Cuida-se de AÇÃO PENALintentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIAem face

de Flávio Correia dos Santos Lacerda, qualificado nos autos, imputando-lhe a prática do delito tipificado no art. 155 ?caput? do Código Penal e art. 2da Lei 11.343/06. Narrou a denúncia e em seu aditamento, em síntese, que no dia 14 de dezembro de 2009, por volta das 23h45min, o acusado Flávio Lacerda, arrombou a residência situada à Rua Maria Aurora do Nascimento e subtraiu, para si, uma carteira porta cédula contendo a quantia de R$ 200,00 (duzentos reais). Consta ainda, que no dia 14 de dezembro de 2009, por volta das 23h45min, o acusado Flávio Lacerda portava, para consumo pessoal, um cigarro artesanal que continha fumo misturado com uma pequena quantidade de crack. A denúncia foi recebida pela decisão de fls. 50, aos 08.04.11.O acusado apresentou resposta à acusação por intermédio da Defensoria Pública, donde arrolou as mesmas testemunhas constantes na denúncia (fl. 52). Na instrução foi ouvida a testemunha Everton do Nascimento Ernica (fl. 71). Ao final, o acusado foi interrogado (fl. 72). Em alegações finais orais, o Ministério Público pede pela condenação por crime de furto simples e posse de substância entorpecente, eis que provada autoria e materialidade (fl. 74-5).A defesa, por sua vez, requereu absolvição em relação ao crime de furto frente ao princípio da insignificância e aplicação de pena no mínimo legal com o reconhecimento da atenuante da confissão quanto ao delito de posse de substância entorpecente. (fl. 77-81).Relatados. Decido.1 ? Crime de furto. 1.1 - Materialidade.A materialidade está demonstrada por meio do auto de apresentação e apreensão (fl. 14-5), termo de restituição (fl. 16), boletim de ocorrência policial (fl. 10-1), laudo de avaliação (fl. 31). O crime existiu. 1.2 - ? Autoria (1º fato ? furto) A autoria do fato, atribuída ao acusado Flávio Correia dos Santos, resultou igualmente comprovada à luz das circunstâncias colhidas no caderno processual.Com efeito, o réu ao ser interrogado na fase judicial confessou a autoria do furto apontando as circunstâncias em que o mesmo ocorreu. Esclareceu o acusado que, arrombou a porta da residência, adentrou no imóvel e surrupiou a carteira porta cédula contendo duzentos reais para comprar droga (fl. 72). A confissão do acusado encontra-se apóio na fala da testemunha Everton do Nascimento, além da vítima Itevaldo.Não há qualquer indício que aponte no sentido contrário à autoria, restando evidenciada. De outro lado, entendo que a qualificadora relativa ao arrombamento não está cabalmente configurada no caso dos autos ante a inexistência de laudo de exame em local de arrombamento. Comprovadas, assim, a autoria e materialidade do delito, deve o réu responder pelo ato delituoso. Isto porque o acusado, inegavelmente, com vontade livre e consciente, assenhoreou-se de coisas alheias móveis referentes ao fato narrado na denúncia.1.3 - Princípio da insignificância.A defesa pede seja reconhecido o princípio da insignificância.Pois bem. A conduta reiterada na prática de crimes contra o patrimônio demonstra que o acusado Flávio mantém elevado grau de periculosidade social, tornando o seu comportamento altamente reprovável, o que demanda imediata intervenção do Estado-Juiz, buscando reprimir a conduta praticada pelo réu. Se não fosse assim, estaríamos incentivando a prática reiterada de furtos de objetos de pequeno valor, sem a devida censura e sob o falso manto da legalidade, o que certamente causaria sério abalo no convívio social. Gize-se que o princípio da insignificância afasta a tipicidade da conduta. Assim, não há que se falar em insignificância de conduta do réu quando este é contumaz na prática de delitos contra o patrimônio, conforme se pode auferir da certidão de antecedentes juntados aos autos (fl. 60-9). Não se pode querer traduzir o princípio da insignificância em estímulo á impunidade. Por isso, afasto a pretensão da defesa.2 ? Delito de posse de substância entorpecente. A materialidade do ilícito não restou comprovada pelas provas constantes nos autos ante a ausência do laudo toxicológico, sendo imperiosa a aplicação do princípio do “in dubio pro reu? e a improcedência da denúncia. Neste sentido:APELAÇÃO CRIME. PORTE DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. ART. 28 DA LEI Nº 11.343/06. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. INCONFORMIDADE MINISTERIAL. A ausência do laudo toxicológico definitivo da substância apreendida, imprescindível para a prova da materialidade, enseja a absolvição da ré. Exegese do artigo 50 § 1º e 2º da Lei 11343/06. NEGARAM PROVIMENTO. (Recurso Crime Nº 71001403583, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Alberto Delgado Neto, Julgado em 22/10/2007).”Processual Penal. Tráfico ilícito de entorpecentes. Laudo Toxicológico Definitivo inexistente. Auto de apreensão e Laudo de constatação das substâncias apreendidas que não suprem a prova da materialidade. Absolvição decretada. Recurso provido”. (TJMG - 3.ª Câmara Criminal - AP 1.0647.04.040.074-7/001 - Rel. Des. Erony da Silva.) “Ausente o laudo toxicológico definitivo, prova material do delito, anula-se de ofício a sentença, ficando o réu absolvido da imputação que lhe foi feita” (TJMG - AC - 1299-7/26.426-2 - Rel. Des. José Arthur - JM 119:281). Nas infrações de tráfico de entorpecentes ou a ele equiparadas, é indispensável a juntada aos autos do laudo toxicológico, a fim de se comprovar a materialidade do delito. A ausência do laudo não pode ser suprida por prova testemunhal.Em suma, não há prova da existência do crime, com todas as circunstâncias e elementares, o que impede o avançar no campo da autoria POSTO ISTO, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na denúncia para o fim de CONDENAR o réu FLÁVIO CORREIA DOS SANTOS LACERDA, qualificado nos autos, por infração à norma do art. 155, ?caput?, do Código Penal; e ABSOLVÊ-LO da imputação tipificada no art. , ?caput?, da Lei 11.343/06, com suporte no art. 3, inc. III do CPP.Passo a dosar-lhe a pena.A análise das circunstâncias judiciais do acusado recomendam a fixação da pena base um pouco acima do mínimo legal, tendo em vista a péssima conduta social demonstrada pela certidão de antecedentes (fl. 60-9). O acusado registra várias denúncias por crimes contra o patrimônio. A reincidência será analisada como agravante.Então, em razão das circunstâncias judiciais, em especial os antecedentes, fixo a pena base em 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos.Na segunda fase da dosimetria, existe o concurso da atenuante da confissão e a agravante da reincidência devendo esta preponderar, porém, mitigada por aquela, em conformidade com o que dispõe com o art. 67 do CP, razão pela qual recrudesço a sanção em 1/6, para encontrar o pena de 1 (um) ano , 4 (quatro) meses e 10 (dez) dias de reclusão e pagamento de 12 (doze) dias-multa, no valor já fixado. Na última fase, vejo inexistente qualquer causa especial de aumento ou diminuição de pena. Assim, permanece a pena de 1 (um) ano, 4 (quatro) meses e 10 (dez) dias de reclusão e pagamento de 12 (doze) dias-multa, no valor já fixado,tornando-a definitiva por entender suficiente e necessária para a prevenção e reprovação do crime. Em razão da reincidência, fixo o regime semi-aberto. Deixo de efetuar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, pois as circunstâncias judiciais, em

especial, os maus antecedentes e a reincidência demonstram que a substituição não é socialmente recomendável. A conduta social também não recomenda como suficiente a suspensão condicional da pena. Isento-o do pagamento das custas processuais, pois foi defendido pela Defensoria Pública.Poderá recorrer em liberdade, uma vez que não vislumbro os requisitos da prisão cautelar, pois o acusado respondeu o processo em liberdade sem qualquer notícia da necessidade de decretar a prisão.Transitada em julgado: a) expeça-se guia de execução remetendo ao juízo competente para fiscalizar o cumprimento da pena; b) lance-se o nome do réu no livro do rol dos culpados; c) efetuem-se as comunicações e anotações necessárias. Suspendo os direitos políticos do réu condenado, com amparo no artigo 15, inciso III, da Constituição Federal. Comunique-se ao TRE. Intime-se á vítima, se possível. P. R. I.Cacoal-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0004317-85.2010.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:José Maria Montanari
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Sentença:
Vistos etc.Cuida-se de AÇÃO PENAL intentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de JOSÉ MARIA MONTANARI, qualificado nos autos, imputando-lhe a prática dos delitos tipificados nos art. 150"caput", art. 147"caput", art. 330, todos do CP e art. 21 da Lei 3.688/41. Narrou a denúncia, em síntese, que no dia 20 de março de 2010, por volta das 09h05min, o acusado José Maria entrou clandestinamente nas dependências da casa da vítima Sônia Cristina dos Santos Montanari, bem como, ameaçou-lhe de morte no dia 22 de março de 2010.Consta ainda na exordial que, no dia 20 de abril de 2010, o acusado e a ofendida, após breve discussão entraram em vias de fato e, ainda, ele descumpriu ordem judicial que proibia sua aproximação com a vítima. A denúncia foi recebida pela decisão de fls. 03, aos 03.02.2011.O acusado apresentou resposta à acusação por intermédio da defensoria pública, donde arrolou uma testemunha (fl. 43). Na instrução foram inquiridas as testemunhas Sônia Cristina dos Santos (fl. 54), Idelsia Maria Paes (fl. 54), Maria Aparecida dos Santos (fl. 54-5). Ao final, o acusado foi interrogado (fl. 56). Em alegações finais orais, o Ministério Público pede pela condenação nos exatos termos da denúncia, eis que provada autoria e materialidade (fl. 52-3). A defesa, por sua vez, pugna pela absolvição por ausência de provas (fl. 52-3).Relatados. Decido. II – Mérito.1 – Do crime de violação de domicílio. O acusado na fase extrajudicial disse ter pulado o muro da residência da vítima para entregar um presente para seu filho e após colocar o embrulho na varanda foi embora (fl. 23).A vítima destaca que seu ex-esposo adentrou nas dependências de sua residência sem permissão (fl. 15 e 54).As informações trazidas pela vítima foram confirmadas por sua genitora quando diz:"o acusado entrou em minha casa sem permissão. Ela morava comigo e eu estava presente..." (fl. 55).Em síntese, o acusado pulou o muro e adentrou nas dependências do imóvel da vítima que ao perceber a presença do réu, acionou a policia. Embora o acusado não tenha conseguida adentrar no interior da residência da vítima, por certo entrou clandestinamente nas suas dependências. Os parágrafos 4º e 5º do art. 150, do Código Penal, definem a expressão"casa", enquanto o caput do citado artigo inclui as"Dependências" como integrantes do domicílio protegido pela lei penal e CF, artigo 5º, XI.Repita-se: O acusado penetrou clandestinamente no quintal da residência da vítima. Desta forma, a responsabilidade do ilícito resta incontroversa nos autos, recaindo a autoria sobre o acusado José Alves. 2 – Do crime de ameaça .A autoria do crime em analise se comprova, basicamente, valendo-se, da palavra da vítima e/ou relato de testemunhas, desde que absolutamente coerente e harmônica, como no caso em analise, bastando tão somente, a intenção de atemorizar, de retirar a paz de espírito, de intimidar ou de incutir medo. A ofendida categoricamente afirma que o acusado perturbou sua tranqüilidade dizendo-lhe que a mataria caso não retomasse o relacionamento (fl. 54). Pelo relato da vítima, denota-se que a ameaça proferida pelo réu foi o suficiente para intimidá-la, tendo inclusive pleiteado as medidas protetivas (fl. 20-1). O acusado não apresentou qualquer alegação capaz de retirar a credibilidade da palavra dada pela vítima.3 – Do delito de vias de fato.O acusado negou ter tentado contra a integridade física de sua esposa, mas admitiu que sua companheira havia recebido mensagem no celular e por isso resolver interpelá-la, demonstrando, assim, ciúmes e sentimento de posse. Esse comportamento, por si, só é forte indicativo da via de fato (fl. 23).Por outro giro a vítima relata a abordagem ríspida do acusado, tomando-lhe o celular e agarrando-lhe para agredir fisicamente (fl. 15 e 54).O acusado admitiu ter ficado possuído pelo ciúme ao perceber que sua ex-esposa havia recebido mensagem no celular a ponto de abordá-la e tomar-lhe satisfação quanto ao remetente da mensagem. Ora, é fácil concluir tenha praticado vias de fato contra a vítima (tapas e solavancos). Nada há que retire a credibilidade da fala da ofendida, ao contrário, seu comportamento agressivo, agindo como se fosse proprietário da ex-namorada evidencia a existência do ilícito. 4 – Do crime de desobediência.O crime de desobediência consiste em o agente desobedecer, faltar à obediência, não atender ordem legal de funcionário público.Não restou evidenciado nos autos tenha o acusado descumprindo as ordens legais determinadas na medida protetiva. Os fatos ocorreram entre os dia 20.03.10 e 29.04.10, sendo que a medida protetiva foi deferido no dia 06.05.2010 Portanto, ao praticar os fatos narrados na denúncia, salvo melhor juízo, não havia medida protetiva em vigência. POSTO ISTO, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na denúncia para o fim de CONDENAR o réu JOSÉ MARIA MONTANARI, qualificado nos autos, por infração às normas dos art. 150,"caput", 147 do ambos Código Penal e art. 21 da Lei 3.688/41; e ABSOLVÊ-LO da imputação tipificada no art. 330 do CP, com suporte no art. 386, inc. VII do CPP. Passo a dosar-lhe a pena.A análise das circunstâncias judiciais do acusado não recomendam a fixação da pena base acima do mínimo legal. Não registra antecedentes criminais dignos de nota. Demonstra personalidade voltada à prática de violência doméstica contra mulher. As conseqüências são danosas para a vítima a que terá de conviver com trauma das agressões. a) Para o crime de ameaça – Analisando as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, em um (01) mês de detenção. Presente está a agravante do art. 61"f"do CP o que majoro a reprimenda em 1/6 para atingir a patamar de um (01) mês e cinco (05) dias de detenção, que torno em definitiva ante a qualquer outra causa que possa alterá-la. b) Para o crime violação de domicilio – Analisando as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, em um (01) mês

de detenção. Presente está a agravante do art. 61"f"do CP o que majoro a reprimenda em 1/6 para atingir a patamar de um (01) mês e cinco (05) dias de detenção, que torno em definitiva ante a qualquer outra causa que possa alterá-la.c) Para o delito de vias de fato - Analisando as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, em 15 (quinze) dias de prisão simples . Presente está a agravante do art. 61"f"do CP o que majoro a reprimenda em 1/6 para atingir a patamar de dezessete (17) dias de prisão simples, que torno em definitiva ante a qualquer outra causa que possa alterá-la.Em razão do concurso material somando-se as penas para encontrar dois (02) meses e dez (10) dias de detenção e dezessete (17) dias de prisão simples, executando-se primeiro aquelaRegime aberto. Os requisitos de substituição da pena se mostram presentes, portanto, substituto a pena privativa de liberdade fixada por uma restritiva de direitos na modalidade de prestação pecuniária equivalente um salário mínimo a ser doado a Fundação Vida Nova; ou prestação de serviços à comunidade pelo mesmo tempo da pena privativa de liberdade, em local a ser definido na audiência admonitória. Fará a escolha (prestação pecuniária ou prestação de serviços) no Juízo da Execução.Isento-o ao pagamento das custas processuais, pois foi defendido pela Defensoria Pública.Transitada em julgado: a) expeça-se guia de execução remetendo ao juízo competente para fiscalizar o cumprimento da pena; b) lance-se o nome do réu no livro do rol dos culpados; c) efetuem-se as comunicações e anotações necessárias. Suspendo os direitos políticos do réu condenado, com amparo no artigo 15, inciso III, da Constituição Federal. Intime-se a vítima, se possível. P. R. I.Cacoal-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0009114-07.2010.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:Allison Lino da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Sentença:
Vistos etc.Cuida-se de AÇÃO PENALintentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIAem face de ALLISON LINO DA SILVA, qualificado nos autos, imputando-lhe a prática do delito tipificado no art. 155 ?caput? do Código Penal.Narrou a denúncia, em síntese, que no dia 11 de outubro de 2010, por volta das 09h, na Rua Pedro de Souza Lima c/ Rua Capitão Luiz Teixeira, Distrito de Riozinho, nesta Comarca, o acusado Allison Lino da Silva, subtraiu para si, os objetos descritos no laudo de apreensão, pertencente a vítima Maria Venceslau dos Santos, avaliados em R$ 983,00 (novecentos e oitenta e três reais). A denúncia foi recebida pela decisão de fls. 04, aos 19.04.11.O acusado apresentou resposta à acusação por intermédio da Defensoria Pública, donde arrolou as mesmas testemunhas constantes na denúncia (fl. 50). Na instrução foram ouvidas as testemunhas Maria Venceslau dos Santos (fl. 65) e Alisson Gomes Pereira (fl. 65). Ao final, o acusado foi interrogado (fl. 66). Em alegações finais orais, o Ministério Público pede pela condenação nos termos da denúncia, eis que provada autoria e materialidade (fl. 63-4).A defesa, por sua vez, requereu aplicação de pena no mínimo legal com o reconhecimento da atenuante da confissão. (fl. 64).Relatados. Decido.1 - Materialidade.A materialidade está demonstrada por meio do boletim de ocorrência policial (fl. 09-11), auto de apreensão e apresentação (fl. 16), termo de restituição (fl. 17) e laudo de avaliação (fl. 20-1). O crime existiu. 2 ? Autoria. A autoria do fato, atribuída ao acusado Allison Lino da Silva, resultou igualmente comprovada à luz das circunstâncias colhidas no caderno processual.Com efeito, o réu ao ser interrogado na fase judicial confessou a autoria do furto apontando as circunstâncias em que o mesmo ocorreu. Esclareceu o acusado que, serrou o cadeado da residência da vítima, adentrou no imóvel e surrupiou os seus pertences para comprar droga (fl. 66). A confissão do acusado encontra-se apóio na fala da testemunha Alisson Gomes , além da vítima Maria Venceslau que reconheceu como seu os objetos encontrados na pose do acusado. Não há qualquer indício que aponte no sentido contrário à autoria, restando evidenciada. Comprovadas, assim, a autoria e materialidade do delito, deve o réu responder pelo ato delituoso. Isto porque o acusado, inegavelmente, com vontade livre e consciente, assenhoreou-se de coisas alheias móveis referentes o fato narrado na denúncia.POSTO ISTO, julgo procedente a denúncia formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em face do acusado ALLISON LINO DA SILVA, para condená-lo como incurso nas sanções do art. 155 ?caput? do Código Penal. Passo a dosar-lhe a pena.A análise das circunstâncias judiciais do acusado recomendam a fixação da pena base um pouco acima do mínimo legal, tendo em vista a péssima conduta social demonstrada pela certidão de antecedentes (fl. 55-62). O acusado registra várias denúncias por crimes contra o patrimônio. A reincidência será analisada como agravante. Então, em razão das circunstâncias judiciais, em especial os antecedentes, fixo a pena base em 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos.Na segunda fase da dosimetria, existe o concurso da atenuante da confissão e a agravante da reincidência devendo esta preponderar, porém, mitigada por aquela, em conformidade com o que dispõe com o art. 67 do CP, razão pela qual recrudesço a sanção em 1/6, para encontrar o pena de 1 (um) ano , 4 (quatro) meses e 10 (dez) dias de reclusão e pagamento de 12 (doze) dias-multa, no valor já fixado. Na última fase, vejo inexistente qualquer causa de especial de aumento ou diminuição de penal. Assim, permanece a pena de 1 (um) ano, 4 (quatro) meses e 10 (dez) dias de reclusão e pagamento de 12 (doze) dias-multa, no valor já fixado,tornando-a definitiva por entender suficiente e necessária para a prevenção e reprovação do crime. Em razão da reincidência, fixo o regime semi-aberto.Deixo de efetuar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, pois as circunstâncias judiciais, em especial, os maus antecedentes e a reincidência demonstram que a substituição não é socialmente recomendável. A conduta social também não recomenda como suficiente a suspensão condicional da pena. Isento-o do pagamento das custas processuais, pois foi defendido pela Defensoria Pública.Poderá recorrer em liberdade, uma vez que não vislumbro os requisitos da prisão cautelar, pois o acusado respondeu o processo em liberdade sem qualquer notícia da necessidade de decretar a prisão.Transitada em julgado: a) expeça-se guia de execução remetendo ao juízo competente para fiscalizar o cumprimento da pena; b) lance-se o nome do réu no livro do rol dos culpados; c) efetuem-se as comunicações e anotações necessárias. Suspendo os direitos políticos do réu condenado, com amparo no artigo 15, inciso III, da Constituição Federal. Comunique-se ao TRE. Intime-se á vítima, se possível. P. R. I.Cacoal-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0000048-66.2011.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:José Alves
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Sentença:
Vistos etc.Cuida-se de AÇÃO PENAL intentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de JOSÉ ALVES, qualificado nos autos, imputando-lhe a prática do delito tipificado no ar. 129, § 9º e art. 147,"caput", do CP c.c Lei 11.340/06 e art. 331, na forma do art. 69 ambos do CPNarrou a denúncia, em síntese, que no dia 03 de janeiro de 2011, por volta das 14h20min, na Rua Q, nº 3662, Bairro Vilage do Sol I, nesta cidade, o acusado José Alves, prevalecendo-se de íntimas relações de afeto, ofendeu a integridade física de sua esposa Ana Damasceno, bem como ameaçou-lhe de morte.Consta ainda na exordial que, o acusado desacatou os policiais militares Gildecimar, Sobrinho e Nani ao dizer"policiais safados, vagabundos e sem vergonha". A denúncia foi recebida pela decisão de fls. 03, aos 21.01.2011.O acusado apresentou resposta à acusação por intermédio da defensoria pública, donde arrolou as mesmas testemunhas constantes na denúncia (fl. 50). Na instrução foram inquiridas as testemunhas Ana Damasceno de Oliveira (fl. 66), Gildecimar Rodrigues (fl. 66), Tércio da Silva Sobrinho (fl. 66. Ao final, o acusado foi interrogado (fl. 68). Em alegações finais orais, o Ministério Público pede pela absolvição quanto ao delito de desacatou e condenação em relação aos crimes de ameaça e lesão corporal (fl. 70-1). A defesa, por sua vez, pugna pela absolvição por ausência de provas e, em tese subsidiária, pela substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos (fl. 72-7). Relatados. Decido. II – Mérito.1 – Do crime de lesão corporal. O acusado negou tivesse agredido a vítima com ponta-pés (fl. 68).A vítima confirmou que o acusado lhe agrediu com chutes."... que seu esposo passou a chutar-lhes as pernas e a derrubou ao chão, vindo a lesionar-lhe a perna esquerda...? (fl. 10 ? Ana Damasceno). O laudo de folhas 20-2 constatou a existência de lesão corporal suportada pela vítima. A lesão sofrida pela vítima foi vista pelos policiais militares que atenderam a ocorrência policial envolvendo a vítima e o acusado. Desta forma, a responsabilidade do ilícito resta incontroversa nos autos, recaindo a autoria sobre o acusado José Alves. 2 – Do crime de ameaça (2º fato).A autoria do crime em analise se comprova, basicamente, valendo-se, da palavra da vítima e/ou relato de testemunhas, desde que absolutamente coerente e harmônica, como no caso em analise, bastando tão somente, a intenção de atemorizar, de retirar a paz de espírito, de intimidar ou de incutir medo. A ofendida categoricamente afirma que o acusado perturbou sua tranqüilidade dizendo-lhe que a mataria assim que fosse colocado em liberdade (fl. 66 e 10). Pelo relato da vítima, denota-se que a ameaça proferida pelo réu foi o suficiente para intimidá-la, tendo inclusive pleiteado as medidas protetivas (fl. 28-9). O acusado não apresentou qualquer alegação capaz de retirar a credibilidade da palavra dada pela vítima.3 – Crime de desacato.A denúncia teve como suporte as provas indiciárias que, em Juízo, não foram confirmadas. Por esta razão o autor da ação penal, representado pelo Dr. Fábio Rodrigo Casaril, Promotor de Justiça, tratou de pedir a absolvição do réu, com suporte no artigo 386, VII, CPP. As provas coletadas durante a instrução criminal não demonstram tenha o acusado José Alves praticado a conduta típica descrita no art. 331 do CPP.Nesse contexto, a solução que se impõe é acolher o pedido das partes e absolver o acusado. POSTO ISTO, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na denúncia para o fim de CONDENAR o réu JOSÉ ALVES, qualificado nos autos, por infração às normas dos art. 147 e art. 129, § 9º do Código Penal; e ABSOLVÊ-LO da imputação tipificada no art. 331 do CP, com suporte no art. 386, inc. VII do CPP. Passo a dosar-lhe a pena.A análise das circunstâncias judiciais do acusado não recomendam a fixação da pena base acima do mínimo legal. Não registra antecedentes criminais dignos de nota. A condenação nos autos 0121690-79.20068.22.0007 será valorada na segunda fase da dosimetria. Demonstra personalidade voltada à prática de violência doméstica contra mulher. As conseqüências são danosas para a vítima a que terá de conviver com trauma das agressões. a) Para o crime de ameaça – Analisando as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, em um (01) mês de detenção. Presente está a agravante do art. 61"f"do CP e da reincidência o que majoro a reprimenda em 1/6 para atingir a patamar de um (01) mês e cinco (05) dias de detenção, que torno em definitiva ante a qualquer outra causa que possa alterá-la. b) Para o crime de lesão - Analisando as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, em 3 (três) meses de detenção. Na segunda fase existe circunstância atenuante da pena. Por outro lado, está presente a agravante prevista no art. 61"f" do C.P e a agravante da reincidência o que majoro a reprimenda em 1/6 para atingir a patamar de 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção, que torno em definitiva ante a qualquer outra causa que possa alterá-la. Em razão do concurso material somando-se as penas para encontrar quatro (04) meses e vinte (20) dias de detenção. Em razão da reincidência, fixo o regime semiabeto. Deixo de efetuar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, pois as circunstâncias judiciais, em especial, a reincidência demonstra que a substituição não é socialmente recomendável. A conduta social também não recomenda como suficiente a suspensão condicional da pena. Isento-o ao pagamento das custas processuais, pois foi defendido pela Defensoria Pública.Transitada em julgado: a) expeça-se guia de execução com calculo da detração remetendo ao juízo competente para fiscalizar o cumprimento da pena; b) lance-se o nome do réu no livro do rol dos culpados; c) efetuem-se as comunicações e anotações necessárias. Suspendo os direitos políticos do réu condenado, com amparo no artigo 15, inciso III, da Constituição Federal.Intime-se a vítima, se possível. P. R. I.Cacoal-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0001523-57.2011.8.22.0007
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:Erik Borges Júnior
Advogado:Ricardo Trad (832)
Sentença:
Vistos etc.. ERIK BORGES JUNIOR, vulgo ?Borginho? e ?criança?, brasileiro, viúvo, técnico em telecomunicações, nascido aos 20.03.82, natural de Campo Grande/MS, filho de José Borges Junior e de Rosangela Barbosa Borges, residente na Av. Castelo Branco, Bairro Arco Íris, Hotel Fênix, nesta cidade, denunciado pela Promotora de Justiça Valéria Giumelli Canestrini por infração à norma contida no art.

121, § 2º, inc. II do Código Penal, atribuindo-lhe a prática do seguinte fato delituoso: "No dia 08 de março de 2011, por volta das 02h10min, na Av. Porto Velho, em frente ao Banco Bradesco, onde ocorria os festejos de carnaval, Centro, nesta cidade, o denunciado ERIK BORGES JUNIOR, por motivo fútil e com vontade de matar, valendo de uma arma branca (faca), desferiu dois golpes, atingindo a vítima Alan Álvaro dos Santos, causando-lhe as lesões descritas no laudo de exame de tanatoscópico inserto à fl. 47/50, as quais, por sua natureza e sede, levaram-na a óbito.Narram os autos, que o denunciado agiu por motivo fútil, pois a vítima por supor que esta teria paquerado sua ex-namorada.Após, os policiais abordaram o denunciado, o qual foi preso em flagrante delito.?A denúncia foi recebida aos 28.03.2011 (f. 04-5), e veio instruída com o I.P.L. n. 104/11 (fls. 08-69). O acusado foi citado pessoalmente (fl. 74) e apresentou resposta à acusação por meio de advogado constituído, donde arrolou testemunhas (fl. 80-3). Decisão pelo prosseguimento da ação penal, designando-se audiência de instrução e julgamento (fls 96-7). Em audiência de instrução foram inquiridas as testemunhas Izael Correa (fl. 110), Gezreel Pereira de Oliveira (fl. 110-11), Cleverson Luciano Guilherme (fl. 111), Melriane Elias (fl. 111-13), Géssica Mota da Silva (fl. 113-14), Ermes Firmino da Costa (fl. 114), Emerson Dias Bruno (fl. 114-15), Udson Lima Afonso (fl. 115-16). Ao final, o acusado foi interrogado (fl. 117-19). Em alegações finais o Ministério Público, na pessoa do Dr.Fabio Rodrigo Casaril, requereu a pronúncia do acusado nos termos da denúncia a fim de que ele seja levado a júri popular (fls. 200-06).A defesa, por sua vez, requereu a exclusão da qualificadora (fl. 228-34) É o relatório. Decido.I ? Do homicídio.1 - Materialidade.A materialidade está cabalmente demonstrada através do auto de prisão em flagrante (fl. 10-6), ocorrência policial (fl. 17-9), auto de apresentação e apreensão (fl. 23), auto de reconhecimento (fl. 33-4), laudo de eficiência (fl. 39-42), auto de reconhecimento de pessoa por fotografia (fl. 54), laudo de exame tanatoscópico (fl. 55-8). Não paira dúvida quanto o óbito da vítima Alan Álvaro dos santos. 2 ? Indícios de autoria.O acusado não negou tenha desferido golpe de faca contra Alan, mas sem a intenção de matá-lo e, continua, assim o fez para se defender, pois imaginou que seria atacado pela vítima (fl. 118).Quanto aos indícios sérios e idôneos de autoria pode-se mencionar o interrogatório do acusado (fls. 118), declarações das testemunhas Ermes Firmino da Costa (fl. 114), Cleverson Luciano Guilherme (fl. 111), Izael Correa e Gezreel Pereira de Oliveira (fl. 110-11)Pois bem. Estamos diante de um Juízo de admissibilidade, fundado em suspeita, onde prevalece o in dubio pro societate. Por este prisma existem indícios que apontam o réu Erik, como o autor da facada que atingiu e levou a óbito a vítima Alan. As provas coligidas durante a instrução criminal, trazem os indícios de autoria que deverão ser confrontados pelo conselho de sentença. Repita-se. Estamos diante de um juízo de suspeitas, onde prevalece o in dubio pro societate e mesmo advindo qualquer dúvida no espírito do julgador, por menor que seja, não há como subtrair o acusado do julgamento pelo juiz natural, no caso o Tribunal do Júri Popular. Qualquer dúvida há de ser analisada pelo Conselho de Sentença, onde requer profunda análise meritória, envolvendo todas as questões da autoria. Ademais, os elementos trazidos à baila não são o suficiente para demonstrar, de forma cabal, a existência ou exclusão da legítima defesa. Temos apenas a palavra do acusado que deve ser analisada com mais vagar pelo Conselho de Sentença, que poderá confrontá-la com as demais provas dos autos. Os elementos disponíveis não são o bastante para caracterizar ou até mesmo excluir a legítima defesa. Essa matéria será apreciada pelo Egrégio Tribunal do Júri Popular.Com relação às qualificadoras, havendo fortes indícios de que o homicídio é qualificado pelo motivo fútil é de se reconhecer tal qualificadora e, igualmente, remetê-la à apreciação do E. Tribunal do Júri, para que o Conselho de Sentença avalie sua incidência e aplicação, sob pena de se racionar antecipadamente o juízo de causa e violar o princípio constitucional da soberania do Tribunal do Júri.Com efeito, conforme já exposto acima, há fortes indícios de que o autor do crime tenha agido por motivo fútil, pois atingiu a vítima por imaginar que esta teria paquerado sua ex-namorada. Tal qualificadora encontra-se apoio na fala das testemunhas Emerson Dias e Udson Lima (fl. 114-16) O Ministério público pede a manutenção da qualificadora e a defesa pede a exclusão. Cabe ao Conselho de sentença decidir. ISTO POSTO, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida na denúncia para PRONUNCIAR o acusado ERIK BORGES JÚNIOR, já qualificado, por infração, em tese, às normas contidas no art. 121, § 2º, inc. II do CP, tendo como vítima Alan Álvaro dos Santos , o que faço com espeque no art. 413, caput, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Penal. O réu compareceu a todos os atos do processo, sempre declinando o seu endereço. Por isso tem o direito de aguardar o julgamento em liberdade.Transitada em julgado esta, abra-se vista às partes para manifestação nos termos do artigo 422, CPP, pelo prazo de 05 dias. Oportunamente, inclua-se o presente feito na pauta do Egrégio Tribunal do Júri Popular desta Comarca. Anote-se. Comunique-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se, inclusive a vítima. Cumpra-se.Cacoal-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0008406-20.2011.8.22.0007
Ação:Pedido de Prisão Temporária
Autor:D. de P. C. de C.
Advogado:Delegado de Polícia ( )
DESPACHO :
Ao MP, quanto o pedido de revogação da prisão preventiva. Em seguida, concluso. Cacoal-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Proc.: 1000886-26.2010.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:Renato Henrique Neto, Thiago Moraes Dias
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
Vistos. O feito tramitou inicialmente no Juizado Especial Criminal, sendo que os infratores Renato Henrique Neto e Thiago Moraes Dias não foram localizados para que fossem intimados para audiência preliminar. O MP ofereceu denúncia em desfavor do primeiro às fls. 95 e 96, e, contra o segundo, às fls. 99/100.Pois bem.Recebo as denúncias, pois verifico que estão preenchidos os requisitos formais previstos no art. 41 do CPP, narrando, em tese, a prática de crime, e não se enquadrando,

a princípio, em nenhuma das hipóteses previstas no art. 395 do mesmo Diploma Legal, o que arreda a inépcia formal. Da análise da prova inquisitorial, mesmo perfunctoriamente, confirmam-se os indícios de autoria e materialidade. Pelo menos para esta fase, não há excesso de acusação e nem se trata de inépcia material da denúncia. Também não se trata de absolvição sumária, pois não resta configurada nenhuma das hipóteses do artigo 397, CPP (Lei 11.719/08), obstativa do prosseguimento da ação penal.Como já dito, os autos foram remetidos para a justiça comum em razão do acusado não ter sido localizado para citação pessoal, estando em local incerto e não sabido, portanto, determino a citação dos acusados por edital, nos termos da lei processual. Decorrido prazo do edital, venham conclusos.Cumpra-se.Cacoal-RO, segunda-feira, 7 de novembro de 2011.Ivens dos Reis Fernandes Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO: PRAZO: 20 DIAS
Proc.: 1000886-26.2010.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:Renato Henrique Neto, brasileiro, nascido aos 24/03/1983, em Rondonópis/MT, filho de José Henrique Neto e de Maria do Carmo Silva e Thiago Moraes Dias, brasileiro, nascido aos 10/04/1989, filho de Nilson Moraes Dias e de Maria das Graças Mazza, ambos atualmente encontram-se em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR os denunciados acima qualificados, para responderem a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. Na resposta, os acusados poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecerem documentos e justificações , especificar as provas pretendidas e arrolarem testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário(Art. 396-A do CPP), por terem infrigidos o artigo 28, caput, da Lei 11.343/2006, conforme resumo das denúncias oferecida pelo Ministério Público. "...No dia 31 de julho de 2010, por volta das 15h35 min, na Av. Sete de Setembro, Bairro Jardim Clodoaldo, nesta cidade, nas proximidades do Rio Piarara, nesta cidade, o denunciado RENATO HENRIQUE NETO, livre e consciente, trazia consigo, juntamente com outras quatro pessoas(Richard Ghinter Bacelar , Thiago Moraes Dias e Wendell Arlen Lima), para consumo pessoal, 02 invólucros , um contendo 0,9g(nove decigramas) da substância entorpecente cannabis sativa, e outro um contendo 0,2g(duas decigramas) da substância entorpecente conhecida como Cocaína, sem autorização e em desacordo com a determinação legal, a qual foi devidamente apreendida e periciada. Segundo costa, na data do fato, a guarnição policial foi averiguadar uma denúncia anônima próximo ao Rio Piarara, quando encontrou o denunciado e outras três pessoas em atitude suspeita. Ao avistar a polícia , o denunciado, juntamente com os outros infratores , tentou se desfazer das substâncias entorpecentes , as quais foram encontradas no local. ....No dia 31 de julho de 2010, por volta das 15h35 min, na Av. Sete de Setembro, Bairro Jardim Clodoaldo, nesta cidade, nas proximidades do Rio Piarara, nesta cidade, o denunciado THIAGO MORAES DIAS , livre e consciente, trazia consigo, juntamente com outras quatro pessoas(Richard Ghinter Bacelar , Renato Henrique Neto e Wendell Arlen Lima), para consumo pessoal, 02 invólucros, um contendo 0,9g(nove decigramas) da substância entorpecente cannabis sativa, e outro um contendo 0,2g(duas decigramas) da substância entorpecente conhecida como Cocaína, sem autorização e em desacordo com a determinação legal, a qual foi devidamente apreendida e periciada.Segundo costa, na data do fato, a guarnição policial foi averiguadar uma denúncia anônima próximo ao Rio Piarara, quando encontrou o denunciado e outras três pessoas em atitude suspeita.Ao avistar a polícia , o denunciadoThiago, juntamente com os outros infratores , tentou se desfazer das substâncias entorpecentes , as quais foram encontradas no local.

Proc.: 0005324-78.2011.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:Leonildo Ferreira da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
Vistos. Cite-se por Edital. Cacoal-RO, quarta-feira, 14 de setembro de 2011.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO: PRAZO: 20 DIAS
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:Leonildo Ferreira da Silva, brasileiro, nascido aos 21/09/74, natural de Jataí/GO, filho de Raimundo Ferreira da Silva e de Sebastiana Francisca de Jesus
Advogado:Advogado Não Informado (000)
CITAR o acusado acima qualificado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações , especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário(Art. 396-A do CPP), por ter infrigido o artigo 155, caput, do CP, conforme resumo da denúncia oferecida pelo Ministério Público."...No dia 08 de julho de 2011, por volta da 07h30min, na Linha 12, Gleba 11, Lote 74, Zona Rural, nesta cidade, e Comarca de Cacoal/RO, o denunciado LEONILDO FERREIRA DA SILVA, subtraiu para si, coisas alheias móveis avaliadas em R$117, 00(centro e dezessete reais), consistentes nos objetos descritos no laudo de avaliação de fls. 23, de propriedade da vítima Walteoni Saith. Consta no caderno apuratório, que o denunciado adentrou na propriedade da vítima e subtraiu os objetos acima mencionados."

2º Cartório Criminal
INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Proc.: 0003712-08.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:José Francisco de Souza
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (3175)
Finalidade: Intimar o advogado supracitado da sentença abaixo e do prazo legal para interposição de eventual recurso.
Sentença:
RELATÓRIO
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, ofereceu denúncia contra JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA, já qualificado, imputando-lhe a prática do crime descrito no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06.

Narra a inicial acusatória:No dia 20 de maio de 2010, por volta das 15h30min, na Rua Carmélia Pontes, n. 1517, Bairro Mutirão, nesta cidade e Comarca, constatou que o denunciado JOSÉ FRACISCO DE SOUZA, guardava e trazia consigo para venda, 04 invólucros contendo 8,3g de cocaína, sendo certo se tratar de droga, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, conforme denota o auto de apresentação e apreensão de fls. 08 e laudo de constatação preliminar contante nas fls. 19/22.Segundo conta, no dia fatídico, uma equipe de milicianos do Denarc estava realizando campana, momento em que avistaram uma grande movimentação de pessoas na casa do denunciado. Ato contínuo, os policiais abordaram José Francisco quando então ele jogou dois invólucros contendo drogas que estavam em sua mão para dentro do quintal de sua residência. Em seguida, os policiais adentraram no local e encontraram escondido dentro de um buraco de tijolo mais dias porções de drogas.É dos autos que no momento da diligência, um usuário de droga (Gilmar Gonçalves do Amaral) telefonou para o celular do denunciado lhe pedindo substância entorpecente, bem como informando o lugar em que estaria lhe aguardando.Restou apurado que foi apreendida a motocicleta descrita no autos de fl. 27, utilizada na entrega da droga pelo denunciado. A denúncia veio acompanhada do inquérito policial n. 0230/11. Notificado (fl. 52), o réu apresentou defesa preliminar (fl. 57/60).Recebida a denúncia (fl. 73), o processo foi instruído com o depoimento de duas testemunhas e o interrogatório do réu, conforme atas e termos de fls. 79/83 e 94/98. Encerrada a instrução processual, o Ministério Público apresentou alegações finais às fls. 99/102, requerendo a procedência da denúncia tal como formulada. Alegações finais da Defesa às fls. 104/106, postulando absolvição do réu, ou, alternativamente, a desclassificação para o delito descrito no art. 28, da Lei n. 11.343/06.É o relatório. FUNDAMENTAÇÃO, A denúncia atribui ao réu a prática da conduta tipificada no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06.A materialidade do crime está consubstanciada no Auto de Prisão em Flagrante de fl. 08, no Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 14, na Ocorrência Policial de fls. 22/24, no Laudo Pericial de Exame Toxicológico Preliminar de fls. 25/28, e no Laudo de Exame Químico Toxicológico de fls. 47/48.Quanto à autoria, à autoridade policial (fl. 12), o réu alegou que a droga apreendida em sua residência se destinava ao seu consumo e que a motocicleta apreendida em seu poder pertencia à sua esposa. Em juízo (fls. 95/96), o réu disse o seguinte:Quanto aos fatos da denúncia eu estava trabalhando, sendo que ganhava entre R$300,00 a R$400,00 por semana, fui mandado embora e no outro dia fui receber meu dinheiro; recebi, comprei 4 “paradas” para fumar e ao chegar em casa, os “homens” me abordaram; não vendo drogas, apenas fumo e não consigo largar; nunca vendi substância entorpecente, nem mesmo para sustentar o vício; essa droga que estava no tijolo é minha, para fumar; não tinha dinheiro na casa; sou amasiado com Eliana Pereira da Silva, que está presa; ela está presa por causa da minha enteada; minha enteada estava com droga; não sei porque a Eliana está presa; conheço Acrísio e Gilmar; o nome da minha enteada é Jéssica; nada tenho contra essas pessoas. Não sei dizer se fui condenado anteriormente por tráfico; eu tinha comprado uma droga e ao chegar no portão de minha casa, esse Acrísio me abordou, eu estando com maconha; até hoje não sei porque fui condenado, sendo que eu não tinha advogado. Conheço Gilmar Gonçalves do Amaral e usamos substância entorpecente direto, juntos; conheci ele num boteco e no dia da minha prisão usei drogas com ele; ele estava na casa dele, me ligou chamando-me para ir lá, usar drogas; fui e naquele dia ele era quem tinha a droga; quando eu tinha, eu também ligava para ele vir e fumar comigo; já trabalhamos juntos em roçada, no mato; eu trabalhava numa empresa chamada Cabelo Radiadores; trabalhei ali durante 6 anos; minha renda mensal era em torno de R$1.200,00 ou R$1.500,00; eu não tinha carteira assinada, sendo autônomo; não sei dizer quanto eu gastava por mês para comprar substância entorpecente; já deixei faltar coisa em casa por conta disso; não consigo parar de usar droga, sendo que nunca me internei e nunca me submeti a qualquer tratamento para largar o vício; quando a polícia me abordou, não lembro se apresentaram mandado de busca, mas eles entraram na minha residência; encontraram apenas droga na minha casa, sendo que não acharam balança de precisão, recorte de plásticos, nada disso; quem estava lá era o Acrísio, o Abdias e outro; fora da polícia não tinha mais ninguém, apenas a Jéssica; não chamaram ninguém de fora (popular) para acompanhar as buscas deles; apanhei bastante para falar alguma coisa; apanhei do Abdias e de outro policial; eles bateram na minha cara. As testemunhas, em juízo (fls. 81/83), revelaram o seguinte:ACRISIO DOS SANTOS BARBOSA JÚNIOR:Recordo dessa diligência; o acusado juntamente com sua esposa comercializavam substância entorpecente num bairro ao lado desse onde foi preso dessa vez; eu trabalhava no GIC e fizemos todo o acompanhamento dele e de sua esposa, fazendo imagens; um dia recebemos informação de que tinha acabado de chegar substância entorpecente em sua casa e fomos cumprir um mandado de busca, indo ele preso por uns 9 meses mais ou menos; assim que foi solto, um informante passou que novamente o acusado estava vendendo substância entorpecente; fui novamente atrás do acusado e na casa de sua sogra, salvo engano, comecei acompanhá-lo, bem como a sua esposa; durante 5 noites comecei a acompanhá-los, pois eles já conheciam meu rosto e não podia fazer isso de dia; fiz campanas e acompanhei toda a movimentação, confirmando que ambos faziam comércio de substância entorpecente; os usuários vinham na residência da Primavera com a Carmela Pontes e eles faziam a venda de drogas; o acusado e sua esposa ficavam de mãos dadas, e quando a guarnição passava, se beijavam, se abraçavam e era como se nada tivesse acontecendo; não lembro o nome da esposa dele; o usuário vinha, fazia contato com ele ou ela, que iam para casa, pegavam o entorpecente e voltavam de mãos dadas, entregando a droga ao usuário; monitorei isso por 5 dias, sempre a noite; depois disso eles mudaram de casa e então passei a fazer monitoramento junto com o pessoal da civil; o movimento maior era dia de sexta e sábado; no dia do cumprimento do mandado de busca, tínhamos a informação de que o acusado teria sido visto com substância entorpecente dentro de sua residência; chegamos, e quando fomos abordar o acusado, esse correu para dentro da casa e jogou duas parangas de entorpecente no chão da casa; seguramos o acusado e revistamos a casa; um policial civil encontrou na parede da casa, do lado de fora, dois invólucros grandes, sendo que tínhamos já encontrado dois invólucros pequenos; dentro da casa tinha uma menor, enteada do acusado, que relatou para nós que quando seu padrasto e mãe foram presos, quem cuidou deles (filhos) foi a avó e que eles vendiam droga mesmo; que a avó pegou os mesmos para cuidar e foram embora para outra cidade; tenho isso gravado, todo o depoimento da menor; um dia antes dos pais “caírem”

ela retornou a esta cidade e viu que eles comercializavam novamente drogas; ela mesma me mostrou roupas novas, que segundo a menor, eram na base da troca; a menor explicou que a pessoa vem, dá a roupa para a mãe dela e em troca recebe drogas; essa roupa foi toda recolhida no dia do cumprimento do mandado; ela disse que a pessoa liga no celular e o acusado junto com sua mãe iam fazer a entrega; o acusado tinha uma Biz vermelha; a menor mostrou onde guardavam a droga, num mato, e nos levou até lá; perguntei ao acusado da mesma e ele disse que não tinha mais, pois já tinha levado embora; depois de uma semana, a guarnição do Vista Alegre prendeu a esposa do acusado com mais droga e uma balança de precisão; quando o acusado"caiu", sabíamos que aquela droga apreendida não era tudo, eis que existiam mais substância entorpecente em algum lugar; sabíamos disso por conta das nossas informações; abordamos também um usuário; o policial Abdias, da polícia civil, conversou com o usuário que confessou comprar droga do acusado, sendo que também usavam juntos. Encontramos dois invólucros pequenos jogados ao chão pelo acusado e no buraco do tijolo, atrás da casa, encontramos mais dois invólucros grandes; recolhemos as drogas, as roupas e encaminhamos tudo para a Delegacia; quando conversamos com a menor, dentro da residência, gravamos todo seu relato; filmei as roupas, que eram usadas como troca por drogas; era uma quantidade razoável a que encontramos no buraco do tijolo; a balança não foi encontrada naquele local e nem o restante da droga. O único benefício que nosso informante recebe é ficar longe das drogas; a maioria dos nossos informantes são usuários; eles compram substância entorpecente e informam pra nós, pois no fundo é que querem se ver livre da drogas, eis que quanto mais a droga está perto mais querem usá-la; algumas investigações fazemos filmagens, outras não; algumas fazemos relatório pelo menos semanal, outras não, sendo feito apenas no final do monitoramento; quando é feita campana noturna, não tem filmagem, pois a câmera não capta imagens boas; da outra casa tem filmagem, mas dessa casa não tem; a menor disse que tinha chegado ali um dia antes dos fatos, pois ela disse que estava morando perto de Vilhena; no local onde a menor nos mostrou não encontramos nada, mas segundo ela, sua mãe teria ido na data do dia anterior buscar droga escondida ali; realmente vimos que tinha rastro de pneu de moto; no dia da prisão do acusado a sua esposa nem apareceu ali na casa; não teve pressão psicológica ou física para que a menor nos contasse esses fatos, inclusive temos filmagem de tudo; foi tudo feito de forma espontânea; da outra vez, não gravamos e também foi tudo de forma espontânea, sendo que ela dizia que via que tudo ia acabar dando errado, pois notava que era droga que sua mãe estava vendendo; que sua mãe nem estava mais escondendo; a informação dizia que era uma quantidade razoável a droga que o acusado tinha em seu poder; tentamos acionar o pessoal do canil, mais eles não estavam na cidade; não fizemos trabalho de vasculhar, cavar quintal; procuramos apenas com o olhar, mas com os cachorros teria sido mais eficiente; o acusado falou várias coisas para nós quando o prendemos, mas não recordo exatamente suas explicações do porque ter aquele montante de drogas consigo; a maioria diz que é usuário, é de praxe; não duvido que ele seja usuário, mas que vendia, isso também acontecia; um usuário foi encaminhado para a Delegacia no dia dos fatos, mas não recordo seu nome; esse usuário não estava na residência, sendo que foi conduzido para a Delegacia pela polícia civil; foi um trabalho de informações que ocasionou na prisão do acusado e apreensão do entorpecente. GILMAR GONÇALVES DO AMARAL: Eu e o acusado somos usuários de substância entorpecente; conheço-o a pouco tempo, mas quando eu tinha usávamos juntos e quando era ele quem tinha, eu também usava; fui ouvido pela polícia no dia dos fatos; ele tinha acabado de sair quando a polícia chegou; na verdade ele levou droga pra mim e saiu, dizendo que depois voltava para usarmos juntos, só que não voltou; não fui pressionado para depor na Delegacia; quando fui falar, a TV estava filmando e eu estava meio doido; somos todos usuários, porém trabalhamos e compramos nossa droga; não apanhei na Delegacia; não lembro do dia que conversei com os policiais; assino apenas meu primeiro nome; telefonei para o acusado para ver se ele tinha droga para nós usarmos, sendo que ele deveria levar, pois eu estava sem; não sei de quem eu compro droga, pode ser de qualquer um que passa na rua; não comprei droga do acusado, mas ele levou e nós fumamos juntos; não paguei nada para ele, pois não tinha dinheiro; não sei dizer se o acusado vendia drogas; naquele dia não paguei nada; quando depus eu tinha acabado de chegar do serviço e fumado uma maconha, sendo que não sabia nem o que estava falando; não estou mentindo; o acusado estava numa Biz C-100 vermelha e levou droga para mim nessa moto, para que usássemos; não paguei nada para ele; eu tinha telefonado para ele antes para podermos fumar, sendo que ele deveria levar uma paranga, pois eu estava sem; ele disse que não tinha mas ia providenciar; aí ele chegou, fumamos e foi embora; Eliane é a esposa do acusado; uso drogas a muito tempo; não sei dizer se o acusado já foi preso por causa de drogas, sendo que uma vez ele foi preso, porém eu estava no "mato", trabalhando; quando os policiais chegaram em minha casa eu estava arrumando minha bicicleta, eis que tinha quebrado; era depois do almoço, à tarde; depois que os policiais chegaram, me levaram na casa do acusado, mas não sai do carro, então não sei informar se tinha ou não criança na casa. Tem um ano mais ou menos que conheço o acusado; essa foi a primeira vez que ele levou droga para mim na minha casa; eu sabia que ele usava porque ele disse quando nos encontramos num bar para beber; antes disso nós já tínhamos fumado maconha juntos, sendo que apenas no dia dos fatos usamos esse"trem"; qualquer um comprava a maconha e depois oferecia ao outro; hoje não fumei drogas; tinha duas semanas que usávamos drogas juntos; tinha vez que era eu quem comprava a droga e outras vezes era ele quem fazia isso; não conheço os caras de quem compro; cada vez compra-se de uma pessoa diferente; as vezes ele levava drogas lá em casa, mas pagar a ele nunca paguei; já fui processado por conta de "energia", mas paguei tudo direitinho; depois que o acusado foi preso, dei uma "parada" no uso de drogas. Minha esposa reclama muito, então parei um pouco de usar substância entorpecente; uso desde que era solteiro sendo que a uns 18 anos uso drogas; sou casado e tenho 4 filhos; sou jardineiro e podo arvores; tudo que aparece, faço; serviços gerais; ganho razoável, e gasto apenas a sobra do dinheiro das necessidades da casa; eu usava muita maconha, depois passei ao crack/pedra, mas estou conseguindo parar; no dia que o acusado foi preso, estávamos usando pedra; conheci o acusado no mato, roçando pasto; começamos a conversar e ficamos sabendo que éramos usuários; apenas uma pedra me faz ficar confuso, tonto; depois lembro o que aconteceu, mas na hora, fica tudo embaçado; era comum eu comprar uma pedra ou maconha e chamar o acusado para fumar comigo; fazíamos isso no "mato",

geralmente. A análise do contexto probatório evidencia que a versão apresentada pelo réu contraria a prova dos autos, veja-se. Note-se que a testemunha ACRÍSIO, informou claramente que o réu estava sendo monitorado, chegando a descrever, inclusive, o modo como o réu e sua esposa agiam durante a comercialização de entorpecentes. Esclareceu, ainda, que a própria enteada do réu (JÉSSICA) relatou que ele vendia drogas e que após a prisão do réu, Eliana, esposa dele e mãe de Jéssica, também foi presa com mais entorpecentes e uma balança de precisão. Tal relato está filmado (fl. 86v). Saliento que por tais fatos, ELIANA PEREIRA DA SILVA foi condenada nos autos n. 0004000-53.2011.8.22.0007. Conquanto a testemunha GILMAR confirme que o réu era usuário de drogas e que juntos faziam uso de entorpecentes, tal fato, por si só, não afasta a prática de quaisquer das condutas descritas no art. 33, da Lei n. 11.343/06.É que o crime de tráfico de drogas é de conteúdo típico alternativo, múltiplo ou variado, englobando diversas condutas, dentre as quais ?oferecer?, ?ter em depósito?, ?guardar?, ?entregar a consumo ou fornecer?. Não se faz necessário a obtenção de lucro, tanto que dentre as condutas tipificadas está o verbo ?vender? em contraponto com a circunstância ?ainda que gratuitamente?. Neste particular, a testemunha GILMAR relata com clareza que no dia dos fatos o réu lhe entregou uma porção de entorpecente, a seu pedido.Muito embora a testemunha em questão relate que nada pagou pelo entorpecente, como já salientado, o crime descrito no art. 33, da Lei n. 11.343/06, também abarca o ato de ?entregar a consumo ou fornecer, ainda que gratuitamente?, o entorpecente a terceiros. E não é só! Após o réu ser abordado, a testemunha GILMAR ligou para o réu pedindo uma porção de entorpecente e indicando o lugar onde a droga deveria ser levada. Evidentemente tal conduta constitui tráfico de drogas, não havendo que se falar em desclassificação para o delito descrito no art. 28, da Lei n. 11.343/06. Quanto à validade dos depoimentos dos policiais, vejamos a atual orientação jurisprudencial:HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. NULIDADE NO ATO DE RECONHECIMENTO DO ACUSADO. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. ÉDITO QUE ENCONTRA APOIO EM OUTROS ELEMENTOS COLHIDOS SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO. SENTENÇA CONDENATÓRIA FUNDAMENTADA NO DEPOIMENTO DE POLICIAIS MILITARES. MEIO DE PROVA IDÔNEO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. ORDEM DENEGADA.1. A alegada fragilidade do conjunto probatório, a ensejar a pretendida absolvição, é questão que demanda aprofundada análise de provas, o que é vedado na via estreita do remédio constitucional, que possui rito célere e desprovido de dilação probatória.2. Conforme entendimento desta Corte, o depoimento de policiais responsáveis pela prisão em flagrante do acusado constitui meio de prova idôneo a embasar o édito condenatório, mormente quando corroborado em Juízo, no âmbito do devido processo legal.3. De acordo com o entendimento desta Corte Superior, a suposta inobservância das formalidades previstas no art. 226 do Código de Processo Penal não enseja nulidade do ato de reconhecimento do paciente em sede policial se o édito condenatório está fundamentado em idôneo conjunto probatório, produzido sob o crivo do contraditório, que asseste a autoria do ilícito ao paciente.4. Ordem denegada.(HC 210.219/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/10/2011, DJe 19/10/2011) Comprovada, pois, a autoria e a materialidade delitivas, assim como presentes os elementos da culpabilidade, a procedência da denúncia é medida que se impõe.Considerando que o réu ostenta antecedentes criminais (fls. 109/114), não há que se falar na aplicação do § 4º, do art. 33, da Lei n. 11.343/06. No mais, questões referentes à dosimetria da pena serão analisadas na fase correspondente. Por fim, quanto aos bens apreendidos, não há nos autos a necessária comprovação de que foram adquiridos com dinheiro proveniente do tráfico de drogas, bem assim que a motocicleta era utilizada costumeiramente para a prática do crime. DISPOSITIVO Pelo exposto, julgo procedente a denúncia para condenar JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA, já qualificado, pela prática do crime capitulado no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06, nos termos da fundamentação.Critério de individualização da pena.Analisando as circunstâncias do art. 42 da Lei n. 11.343/06, e art. 59 do Código Penal, verifico que:O réu agiu com grau de culpabilidade inerente ao crime praticado, posto que é imputável e conhecedor da ilicitude do seu ato, sendo-lhe exigível conduta diversa. Registra antecedentes criminais (fls. 109/114). Não há elementos concretos para se avaliar a sua conduta social e sua personalidade. Os motivos do crime, segundo restou apurado, são injustificáveis. As circunstâncias são normais ao tipo penal. As consequências, embora extremamente danosas, são inerentes ao delito praticado.Não há que se falar em conduta da vítima. Com efeito, fixo a pena-base em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 550 (quinhentos) dias-multa à razão de 1/30 (um trigésimo), do salário mínimo vigente à época dos fatos, tornando-a definitiva dada a ausência de outras causas modificadoras.Fixei a pena acima do mínimo legal em razão dos antecedentes criminais do réu.Considerando, ainda, os antecedentes criminais, bem assim o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei n. 8.072/90, a pena privativa de liberdade será cumprida inicialmente no regime fechado.Na medida em que o réu respondeu a todo o processo preso, inexistem razões para conceder-lhe a soltura, notadamente após a sentença condenatória, ainda que recorrível. Demais disso, é sabido que o tráfico de entorpecentes é fomentado, na sua grande maioria, por usuários que acabam por se envolver na prática de outros delitos para sustentar o vício, notadamente crimes contra o patrimônio. Assim, além de salvaguardar a ordem pública, a prisão tem lugar, também, para que a liberdade não sirva de incentivo à práticas similares. Nego ao réu, portanto, o direito de apelar em liberdade.Determino a imediata incineração do entorpecente apreendido, devendo a Escrivania proceder como de praxe. Quanto aos demais bens, determino a restituição aos seus proprietários, mediante comprovação e termo nos autos. Custas pelo réu. Nos termos da Resolução n. 19/06, do Conselho Nacional de Justiça, expeça-se Guia de Execução Provisória.Transitada em julgado esta sentença, expeça-se Guia de Execução Definitiva, lance-se o nome do réu no Rol dos Culpados e comunique-se ao TRE/RO, INI/DF e II/RO. P.R.I.Cacoal-RO, quarta-feira, 30 de novembro de 2011.Ivens dos Reis Fernandes Juiz de Direito

Proc.: 0001280-50.2010.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Daiko Ribeiro Mota
Advogado: Defensoria Pública
DESPACHO :
"...Cite-se por edital. Cacoal, 16/12/2011(a) Ivens dos Reis Fernandes

EDITAL DE CITAÇÃO:
AÇÃO PENAL DE N.: 0001280-50.2010.822.0007
DENUNCIADO: DAIKO RIBEIRO MOTA, brasileiro, nascido aos 08/01/1991, natural de Vila Extrema/AC, filho de Francisco de Assis Conceição Mota e de Maria Aparecida Ribeiro, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o acusado acima qualificado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações , especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário(Art. 396-A do CPP), por ter infrigido o artigo 15, da Lei nº 10.826/03, conforme resumo da denúncia oferecida pelo Ministério Público. "...No dia 21 de novembro de 2009, por volta das 05h18min, na Rua 7, próximo ao campo de futebol, Bairro Habitar Brasil I, nesta cidade e Comarca de Cacoal/RO, nesta Comarca, constatou-se que o denunciado DAIKO RIBEIRO MOTA, disparou arma de fogo, tipo revólver, calibre 28, nº de série 1463231, marca Taurus, em lugar habitado. Restou apurado que a autoridade policial recebeu uma denúncia anônima a qual informava que no local acima referido um indivíduo havia efetuado quatro disparos de arma de fogo e fugiu do local. Foram juntados auto de apresentação e apreensão da arma de fogo, fl. 27 e laudo de exame de eficiência de arma de fogo às fls. 29/30."

Proc.: 0007215-37.2011.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Cleiton Aparecido da Silva Candido, Angelo Marcos Ferreira Ramos
Decisão:
Vistos. Recebo a denúncia, pois verifico que a inicial preenche os requisitos formais previstos no art. 41 do CPP; narrando, em tese, a prática de crime, e não se enquadrando, a princípio, em nenhuma das hipóteses previstas no art. 395 do mesmo Diploma Legal, o que arreda a inépcia formal. Da análise da prova inquisitorial, mesmo perfunctoriamente, confirmam-se os indícios de autoria e materialidade. Pelo menos para esta fase, não há excesso de acusação e nem se trata de inépcia material da denúncia. Também não se trata de absolvição sumária, pois não resta configurada nenhuma das hipóteses do artigo 397, CPP (Lei 11.719/08), obstativa do prosseguimento da ação penal.As outras questões escapam da cognição preliminar e ficam relegadas ao mérito, portanto:1- Cite-se os acusados para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, devendo serem indagados, no ato, se possuem defensor constituído. Declarando os réus não terem defensor, nem condições financeiras para constituí-lo, fica nomeada a Defensoria Pública para atuar em sua defesa, devendo o processo, após a citação do mesmo, ser encaminhado para a Defensoria Pública. 2- Na resposta, os acusados poderão argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (Artigo 396-A do CPP). Com a resposta, voltem os autos para análise quanto ao previsto no artigo 397 e 399 do Código de Processo Penal.3- Se, eventualmente, não forem os acusados localizados, estando em local incerto e não sabido, o que deverá ser certificado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica, desde já, determinada a citação por edital. 4- Serve a presente de mandado. 5- Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cacoal-RO, segunda-feira, 17 de outubro de 2011.Ivens dos Reis Fernandes Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO: PRAZO 20 DIAS
Proc.: 0007215-37.2011.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
DENUNCIADOS :Cleiton Aparecido da Silva Candido,brasileiro, nascido aos 06/07/1992, natural de Curitiba/PR, filho de Claudio Luiz Cândido e de Cleid Gouveia da Silva; Angelo Marcos Ferreira Ramos, brasileiro, nascido aos 05/03/1993, natural de Porto Velho/RO, filho de Merenin Ferreira Ramos, ambos atualmente encontram-se em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR os acusados acima qualificados para responderem a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. Na resposta, os acusados poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações , especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário(Art. 396-A do CPP), por terem infrigidos o artigo 163, parágrafo único, III, (por duas vezes) na forma do art. 69, ambos do Código Penal , conforme resumo da denúncia oferecida pelo Ministério Público. "...1º fato: No dia 18 de julhode 2011, às 12h, no centro Sócio Educativo, localizado na Av. Itapemirim, nº 421, Bairro Chácara Brizon, nesta cidade e Comarca de Cacoal, os denunciados CLEITON APARECIDO DA SILVA CANDIDO e ANGELO MARCOS FERREIRA RAMOS, adrede ajustados com os adolescentes Weverson Luiz França, Adriano Rezende, Anderson Pereira Damasceno e Marcos Henrique Ferreira de Souza, destruíram cinco colchões e um bebedouro, pertencente ao patrimônio público do Estado, conforme laudo de fls. 39/46. É dos autos que os denunciados atearam fogo no local acima mencionado causando danos nas paredes, no portão de acesso ao pátio, nos colchões e no bebedouro. DO 2º fato: No dia 07 de agosto de 2011, às 12h, no Centro Sócio Educativo, localizado na Av.Itapemirim, nº 421, Bairro Chácara Brizon, nesta cidade e comarca de Cacoal, os denunciados CLEITON APARECIDO DA SILVA CANDIDO e ANGELO MARCOS FERREIRA RAMOS, adrede ajustados com os adolescentes Weverson Luiz França Adriano Rezende, Anderson Pereira Damaceno e Marcos Henrique Ferreira de Souza, destruíram a dobradiça inferior da porta gradeada em ferro instalada no alojamento pertencente ao parimônio público do Estado, conforme laudo de fls.35/38"

Proc.: 0006075-65.2011.8.22.0007
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:Andreia Andrade Pereira Tavares
Infrator:Valmiro Debellazi Tavares
DESPACHO :
Vistos. Intime-se o infrator por edital. Cacoal-RO, quarta-feira, 16 de novembro de 2011.Ivens dos Reis Fernandes Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO: PRAZO: 20 DIAS
Proc.: 0006075-65.2011.8.22.0007
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:Andreia Andrade Pereira Tavares

Infrator:Valmiro Debellazi Tavares, brasileiro, natural de São Jorge do Patrocínio/PR, nascido aos 25/07/1980, filho de Benedito Tavares e de Rosa Debellazi Tavares, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAR o acusado acima, do r. DESPACHO transcrito."...vistos, considerando os termos do ofício de fl. 18, postergo o prazo de vigor das medidas protetivas, até o término do prazo de decadência do direito de representação da vítima, ou seja, seis meses a contar da data do fato....Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se. Cacoal, 3 de novembro de 2011.(a) Ivens dos Reis Fernandes. Juiz de Direito."

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1º Cartório do Juizado Especial Cível
Proc.: 1001269-67.2011.8.22.0007
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Promovente(s): Áustia de Souza Azevedo
Promovido(s): Banco BMG S.A.
Advogado: Nelson Wilians Fratori Rodrigues OAB/RO 4875-A
Finalidade: Intimar a parte requerida da r. sentença a seguir transcrita em partes:"(...)Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido feito por AUSTIA DE SOUZA AZEVEDO em face do BANCO BMG S/A para condenar o requerido ao pagamento de R$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais) em favor da requerente, referente ao dobro dos valores descontados indevidamente em contracheque, já amortizada a importância paga voluntariamente, com fluência de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária a partir da data da citação (CC 405 e CPC 219).DECLARO RESOLVIDO o mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Intime-se o requerido a cumprir a sentença no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (CPC 475-J). Se fizer o pagamento espontâneo deverá comprovar o ato em cartório, no prazo acima especificado, sob pena de sofrer atos de execução.Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios, com escopo no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.Se o trânsito em julgado, decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de cumprimento, arquive-se.Publicação e Registro automáticos.Intime-se a requerente (mandado) e o requerido (DJ – NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB/RO 4.875-A).Inclua-se o nome do advogado da parte requerida junto ao PROJUDI.Agende-se decurso de prazo recursal.Cacoal, 15/12/2011juíza ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc.: 1001269-67.2011.8.22.0007
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Promovente(s): Áustia de Souza Azevedo
Promovido(s): Banco BMG S.A.
Advogado: Nelson Wilians Fratori Rodrigues OAB/RO 4875-A
Finalidade: Intimar a parte requerida da r. sentença a seguir transcrita em partes:"(...)Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido feito por AUSTIA DE SOUZA AZEVEDO em face do BANCO BMG S/A para condenar o requerido ao pagamento de R$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais) em favor da requerente, referente ao dobro dos valores descontados indevidamente em contracheque, já amortizada a importância paga voluntariamente, com fluência de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária a partir da data da citação (CC 405 e CPC 219).DECLARO RESOLVIDO o mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Intime-se o requerido a cumprir a sentença no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (CPC 475-J). Se fizer o pagamento espontâneo deverá comprovar o ato em cartório, no prazo acima especificado, sob pena de sofrer atos de execução.Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios, com escopo no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.Se o trânsito em julgado, decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de cumprimento, arquive-se.Publicação e Registro automáticos.Intime-se a requerente (mandado) e o requerido (DJ – NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB/RO 4.875-A).Inclua-se o nome do advogado da parte requerida junto ao PROJUDI.Agende-se decurso de prazo recursal.Cacoal, 15/12/2011juíza ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"
Francisco Antonio Lima
Escrivão Judicial

1º Cartório do Juizado Especial Cível
Proc.: 1001200-35.2011.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Processo nº: 1001200-35.2011.8.22.0007
Requerente: Carlos Barcelos Sibien
Advogada: Angela Maria Dias Rondon Gil - OAB/155B
Requerido : DISMOBRAS Importação, Exportação e Distribuição de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.
Advogado : André Luis Gonçalves - OAB/RO 1991-RO
Requerido: LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA.
Advogado (s) : Fábio Luis de Mello Oliveira - OAB/MT 6.848
Inessa de Oliveira Trevisan Sofhia - OAB/MT 6.483
Sentença: Vistos etc... CARLOS BARCELOS SIBIEN propôs AÇÃO em face de DISMOBRÁS – IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MÓVEIS E ELTRODOMÉSTICOS LTDA. (CITY LAR) e LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA narrando que em 04/05/2010 comprou um notebook da marca Philco, junto a empresa City Lar, em 15 (quinze) parcelas no valor total de R$ 1.990,00 (um mil novecentos e noventa reais), do qual R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) foram financiados pela requerida Losango Promoções de Vendas LTDA em 15(quinze) parcelas de R$ 79,35 (setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), e o valor remanescente pela própria loja (City Lar), por meio de crediário próprio em 04 (quatro) parcelas. Defende que ambas as requeridas respondem de forma solidária pelos danos originados. Narra que pagou todo o débito relacionado a aquisição do produto, inclusive tendo quitada algumas parcelas antecipadamente. Afirma que, ao tentar efetuar compra à prazo no comércio local, foi surpreendido com a informação de que seu nome estava negativado. Requer indenização por danos morais. Pugnou pela concessão de liminar para exclusão de seu nome dos cadastros de inadimplentes, que foi concedida nos termos pleiteados (mov. 07).
A DISMOBRÁS – IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MÓVEIS E ELTRODOMÉSTICOS LTDA (CITY LAR), ora primeira requerida, suscita preliminar de ilegitimidade passiva de parte, uma vez que foi a requerida Losango que procedeu a negativação do nome do requerente no órgão restritivo, apenas prestando serviço terceirizado para esta. No mérito, defende-se afirmando que a requerida Losango agiu no exercício regular do direito, vez que o requerente não adimpliu o contrato de compra e venda pactuado. Afirma que

inexiste qualquer ato ilícito ensejador na condenação de danos morais alegados. Requer a improcedência do pedido.

A LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA, ora segunda requerida, teve decretada a revelia em audiência (mov. 19), haja vista que o valor da causa exigia a presença de advogado na referida solenidade (art. 20 da Lei 9.099/95).

DECIDO

Em princípio, a alegação de carência de ação pela ilegitimidade passiva da primeira requerida não deve prosperar.

A requerida enquanto integrante da cadeia de consumo colhe bônus da relação jurídica formada pelo requerente, não havendo maneira de eximir-se de sua responsabilidade por eventual prejuízo ocasionado e deixar seus consumidores sem qualquer proteção jurisdicional ao retardar ou impedir a sua defesa (CDC VI e VIII 6º).

O financiamento foi realizado para compras de produtos diretamente junto à primeira requerida, sendo claramente evidenciada a aferição de lucros decorrentes de tal serviço.

Inclusive, a razão social da primeira requerida é consignada nas faturas mensais apresentadas pelo requerente em sua peça inaugural, demonstrando que ambas as requeridas possuem parceria, uma vendendo produtos e a outra financiando o mesmo.

ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO FORNECEDOR REJEITADA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DO NOME DO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. A instituição financeira administradora do cartão de crédito e o estabelecimento comercial que o emite e viabiliza o crédito para aquisição de seus produtos devem responder solidariamente pelos danos advindos da falha dos serviços que ambos disponibilizam no mercado de consumo, a teor dos arts. 7º, parágrafo único e 25, §1º, da Lei n. 8.078/90. Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam rejeitada.

2. A indevida inscrição do nome em cadastros de inadimplentes causa evidente dano moral, porquanto viola atributo da personalidade. Além do desrespeito ao nome do consumidor, restringe-lhe ilicitamente o crédito e, precipuamente, avilta a sua dignidade , dispensando, desse modo, a prova do prejuízo, que se presume, e deve ser indenizado nos termos do art. 14, § 1º, da Lei n. 8.078/90.

3. Observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que informam a fixação da indenização do dano moral, com inteligência judicial que considera as circunstâncias da lide, a condição socioeconômica das partes, bem como o grau de culpa do causador do dano, a gravidade e intensidade da ofensa moral, prolata sentença que merece ser confirmada.

4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios em 10% do valor da condenação (TJDFT. 20101310000466ACJ, Relator SANDRA REVES VASQUES TONUSSI, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, julgado em 27/07/2010, DJ 30/07/2010 p. 153).

Tendo em vista que faz parte da cadeia produtiva igualmente responde pelos danos originados de atos ilícitos (CDC parágrafo único 7º e § 1º 25), inexistindo possibilidade em se falar de ilegitimidade passiva ao passo que verificada a relação de consumo e incidência do Código de Defesa do Consumidor.

Assim, afasto a preliminar suscitada por ser a primeira requerida legítima para responder pela pretensão do requerente.

Passo à análise do mérito.

Trata-se de ação com pedido de natureza condenatória, tendo por fundamento relação consumerista formada entre as partes, enquadrando-se as requeridas como fornecedoras de serviços, conforme previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Reconheço a responsabilidade objetiva das requeridas perante os acontecimentos narrados, motivo pelo qual respondem por eventuais danos decorrentes da inadequação ou ineficiência dos serviços prestados (CDC 14), bastando a prova do fato, dos danos e do nexo de causalidade.

Consiste a causa de pedir do requerente em negativação indevida decorrente de contrato já pago.

Nota-se que as requeridas não demonstram a existência de débitos pendentes de pagamento, sendo apresentados pelo requerente junto a petição inicial comprovantes de quitação das prestações as quais se obrigou junto a segunda requerida por meio de financiamento.

Afirma o requerente que foram cobrados valores indevidos quando dos pagamentos, seja com cobrança de taxas ilegítimas ou ausência de desconto pelo pagamento antecipado das prestações vincendas. Sustenta que o pagamento em atraso do boleto ocorreu somente em decorrência do recebimento atrasado do documento para pagamento, o que sequer veio a ser impugnado pelas partes requeridas ou apresentada a devida contraprova, portanto, versa de fato incontroverso (CPC 302 e 333, II).

Importante frisar que, apesar da condição processual de revelia da requerida LOSANGO, foi apresentada contestação ao mov. 11 que não contem em seu teor qualquer relação com os fatos ora apurados, razão que deve ser desconsiderada em sua íntegra face a inutilidade para apreciação do presente impasse.

Com efeito, indevida a cobrança de juros moratórios por atraso no envio de boleto ocasionado por culpa exclusiva do segundo requerido e estando devidamente quitado o contrato firmado entre as partes litigantes, reconheço a ilegitimidade da conduta de inscrição do nome do requerente nos órgãos restritivos de crédito.

Evidencia-se ocorrência de falha de serviço das requeridas, seja pela desídia no processamento das informações de pagamento, atraso no envio de boleto para pagamento ou pela negligência em constatar a falha, gerando cobranças e negativando o nome do requerente imerecidamente.

A inscrição de nome de pessoa em bancos de dados destinados a análise de crédito, tais como SPC e SERASA, é uma prática permitida, constituindo regular exercício de direito para cobrança de crédito exigível (CC I 188).

O uso pelas requeridas dos meios disponíveis para proteção de seu crédito é lícita, o que gera direito a indenização por danos morais é a utilização incorreta e abusiva desse meio de registro de inadimplentes, como ocorreu no feito.

Tendo o requerente efetuado o pagamento do débito, é abusiva a conduta da segunda requerida em incluir e manter o nome inscrito nos cadastros de proteção ao crédito por prazo injustificado, sendo que a respectiva anotação do nome caracteriza-se dano moral indenizável.

Em decorrência da responsabilidade objetiva e solidária aplicável ao caso, que não leva em consideração a culpa das partes requeridas pelos acontecimentos narrados, é de se

considerar que possuem a obrigação de serem cautelosas na prestação dos serviços disponibilizados de tal forma a evitarem lesões aos direitos do consumidor, principalmente quando uma conduta desidiosa pode ocasionar a desabonação do nome de consumidor nos órgãos de proteção ao crédito.

Assim, a inclusão e manutenção do nome do requerente em cadastros de inadimplentes após a quitação da dívida constitui negativação indevida com consequências eficazes a atingir e lesionar os direitos da personalidade.

RESPONSABILIDADE CIVIL. INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DA CLIENTE NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL PRESUMIDO. VALOR DA REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO. CONTROLE PELO STJ. POSSIBILIDADE. REDUÇÃO DO QUANTUM.

I - O dano moral decorrente da inscrição indevida em cadastro de inadimplente é considerado in re ipsa, isto é, não se faz necessária a prova do prejuízo, que é presumido e decorre do próprio fato.

III - Inexistindo critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, atendendo às peculiaridades do caso concreto, o que, na espécie, não ocorreu, distanciando-se o quantum arbitrado da razoabilidade.

Recurso Especial provido (STJ. REsp 1105974 / BA. Rel. Min. Sidnei Beneti. T-3. DJe 13/05/2009).

JUIZADOS ESPECIAIS. CONSUMIDOR. MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO DO NOME EM CADASTROS DE INADIMPLENTES APÓS A QUITAÇÃO DA DÍVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL E PROPROCIONAL. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Se a consumidora afirma que cumpriu sua obrigação de pagamento das faturas que ensejaram a negativação de seu nome em cadastros de inadimplentes, instruindo o feito com documentação adequada, incumbiria à instituição financeira demonstrar a existência de débitos residuais que ensejaram a manutenção da negativação, conforme regra do inciso II, do art. 333, do Código de Processo Civil.

2. A indevida manutenção do nome em cadastro de inadimplentes, após o pagamento do débito, é causa de dano moral indenizável, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei n. 8.078/90.

3. Se foram devidamente observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que informam a fixação da indenização do dano moral, a respectiva condenação merece ser confirmada.

4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. A súmula de julgamento servirá de acórdão, nos termos do art. 46 da lei nº 9.099/95. Condenado o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios em 10% (dez) do valor da condenação.(20100710239835ACJ, Relator SANDRA REVES VASQUES TONUSSI, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, julgado em 12/04/2011, DJ 14/04/2011 p. 265).

Os danos são presumíveis (in re ipsa) quando oriundos de negativação indevida, sendo que decorrem das próprias circunstâncias do fato por estar extinta a obrigação que originou a inscrição.

É cristalina a existência de nexo causal entre essa conduta e o resultado que bem se expressa pelo incomodo, aborrecimento, frustração e indignação do requerente que decorrem da inclusão e permanência indevida de seu nome nos cadastros de inadimplentes mesmo estando com a dívida devidamente quitada.

Estabelecida a responsabilidade das requeridas pela negativação imerecida do nome do requerente nos órgãos restritivos de crédito, resta proceder com a quantificação do dano moral.

Embora a indenização deva considerar aspectos personalíssimos das partes, deve ser ponderado que as decisões proferidas pelo Poder Judiciário jamais podem servir para que infratores da lei optem por prosseguir com a mesma conduta, haja vista que o fim maior da jurisdição é a pacificação social.

Considero que os valores praticados até a casa dos R$ 4.000,00 (quatro mil) não tem refletido em resultados relevantes de prevenção geral, pois as mesmas empresas continuam incidindo no mesmo erro ao invés de tomar providências urgentes para evitar consequências danosas aos consumidores.

Nesse contexto, insere-se a importância de que a tutela seja aplicada de modo a não só gerar orientação sobre como deve ser a postura dos jurisdicionados, mas também coerção no sentido de que haja efetivo estímulo para que os comportamentos estejam em sintonia com o ordenamento jurídico.

Caso não seja esse o pensamento, então, estaremos assumindo uma ordem na qual vale a pena infringir a lei em casos onde os lucros sejam superiores às perdas decorrentes das indenizações, caindo por terra a missão de pacificação social para que aceite-se uma condição formalista de que a indenização foi concedida e nada mais interessa.

Também haverá espaço para que venham argumentos no sentido de que os mais capitalizados estarão comprando o maior bem decorrente do Estado de Direito (obediência e submissão às leis), como num ato de compra do direito de infringirem a lei por estarem pagando as indenizações (ínfimas) estabelecidas pelo Poder Judiciário, como quem está a acatar a ordem das coisas e, portanto, aparentemente obedecer a ordem legal.

É importante frisar que as responsabilizações (indenizações, penalizações etc) são instituídas para que não haja ofensa às regras, portanto, a tutela sempre deverá seguir essa premissa ou estaremos assumindo que é possível comprar o direito de colocar-se acima do “espírito das Leis”.

A indenização possui caráter punitivo-educativo-repressor e a fixação do quantum deve estar em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo que o limite do ressarcimento em dinheiro deve ter equivalência ao dano sofrido pela vítima.

Com toda vênia àqueles que fundamentaram não se adequado impor altas indenizações por causa do perigo de levar muitas empresas à banca rota entendo que o argumento é válido para empresas que não são infratoras contumazes ou em casos que seja possível notar tratar-se de fato isolado. Quanto as demais não é admissível que o Poder Judiciário permita a população ser transformada em refém de infratores por causa de especulações sobre prováveis problemas econômicos futuros como reflexo da sentença.

Efetivamente os magistrados devem estar atentos para o reflexo de seus julgamentos, mas essa é uma orientação que concorre com outra de mesma ou maior relevância que é a defesa da Constituição e das Leis, em postura de gerar uma ordem justa. Construções intelectuais que tenham por base a defesa

do capital devem ser respeitadas porque as denominadas grandes conquistas foram financiadas por esse sistema, mas as garantias fundamentais como dignidade e dever de respeito ao próximo (inserido em qualquer regra) deverão sempre ser colocadas acima.
Este juízo estará aplicando indenizações em valores superiores, proporcionais e razoáveis, cumprindo sua função de influenciar o sistema a refletir sobre o tema e de sinalizar aos jurisdicionados que costumam infringir as leis reiteradamente.
Não foi construída prova sobre a capacidade financeira das partes e sua posição social, no entanto, é notório que as requeridas possuem grande poderio econômico e a negativação indevida do nome do requerente acarreta danos à sua esfera personalíssima.
Considero no arbitramento o elevado porte financeiro das requeridas, bem como a necessidade de uma decisão com força para influenciar a reverem sua postura quanto ao zelo na prestação de seus serviços.
Friso que este vem sendo o parâmetro adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia com o intuito de se garantir o fim a que se propõem as decisões judiciais (Ap. Cível nº 0259762-30.2007.822.0001).
Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido feito por CARLOS BARCELOS SIBIEN em face de DISMOBRÁS – IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MÓVEIS E ELTRODOMÉSTICOS LTDA. (CITY LAR) e LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA para condenar as requeridas, solidariamente, a pagarem indenização ao requerente no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de danos morais, obedecendo ao binômio compensação/desestímulo, com incidência de juros de mora e correção monetária a partir da data de publicação desta sentença.
Torno definitiva a liminar de mov. 07.
DECLARO RESOLVIDO o mérito nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.
Intimem-se as requeridas para cumprirem a sentença no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (CPC 475-J). Se fizerem o pagamento espontâneo deverão comprovar o ato em cartório, no prazo acima especificado, sob pena de sofrerem atos de execução.
Deixo de condenar em custas e honorários de advocatícios, com escopo no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.
Se do trânsito em julgado decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de execução, arquive-se.
Publicação e Registro automáticos.
Intimem-se (DJ – atente-se que a requerida LOSANGO deverá ser intimada em nome de FÁBIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB/MT 6.848 e INESSA DE OLIVEIRA TREVISAN SOPHIA OAB/MT 6.483).
Inclua-se a requerida LOSANGO no polo passivo, bem como os advogados das requeridas junto ao Projudi.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Cacoal, 14/12/2011
juíza ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM

Francisco Antonio Lima
Escrivão Judicial

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)
Juiz de Direito, Áureo Virgílio Queiroz
Escrivão Judicial, José Vanir de Pieri
2ª Vara Cível (Juizado da Infância e Juventude), cwl2civel@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0008487-03.2010.8.22.0007
Ação:Alimentos - Provisionais
Requerente:S. L. C. B.
Advogado:Gislaine Maira Mantovani Magalhães (OAB/RO 3564)
Requerido:M. C.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
Vistos e etc. Considerando a certidão de fl. 76 e que a requerida é patrocinada pela Defensoria Pública, vistas à Defesa para que especifique as provas que pretende produzir justificando sua pertinência e finalidade.Cacoal-RO, terça-feira, 13 de dezembro de 2011.Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0008086-67.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Medidas Sócio-Educativas
Autor:M. P. do E. de R.
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Menor infrator:J. D. dos S. R.
Decisão:
Vistos e etc. Trata-se de processo de execução de medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade por seis meses.Noticiado o descumprimento às fl. 18-19. O representado, por meio de seus procuradores, informa aos autos que começou a trabalhar como estoquista na empresa Hering - Boghossian & Santos Ltda, de segunda à sexta-feira das 09h00min às 19h00min e aos sábados das 09h00min às 14h00min, impossibilitando o cumprimento da medida aplicada, requerendo a substituição de Prestação de Serviço à Comunidade por Liberdade Assistida, conforme petição de fls. 20-21 e documentos de fls. 22-25.Instado a se manifestar, o Ministério Público não se opõe pela conversão da medida de Prestação de Serviço à Comunidade por Liberdade Assistida (fl. 27).Brevemente relatado. Decido.Considerando a justificativa apresentada pelo adolescente na petição de fls. 20-21, bem como os documentos que comprovam suas alegações às fls. 22-25, CONVERTO a medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade em Liberdade Assistida pelo prazo restante, a ser acompanhado pela Equipe Técnica do Juízo. Intime-se o representado por meio de seus procuradores (fl. 20).Ciência à Equipe Técnica do Juízo.Cacoal-RO, segunda-feira, 12 de dezembro de 2011.Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Solange F. S. Wacksmann
Escrivã Substituta

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Proc.: 0004111-37.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Reginaldo de Assis Andrade
Advogado:José Edilson da Silva (OAB/RO 1554), Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Requerido:Arena Serviços de Informática e Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogado:Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (RO 920), Eliany Sampaio Maldonado da Fonseca ( )
Decisão:
DECISÃOA parte ré interpôs recurso de apelação contra a sentença proferida às fls. 85/88.Consta certidão da publicação oficial da sentença (fls. 88 v.).Pois bem.Constam da petição de interposição do recurso dois protocolos. O primeiro, datado do dia 24/11/2011 e o segundo datado de 25/11/2011 (fls. 89).O primeiro protocolo(24/11/2011), pelas características, indica que a petição de interposição fora recebida pelo Plantão Judiciário.Já o segundo protocolo (25/11/2011), indica o recebimento da petição de interposição pelo Cartório da 1ª Vara Cível (fls. 89).No entanto, observa-se que nas razões recursais consta um terceiro protocolo, este último datado de 28/11/2011 (fls. 90).Cediço na jurisprudência que as razões recursais devem ser apresentadas no ato de interposição do recurso, conforme exigência do artigo 514 do CPC. Nesse sentido:"TJRO – 0083778-22.2009.8.22.0014 Apelação Origem : 00837782220098220001 Vilhena/RO (3ª Vara Cível) Agravante : Valmor Moser Advogados : Péricles Landgraf Araújo de Oliveira (OAB/PR 18.294), Kellen Cristina Bombonato Santos de Araújo (OAB/PR 36.778) e outros Agravado : Banco do Brasil S/A Advogados : Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533) e Carlos Alberto Bezerra (OAB/MT 11714-A) Relator : Desembargador Sansão SaldanhaAgravo interno. Decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de apelação. Apresentação de recurso via fac-símile. Razões recursais incompletas. De acordo com as regras processuais cíveis, as razões recursais devem ser apresentadas no ato da interposição do recurso, ainda que via fac-símile, a fim de que sejam cumpridos os requisitos formais de regularidade da apelação, estabelecidos no art. 514 do CPC.ACÓRDAOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.Porto Velho, 18 de outubro de 2011DESEMBARGADOR(A) Sansão Saldanha (PRESIDENTE)"Nesse passo, considerando que a publicação da sentença se deu em 08/11/2011, bem assim ponderando as regras do artigo 4º, §§3º e 4º da Lei Federal nº. 11.419/06 e do artigo 6º, caput e §1º da Resolução nº. 007/2007-PR-TJRO, tem-se, por certo, que a contagem do prazo para interposição de apelação, no presente caso, iniciou-se em 10/11/2011 e encerrou-se em 24/11/2011.Embora a petição de interposição do recurso tenha sido protocolizada em 24/11/2011, dentro, pois, do prazo legal, verifica-se que as razões não foram apresentadas dentro do mesmo prazo, porquanto o protocolo de fls. 90 demonstra que foram apresentadas em 28/11/2011, o que torna o recurso extemporâneo, à luz do artigo 514 do CPC e do entendimento jurisprudencial firmado sobre o tema. Diante disso, em juízo de admissibilidade recursal, considerando a intempestividade do apelo, não o recebo.Decorrido o prazo para eventual recurso, a escrivania deverá certificar o trânsito em julgado da sentença e cumprir os demais comandos nela contidos.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0053102-15.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Polyan Industria e Comércio de Calçados Ltda
Advogado:Rodolfo Scher da Silva (OAB/RO 2048), Teófilo Antonio da Silva (RO 1415)
Requerido:Orlando V. da Costa - ME
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
DESPACHO Expeça-se alvará judicial em favor do exequente para saque dos valores depositados na conta judicial informada às fls. 164/165.Ao exequente para trazer aos autos planilha de débito atualizada, com a dedução dos valores recebidos. Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0056942-33.2009.8.22.0007
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Heidrick & Peixoto Me
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Requerido:Lauro Marques Pereira
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
DESPACHO A parte exequente é o Dr. Miguel Antônio Paes de Barros e a parte executada é Heidrick & Peixoto Ltda.Assim, retifiquem-se os polos ativo e passivo desta ação, conforme esclarecimento supra.Em seguida, expeça-se alvará judicial em favor do exequente para saque do valor depositado na conta judicial informada às fls. 67.Após, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento. Caso silente, o débito será considerado satisfeito, nos termos do artigo 794, I, do CPC. Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0002976-87.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Lourdes Sipriano dos Santos
Advogado:Mário Marcondes Nascimento (SANTA CATA 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PA 15442-A), Reginaldo Ferreira Lima (OAB/RO 2118)
Requerido:Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado:Nelson Luiz Nouvel Alessio (SSP/SP 61713), Débora de Oliveira Barcellos (OAB/RS 43524)
DESPACHO :
DESPACHO Junte-se a petição que se encontra na contracapa dos autos.Defiro o pedido de fls. 161. Decorrido o prazo, intime-se novamente a Caixa Econômica Federal para se manifestar em 5 (cinco) dias.Decorrido o prazo, venham conclusos.Int. Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0003354-43.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Adelaide de Souza Scandiusse
Advogado:Fabiano Moraes Pimpinati (MT 6623-B), Anderson Macohin Siegel (PR 50123), Valdir Ariones Pimpinati Junior (MT 6145-B)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO :
DESPACHO Às partes para especificarem provas, indicando necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0004412-81.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação Educacional de Cacoal
Advogado:Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado:Marcos Pires de Andrade
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
DESPACHO A petição de fls. 39 é apócrifa. À parte para regularização, em 10 (dez) dias, sob pena de ser reputada inexistente tal petição nos autos. Se inerte, proceda a Escrivania nos moldes do determinado nos artigos 130, pars. 1º e 2 º das Diretrizes Gerais Judiciais.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0007989-67.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Anidia Miranda Oliveira
Advogado:Cintia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4227), Ademar Ruiz de Lima (SP 31641)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO :
Considerando a petição e documento juntado pela parte autora às fls. 34/35, no qual consta o pedido administrativo com data de 13.06.2011, assim como o pedido do item 2 de fls. 04 (erroneamente autuada, pois deveria corresponder a fl. 06) o valor da causa deve ser retificado em conformidade com o artigo 260, caput, do CPC, em 10 dias e sob pena de indeferimento da inicial.Ademais, deverá o cartório obserar a determinação do último parágrafo de fls. 31.P.I.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0114570-82.2006.8.22.0007
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S. A. Ag. de Osasco Sp
Advogado:Elias Malek Hanna (MT 5320)
Executado:A. C. Martins Pereira & Cia. Ltda, Adeildo Carlos Martins Pereira, Juciclei Carmo Pereira
Decisão:
DECISÃOA parte exequente pede a suspensão do processo (fls. 91), ante a não localização de bens, tendo restado ineficaz(es) a(s) providência(s)/diligência(s) na busca de patrimônio em nome do devedor.Pois bem.Não é o caso de extinção da execução, uma vez que não se está a julgar a existência do crédito, nem declarada sua extinção ou exclusão. Por outro lado, a mera expectativa remota de mudança do estado patrimonial da parte devedora para possibilitar o sucesso da ação executória/cumprimento de sentença, com o exaurimento da prestação jurisdicional invocada, não justifica o trâmite do feito pois, sem bens, fica impossibilitada, por ora, a satisfação do crédito em juízo.Assim, determino sejam estes autos arquivados com baixa, ficando assegurado à parte exequente, na hipótese de efetiva e comprovada localização de bens passíveis de constrição judicial, requerer, sem ônus, o desarquivamento dos autos e seu regular processamento para resguardo de seu interesse.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0115851-73.2006.8.22.0007
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Herisson Moreschi Richter (OAB/RO 3045)
Requerido:Adelino Farias Rodrigues
Advogado:Advogado não informado (não informado)
DESPACHO :
DESPACHO Indefiro o pedido de fls. 131/133 eis que não foi demonstrado pela autor qualquer elemento concreto que indique existência de crédito nas contas bancárias do executado, bem como o Judiciário não é órgão investigativo.Manifeste-se o credor em cinco dias, requerendo o que entender de direito. Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0096981-43.2007.8.22.0007
Ação:Execução de título extrajudicial
Requerente:Bússola Comércio de Material para Construção Ltda - ME
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Requerido:Claudete de Andrade
Advogado:Advogado Não Informado.. (RO não consta)
Decisão:
DECISÃOA parte exequente pediu a suspensão do processo, ante a não localização de bens (fls. 37 e 74), o que foi deferido (fls. 38 e 75).Após, pede providência(s)/diligência(s) ineficaz(es) na busca de patrimônio em nome do devedor, especialmente porque tal providência já foi deferida e restou infrutífera, conforme se depreende das fls. 31/36.Pois bem.Não é o caso de extinção da execução, uma vez que não se está a julgar a existência do crédito, nem declarada sua extinção ou exclusão. Por outro lado, a mera expectativa remota de mudança do estado patrimonial da parte devedora para possibilitar o sucesso da ação executória/cumprimento de sentença, com o exaurimento da prestação jurisdicional invocada, não justifica o trâmite do feito pois, sem bens, fica impossibilitada, por ora, a satisfação do crédito em juízo.Assim, determino sejam estes autos arquivados com baixa, ficando assegurado à parte exequente, na hipótese de efetiva e comprovada localização de bens passíveis de constrição judicial, requerer, sem ônus, o desarquivamento dos autos e seu regular processamento para resguardo de seu interesse.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0049170-53.2008.8.22.0007
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:José Milton Primo
Advogado:Flávio Luís dos Santos (OAB/RO 2238)
Requerido:Juscelino Gonçalves da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
DESPACHO COM FORÇA DE MANDADO LIMINARAltere-se a classe para cumprimento de sentença.Proceda-se a REINTEGRAÇÃO DE POSSE do bem “Trator CBT 2105, ano 94/94,” que se encontra na posse do réu Juscelino Gonçalves da Silva (RG 716598 SSP/RO) ou do Sr. “Moisés”, ambos no endereço Linha 09, lote 62, Gleba 09, Cacoal/RO.Intime-se o

exequente/representante a fim de que acompanhe a diligência: Exequente: José Milton Primo, RG 385.512 SSP/RO, Av Nações Unidas, 2653, B Princesa Izabel, Cacoal/RO.Deverá ainda o Sr. Oficial de Justiça vistoriar, avaliar e descrever o estado de conservação do bem. Autorizo as prerrogativas do art. 172, II, do CPC.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0086825-25.2009.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Genivaldo Marinheiro de Lima
Advogado:José Jovino de Carvalho (OAB-RO 753)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO :
DESPACHO Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do CPC).Intime-se o (a) apelado (a) para responder o recurso no prazo legal.Em seguida, com ou sem resposta, e, independentemente de nova conclusão, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com nossas homenagens.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0087081-65.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação Educacional de Cacoal
Advogado:Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Vera Lucia Nunes de Almeida (RO 1833)
Executado:Amanda Rosa Costa Guimarães
Advogado:Vera Lucia Nunes de Almeida (RO 1833), Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Decisão:
DECISÃOA parte exequente pediu a suspensão do processo, ante a não localização de bens (fls. 77), o que foi deferido (fls. 78).Após, pede providência(s)/diligência(s) ineficaz(es) na busca de patrimônio em nome do devedor, especialmente porque tal providência já foi deferida e restou infrutífera, conforme se depreende das fls. 60/64.Pois bem.Não é o caso de extinção da execução, uma vez que não se está a julgar a existência do crédito, nem declarada sua extinção ou exclusão. Por outro lado, a mera expectativa remota de mudança do estado patrimonial da parte devedora para possibilitar o sucesso da ação executória/cumprimento de sentença, com o exaurimento da prestação jurisdicional invocada, não justifica o trâmite do feito pois, sem bens, fica impossibilitada, por ora, a satisfação do crédito em juízo.Assim, determino sejam estes autos arquivados com baixa, ficando assegurado à parte exequente, na hipótese de efetiva e comprovada localização de bens passíveis de constrição judicial, requerer, sem ônus, o desarquivamento dos autos e seu regular processamento para resguardo de seu interesse.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0001554-77.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wilson Luiz Alves
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Decisão:
DESPACHO Às partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0003345-81.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antonio Eloi da Silva
Advogado:Fabiano Moraes Pimpinati (MT 6623-B), Anderson Macohin Siegel (PR 50123), Valdir Ariones Pimpinati Junior (MT 6145-B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO :
DESPACHO Às partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, sem prejuízo de julgamento antecipado. Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0005367-15.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Daniel da Silva Rocha
Advogado:Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
Requerido:Genézio Cassiano da Rocha
Decisão:
DESPACHO Retifique-se o polo passivo para Espólio de Genézio Cassiano da Rocha.Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do CPC).Intime-se o (a) apelado (a) para responder o recurso no prazo legal.Em seguida, com ou sem resposta, e, independentemente de nova conclusão, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com nossas homenagens.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0077731-24.2007.8.22.0007
Ação:Cumprimento de sentença
Embargante:Olimar Gonçalves de Sousa
Advogado:Antônio Fraccaro (OAB/RO 1941)
Embargado:Edna Vitória Dias Barros
Advogado:Advogado Não Informado Ariquemes (418)
DESPACHO :
DESPACHO Apresente o credor planilha atualizada de débitos com as devidas deduções.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0077079-36.2009.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carmelita Vieira de Farias
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Requerido:Marta dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (NBO 020)
Decisão:
DECISÃOAltere-se a classe para cumprimento de sentença.A parte exequente pediu a suspensão do processo, ante a não localização de bens (fls. 48), o que foi deferido (fls. 49). Após, pede providência(s)/diligência(s) ineficaz(es) na busca de patrimônio em nome do devedor (fls. 50), especialmente porque tal providência já foi deferida e restou infrutífera, conforme se depreende das fls. 37/43.Pois bem.Não é o caso de extinção da execução, uma vez que não se está a julgar a

existência do crédito, nem declarada sua extinção ou exclusão. Por outro lado, a mera expectativa remota de mudança do estado patrimonial da parte devedora para possibilitar o sucesso da ação executória/cumprimento de sentença, com o exaurimento da prestação jurisdicional invocada, não justifica o trâmite do feito pois, sem bens, fica impossibilitada, por ora, a satisfação do crédito em juízo.Assim, determino sejam estes autos arquivados com baixa, ficando assegurado à parte exequente, na hipótese de efetiva e comprovada localização de bens passíveis de constrição judicial, requerer, sem ônus, o desarquivamento dos autos e seu regular processamento para resguardo de seu interesse.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juiz de Direito, Áureo Virgílio Queiroz
Escrivão judicial, José Vanir de Pieri
2ª Vara Cível, cwl2civel@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0002975-05.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edimar Rodrigues Araújo, Ademilson Péris, Elza Sagres Montanha, Jordão Honório da Silva, José Erbem Oliveira da Silva, José Francisco Messias Filho, Lanor Viana Souza Oliveira, Luiz Carlos Noia, Norato Nunes Pereira, Odilon José Gonçalves, Regiani Leal Dalla Martha Couto
Advogado:Mário Marcondes Nascimento (SANTA CATA 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PA 15442-A), Reginaldo Ferreira Lima. (RO 2118), Luiz Valdemiro Soares Costa (CEARÁ 14458), Mário Marcondes Nascimento (SANTA CATA 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PA 15442-A), Reginaldo Ferreira Lima. (RO 2118), Luiz Valdemiro Soares Costa (CEARÁ 14458), Mário Marcondes Nascimento (SANTA CATA 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PA 15442-A), Reginaldo Ferreira Lima. (RO 2118), Mário Marcondes Nascimento (SANTA CATA 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (CEARÁ 14458), Mário Marcondes Nascimento (SANTA CATA 770), Reginaldo Ferreira Lima. (RO 2118), Luiz Valdemiro Soares Costa (CEARÁ 14458), Mário Marcondes Nascimento (SANTA CATA 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (CEARÁ 14458), Mário Marcondes Nascimento (SANTA CATA 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (CEARÁ 14458)
Requerido:Federal de Seguros S.A.
Advogado:Paula Cristiane Piccolo (OAB/RO 3243), Rosangela Dias Guerreiro (OAB/RJ 48.812), Débora Oliveira Barcelos (OAB/RS 43.524)
Decisão:
DECISÃO COM FORÇA DE MANDADO DE INTIMAÇÃO Vistos em saneador. Justifico o atraso em razão do acúmulo involuntário de serviço.Como se trata de ação ordinária de responsabilidade obrigacional secundária, o qual foi contestada, vislumbro a dificuldade da obtenção de transação (Código de Processo Civil, artigo 331, § 3º), razão porque dispenso a designação de audiência preliminar. No entanto, na forma do art. 125, inciso IV, do Código de Processo Civil, tentar-se-á conciliar as partes por ocasião da audiência de instrumento e julgamento, de modo que não haverá qualquer prejuízo às partes.Superado esse ponto, as partes estão regularmente representadas por advogado. Ressalta-se, desde logo, que não merece ser acolhida a preliminar de incompetência absoluta do Juízo, considerando que a jurisprudência pátria aliada à decisão pacífica do Superior Tribunal de Justiça, nos moldes da Lei 11672/08 concluíram ser competente a justiça Estadual para processar e julgar contrato de seguro que envolva; mutuário e seguradora. Registro que há uma única ressalva, para os casos em que envolvem o Fundo de Compensação de Variações Salariais, não sendo o caso dos autos.Desta feita, fixo a competência deste juízo para processar e julgar o feito e, via de consequência, rejeito a preliminar arguida. Nesse sentido trago jurisprudência do Tribunal Regional Federal: ?Ementa. ADMINISTRATIVO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CEF. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. É competência da Justiça Estadual o processamento e o julgamento de ações envolvendo contratos de seguro habitacional vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação, desde que não tenham relação direta com o Fundo de Compensação das Variações Salariais. Acórdão. Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo, para negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Processo: AG 43732 PR 2009.04.00.043732-6. Relatora: MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA. Julgamento: 27/04/2010. Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA. Publicação: D.E. 05/05/2010.?Assim, pelos mesmos motivos já elucidados não reconheço a ilegitimidade passiva arguida pelo requerido, ao passo em que lhe mantenho no pólo passivo da lide, e pelos mesmos motivos deixo de acolher o litisconsorte necessário. Quanto à ilegitimidade ativa e carência da ação, estas se confundem com o mérito e com ele será analisado. No que pertine a prescrição, duas situações necessitam de esclarecimentos para dirimi-la: a) a data do descobrimento dos problemas inerentes a construção civil dos imóveis (Súmula 101, STJ); b) a data do pedido de pagamento de indenização à seguradora (Súmula 229, STJ), por tais motivos deixo para analisar a prescrição no mérito, em razão da necessidade dos esclarecimentos supramencionados. Não há outras preliminares ou questões prejudiciais para serem analisadas. Assim, declaro saneado o feito. Como pontos controvertidos, fixo o seguinte: a) responsabilidade da ré nos incidentes relatado; b) houve dano na construção civil dos imóveis; c) sendo possível precisar, qual época deixaram de ser oculto; d) constatando a existência de danos na construção civil, qual sua extensão e gravidade. Considerando que o feito depende tão somente de prova pericial, a defiro.Desta feita, nomeio CLÁUDIO GOMES DA SILVA para realizar perícia requisitada, consistente em realizar diligências locais, individualizando os danos em cada imóvel descrito na inicial, mensurando, na medida do possível, sua extensão, elucidando, ainda se o problema diz respeito à construção inicial; e em que época deixaram de ser oculto. As partes deverão indicar assistentes e formular quesitos em cinco (05) dias. Apresentados os quesitos, INTIME-SE o perito para que arbitre seus honorários. Após, intime-se o requerido Federal Seguros S/A para que o deposite em sua integralidade, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de tornar prejudicado a prova requerida.O laudo deverá ser apresentado em Cartório em

sessenta (60) dias.Registro que deixei de incluir na divisão dos honorários periciais aos requerentes dada a hipossuficiência. Com a juntada do laudo pericial, declaro encerrada a instrução processual, abrindo vistas as partes para alegações finais no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, devendo se manifestar inclusive sobre a perícia realizada. Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de setembro de 2011.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Solange F. S. Wacksmann
Escrivã Substituta

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
COMARCA DE CACOAL
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ DE DIREITO: ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS
ESCRIVÃO: NEIDE SALGADO DE MELO
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0086528-18.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pemaza S/a
Advogado:Luiz Mário Luigi Junior (OAB/RO 3721), Milton Cézar Pozzo da Silva (OAB/RO 4382)
Executado:Industria e Comercio de Alimentos Amazon Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Decisão:
1. Consoante certidão de fl. 45v., há indício de dissolução irregular da pessoa jurídica executada, de maneira que, na esteira da jurisprudência do e. STJ, afigura-se possível a desconsideração da personalidade jurídica, que autoriza o credor a buscar a satisfação do seu crédito frente às pessoas físicas que compõem a sociedade. Nesse sentido:(...)II - A desconsideração da personalidade jurídica é um mecanismo de que se vale o ordenamento para, em situações absolutamente excepcionais, desencobrir o manto protetivo da personalidade jurídica autônoma das empresas, podendo o credor buscar a satisfação de seu crédito junto às pessoas físicas que compõem a sociedade, mais especificamente, seus sócios e/ou administradores.III - Portanto, só é admissível em situações especiais quando verificado o abuso da personificação jurídica, consubstanciado em excesso de mandato, desvio de finalidade da empresa, confusão patrimonial entre a sociedade ou os sócios, ou, ainda, conforme amplamente reconhecido pela jurisprudência desta Corte Superior, nas hipóteses de dissolução irregular da empresa, sem a devida baixa na junta comercial. Precedentes.IV - A desconsideração não importa em dissolução da pessoa jurídica, mas se constitui apenas em um ato de efeito provisório, decretado para determinado caso concreto e objetivo, dispondo, ainda, os sócios incluídos no polo passivo da demanda, de meios processuais para impugná-la.V - A partir da desconsideração da personalidade jurídica, a execução segue em direção aos bens dos sócios, tal qual previsto expressamente pela parte final do próprio art. 50, do Código Civil e não há, no referido dispositivo, qualquer restrição acerca da execução, contra os sócios, ser limitada às suas respectivas quotas sociais e onde a lei não distingue, não é dado ao intérprete fazê-lo.VI - O art. 591 do Código de Processo Civil é claro ao estabelecer que os devedores respondem com todos os bens presentes e futuros no cumprimento de suas obrigações, de modo que, admitir que a execução esteja limitada às quotas sociais levaria em temerária e indevida desestabilização do instituto da desconsideração da personalidade jurídica que vem há tempos conquistando espaço e sendo moldado às características de nosso ordenamento jurídico.VII - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido.(REsp 1169175/DF, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/02/2011, DJe 04/04/2011)2. Incluam-se as pessoas relacionadas às fls. 51 no polo passivo da execução.3. Após, expeça-se mandado visando a penhora e avaliação, no endereço informado às fls. 51, de tantos bens do(a) devedor(a) quanto bastem à quitação do crédito exequendo, intimando-o(a) da constrição, se houver, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 10 (dias),4. Havendo penhora e decorrido o prazo de impugnação sem manifestação, intime-se o credor a dizer se tem interesse na adjudicação ou venda judicial do bem penhorado, neste último caso agendando-se hasta pública e expedindo-se o necessário.5. Não sendo encontrados bens passíveis de penhora, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles se encontram na residência do devedor, cumprindo ao cartório, após, intimar o credor a indicá-los, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento. Pub. via DJE. Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0006130-16.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Fátima Abreu Anacleto
Advogado:Tony Pablo de Castro Chaves (RO 2147)
Requerido:City Lar
DESPACHO :
1. CITE-SE por edital, com prazo de vinte dias.2. Conste que o prazo de resposta (defesa) é de quinze dias (art. 297, CPC).3. Decorrido o prazo do item 2 sem manifestação, à DPE para fins do art. 9º, II, do CPC.Pub. via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0087516-10.2007.8.22.0007
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda Sorec
Advogado:Marli Teresa Munarini (OAB/RO 2297)
Executado:Marinês Corcine Precioso
Advogado:Advogado não informado (não informado)
DESPACHO :
Tendo em vista a fase processual e que incumbe a parte a indicação de bens passíveis de constrição, sendo que as diligências nesse sentido até o momento findaram inexitosas, determino o arquivamento do feito, sem prejuízo de ulterior desarquivamento para prosseguimento dos atos de execução. Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0000289-40.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdirene Costa da Silva
Advogado:Herisson Moreschi Richter (OAB/RO 3045)
Requerido:Alta Mania Indústria de Confecções Ltda

Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
1. Ratifico a citação por edital de fls. 34;2. . Decorrido o prazo para resposta sem manifestação, nomeio a DPE para fins do art. 9º, II, do CPC.3. Em seguida, intime-se a requerente para que apresente as provas que pretende produzir.Pub. via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0009080-81.2000.8.22.0007
Ação:Embargos de terceiros
Embargante:Cafeeira Espírito Santo Ltda
Advogado:Cristiano Silveira Pinto (OAB/RO 1157)
Embargado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado não informado (não informado)
DESPACHO :
Ante a decisão do egrégio TRF - 1ª Região, cumpridas as DGJ, arquive-se.Ciência ao instituto requerido.Pub. via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0001889-96.2011.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado:Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306)
Requerido:José Nax de Góis, Izabel Cristina Pirondi Gois
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Decisão:
1. Regularmente citado(a), o(a) requerido(a) não pagou a dívida nem ofereceu embargos.2. Destarte, “constituo de pleno direito, o título executivo judicial” (CPC, art. 1.102.c), no valor de R$ 1.923,92 (mil novecentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos), de forma que resta convertido o mandado inicial de pagamento em mandado de execução, em fase de cumprimento de sentença.3. Intime-se o(a) devedor(a), via edital, para que promova o pagamento espontâneo do débito, mais as custas processuais e honorários advocatícios, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa no importe correspondente a 10% (dez por cento) do valor da dívida, consoante é a regra do art. 475-J do CPC.4. Decorrido o prazo supra sem cumprimento, intime-se o credor para indicar bens penhoráveis em nome do(a) devedor(a) quanto bastem à quitação do crédito exequendo, intimando-o(a) da constrição, se houver, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 10 (dias).5. Havendo penhora e decorrido o prazo de impugnação sem manifestação, intime-se o credor a dizer se tem interesse na adjudicação ou venda judicial do bem penhorado, neste último caso agendando-se hasta pública e expedindo-se o necessário.6. Fixo honorários advocatícios devidos nesta fase em 10% (dez por cento) do valor da dívida.7. Atualize-se a classe processual.Pub. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0102725-87.2005.8.22.0007
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Piarara Comercio e Transportes Ltda
Advogado:Abdiel Afonso Figueira (RO 3092), Flávio Kloos (OAB/RO 4537)
Requerido:Cereaisnet Corretora Agrícola Ltda.
Advogado:Advogado não informado (não informado)
Decisão:
Suspendo o presente feito até retorno da carta precatória.Após, intimem-se as partes para manifestação.Pub. via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0009414-66.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Mafre Vera Cruz Seguradora S. A. Ag. de Porto Velho Ro
Advogado:Joaquim Barbosa de Oliveira (OAB/SP 17697), Gilberto Badaró de Almeida Souza (BA 22772)
Requerido:Emerson Keizo Yamada, Edgar Basílio da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO :
A nomeação de curadoria especial é ato posterior a citação. Intime-se a requerente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 dias.Pub. via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0000513-75.2011.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Silva & Leles Concreto Usinado Ltda.
Advogado:Abdiel Afonso Figueira (RO 3092)
Requerido:Claudia Kelly Lima
Advogado:Abdiel Afonso Figueira (RO 3092)
Decisão:
1. Regularmente citado(a), o(a) requerido(a) não pagou a dívida nem ofereceu embargos.2. Destarte, “constituo de pleno direito, o título executivo judicial” (CPC, art. 1.102.c), no valor de R$ 5.115,69 (cinco mil cento e quinze reais e sessenta e nove centavos), de forma que resta convertido o mandado inicial de pagamento em mandado de execução, em fase de cumprimento de sentença.3. Intime-se o(a) devedor(a) para que promova o pagamento espontâneo do débito, mais as custas processuais e honorários advocatícios, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa no importe correspondente a 10% (dez por cento) do valor da dívida, consoante é a regra do art. 475-J do CPC.4. Decorrido o prazo supra sem cumprimento, intime-se o credor para indicar bens penhoráveis em nome do(a) devedor(a) quanto bastem à quitação do crédito exequendo, intimando-o(a) da constrição, se houver, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 10 (dias).5. Havendo penhora e decorrido o prazo de impugnação sem manifestação, intime-se o credor a dizer se tem interesse na adjudicação ou venda judicial do bem penhorado, neste último caso agendando-se hasta pública e expedindo-se o necessário.6. Fixo honorários advocatícios devidos nesta fase em 10% (dez por cento) do valor da dívida.7. Atualize-se a classe processual.Pub. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0058882-38.2006.8.22.0007
Ação:Cumprimento de sentença
Embargante:Beloaço Comércio de Ferro e Aço Ltda
Advogado:Fábio Frazão Vilanova (OAB/RO 2684)
Embargado:Fazenda Publica do Estado de Rondonia
Decisão:
1. Consoante certidão de fl. 394v., há indício de dissolução irregular da pessoa jurídica executada, de maneira que, na esteira da jurisprudência do e. STJ, afigura-se possível o

redirecionamento da execução contra o(s) sócio(s) gerente ? Súmula 435, STJ.2. Destarte, inclua(m)-se o(s) sócio(s) CARLOS PEREIRA DA SILVA (fl. 399 - Avenida Mal. Rondon, 2635, Centro, Ministro Andreazza- RO) no polo passivo da execução.3. Após, Cite(m)-se na forma dos arts. 7º e 8º da Lei n. 6.830/80, para pagamento do débito fiscal, acrescido das custas e honorários advocatícios, no prazo de cinco dias.4. Pretendendo opor embargos, deverá o executado, no mesmo prazo, nomear bens à penhora, suficientes a garantir o juízo.5. Não havendo pagamento nem indicação de bens, penhorem-se tantos bens quanto necessários a ulterior quitação da dívida principal e respectivos acréscimos.6. Não sendo encontrado o executado, promova-se o arresto de bens e cite-se por edital, caso em que a DPE deverá ter vista dos autos em cumprimento ao disposto no art. 9, II, do CPC.7. O prazo para os embargos é de trinta dias contados da intimação da penhora ou de garantido o juízo. 8. Honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) para pronto pagamento e em 10% (dez por cento) para pagamento posterior, sobre o valor da dívida exequenda, salvo embargos.Pub. via Dje.SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0047980-89.2007.8.22.0007
Ação:Execução de título judicial
Requerente:Pemaza S.a.
Advogado:Teófilo Antonio da Silva (OAB/RO 1415), Rodolfo Scher da Silva (RO 02048)
Requerido:Edilva de Sousa Lira
Advogado:Advogado não informado (não informado)
Decisão:
Suspendo o feito até 10.03.2012 ou anterior intervenção espontânea do credor.Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento.Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0001383-23.2011.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Auto Posto Doralice Ltda
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Requerido:Joacílio Cinta Larga
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Decisão:
1. Regularmente citado(a), o(a) requerido(a) não pagou a dívida nem ofereceu embargos.2. Destarte, “constituo de pleno direito, o título executivo judicial” (CPC, art. 1.102.c), no valor de R$ 4.880,40 (quatro mil oitocentos e oitenta reais e quarenta centavos), de forma que resta convertido o mandado inicial de pagamento em mandado de execução, em fase de cumprimento de sentença.3. Intime-se o(a) devedor(a), via edital, para que promova o pagamento espontâneo do débito, mais as custas processuais e honorários advocatícios, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa no importe correspondente a 10% (dez por cento) do valor da dívida, consoante é a regra do art. 475-J do CPC.4. Decorrido o prazo supra sem cumprimento, intime-se o credor para indicar bens penhoráveis em nome do(a) devedor(a) quanto bastem à quitação do crédito exequendo, intimando-o(a) da constrição, se houver, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 10 (dias).5. Havendo penhora e decorrido o prazo de impugnação sem manifestação, intime-se o credor a dizer se tem interesse na adjudicação ou venda judicial do bem penhorado, neste último caso agendando-se hasta pública e expedindo-se o necessário.6. Fixo honorários advocatícios devidos nesta fase em 10% (dez por cento) do valor da dívida.7. Atualize-se a classe processual.Pub. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0098690-16.2007.8.22.0007
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Supermercado A Luzitana Industria e Comercio Ltda.
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Executado:Valdenir de Souza Pinto, Edneia da Cruz Souza
Advogado:Advogado não informado (não informado)
DESPACHO :
1. É incabível a suspensão do processo antes da citação do executado (art. 265, CPC);2. Dê-se regular andamento em cinco dias, sob pena de extinção.Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0101942-27.2007.8.22.0007
Ação:Execução de título judicial
Requerente:NRT Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Teófilo Antonio da Silva (RO 1415), Rodolfo Scher da Silva (OAB/RO 2048)
Requerido:Rozeli Ribeiro
Advogado:Advogado não Informado (3790)
DESPACHO :
Tendo em vista a fase processual e que incumbe a parte a indicação de bens passíveis de constrição, sendo que as diligências nesse sentido até o momento findaram inexitosas, determino o arquivamento do feito, sem prejuízo de ulterior desarquivamento para prosseguimento dos atos de execução. Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0015666-56.2008.8.22.0007
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Rosalino de Melo
Advogado:Rodolfo Scher da Silva (OABRO 2048), Teófilo Antonio da Silva (OAB/RO 1415)
Executado:Comércio de Molas e Manutenção SS Ltda
Advogado:Advogado não Informado (XXXXXX Doc. Não Informado)
Decisão:
Suspendo o feito até 10.03.2012 ou anterior intervenção espontânea do credor.Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento.Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0088955-85.2009.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zélia Senetra
Advogado:José Jovino de Carvalho (OAB/RO 385A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO :
1. Atualize-se a classe.2. Cite-se, nos termos do art. 730 do CPC, dos cálculos de fls. 124/129, para opor embargos, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias.3. Decorrido o prazo supra sem manifestação, certifique-se. Após, atualize-se a

dívida e expeça-se, em seguida, RPV ou precatório, a depender do montante, renovando-se a conclusão quando informado o pagamento.4. Considerando que "O STF, no RE 420.816/PR, interpretou a MP 2.180/2001 à luz do art. 100, § 3º da CF/88, estabelecendo como exceção à regra as execuções de pequeno valor, em que serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública (REsp 1186880/GO, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/05/2010, DJe 31/05/2010)", fixo em 2% (dois por cento) do valor da dívida os honorários advocatícios devidos nesta fase, salvo embargos. Pub. via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0079567-95.2008.8.22.0007
Ação:Ação monitória
Requerente:Bussola Comércio de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Marcus Aurelio Carvalho de Sousa (OAB/RO 2940)
Requerido:Ivanete Ribeiro da Silva Moreira
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
1. Atualize-se a classe processual;2. Cadastre-se o patrono de fls. 42 no sistema;3. Intime-se o requerido , por meio de seu advogado, para que, no prazo de 15 dias, pague a dívida exequenda.4. Para o caso de não pagamento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da execução, em conformidade com o artigo 652-A do CPC (Redação dada pela Lei n. 11382/06).5. Decorrido o prazo supra sem manifestação, ao credor para atualização da memória de cálculo em conformidade com este DESPACHO .Pub. Via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0089660-20.2008.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:V. P. de A.
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Executado:R. P. L.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Decisão:
Suspendo o feito até 29.06.2012 ou anterior intervenção espontânea do credor.Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento.Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0093683-09.2008.8.22.0007
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Lourival de Souza
Advogado:Sinomar Francisco dos Santos (OABRO 4815)
Requerido:Bcs Seguros S/a
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
DESPACHO :
Tendo em vista as alegação da seguradora requerida, defiro o pedido.Intime-se a empresa requerida para se manifestar sobre o laudo pericial, no prazo de 05 dias.Pub. via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0097263-47.2008.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda Sorec
Advogado:Marli Teresa Munarini de Quevedo (RO 2297)
Executado:Lucas Ferreira de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO :
Tendo em vista a fase processual e que incumbe a parte a indicação de bens passíveis de constrição, sendo que as diligências nesse sentido até o momento findaram inexitosas, determino o arquivamento do feito, sem prejuízo de ulterior desarquivamento para prosseguimento dos atos de execução. Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0102178-42.2008.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda Sorec
Advogado:Marli Teresa Munarini (OAB/RO 2297)
Executado:Kelly de Andrade Santos
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
Tendo em vista a fase processual e que incumbe a parte a indicação de bens passíveis de constrição, sendo que as diligências nesse sentido até o momento findaram inexitosas, determino o arquivamento do feito, sem prejuízo de ulterior desarquivamento para prosseguimento dos atos de execução. Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0105398-48.2008.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Dayane Barbosa Lima
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790), Elisangela Falconi (OAB/RO 270E)
Requerido:Milton Donisete Lima
Advogado:Advogado Não Informado (NBO 020)
DESPACHO :
Atualize-se a classe processual tendo em vista a constituição do título executivo judicial às fls. 59.Intime-se o credor para dar prosseguimento ao feito, indicando bens penhoráveis em nome do devedor.Pub. via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0106645-64.2008.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Vilma Pedro de Andrade
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Executado:Leticia de Deus Ferreira
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Decisão:
Suspendo o feito até 29.06.2012 ou anterior intervenção espontânea do credor.Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento.Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0045274-65.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda Sorec
Advogado:Marli Teresa Munarini (OAB/RO 2297)
Executado:João Carlos Gomes Ribeiro Júnior, Cleide Jardim Ribeiro
Advogado:Advogado Não Informado (000)

DESPACHO :
Tendo em vista a fase processual e que incumbe a parte a indicação de bens passíveis de constrição, sendo que as diligências nesse sentido até o momento findaram inexitosas, determino o arquivamento do feito, sem prejuízo de ulterior desarquivamento para prosseguimento dos atos de execução. Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0046718-36.2009.8.22.0007
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Rosivaldo Avelino Freire
Advogado:Miguel Antonio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Requerido:Sidney Fernandes Delgado
DESPACHO :
Tendo em vista a fase processual e que incumbe a parte a indicação de bens passíveis de constrição, sendo que as diligências nesse sentido até o momento findaram inexitosas, determino o arquivamento do feito, sem prejuízo de ulterior desarquivamento para prosseguimento dos atos de execução. Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0085758-25.2009.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Dalto & Dalto Ltda. Err
Advogado:Cledson Franco de Oliveira (OAB/RO 4049), Evani Souza Trindade (OAB/RO 1431)
Requerido:José Nilson Rosa
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Decisão:
1. Regularmente citado(a), o(a) requerido(a) não pagou a dívida nem ofereceu embargos.2. Destarte, “constituo de pleno direito, o título executivo judicial” (CPC, art. 1.102.c), no valor de R$ 6.920,26 (seis mil novecentos e vinte reais e vinte e seis centavos), de forma que resta convertido o mandado inicial de pagamento em mandado de execução, em fase de cumprimento de sentença.3. Intime-se o(a) devedor(a), via edital, para que promova o pagamento espontâneo do débito, mais as custas processuais e honorários advocatícios, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa no importe correspondente a 10% (dez por cento) do valor da dívida, consoante é a regra do art. 475-J do CPC.4. Decorrido o prazo supra sem cumprimento, intime-se o credor para indicar bens penhoráveis em nome do(a) devedor(a) quanto bastem à quitação do crédito exequendo, intimando-o(a) da constrição, se houver, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 10 (dias).5. Havendo penhora e decorrido o prazo de impugnação sem manifestação, intime-se o credor a dizer se tem interesse na adjudicação ou venda judicial do bem penhorado, neste último caso agendando-se hasta pública e expedindo-se o necessário.6. Fixo honorários advocatícios devidos nesta fase em 10% (dez por cento) do valor da dívida.7. Atualize-se a classe processual.Pub. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0087872-34.2009.8.22.0007
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Malaquias & Rodrigues Enxovais Ltda
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (RO 1293.)
Requerido:Ormi Borges Delfino, Vânia Delfino Gonçalves
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO :
Tendo em vista a fase processual e que incumbe a parte a indicação de bens passíveis de constrição, sendo que as diligências nesse sentido até o momento findaram inexitosas, determino o arquivamento do feito, sem prejuízo de ulterior desarquivamento para prosseguimento dos atos de execução. Int. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0008326-90.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elisandro Felix de Lima
Advogado:José Júnior Barreiros (OAB/RO 1405)
Requerido:Banco Bradesco S. A. Ag. de Osasco Sp
Advogado:Jose Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
DESPACHO :
A multa do art. 475-J do CPC somente tem lugar quando o devedor, intimado, não cumpre a obrigação no prazo legal, o que não se verificou na hipótese, porque o devedor cumpriu espontaneamente a obrigação.Nada mais sendo requerido, cumpridas as DGJ, arquive-se.Pub. via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0009066-48.2010.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Associação Educacional de Cacoal
Advogado:Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido:Ingrid Souza Carlos
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Decisão:
1. Regularmente citado(a), o(a) requerido(a) não pagou a dívida nem ofereceu embargos.2. Destarte, “constituo de pleno direito, o título executivo judicial” (CPC, art. 1.102.c), no valor de R$ 3.125,12 (três mil cento e vinte e cinco reais e doze centavos), de forma que resta convertido o mandado inicial de pagamento em mandado de execução, em fase de cumprimento de sentença.3. Intime-se o(a) devedor(a) para que promova o pagamento espontâneo do débito, mais as custas processuais e honorários advocatícios, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa no importe correspondente a 10% (dez por cento) do valor da dívida, consoante é a regra do art. 475-J do CPC.4. Decorrido o prazo supra sem cumprimento, intime-se o credor para indicar bens penhoráveis em nome do(a) devedor(a) quanto bastem à quitação do crédito exequendo, intimando-o(a) da constrição, se houver, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 10 (dias).5. Havendo penhora e decorrido o prazo de impugnação sem manifestação, intime-se o credor a dizer se tem interesse na adjudicação ou venda judicial do bem penhorado, neste último caso agendando-se hasta pública e expedindo-se o necessário.6. Fixo honorários advocatícios devidos nesta fase em 10% (dez por cento) do valor da dívida.7. Atualize-se a classe processual.Pub. via DJE.Cacoal-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Neide Salgado de Melo
Escrivã Judicial

COMARCA DE CEREJEIRAS

1º CARTÓRIO

1º Cartório
COMARCA DE CEREJEIRAS
1ª VARA

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs1civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Elisangela Nogueira
ESCRIVÃO: Carlos Vidal de Brito

Proc.: 0003353-74.2010.8.22.0013
COMARCA DE CEREJEIRAS
1ª VARA
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs1vara@tjro.jus.br
JUÍZA: Roberta Cristina Garcia Macedo
DIRETOR DE CARTÓRIO: Carlos Vidal de Brito
EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 218/2011
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
FINALIDADE: Fica intimada a parte executada, abaixo qualificada, para recolhimento do débito relativo a custas processuais, nos autos mencionados, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.
Autos: 0003353-74.2010.8.22.0013
Classe: Execução de Alimentos
Assunto: Alimentos
Exequente: Guilherme de Paula Silva
Advogado: Ronaldo Patrício dos Reis – OAB/RO 4366
Executado: MATEUS SILVA ROCHA NETO, brasileiro, trabalhador rural, podendo ser encontrado no endereço Linha 04, Km 5,5, Distrito de Alto Guarajus, em Corumbiara – RO.
Advogado: Não informado
Cerejeiras, 27 de dezembro de 2011.
CARLOS VIDAL DE BRITO
Diretor de Cartório
Assina por ordem do MM. Juiz de Direito
Portaria 007/98
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225, CEP: 76.997-000 - (Fax) Fone (069) 3342-2283.

Proc.: 0003718-94.2011.8.22.0013
EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 199/2011
PRAZO : 30 DIAS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da requerente JAQUELINE DE OLIVIERA NEVES, brasileira, convivente do lar, filha de Manuel Garcias das Neves e Maria Aparecida de Oliveira Neves e do requerido WALDIR PERES LOPES, nascido, aos 15/03/1975, filho de Tereza Aparecida Rosa Lopes e Devanir Lopes, residente à Linha 6, 3ª eixo Km 11,5, Cerejeiras, do dispositivo da decisão a seguir transcrita: ANTE O EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos consta, acolho a cota ministerial e REVOGO as medidas protetivas aplicadas contra o requerido Waldir Peres Lopes. [...], Cerejeiras-RO, 03 de novembro de 2011.
Processo: 0003718-94.2011.8.22.0013
Classe: Medidas Protetivas de Urgência (LMP)
Assunto: Lesão Corporal
Requerente:Jaqueline de Oliveira Neves
Requerido: Waldir Peres Lopes
Cerejeiras-RO, 05 /12/2011
Carlos Vidal de Brito
Diretor de Cartório
Assina por ordem do MM. Juiz de Direito
Portaria 007/98
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Av. das Nações, 2.225 - CEP: 76.997-000-(Fax)Fone(069) 342-2283.

Proc.: 0003441-78.2011.8.22.0013
EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 198/2011
PRAZO : 30 DIAS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da requerente JÉSSICA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, vendedora, nascida aos 15/04/1991, filha de Atenor Rodrigues de Carvalho e de Maria Rodrigues de Oliveira, residente em Cerejeiras-RO e do requerido EUDES FARIAS ÁVILA, brasileiro, nascido aos 31/08/1988. filho de domingos Gonçalves Ávila e de Olenice Rodrigues Farias, residente em Corumbiara-RO, do dispositivo da decisão a seguir transcrita: ANTE O EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos consta, acolho a cota ministerial e REVOGO as medidas protetivas aplicadas contra o requerido Eudes Farias Ávila. [...], Cerejeiras-RO, 06 de outubro de 2011.
Processo: 0003441-78.2011.8.22.0013
Classe: Medidas Protetivas de Urgência (LMP)
Requerente:Jéssica Rodrigues de Oliveira.
Requerido: Eudes Farias Avila
Cerejeiras-RO, 27/12/2011
Carlos Vidal de Brito
Diretor de Cartório
Assina por ordem do MM. Juiz de Direito
Portaria 007/98
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Av. das Nações, 2.225 - CEP: 76.997-000-(Fax)Fone(069) 342-2283.

Proc.: 0004502-71.2011.8.22.0013
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Elves Rocha Pina
Advogado:Eliane Duarte Ferreira (RO 3915)
Decisão:
DECISÃO.Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva interposto por Elves Rocha Pina. O requerente aduz na petição inicial a ausência de comprovação de sua participação na ação delitiva a ele imputada, sendo que na ocasião do crime estava em uma chácara nesta cidade com sua namorada, tendo, inclusive, juntado nestes autos declarações (fls. 36/37).Afirma, ainda, que possui residência fixa e trabalha com carteira assinada, sendo que a ordem pública e conveniência da instrução criminal jamais foram ameaçadas com a liberdade do acusado, requerendo, se for o caso, a liberdade provisória com outra medida cautelar diversa da prisão. O Ministério Público se manifestou pelo indeferimento do pedido, ante a presença dos motivos ensejadores do decreto prisional cautelar, sustentando que a liberdade do acusado neste momento é inoportuna, haja vista que colocaria em risco a ordem pública e a integridade das

vítimas e de testemunhas, sendo necessário o encarceramento provisório do acusado (fls. 42/45).É O RELATÓRIO. DECIDO. Compulsando os autos, vislumbro que o ora requerente é acusado de eventual participação em crime de roubo (art. 157 do CP), nesta cidade e Comarca, na noite de 11/12/2011, que teve por vítima José Mário Carvalho e outros.Inobstante as alegações do autor, no sentido de que não teria participado do crime, entendo presentes as provas da existência do crime, bem como os indícios suficientes de autoria do delito em seu desfavor.Consoante o Registro de Ocorrência nº 2596/2011, bem como relatórios de fls. 12/14 e 20/22, indícios até então levantados apontam que o requerente e mais dois comparsas, com emprego de arma de fogo, invadiram a casa das vítimas e lá praticaram um roubo. Como se não bastasse, agrediram fisicamente as vítimas. Um crime como este gera grande preocupação, temor e sensação de insegurança em todos, demonstrando, ainda, a periculosidade do ora requerente.O corréu Wellington, ao ser questionado pelos policiais civis (fls. 12/14 e 20/22), bem como ao ser ouvido perante a autoridade policial (fl. 23), confirma ter participado do delito, indicando, inclusive, a participação do ora requerente e dos demais envolvidos. Analisando detidamente o pedido formulado pela defesa, entendo que subsistem os elementos que autorizam a custódia cautelar do autor do fato, já que efetivamente há nos autos indícios suficientes de autoria e materialidade do delito atribuído ao acusado. Trata-se de delito grave, que deve ser combatido incessantemente, vez que assola a sociedade como um todo, trazendo reflexos negativos junto às famílias, e principalmente, por ser um dos maiores meios de financiamento da criminalidade, vez que a maioria dos usuários optam pela prática de delitos patrimoniais para custear o próprio vício.Assim, há de se garantir a ordem pública, tendo em vista que a sociedade clama por uma resposta do Poder Judiciário, não havendo que se falar em meras conjecturas, ou fundamentos insubsistentes e desarrazoados, vez que a união de elementos garantem a plausibilidade da tese invocada, qual seja, o resguardo da ordem pública.Por ordem pública há que se entender não apenas como o meio de prevenir que o acusado perpetre novos delitos, mas também a forma de resguardar a sociedade em geral e assegurar a própria credibilidade da justiça frente um crime grave e repudiado pela comunidade.A respeito do assunto, doutrina o Professor Júlio Fabrini Mirabete:Mas o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça em face da gravidade do crime e sua repercussão. A conveniência da medida, como já se decidiu no STF, deve ser regulada pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa. (in Processo Penal – 4ª edição – Atlas – 1995 – pág. 381/382)Convém ressaltar o entendimento expressada pelo excelso Supremo Tribunal Federal. Vejamos."No conceito de ordem pública, não se visa apenas prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça, em face da gravidade do crime e de sua repercussão. A conveniência da medida deve ser revelada pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa." (STF, 2a Turma - RHC 65.043 - rel. Min. Carlos Madeira in RTJ 124/1033)Assim, embora o requerente aduza que a ordem pública e a conveniência da instrução criminal jamais estiveram ameaçadas, os fatos corroborados nos autos não perseguem esta direção.Destaco ainda que o princípio da presunção de inocência e do devido processo legal não revogam as prisões cautelares, posto que estas são constitucionalmente permitidas pelo artigo 5º, inciso LXI, da Constituição Federal. Assim, decretada para atender única e objetivamente ao seu caráter cautelar, a prisão preventiva encontra-se em completa harmonia com o princípio da presunção de inocência.Torna-se apropriado enfatizar a decisão prolatada pela Superior Tribunal de Justiça sobre a questão em foco. In verbis."A fuga do distrito da culpa logo após a prática dos fatos criminosos legitima a prisão preventiva decretada. A prisão processual pode ser decretada sempre que necessária, e mesmo por cautela, não caracterizando afronta ao princípio constitucional da inocência, se devidamente motivada". (STJ- RHC 13070 / SP ; RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS 2002/0078673-3; Relator: Ministro Gilson Dipp; DJ 14.10.2002 p. 239).Mister salientar que a primariedade, residência fixa e o fato de ter o acusado emprego certo não garantem a este a possibilidade de responder ao processo em liberdade, quando presentes outros elementos que determinem a necessidade da prisão processual.Tal posição é seguida pelo excelso Superior Tribunal de Justiça, conforme ementa colacionada. In verbis."PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS - PRISÃO PREVENTIVA - LIBERDADE PROVISÓRIA- PRIMARIEDADE- BONS ANTECEDENTES. A primariedade, bons antecedentes, residência certa e emprego fixo não obstam a custódia provisória, mormente quando o decreto de prisão preventiva está bem fundamentado e estuda-se no interesse da ordem pública". (STJ- HC 3022/SP, Rel. Min. ANSELMO SANTIAGO).De acordo com a norma veiculada pelo artigo 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, será concedida a liberdade provisória independentemente de fiança "quando o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, a inocorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva" (artigo 311 e 312), o que não é o caso dos autos.Desse modo tenho que, para garantir a ordem pública e a instrução processual, não há outra medida senão manter a custódia do requerente, ressaltando-se que o crime imputado ao acusado é grave, pois trata-se de crime praticado com emprego de arma de fogo e violência contra as vítimas, inclusive com agressão física a pessoa idosa.Ante ao exposto, considerando que permanecem inalterados os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva do réu, bem como a sua regularidade, indefiro o pedido de revogação da prisão preventiva decretada em desfavor de Elves Rocha Pina, com fulcro no artigo 312 do Código de Processo Penal.Publique-se. Intime-se.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Carlos Vidal de Brito
Escrivão Judicial

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente
ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Juíza: Silvestre@tjro.jus.br
Escrivão: phv1criminal@tjro.jus.br

Edital de Intimação
Prazo: 90 (noventa) Dias
Proc.: 0131530-86.2006.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Condenado:Walder Clay Ferreira Moraes, brasileiro, solteiro, eletricista, natural de Goiania/GO, nascido aos 21.03.1977, filho de João Carlos Sampaio Moraes e de Rossi Clayde Ferreira Moraes, residente em local incerto e não sabido.
Finalidade: Intimar o réu acima qualificado da sentença a seguir transcrita:
"V i s t o s etc. O Ministério Público deste Estado, através do Promotor de Justiça que oficia perante este Juízo, denunciou Walder Clay Ferreira Moraes, qualificado nos autos em epígrafe, por infração ao artigo, 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal, porque, segundo a inicial, no dia 1º de maio de 2006, por volta das 19h30min, na Rua Alexandre Guimarães, defronte ao imóvel 5229, Bairro Nova Porto Velho, nesta Capital, o denunciado e terceira pessoa, ainda não identificada, adrede mancomunados para a prática de crime contra o patrimônio, subtraíram para eles, mediante grave ameaça, exercida com emprego de arma de fogo, da vítima Edson Leite dos Santos, a motocicleta Honda CG 150, Titan, ano/modelo 2005, de cor preta e placa NCQ 6499/RO; um telefone celular Nokia, 3320; e uma carteira porta cédulas, contendo documentos pessoais, cartões bancários e a quantia de R$ 172,00 (cento e setenta e dois reais), em espécie. Esclarece a denúncia que a vítima, no momento do fato, estava conversando com o seu amigo Malaquias, defronte a residência deste, oportunidade em que o acusado deles se aproximou, abordando-lhes e apontando-lhes a arma de fogo que portava, bem como anunciando o assalto. Uma vez subjugadas a vítima e a testemunha Malaquias, o acusado e seu comparsa exigiram a entrega da chave da moto e ordenaram que o ofendido e seu amigo colocassem as mãos na parede, para serem revistados. Ato contínuo, subtraíram os bens e o dinheiro acima mencionados e evadiram-se do local do local do fato, tomando rumo ignorado. A denúncia, informada com o respectivo inquérito policial, foi recebida no dia 09/08/2011. O acusado foi pessoalmente citado (v. fls. 162- v). Resposta à acusação consta às fls. 164/169. Foram inquiridas a vítima e duas testemunhas (v. fls. 179/180 e 187). Embora tenha sido pessoalmente intimado (v. fls. 185-v), o acusado não compareceu em Juízo para ser interrogado. O Ministério Público requereu a condenação do acusado, nos termos da denúncia. A Defesa requereu a absolvição, alegando insuficiência de provas, e, subsidiariamente, a fixação da pena no mínimo legal. É o relatório. P A S S O a dirimir as questões de fato e de direito. Finda a instrução, restou satisfatoriamente comprovado que o acusado e terceira pessoa praticaram as condutas que lhes foram imputadas na inicial. Senão vejamos. A prova oral, notadamente os relatos da vítima e da testemunha ocular Malaquias, somada a apreensão da motocicleta roubada, demonstra, a contento, à ocorrência da infração (materialidade). As partes também não se insurgiram quanto a essa questão, presumindo-se, assim, que a aceitem como suficientemente demonstrada. Quanto à autoria, verifico que também se revela induvidosa. Com efeito, embora o acusado tenha negado a autoria do fato, ele foi reconhecido pela vítima, na fase policial, através de fotografias (v. fls. 21/22) e também pessoalmente (v. fls. 83/84), reconhecimento este confirmado em Juízo. Confiram-se os minuciosos relatos do ofendido: "(...) passados cerca de quinze dias, o depoente recebeu um telefonema de policiais lhe informando que uma motocicleta com as características daquela que lhe fora subtraída havia sido apreendida na Central de Polícia, no que o declarante se deslocou até aquela Unidade Policial, onde confirmou ser realmente a sua motocicleta e reconheceu o primeiro infrator, através de fotografia, como sendo a pessoa de Walder Clay Ferreira Moraes, o qual fora preso estando com a motocicleta subtraída em seu poder, porém não pode vê-lo pessoalmente, pois o mesmo já havia sido conduzido para o presídio (...)". (v. fls. 19/20). "(...) lembro-me que o assaltante que portava a arma era moreno, aproximadamente 1,80m, magro e que o reconheci posteriormente, na Delegacia e inclusive neste Juízo; esses reconhecimentos foram no final do ano de 2006; o outro assaltante era branco, forte e usava um jaleco de cor azul forte, de tecido grosso, parecendo de pessoa que trabalha em oficina mecânica (...); vi bem o rosto do assaltante que estava com a arma, pois ele conversou comigo frente a frente, perguntando se a moto tinha alarme e inclusive me revistou (...); os policiais me disseram que localizaram a minha moto dentro da casa do acusado, junto com peças de roupas de lojas onde ele teria feito outros assaltos; reconheço as fotografias de fls. 22, como sendo do acusado (...); reconheci o acusado na Central de Polícia através de fotos, posteriormente, na Delegacia de Furtos e Roubos, eu reconheci pessoalmente o acusado (...)". (v. fls. 187). Na verdade, o acusado também foi reconhecido pela vítima, neste Juízo, nos autos 0034977-74.2006.8.22.0501, ocasião em que ele foi condenado por ter assaltado, depois do fato ora em apuração, a Loja Sílvia Confecções, de propriedade do senhor Nilo Evangelista Ferreira (v. sentença juntada aos presentes autos). Nos referidos autos a vítima Edson foi ouvida e apontou/reconheceu o acusado como um dos ladrões da sua motocicleta. A par disso, segundo o policial/testemunha Jerry, as vítimas do roubo realizado no estabelecimento comercial, acima mencionado, reconheceram a moto utilizada pelos assaltantes como sendo a motocicleta da vítima Edson (vítima do fato ora em apuração) e o acusado foi visto e preso pela Polícia Militar, quando fugia, após esconder a motocicleta roubada. Relativamente ao valor probatório do depoimento da vítima, orienta a jurisprudência que a palavra do ofendido deve prevalecer sobre a negativa de autoria do acusado, máxime tratando-se de um delinquente contumaz na prática de crimes contra o patrimônio. Observe-se: "A palavra da vítima, em caso de roubo, deve prevalecer a do réu, desde que serena, coerente, segura e afinada com os demais elementos de convicção existente nos autos" (TACRIM – SP – Rel. Celso Limongi – JUTACRIM-SP – 94/341). Ainda: "O reconhecimento do agente formalizado no inquérito policial e ratificado em Juízo pela vítima ou testemunhas constitui prova suficiente para a condenação por roubo" (TJRO – AC 01.002416-6 – Rel. Des. Valter de Oliveira – j. 04.10.2001). De outro lado, as causas de aumento de pena do concurso de agentes e do emprego de arma, também restaram bem demonstradas, pois a vítima e a testemunha Malaquias foram categóricas ao afirmar que os assaltantes eram dois e que as ameaçaram com arma de fogo. A falta de apreensão da arma é irrelevante para a caracterização da majorante do emprego de arma, consoante orienta a jurisprudência do E. STJ. Confira-se: '(...) 1. Para o reconhecimento da presença da causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º, I, do Código Penal, mostra-se dispensável a apreensão da arma de fogo e a realização de exame pericial para atestar a sua potencialidade lesiva, quando presentes outros elementos probatórios que atestem o seu efetivo emprego na prática delitiva. Precedentes do STF. 2. O poder vulnerante integra a própria natureza da arma de fogo, sendo ônus da defesa, caso alegue o contrário, provar tal evidência. Exegese do art. 156 do CPP. 3. Exigir a apreensão e perícia no revólver comprovadamente empregado no assalto

teria como resultado prático estimular os criminosos a desaparecer com o armamento, de modo que a aludida majorante dificilmente teria aplicação (…)' (STJ: HC 113017/SP, 5ª Turma, Rel. Jorge Mussi, DJE 06/04/2009). No mesmo sentido STJ: HC 119480/RJ, 5ª Turma, Rel. Napoleão Nunes, DJE 29/06/2009. Nessas condições, comprovada a conduta narrada na inicial, concluo que estão presentes os elementos do tipo previsto no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, pelo que o fato é típico. Nenhuma excludente de ilicitude há a militar em favor do acusado, o que torna o fato antijurídico. Presentes estão também, os elementos da culpabilidade (estrito senso), a saber, a imputabilidade, o potencial conhecimento da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa, pelo que é o acusado culpável, impondo-se, via consequencial, a aplicação das sanções co-respectivas. PELO EXPENDIDO e considerando tudo o que mais dos autos consta, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, em consequência, CONDENO Walder Clay Ferreira Morais, qualificado nos autos, por infração ao artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal. Passo a dosar a pena, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68 do Código Penal. A culpabilidade (lato senso), entendida, agora, como o juízo de reprovabilidade social do fato delituoso e dos seus autores, revela-se
acentuada. O 'modus operandi' revela frieza, ousadia e alta periculosidade. Embora seja tecnicamente primário, o condenado tem maus antecedentes, pois já foi condenado irrecorrivelmente por crime de roubo (v. certidões de fls. 154/157). A par disso, tem passagens por crimes de homicídio doloso, furto e lesões corporais, o que, somado às circunstâncias do fato ora em apuração, revela personalidade desajustada e demonstra má conduta social. Não há informação nos autos de que o condenado, à época do fato, exercesse alguma atividade laboral lícita. As consequências são desfavoráveis porque, com exceção da motocicleta, os demais bens e o dinheiro roubado não foram recuperados, persistindo significativo prejuízo de ordem material. Sem contar com o abalo emocional. O motivo do delito – obtenção de dinheiro fácil, em detrimento do patrimônio e da liberdade alheios - é abjeto. A vítima não contribuiu para o crime. As circunstâncias também são desfavoráveis porque o roubo foi praticado sob a égide de duas causas de aumento de pena (emprego de arma e concurso de agentes), uma das quais, emprego de arma, a ser considerada para exasperação da penabase. A propósito: Concurso de causas de aumento de pena. 'É tranquilo o entendimento de que, ocorrendo pluralidade de causas de aumento de pena previstas na Parte Especial, o juiz aplica somente uma, funcionando as demais como circunstâncias agravantes genéricas ou simplesmente judiciais' (Código Penal Anotado, Damásio E. De Jesus, Saraiva, 8ª Edição, 1998, pág. 525). As demais circunstâncias são normais ao crime de roubo circunstanciado, constituindo, assim, a própria tipicidade. Assim, sopesadas as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão. Aumento de 1/3 (um terço) porque o roubo foi cometido mediante concurso de pessoas (CP, art. 157, § 2º, II). Na falta de outras circunstâncias e/ou causas de modificação, fixo a pena definitiva em 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão, pena esta que reputo necessária e suficiente para prevenção e reprovação do crime cometido. Não apliquei a pena pecuniária (multa), em razão da manifesta hipossuficiência financeira do condenado, evidenciada no patrocínio pela Defensoria Pública. O regime inicial para o cumprimento das penas privativas de liberdade será o semiaberto (CP, art. 33, § 2º, b, c/c § 3º). Deixo de substituir a privação da liberdade por penas restritivas de direitos porque o condenado não preenche os requisitos legais (CP, art. 44, I), ou seja, porque o crime foi cometido com grave ameaça a pessoa e a pena imposta é superior a 04 (quatro) anos. Faculto ao condenado o apelo em liberdade, porque nesta condição vem sendo processado e não verifico o surgimento, agora, de algum fundamento para a decretação da prisão preventiva. Após o trânsito em julgado o nome do condenado deverá ser lançado no rol dos culpados. Deverá se proceder também, a expedição de guia de recolhimento, com as peças devidas, ao Juízo da Execução. Isento o sentenciado do pagamento das custas processuais, devido a sua condição de juridicamente necessitado. Anote-se e comunique-se (INI/DF, II/RO, TRE/RO etc.). Sentença publicada em audiência. Registre-se, saindo os os presentes intimados. Intime-se pessoalmente o condenado.

Processo n. 0006726-07.2010.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciada: Marcia Maria Guisso
Advogado: Lincoln José Piccoli Duarte (OAB/RO 731)
Decisão: Vistos. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na resposta da acusada Márcia Maria Guisso alguma das hipóteses do art. 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal e existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s). DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de fevereiro de 2012, às 11h30min. Intime-se o Defensor da acusada Márcia para que no prazo de 05 (cinco) dias informe a qualificação das testemunhas arroladas na resposta a acusação, bem como os respectivos endereços. Decorrido o prazo sem manifestação, ficará sob a responsabilidade do requerente apresentar as referidas testemunhas independente de intimação.Intimem-se. Requisite (m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso. Porto Velho-RO, segunda-feira, 14 de novembro de 2011. Edvino Preczevski, Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
Processo n.: 0014282-26.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: ERNALDO SILVA BARROS, brasileiro, solteiro, nascido em 22/01/1981, natural de São Luiz/MA, filho de Raimundo Pacheco Barros Filho e Maria Delzuita Silva Barros, residente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o réu acima qualificado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta escrita por intermédio de advogado ou defensor, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que for pertinente para a defesa, apresentar documentos e especificar as provas que pretende

produzir, inclusive indicando e qualificando eventual rol de testemunhas, declinar o nome de seu advogado ou informar a inexistência e/ou a impossibilidade de constituir patrono, conforme denúncia do Ministério Público Estadual, por violação ao Art. 180, caput, do Código Penal.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
Processo n.: 0014282-26.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciada: FIAMMA KAYME VIDAL DE SOUZA, brasileira, solteira, nascida em 21/06/1992, natural de Porto Velho/RO, filha de Ester Vidal Nogueira e Raimundo Lima de Souza, residente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR a ré acima qualificada para a audiência de suspensão condicional do processo, proposta pelo Ministério Público, no dia 10/FEVEREIRO/2012, às 8h30min. Intimar, ainda, de que caso não compareça à audiência, terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar do ato, para apresentar resposta escrita por intermédio de advogado ou defensor, ocasião em que poderá arguir preliminar e alegar tudo o que for pertinente para a defesa, apresentar documentos e especificar as provas que pretender produzir, inclusive indicando e qualificando eventual rol de testemunhas, declinar o nome de seu advogado ou informar a inexistência e/ou a impossibilidade de constituir patrono, conforme denúncia do Ministério Público, por violação do art. 155, caput, do Código Penal Brasileiro.

Luzia de Lima Secundo
Escrivã Judicial

3ª VARA CRIMINAL

3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Franklin Vieira dos Santos
Escrivã Judicial: Rosimar Oliveira Melocra
Endereço eletrônico: pvh3criminal@tjro. jus. br

Proc.: 0015135-35.2011.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Marcos Barbosa Farias, Adriano Teixeira Araújo
Advogado:José Haroldo de Lima Barbosa (OAB/RO 658A), Renner Paulo Carvalho (OAB/RO 3740)
DESPACHO :
As alegações preliminares apresentadas pelas defesas dos réus não aduz nenhuma das hipóteses contidas no art. 397 do CPP.Ante a inexistência de causa que fundamente absolvição sumária, declaro saneado o feito e designo o dia 13 de janeiro de 2012, às 10h30min para audiência de instrução e julgamento. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Renato Bonifácio de Melo Dias Juiz de Direito

Rosimar Oliveira Melocra
Escrivã Judicial

2ª VARA DE FAMÍLIA

2ª Vara de Família e Sucessões
pvh2famil@tjro.jus.br

Proc.: 0013989-89.2011.8.22.0102
Ação:Execução de Alimentos
Requerente:R. M. M.
Advogado:Cristian José de Sousa Delgado (OAB/RO 4600)
Requerido:J. S. Z. M.
Decisão:
Vistos.Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu pedido de liminar para obrigar a requerida entregar ao requerente a filha do casal (com 1 ano e 8 meses de idade) para visitação.Pelo que se percebe, o descumprimento da transação judicial não passou a ocorrer agora, durante a data dos festejos natalinos, senão vem ocorrendo já algum tempo, como noticiado nas várias ocorrências policiais registradas pelo requerente.É bom frisar que a transação, mesmo sendo homologada judicialmente, não faz coisa julgada em relação ao direito de visitação, por ser este indisponível e, como tal, não pode ser objeto de transação.Na sentença, o que foi estabelecido foi o dia em que esta visitação deveria ocorrer. E nesse aspecto, está claro que as partes não estão se entendendo. Aliás, está prestes a ocorrer situação pior. Nessa turbulência, há uma criança de pouca idade.Seria irrazoável, nessas circuntâncias, proferir uma decisão forçando a genitora a entregar a criança para visitação. Imagine-se a cena e o trauma que poderá ser causado na criança? E isso pretende-se que se faça para fazer valer uma pretensão do pai que, segundo consta, está sendo resistida pela mãe - mas não se sabe o motivo.Diante disso, não vejo motivo para modificar a decisão anterior, razão pela qual a mantenho. Aliás, vejo conveniente reuniar as partes para, em juízo, podermos verificar a razão do alegado impedimento e, se for o caso, modificar a forma de visitação. Para isso, designo audiência para o dia 17/01/2012, às 11h10min.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Rone da Silva Ramos
Escrivão

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
email: colcivel@tjro.jus.br
Fórum: Joel Quaresma de Moura
Juiz de Direito da Vara Cível: Cristiano Gomes Mazzini
Colorado do Oeste-RO
Rua Humaitá, n. 3879

Proc.: 0002263-97.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Tereza da Silva Oliveira
Advogado:Valmir Burdz (OAB/RO 2086)
Requerido:Embratel-Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A

Advogado:Rafael Gonçalves Rocha (RS 41.468), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2.913)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a impugnar a contestação apresentada pelo requerido.

Proc.: 0002260-45.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zentil Madrona
Advogado:Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960), Valdete Tabalipa (OAB/RO 612A)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat
Advogado: Moacir Nascimento Barros OAB/RO 1747
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a impugnar a contestação apresentada pelo requerido.

Proc.: 0002239-69.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleonice da Silva
Advogado:Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado: Anne Botelho Cordeiro; Luciana Xavier Gaspart de Souza e Lucyanne C. Brandt Hitzeschky
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a impugnar a contestação apresentada pelo requerido.

Proc.: 0002296-87.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Santa Pereira dos Santos
Advogado:Eliane Duarte Ferreira (3915)
Requerido:Banco Schahin Sa
Advogado: Ricardo Magno Bianchini da Silva; Débora Vallejo Mariano
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a impugnar a contestação apresentada pelo requerido.

Proc.: 0001956-46.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valmiro Duarte de Oliveira
Advogado:Mauri Carlos Mazutti (OAB/RO 312B)
Requerido:Der - Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de Rondônia
Advogado: Jorge William Fredi; Victor Ramalho Monfredinho
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a impugnar a contestação apresentada pelo requerido.

Proc.: 0002067-30.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Roberto Marcão
Advogado:Mauri Carlos Mazutti (OAB/RO 312B)
Requerido:Der - Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a impugnar a contestação apresenada pelo requerido.

Proc.: 0002066-45.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vilmar da Silva de Bairros
Advogado:Mauri Carlos Mazutti (OAB/RO 312B)
Requerido:Der - Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a impugnar a contestação apresenada pelo requerido.

Robertson Oliveira Lourenço
escrivão Judicial - Substituto

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

1º Cartório
Proc.: 0014281-17.2001.8.22.0008
Ação:Execução da obrigação de fazer/não fazer
Exequente:Vanderlei Chaves Portela
Advogado:Milton Ricardo Ferretto (RO 571-A), Marcelo Vendrusculo (RO 304-B), Vinícius de Paula Vieira (OAB/RS 60913)
Executado:Arlindo Pagung, Valcemar Pagung
Advogado:José Pereira Brito (DF 4021), Paulo César de Oliveira (685), José Pereira Brito (DF 4021), Paulo César de Oliveira (685)
DESPACHO :
Vistos, etc...Junte-se a carta precatória. Diga o autor em 5 dias. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0026356-15.2006.8.22.0008
Ação:Revisional de contrato
Requerente:Home & Art. Importadora Ltda
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374), Gabriel Jock Granado (PR 30330)
Requerido:Banco do Brasil S/A - Agência de Espigão do Oeste-RO
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
DESPACHO :
Vistos, etc...Digam as partes. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0010380-31.2007.8.22.0008
Ação:Execução de título judicial
Requerente:Banco do Brasil S/A - Agência de Espigão do Oeste-RO
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
Requerido:Olita Justina Santiago Correa
Advogado:Advogado não Informado (00000)
DESPACHO :
Vistos, etc...O Exequente deve dar cumprimento ao DESPACHO de fls. 187, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de

extinção e arquivamento do processo.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002021-87.2010.8.22.0008
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:B. F. S.
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Celso Marcon (OAB/ES 109990), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido:D. C. C.
DESPACHO :
Vistos, etc...Fls. 63.Defiro o desentranhamento do mandado, desde que o representante legal compareça em cartório para acompanhar a diligência, pois várias foram as tentativas de localização do bem, sem êxito. Assim , se o representante legal comparecer, desde já defiro o desentranhamento do mandado. Int. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0028824-44.2009.8.22.0008
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Banco Finasa Sa Osasco
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido:Ivan Fabiano Friedrich
Sentença:
Vistos, etc...BANCO FINASA SA - OSASCO, devidamente qualificado nos autos, ingressou com ação de reintegração de posse com pedido liminar em face de Ivan Fabiano Friedrich.A liminar foi deferida às fls. 48/49, isto em setembro de 2009, ou seja, já se passaram mais de dois anos do deferimento da liminar. Contudo, até o momento não foram localizadom nem o Requerido nem o bem objeto do pedido de reintegração, apesar das várias tentativas despendidas com este fim (fls. 52-v e 69-vº)Às fls. 75 veio informação nos autos de que o veículo em questão estava apreendido na Comarca de Buritis/RO. A parte foi intimada a comparecer e retirar a carta precatória para fins de busca do bem naquela comarca, no prazo de 10 dias, contudo, passado mais de 4 meses da intimação a parte não compareceu para retirar a carta precatória, tendo se limitado a requerer o prazo de 45 dias para dar cumprimento a determinação, porém, este prazo se escoou há tempo.O autor já havia sido intimado para dar prosseguimento ao feito, conforme se verifica às fls. 78-vº.Em consequência, com fundamento no artigo 267, inciso III, § 1º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Custas de Lei.Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003045-19.2011.8.22.0008
Ação:Arresto
Requerente:Coimbra Importação e Exportação Ltda
Advogado:Christian Fernandes Rabelo (333-B)
Requerido:Edil Alves dos Santos Me Mercado Rondônia, Edil Alves dos Santos
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
DESPACHO :
Vistos, etc...Nos termos do parágrafo único do artigo 803 do CPC, digam as partes se pretendem produzir outras provas, justificando a utilidade e pertinência. Int. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003284-57.2010.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:B. I. L. S.
Advogado:Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173), Luciano Mello de Souza (RO 3519), Celso Marcon (OAB/ES 10990), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido:P. A. da S. P.
DESPACHO :
Vistos, etc...Torno sem efeito a carta precatória de fls. 56.Fls. 64. Defiro o desentranhamento do mandado, desde que o representante legal compareça em cartório para acompanhar a diligência, pois várias foram as tentativas de localização do bem, sem êxito. Assim, se o representante legal comparecer, desde já defiro o desentranhamento do mandado.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0024046-02.2007.8.22.0008
Ação:Execução de título judicial
Requerente:Comercial de Alimentos São Paulo Ltda
Advogado:Valter Henrique Gundlach (RO 1374)
Requerido:Clemilda Maximiliano da Cruz
Advogado:Advogado não Informado (00000)
DESPACHO :
Vistos, etc...Intime-se a Executada para, no prazo de 24 horas, entregar o bem arrematado diretamente ao credor ou seu advogado, sob pena de responder por crime de apropriação indébita (artigo 168 do Código Penal).C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003524-46.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alzira Venerio Paulossi
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Requerido:Alessandro Martins da Cruz
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (SP 267910), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
DESPACHO :
Vistos, etc...Fls. 108.Trata-se os autos de ação de locupletamento ilícito, que segue o rito da ação de conhecimento, ou seja, não se tratando de execução não é cabível o arresto executório. Quanto ao pedido de arresto nos termos do artigo 804 e 815 do CPC, por se tratar de ação cautelar, o autor deve propor a ação correspondente, em autos apartados, comprovando a existência dos requisitos do artigo 813 e seguintes do CPC. Intime-se. Fls. 107. Como o Requerido não depositou o valor dos honorários do perito para custear a perícia solicitada, dou por prejudicada a produção desta prova. Designo audiência de instrução e julgamento para dia 29 de fevereiro de 2012, às 08h:00min. Intime-se. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004109-98.2010.8.22.0008
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Sílvio de Jesus Mendonça
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco Bmc S/a

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (MT 3056), Luciana Xavier Gaspar de Souza (4903)
DESPACHO :
Vistos, etc...Como o banco requerido acostou os documentos pleiteados pelo autor, junte-os aos autos e entregue cópias ao autor, após, arquive-se o processo. C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003387-30.2011.8.22.0008
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Maria Helena Pereira
Advogado:Imperatris de Castro Paula (OAB/RO 2214)
DESPACHO :
Vistos, etc...Fls. 31, penúltimo parágrafo, oficie. C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004135-62.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Roque de Melo
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Executado:Sebastião Alves de Souza
DESPACHO :
FINALIDADE:1) CITAR a parte executada nos termos do pedido inicial, conforme cópia em anexo; 2)PROCEDER DE IMEDIATO A PENHORA/REMOÇÃO do bem indicado na inicial, contudo, fica o Exequente ciente desde já que assume ele próprio o risco de o bem pertencer a terceiros e todo ônus de eventuais embargos (um veículo Fiat Strada, cor vermelha, ano 2010, placa NCG-1599), para a garantia da execução e acréscimos legais, depositando o bem penhorado com o autor ou seu advogado, nos termos do art. 666 dos CPC, o qual deverá fornecer os meios para a remoção do bem, devendo o(a) mesmo (a) prestar compromisso de bem guardar e zelar, não abrindo mão do bem sem prévia autorização judicial, lavrando-se, de tudo, auto devidamente circunstanciado;3) EFETIVADA A PENHORA, intime-se o executado a comparecer à audiência de conciliação que designo para o dia 09 de fevereiro de 2012, às 11:30 horas, onde poderá oferecer embargos (artigo 52, IX), por escrito ou verbalmente. O exequente será intimado na pessoa de seu advogado.

Proc.: 0004504-56.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Edenilson Bandeira
Advogado:Aline Correa de Freitas (RO 2161)
Executado:Glauber Dariva Pires de Lima
DESPACHO :
DESPACHO COM FORÇA MANDADO DE CITAÇÃO/PENHORA/AVALIAÇÃO/INTIMAÇÃO e REMOÇÃO FINALIDADE:1) CITAR a parte executada nos termos do pedido inicial, conforme cópia em anexo;2)PROCEDER DE IMEDIATO A PENHORA/REMOÇÃO de bens da parte Executada para a garantia da execução e acréscimos legais, depositando o bem penhorado com o autor ou seu advogado, nos termos do art. 666 dos CPC, o qual deverá fornecer os meios para a remoção do bem, devendo o(a) mesmo (a) prestar compromisso de bem guardar e zelar, não abrindo mão do bem sem prévia autorização judicial, lavrando-se, de tudo, auto devidamente circunstanciado; (bem indicado: uma motocicleta modelo NXR BROZ, cor vermelha, placa ncz 2857.3) EFETIVADA A PENHORA, intime-se o executado a comparecer à audiência de conciliação que designo para o dia 09 de fevereiro de 2012, às 11:15 horas, onde poderá oferecer embargos (artigo 52, IX), por escrito ou verbalmente. O exequente será intimado na pessoa de seu advogado.4)Não encontrada a parte devedora, proceder o ARRESTO de bens pertencentes à mesma, cumprindo o determinado no art. 653 § único do CPC;5) Fica AUTORIZADO pelo MM. Juiz da 1ª Vara ao Sr. Oficial de Justiça as prerrogativas do art. 172 § 2º do CPC e do art. 662 do CPC (requisitar Força Policial, se houver recusa da parte executada em permitir a entrada do Oficial de Justiça na residência ou estabelecimento empresarial);6) O credor deverá proporcionar os meios para o depósito do bem penhorado, caso isto não seja possível, deposite-se o bem com o devedor.OBSERVAÇÃO: a) o acordo ocorrerá mediante o pagamento convencionado do débito ou imediata adjudicação do bem, com possível dispensa de alienação judicial. b) não havendo acordo, poderá a parte executada apresentar embargos escritos ou orais, contendo matérias constantes do art. 52, IX, da Lei 9.099/95, prosseguindo após como disposto no Código de Processo Civil. c) não apresentando os embargos em audiência ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer à (o) Juiz(a) a adoção de uma das alternativas do art. 53, § 2º da supracitada lei.ADVERTÊNCIA: a) na hipótese de serem penhorados bens imóveis e, sendo parte devedora casada, intimar o cônjuge. Segue anexo cópia da inicial.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004607-63.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Quanz e Geremia Ltda Me
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Executado:Cristiane Gomes
DESPACHO :
DESPACHO COM FORÇA MANDADO DE CITAÇÃO/PENHORA/AVALIAÇÃO/INTIMAÇÃO e REMOÇÃO FINALIDADE:1) CITAR a parte executada nos termos do pedido inicial, conforme cópia em anexo;2)PROCEDER DE IMEDIATO A PENHORA/REMOÇÃO de bens da Executada para a garantia da execução e acréscimos legais, depositando o bem penhorado com o autor ou seu advogado, nos termos do art. 666 dos CPC, o qual deverá fornecer os meios para a remoção do bem, devendo o(a) mesmo (a) prestar compromisso de bem guardar e zelar, não abrindo mão do bem sem prévia autorização judicial, lavrando-se, de tudo, auto devidamente circunstanciado;3) EFETIVADA A PENHORA, intime-se o executado a comparecer à audiência de conciliação que designo para o dia 09 de fevereiro de 2012, às 10:15 horas, onde poderá oferecer embargos (artigo 52, IX), por escrito ou verbalmente. O exequente será intimado na pessoa de seu advogado.4)Não encontrada a parte devedora, proceder o ARRESTO de bens pertencentes à mesma, cumprindo o determinado no art. 653 § único do CPC;5) Fica AUTORIZADO pelo MM. Juiz da 1ª Vara ao Sr. Oficial de Justiça as prerrogativas do art. 172 § 2º do CPC e do art. 662 do CPC (requisitar Força Policial, se houver recusa da parte executada em permitir a entrada do Oficial de Justiça na residência ou estabelecimento empresarial);6) O credor deverá proporcionar os meios para o depósito do bem penhorado, caso isto não seja possível, deposite-se o bem com o devedor.OBSERVAÇÃO: a) o acordo ocorrerá mediante o pagamento convencionado

do débito ou imediata adjudicação do bem, com possível dispensa de alienação judicial. b) não havendo acordo, poderá a parte executada apresentar embargos escritos ou orais, contendo matérias constantes do art. 52, IX, da Lei 9.099/95, prosseguindo após como disposto no Código de Processo Civil. c) não apresentando os embargos em audiência ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer à (o) Juiz(a) a adoção de uma das alternativas do art. 53, § 2º da supracitada lei.ADVERTÊNCIA: a) na hipótese de serem penhorados bens imóveis e, sendo parte devedora casada, intimar o cônjuge. Segue anexo cópia da inicial.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004568-66.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:R. S. Bordinhão Me Sobreira Móveis
Executado:Jean Carlos Jacob
DESPACHO :
DESPACHO COM FORÇA MANDADO DE CITAÇÃO/PENHORA/AVALIAÇÃO/INTIMAÇÃO e REMOÇÃO FINALIDADE:1) CITAR a parte executada nos termos do pedido inicial, conforme cópia em anexo;2)PROCEDER DE IMEDIATO A PENHORA/REMOÇÃO de bens da Executada para a garantia da execução e acréscimos legais, depositando o bem penhorado com o autor ou seu advogado, nos termos do art. 666 dos CPC, o qual deverá fornecer os meios para a remoção do bem, devendo o(a) mesmo (a) prestar compromisso de bem guardar e zelar, não abrindo mão do bem sem prévia autorização judicial, lavrando-se, de tudo, auto devidamente circunstanciado; (bem indicado:forno elétrico prelúdio 127v muller).3) EFETIVADA A PENHORA, intime-se o executado a comparecer à audiência de conciliação que designo para o dia 09 de fevereiro de 2012, às 10:45 horas, onde poderá oferecer embargos (artigo 52, IX), por escrito ou verbalmente. 4)Não encontrada a parte devedora, proceder o ARRESTO de bens pertencentes à mesma, cumprindo o determinado no art. 653 § único do CPC;5) Fica AUTORIZADO pelo MM. Juiz da 1ª Vara ao Sr. Oficial de Justiça as prerrogativas do art. 172 § 2º do CPC e do art. 662 do CPC (requisitar Força Policial, se houver recusa da parte executada em permitir a entrada do Oficial de Justiça na residência ou estabelecimento empresarial);6) O credor deverá proporcionar os meios para o depósito do bem penhorado, caso isto não seja possível, deposite-se o bem com o devedor.OBSERVAÇÃO: a) o acordo ocorrerá mediante o pagamento convencionado do débito ou imediata adjudicação do bem, com possível dispensa de alienação judicial. b) não havendo acordo, poderá a parte executada apresentar embargos escritos ou orais, contendo matérias constantes do art. 52, IX, da Lei 9.099/95, prosseguindo após como disposto no Código de Processo Civil. c) não apresentando os embargos em audiência ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer à (o) Juiz(a) a adoção de uma das alternativas do art. 53, § 2º da supracitada lei.ADVERTÊNCIA: a) na hipótese de serem penhorados bens imóveis e, sendo parte devedora casada, intimar o cônjuge. Segue anexo cópia da inicial.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004609-33.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Quanz e Geremia Ltda Me
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Executado:Gizeli Storari Kepel
DESPACHO :
DESPACHO COM FORÇA MANDADO DE CITAÇÃO/PENHORA/AVALIAÇÃO/INTIMAÇÃO e REMOÇÃO FINALIDADE:1) CITAR a parte executada nos termos do pedido inicial, conforme cópia em anexo;2)PROCEDER DE IMEDIATO A PENHORA/REMOÇÃO de bens da Executada para a garantia da execução e acréscimos legais, depositando o bem penhorado com o autor ou seu advogado, nos termos do art. 666 dos CPC, o qual deverá fornecer os meios para a remoção do bem, devendo o(a) mesmo (a) prestar compromisso de bem guardar e zelar, não abrindo mão do bem sem prévia autorização judicial, lavrando-se, de tudo, auto devidamente circunstanciado;3) EFETIVADA A PENHORA, intime-se o executado a comparecer à audiência de conciliação que designo para o dia 09 de fevereiro de 2012, às 10:30horas, onde poderá oferecer embargos (artigo 52, IX), por escrito ou verbalmente. O exequente será intimado na pessoa de seu advogado.4)Não encontrada a parte devedora, proceder o ARRESTO de bens pertencentes à mesma, cumprindo o determinado no art. 653 § único do CPC;5) Fica AUTORIZADO pelo MM. Juiz da 1ª Vara ao Sr. Oficial de Justiça as prerrogativas do art. 172 § 2º do CPC e do art. 662 do CPC (requisitar Força Policial, se houver recusa da parte executada em permitir a entrada do Oficial de Justiça na residência ou estabelecimento empresarial);6) O credor deverá proporcionar os meios para o depósito do bem penhorado, caso isto não seja possível, deposite-se o bem com o devedor.OBSERVAÇÃO: a) o acordo ocorrerá mediante o pagamento convencionado do débito ou imediata adjudicação do bem, com possível dispensa de alienação judicial. b) não havendo acordo, poderá a parte executada apresentar embargos escritos ou orais, contendo matérias constantes do art. 52, IX, da Lei 9.099/95, prosseguindo após como disposto no Código de Processo Civil. c) não apresentando os embargos em audiência ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer à (o) Juiz(a) a adoção de uma das alternativas do art. 53, § 2º da supracitada lei.ADVERTÊNCIA: a) na hipótese de serem penhorados bens imóveis e, sendo parte devedora casada, intimar o cônjuge. Segue anexo cópia da inicial.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004503-71.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Elisângela Aparecida do Rosário
Advogado:Aline Correa de Freitas (RO 2161)
Executado:Ginaldo Soares da Silva
DESPACHO :
DESPACHO COM FORÇA MANDADO DE CITAÇÃO/PENHORA/AVALIAÇÃO/INTIMAÇÃO e REMOÇÃO FINALIDADE:1) CITAR a parte executada nos termos do pedido inicial, conforme cópia em anexo;2)PROCEDER DE IMEDIATO A PENHORA/REMOÇÃO de bens da Executada para a garantia da execução e acréscimos legais, depositando o bem penhorado com o autor ou seu advogado, nos termos do art. 666 dos CPC, o qual deverá fornecer os meios para a remoção do bem, devendo o(a) mesmo (a) prestar compromisso de bem guardar e zelar, não abrindo mão do bem sem prévia autorização judicial, lavrando-se, de tudo, auto devidamente circunstanciado;3) EFETIVADA A PENHORA, intime-se o executado a comparecer à audiência de conciliação que designo para o dia 09 de fevereiro de 2012, às 11:30 horas, onde poderá oferecer embargos (artigo 52,

IX), por escrito ou verbalmente. O exequente será intimado na pessoa de seu advogado.4)Não encontrada a parte devedora, proceder o ARRESTO de bens pertencentes à mesma, cumprindo o determinado no art. 653 § único do CPC;5) Fica AUTORIZADO pelo MM. Juiz da 1ª Vara ao Sr. Oficial de Justiça as prerrogativas do art. 172 § 2º do CPC e do art. 662 do CPC (requisitar Força Policial, se houver recusa da parte executada em permitir a entrada do Oficial de Justiça na residência ou estabelecimento empresarial);6) O credor deverá proporcionar os meios para o depósito do bem penhorado, caso isto não seja possível, deposite-se o bem com o devedor.OBSERVAÇÃO: a) o acordo ocorrerá mediante o pagamento convencionado do débito ou imediata adjudicação do bem, com possível dispensa de alienação judicial. b) não havendo acordo, poderá a parte executada apresentar embargos escritos ou orais, contendo matérias constantes do art. 52, IX, da Lei 9.099/95, prosseguindo após como disposto no Código de Processo Civil. c) não apresentando os embargos em audiência ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer à (o) Juiz(a) a adoção de uma das alternativas do art. 53,§ 2º da supracitada lei.ADVERTÊNCIA: a) na hipótese de serem penhorados bens imóveis e, sendo parte devedora casada, intimar o cônjuge. Segue anexo cópia da inicial.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0013080-87.2001.8.22.0008
Ação:Execução para entrega de coisa certa/incerta
Exequente:Albino Wentz
Advogado:João Carlos da Costa (SSP/RO 1258)
Executado:Madeireira Raizer & Filhos Ltda
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
DESPACHO :
Vistos, etc...Manifeste-se o Exequente sobre prosseguimento.C. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0052847-64.2003.8.22.0008
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Sacoplast Indústria e Comércio de Embalagens Ltda
Advogado:Flávio Paulo Lange (MS 2398)
Executado:Avenorte Indústrias Alimentícias S.A., Lourenço Antônio Pilotto, Reinaldo Selhorst
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660)
DESPACHO :
Vistos, etc...Diga o Exequente, inclusive indicando outros bens passíveis de penhora.I. C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

2º CARTÓRIO

2º Cartório
Proc.: 0053142-04.2003.8.22.0008
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Advogado:Promotor de Justiça (0000)
Denunciado:Claudecir Barella
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Decisão:
Recebi em 27/12/2011.Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva, formulado em favor de CLAUDECIR BARELLA.O requerente é acusado como incurso no crime tipificado no art. 121, parágrafo 2º, II do Código Penal. Depreende-se dos autos que após a consumação do delito, o réu fugiu, mantendo-se em local incerto e não sabido. Ante a não localização do acusado, o mesmo foi citado por edital, determinando-se a suspensão do processo e também do curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP (fl. 67), decretando-se ainda a sua prisão preventiva em 09/02/2004. No dia 30 de novembro do corrente, foi dado cumprimento ao mandado de prisão, tendo o acusado sido preso na comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.Às fl. 99/124, o acusado apresenta pedido de revogação de prisão preventiva, fundamentando o pleito no fato de ser primário, ter bons antecedentes, emprego lícito e família constituída. O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido (fl. 125/127).É o necessário relatório.DECIDO.Com razão o Ministério Público ao opinar pela manutenção da prisão.É pacífico que, mesmo primário e ainda possuidor de bons antecedentes, e com endereço certo, não é imune o autor de um delito da decretação ou manutenção da prisão cautelar, se presentes estiverem os requisitos demonstradores de sua necessidade.Além da gravidade do delito, perpetrado com intenso dolo e malvadez, cuja materialidade e autora restam suficientemente demonstradas, neste juízo primário, a existência de indícios de que o acusado teria fugido após a prática do crime, furtando-se da aplicação da lei criminal, é forte motivo a justificar a manutenção de sua segregação.Como bem apontado pelo douto representante ministerial, o réu não teve aprisão preventiva decretada apenas porque foi citado por edital e não compareceu para audiência de interrogatório. Durante a fase policial o acusado foi procurado pela polícia, não sendo encontrado, ficando evidente que quis empreender fuga do distrito da culpa.Com efeito, considerando que, de acordo com as circunstâncias dos autos, há evidências do desinteresse do acusado em comparecer em Juízo e colaborar com a instrução criminal, impõe-se a manutenção de sua segregação cautelar. Portanto, diante dos elementos que tornam inconteste que o infrator intentou contra a instrução criminal, é fato que sua soltura pode trazer prejuízos à instrução criminal e garantia de aplicação da lei, devendo permanecer recolhido, ao menos até a realização de audiência de instrução, quando serão colhidos maiores elementos de convicção sobre a situação do acusado. De se considerar que as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP são insuficientes para assegurar a ordem pública, manifestamente em perigo. Desta maneira por conveniência da instrução criminal e para assegurar manutenção da ordem pública, com fulcro no artigo 312 do CPP e 313, I ambos do Código de Processo Civil, indefiro o pedido de revogação de prisão preventiva de CLAUDECIR BARELLA , já qualificado nos autos, que deverá permanecer recolhido até decisão ulterior. Mantenha a decisão de fl. 97/98. Cumpra-se na íntegra as determinações ali expostas, expedindo-se o necessário para tanto.Intimem-se.Cumpra-se.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004654-37.2011.8.22.0008
Ação:Petição (Criminal)
Requerente:Dirce Maria de Oliveira
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)

Requerido:Juízo de Direito da Vara Criminal Com. de Espigão do Oeste
Decisão:
Trata-se de Medida Cautelar Inominada Satisfativa em que o requerente pretende o descarregamento de um caminhão, que se encontra apreendido no DER em Pimenta Bueno/RO, o veículo está carregado com toras e está sofrendo todo tipo de avarias do tempo, exposto ao sol, chuva, sucumbindo como peso.Informa a requerente, que é legitima proprietária do caminhão descrito nos autos, diz ainda que a madeira foi doada em sua totalidade ao DER. Diante das informações prestadas nos autos, bem como pela documentação juntada, verifica-se que os requisitos necessários à concessão da liminar estão presentes, quais sejam, a plausibilidade do direito e o perigo da demora.Assim, DEFIRO a medida liminar postulada, o que faço lastreado no art. 798 do Código de Processo Civil, para que seja providenciado o descarregamento do veículo caminhão Mercedez Benz, modelo 1114, ano 1989, placa AAH4353, cor branca, no prazo de 24 horas, sob pena de revogação da doação da madeira.Intime-se o DER para cumprimento da decisão.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004664-81.2011.8.22.0008
Ação:Petição (Criminal)
Requerente:Elias Buss
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:Juízo de Direito da Vara Criminal Com. de Espigão do Oeste
Decisão:
Trata-se de Medida Cautelar Inominada Satisfativa em que o requerente pretende o descarregamento de um caminhão, que se encontra apreendido no DER em Pimenta Bueno/RO, o veículo está carregado com toras e está sofrendo todo tipo de avarias do tempo, exposto ao sol, chuva, sucumbindo como peso.Informa o requerente, que é legitimo proprietário do caminhão descrito nos autos, diz ainda que a madeira foi doada em sua totalidade ao DER(fls. 12). Diante das informações prestadas nos autos, bem como pela documentação juntada, verifica-se que os requisitos necessários à concessão da liminar estão presentes, quais sejam, a plausibilidade do direito e o perigo da demora.Assim, DEFIRO a medida liminar postulada, o que faço lastreado no art. 798 do Código de Processo Civil, para que seja providenciado o descarregamento do veículo caminhão Mercedez Benz, modelo1113, ano 1978, placa MBK 0183, cor azul, no prazo de 24 horas, sob pena de revogação da doação da madeira.Intime-se o DER para cumprimento da decisão.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004672-58.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:L. G. dos S.
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:L. dos S.
DESPACHO :
Vistos, etc...Autos em segredo de Justiça.Defiro a gratuidade processual.1- Considerando que existem 03 (três) prestações de alimentos em atraso, cite-se o (a) devedor (a) acima mencionada para, em três (03) dias, efetuar o pagamento da dívida (R$ 645,00 – seiscentos e quarenta e cinco reais), referente ao meses de setembro, outubro e novembro de 2011, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, SOB PENA DE PRISÃO.2 - Conste ainda que o mesmo deverá efetuar também o pagamento das parcelas que vencerem, sem pagamento, durante o curso da execução, de acordo com a súmula 309 do STJ.3 - SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, no (s) endereço (s) declinado (s) na cópia da petição inicial em anexo.4 - Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.5 - Caso o Executado não efetue ou comprove o pagamento ou justifique a impossibilidade de fazê-lo, desde já, decreto a prisão civil do devedor pelo prazo de 30(trinta) dias, nos termos do artigo 733, § 1º, do Código de Processo Civil, devendo a escrivania certificar e expedir o mandado de prisão sem outra determinação.Cumpra-se. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001008-19.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Xandina Graunke
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:Frida Pagel
Advogado:Jose Angelo de Almeida (RO 309), Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (RO 338-B)
DESPACHO :
Transformo o julgamento em diligência e determino que a parte autora traga extrato bancário de sua conta referente aos dois últimos anos, prazo de 15(quinze) dias.Intime-se.cumpra-se. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004665-66.2011.8.22.0008
Ação:Petição (Criminal)
Requerente:Moisés Alves Ferreira
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:Juízo de Direito da Vara Criminal Com. de Espigão do Oeste
Decisão:
Trata-se de Medida Cautelar Inominada Satisfativa em que o requerente pretende o descarregamento de um caminhão, que se encontra apreendido no DER em Pimenta Bueno/RO, o veículo está carregado com toras e está sofrendo todo tipo de avarias do tempo, exposto ao sol, chuva, sucumbindo como peso.Informa o requerente, que é legitimo proprietário do caminhão descrito nos autos, diz ainda que a madeira foi doada em sua totalidade ao DER(fls.10). Diante das informações prestadas nos autos, bem como pela documentação juntada, verifica-se que os requisitos necessários à concessão da liminar estão presentes, quais sejam, a plausibilidade do direito e o perigo da demora.Assim, DEFIRO a medida liminar postulada, o que faço lastreado no art. 798 do Código de Processo Civil, para que seja providenciado o descarregamento do veículo caminhão Mercedez Benz, modelo L 2219, ano 1986, placa MAQ 2316, no prazo de 24 horas, sob pena de revogação da doação da madeira.Intime-se o DER para cumprimento da decisão.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004655-22.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. L. A.
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Requerido:M. G. de O. F. I. de O. F. I. de O. F. I. de O. F. P. I. de O. F.
DESPACHO :
Vistos e Examinados.Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial:a) regularizar o instrumento mandatário, tendo em vista que a procuração deve ser assinada pela genitora da representante legal do autor, eis que, sendo a mesma pessoa relativamente incapaz, deverá estar assistida por sua própria representante legal.b) esclarecer a ausência do genitor do de cujos no polo passivo da ação (se por motivo de falecimento trazer aos autos comprovante de seu óbito), considerenado que a ação de investigação de paternidade post mort deve ser intentada em face de todos os herdeiros do suposto pai. Intime-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004657-89.2011.8.22.0008
Ação:Usucapião
Requerente:Centro Espírita Beneficente União do Vegetal
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Junior (3765), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/PR 55483)
Requerido:Manoel Luiz da Silva
DESPACHO :
Intime-se o autor a emendar a inicial, em dez dias, sob pena de indeferimento, para:1. Adequar o valor da causa ou comprovar que o valor real do bem que pretende usucapir está de acordo com o indicado, devendo no primeiro caso recolher as custas processuais de acordo com o valor da causa.2. Recolher as custas iniciais, eis que o caso em tela não se enquadra em nenhuma das hipóteses do §5º, art. 6º da Lei Estadual 301 de 21/12/90, razão pela qual indefiro o pedido de justiça gratuita. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

COMARCA DE JARU

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0005097-03.2011.8.22.0003
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Delegacia de Polícia de Jaru
Advogado:Delegado de Polícia de Jaru ( )
Réu:Clenilton Cledison Ramos Teodoro, Welder Martins da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Decisão:
CLENILTON CLEDISON RAMOS TEODORO, qualificado nos autos, requer a revogação de sua prisão preventiva que foi originada através da conversão da prisão em flagrante em decorrência de suposto tráfico de entorpecente. Alega o peticionário que provará a inocência na instrução processual, mas que não há fundamento para a manutenção da preventiva vez que o acusado tem domicílio certo, ocupação lícita e não tem antecedente criminais. Com o pedido, vieram os seguintes documentos receituários médicos, laudo psiquiátricos, termo de audiência em ação de alimentos e declarações de idoneidade.O Ministério Público manifestou-se às fls 38/39 pelo indeferimento do pedido. É o sucinto relatório. Decido.O requerente foi dado como incurso no artigo 33 da Lei 11.343/06, cuja pena é de 05 (cinco) a 15 (quinze) anos de reclusão, sendo assim, preenche o requisito do artigo 313, inciso I do Código de Processo Penal. No mais, os pressupostos e fundamentos do artigo 312 do mesmo diploma legal subsistem, razão pela qual não há falar em revogação de prisão. Diante de todo o conjunto, há que se reconhecer a existência de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do delito.Com efeito, nessa fase não se exige prova plena, bastando meros indícios, isto é, que se demonstre a probabilidade da ré ou indiciada ter sido a autora do fato delituoso. A dúvida, portanto, milita em favor da sociedade, e não do réu (in dubio pro societate). Nesse sentido, Fernando Capez, in Curso de processo penal, 3ª ed., rev. e atual., Saraiva, São Paulo, 1999, p. 227.A conduta típica atribuída ao requerente é grave, e vem aumentando cada vez mais a prática de delitos dessa natureza. Outrossim, a Justiça não pode ficar alheia e inerte frente a problemas como esse, pois o momento é sério e exige providências enérgicas com o objetivo de dar o mínimo de tranquilidade para o cidadão que vive honestamente.Vale ressaltar também, que a prisão provisória não ofende o princípio constitucional de presunção de inocência, conforme Súmula 9 do STJ. No que pertine às questões relativas ao mérito ou a capitulação dada ao crime, não é esta a via adequada para ser discutida.Embora o requerente tenha demonstrado através dos documentos juntados que possui atividade lícita, residência fixa e família constituída, enfatizo que circunstancias pessoais favoráveis, por si só, não possuem o condão de garantirem a liberdade provisória.A propósito, o seguinte julgado:?Condições pessoais favoráveis como primariedade, bons antecedentes e residência fixa no distrito da culpa, não têm o condão de, por si só, garantirem ao paciente a liberdade provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar (Precedentes)? (HC 45.401/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04.10.2005, DJ 19.12.2005 p. 455).Urge enfatizar que a dita falta de antecedentes em desfavor do acusado não é verdadeira, vez que de fato não tem qualquer notícia de ilícito praticado por ele em Jaru, mas seus antecedentes em Ouro Preto é infindável, como se percebe às fls. 42/45, sendo inclusive condenações por furto qualificado. Assim não há falar-se em condições pessoais favaráveis em face de Clenilton.Ademais, em respeito à sociedade, não restam dúvidas que o requerente deve ser mantido afastado do convívio social, a fim de se resguardar a ordem pública, a instrução criminal e a própria credibilidade da justiça perante o meio social.Isso posto, INDEFIRO os pedidos de revogação de prisão formulados às fls 114/128 e 155/165 formulados por CLENILTON CLEDISON RAMOS TEODORO, já qualificado nos autos.Jaru-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcântara Juíza de Direito

Gilson da Silva Barbosa
Escrivão

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO

Proc.: 0004322-22.2010.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Maria Celestrina de Souza
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento do RPV no valor de r$ 6.310,65

Proc.: 0001418-92.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Vecinira Martins da Silva Pretti
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento do RPV no valor de R$ 1.965,90

Proc.: 0001423-17.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Marlene Daniel de Souza
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Ana Clara Granato Nunes
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento do RPV no valor de R$ 2.965,87

Proc.: 0000753-76.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alaide de Souza Evangelista
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento do RPV no valor de R$ 3.233,00.

Proc.: 0000798-80.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Luiz Machado do Nascimento
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor do pagamento do RPV no valor de R$ 7.926,47

Proc.: 0004943-19.2010.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marli da Silva Brandão
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento doRPV no valor de R$ 5.027,54.

Proc.: 0001408-48.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Valeriano Guimarães Cardoso
Advogado:Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514), Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Helder Braga Arruda Junior
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento doRPV no valor de R$ 1.965,90.

Proc.: 0001415-40.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Alveni Pereira Gomes
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento doRPV no valor de R$ 2.967,64.

Proc.: 0001413-70.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Potilia Pereira de Meirelles
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Ana Clara Granato Nunes
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento doRPV no valor de R$ 2.965,87.

Proc.: 0001421-47.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Francisca Bueno da Cruz Melo
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento doRPV no valor de R$ 2.660,72.

Proc.: 0000752-91.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Anizio Souza Evangelista
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento doRPV no valor de R$ 3.851,48.

Proc.: 0000754-61.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Gilbertina Maria Pereira
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento doRPV no valor de R$ 3.851,48.

Proc.: 0005120-46.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jurandir Luiz da Silva
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Ana Clara Granato Nunes
Intimar o proc. do autor para no prazo de 10 dias apresentar impugnação a contestação tempestiva.

Proc.: 0004279-51.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleiton Ananias Costa dos Santos
Advogado:Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)

Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Alvaro Luiz Fernandes (OAB/AC 3592), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Evelyn Caroline Teixeira Goulart (RO 4474)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 10 dias apresentar impugnação a contestação tempestiva.

Proc.: 0004938-60.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Madalena de Oliveira
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Ana Clara Granato Nunes
Intimar o proc. do autor para no prazo de 10 dias apresentar impugnação a contestação tempestiva.

Proc.: 0005410-61.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Paula dos Santos
Advogado:Lenir Correia Coelho (RO 2424)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Ana Clara Granato Nunes
Intimar o proc. do autor para no prazo de 10 dias apresentar impugnação a contestação tempestiva.

Proc.: 0000993-65.2011.8.22.0003
Ação:Inventário
Inventariante:Claudiomar Bonfá
Advogado:Claudiomar Bonfá (OAB/RO 2373), Lenir Correia Coelho (OAB/RO 2424)
Inventariado:Espólio de Carmelita Alves da Silva
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do item 04 do DESPACHO de fls 120.
DESPACHO :...4- Após, intime-se o inventariante, via seu advogado, sobre a manifestação do curador especial, sobre a manifestação da Fazenda Pública Municipal (fls. 113113/115, bem como para arrolar as dívidas deixadas pela de cujus e requerer o que de direito para dar impulso ao inventários, no prazo de 05 (cinco) dias.Cumpra-se.Jaru-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005564-79.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Reinaldo Pedro da Silva
Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585), Verônica Batista do Nascimento Souza (OAB/RO 1725)
Requerido:Ceron Eletrobrás Centrais Eletricas de Rondônia Sa
Advogado:Ivone de Paula Chagas Sant Ana (OAB/RO 1114)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 10 dias apresentar impugnação a contestação tempestiva.

Proc.: 0004436-24.2011.8.22.0003
Ação:Notificação
Requerente:Tradição Administradora de Consórcio Ltda
Advogado:Pedro Roberto Romão (OAB/SP 209.551), Andréa Tattini Rosa (OAB/SP 210.738), Ernani Sammarco Rosa (SP 16.831)
Requerido:Cosme Santos de Jesus
Intimar o proc. do autor para comparecer no cartório e retirar o autos.

Proc.: 0004625-02.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paula Rafaela Meirelles de Oliveira
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (OAB/RO 3999), Sidnei da Silva (OAB/RO 3187)
Requerido:Losango Promoções de Vendas Ltda
Advogado:Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Bernardo de Araújo Silva (OAB 74-B), Maick Felisberto Dias (OAB/PR 37555), Jonas Roberto Justi Waszak (OAB/PR 17.447)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 10 dias apresentar impugnação a contestação de fls 46/62 tempestiva

Proc.: 0004237-02.2011.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Jaru - RO
Advogado:Mario Roberto Pereira de Souza (RO 1765), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), Gilson Soares Raslan (OAB/RO 648A), José Pereira Tavares (OAB/RO 441), Everton Campos de Queiros (OAB/RO 2982)
Executado:S. A. Silva da Costa - Me, Sidnei Araujo Silva da Costa
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
Intimar o proc. do autor se manifestar nos autos no prazo de 05 dias.

Proc.: 0004430-17.2011.8.22.0003
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Claumardson da Silva Paiva
Advogado:Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)
Requerido:Maria Narcisa de Andrade Santos, Sociedade Jaru de Rádio e Televisão Ltda
Advogado:Everton Campos de Queiroz (RO 2982)
Intimar o proc. do requerido se manifestar acerca do item 02 da sentença no prazo de 15 dias.
Sentença:...2- ordenar que MARIA NARCISA DE ANDRADE SANTOS E SOCIEDADE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA exibam os documentos especificados na petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta sentença, ficando desde já autorizada a expedição de mandado de busca e apreensão a ser cumprido na sede da empresa Sociedade de Rádio e Televisão Ltda ou aonde os documentos estejam, em caso de omissão. Condeno a parte requerida no pagamento das custas processuais no prazo de 05 dias, a partir do trânsito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa. Desde já ficando autorizada a inscrição, em caso de omissão.Condeno a parte requerida ao pagamento dos honorários advocatícios, estes que fixo em R$500,00 (quinhentos reais), com fundamento no §4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, em apreciação equitativa e considerando o tempo de tramitação do processo, a simplicidade da causa e a desnecessidade de produção de provas em audiência.P.R.I. Cumpra-se.Oportunamente, arquivem-se os autos.Jaru-RO, segunda-feira, 28 de novembro de 2011.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005277-19.2011.8.22.0003
Ação:Notificação
Notificante:Administratora de Consórcios Nacional Gazin Ltda
Advogado:Pedro Roberto Romão (OAB/SP 209.551), Ernani Sammarco Rosa (SP 16.831), Andréa Tattini Rosa (OAB/SP 210.738), Carolina de Paula Nascimento Gomes (SP 231731),

Thalita Araújo Santana (SP 245901), Norma Dobzinski Toledo (OAB/SP 90.771), Rosana Pinheiro de Souza (OAB/SP 247.988), Mariangela Diaz Brossi Borges (OAB/SP 167.687), Bruna Pereira Nigro de Conti (OAB/SP 244.492), Cristiane Cassola (SP 192.197), Juliana Elisa Rossi (OAB/SP 283200), Tatiana da Silva Pedrosa (OAB/SP 293476), Paula Renata Caetano de Miranda (OAB/SP 251752), Alessandra Rodrigues Sugahara (OAB/SP 174386), Márcia Regina Natrielli Cruz Vilar (OAB/SP 156397), Leandro José Campreguer (SP 254329), Ed Clayton José Ferreira (SP 145189), Diogo Ricardo Procópio da Silva (OAB/SP 287969), Giselle de Oliveira Trindade (SP 150233), Jeison de Rosa Krajuskinas (SP 125262), Wagner Neres de Assis (OAB/SP 167.753)
Requerido:Maria Aparecida de Paula
Intimar o proc. do autor dar andamento ao feito comprovando a distribuição da CP em 48h.

Proc.: 0005808-08.2011.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Unicentro - União Centro Rondoniense de Ensino Superior
Advogado:Carlos Luiz Pacagnan (OAB/RO 107B), Jefferson Freitas Vaz (RO. 1611)
Executado:Thayla Daniele Ribeiro
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca da cert. do oficial de justiça sem cumprimento que deixou de citar a executado por não localizá-la no endereço mencionado e por informações a mesma mudou-se para outro Estado.

Proc.: 0001187-65.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Vieira Carvalho
Advogado:Indiano Pedroso Gonçalves (OAB/RO 3486)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado:Marcelo O. Angélico (SP 94389), Andrea Orabona Angélico Massa (OAB/SP 152184), Karen Amann (SP 140975), Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Leonardo Henrique Torres de Morais Ribeiro (OAB/SP 200653), Paulo César Borba Donghia (OAB/SP 102.143), Carlos Eduardo Gomes Soares (OAB/SP 2729), Francisco Rego Barros Massa (OAB/SP 164.385), Priscila Maggioli Kayat Buainain (OAB/SP 190.080), Arecrixie Araújo Viana da Silva (OAB/SP 275.839), Tiago Nascimento de Silva Oliveira (OAB/SP 282.400), Sandro André Nunes (OAB/SP 279.176)
Intimar o proc. da parte requerida recolher as custas no valor de R$ 90,51 no prazo de 05 dias.

Proc.: 0017246-46.2002.8.22.0003
Ação:Execução fiscal
Autor:Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado:Eurico Soares Montenegro Neto (OAB/DF 16.593)
Executado:MABAL - Madeireira Barlatti Importadora e Exportadora Ltda, Antônio Aparecido Barlatti, Benedito Barlatti
Intimar o proc. do autor dar andamento ao feito em 48h, se manifestando nos autos.

Proc.: 0005604-61.2011.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:H. F. F. da Silva Comércio Varejista de Artigos de Armarinho Me
Advogado:Solange Aparecida da Silva (OAB/RO 1153)
Executado:Devanir Donato de Oliveira
Intimar o proc. do autor da cert. do oficial de justiça sem cumprimento que deixou de citar o executado por não localizar no endereço mencionado e por informações o mesmo foi embora.

Proc.: 0000781-44.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Maurício Gomes de Lima
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss
Intimar o proc. do autor da implementação do benefício NB 1552668778, espécie 41(aposentadoria por idade.)

Proc.: 0000592-66.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Pedro de Oliveira Sousa
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor do teor da petição do INSS que concorda com o valores da execução.

Proc.: 0004058-05.2010.8.22.0003
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Mario Povodeiuk
Advogado:José Girão Machado Neto (OAB/RO 2664)
Embargado:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça
Intimar o proc. do autor da volta dos autos do TJ no prazo de 05 dias.

Proc.: 0070210-06.2008.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Maria Aparecida Antonia Pereira Laia
Advogado:Luiz Henrique de Lima Vergilio (OAB/RO 3885), Vinicius Vecchi de Cavalho Ferreira (RO 4466)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Graziela Mayra Joskiwicz.
intimar o proc. do autor requerer o que de direito no prazo de 05 dias.

Proc.: 0005790-84.2011.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Unicentro - União Centro Rondoniense de Ensino Superior
Advogado:Jefferson Freitas Vaz (RO. 1611), Carlos Luiz Pacagnan (OAB/RO 107B)
Executado:Laerte Santos da Silva
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca da cert. do oficial de justiça sem cumprimento que deixou de citar o executado por não localizá-lo sendo que por informação da sua madrasta ele mudou para Porto Velho com o nº do telefone 9234-5301.

Proc.: 0003829-11.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rivelino da Silva Gomes
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor do teor da petição do INSS que o benefício já fora implementado.

Proc.: 0005718-97.2011.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Jaru - RO
Advogado:Mario Roberto Pereira de Souza (RO 1765), Daiane Dias (OAB/RO 2156), José Pereira Tavares (OAB/RO 441), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), Everton Campos de Queiros (OAB/RO 2982)
Executado:Lourenço Pereira Guedes
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca da cert. do oficial de justiça sem cumprimento que deixou de citar o executado sendo que o mesmo é falecido.

Proc.: 0003475-83.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:C. M.
Advogado:Defensor Público (RO 00)
Requerido:O. M. da R. A. M. da R. D. M. da R.
Advogado: Lenir Correia Coelho (OAB/RO 2424)
Intimar o proc. do requerido se manifestar acerca do laudo no prazo de 05 dias.

Proc.: 0003488-82.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Maria Moreira de Freitas
Advogado:Marcelo Cantarella da Silva (RO. 558)
Executado:Bradesco Financiamentos S.a.
Advogado:Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903), Anne Botelho Cordeiro (RO 4370), Lucyanne C. Brant Hitzeschky (OAB/RO 4659), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056), Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca da dev. da CP que deixou de efetuar a busca e apreensão do contrato nº 504247719 uma vez que fui informada pela Drª Ana Paula de que para a apreensão do referido documento o oficial deverá diligenciar ao Banco em São Paulo.

Proc.: 0005799-46.2011.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Unicentro - União Centro Rondoniense de Ensino Superior
Advogado:Jefferson Freitas Vaz (RO. 1611), Carlos Luiz Pacagnan (RO 107.B)
Executado:Tatiane Pedroso Rocha
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca da cert. do oficial de justiça sem cumprimento que deixou de citar a executada por não localizar no endereço mencionado e por informações a mesma mudou-se para Bandeirantes.

Proc.: 0038999-15.2009.8.22.0003
Ação:Inventário
Inventariante:Maria Helena Roge Jeronymo Vian
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Inventariado:Silvio José Jeronymo Vian
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias prov. copias e retirar o formal de partilha.

Fábio da Silva Amaral
Escrivão Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Juiz: mailto:elsi@tj.govElsi Antônio Dalla Riva
Para Contatos e-mail: veraalves@tj.gov.br

Proc.: 0006100-90.2011.8.22.0003
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Tiago Marques da Silva
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (OAB/RO 3999)
Impetrado:Diretor-Geral do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná-CEULJI/ULBRA
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Decisão:
DECISÃOConsiderando que a competência para julgar mandado de segurança se define pela categoria da autoridade coatora e não importando a natureza do ato impugnado, verifica-se que a competência para processar e julgar este remédio constitucional é da comarca de Ji-Paraná, em razão da autoridade coatora no caso em tela ser o Diretor Geral do centro de Ensino Superior de Ji-Paraná-CEULJI/ULBRA, que tem sua sede funcional na cidade de Ji-Paraná/RO. Nesse sentido a jurisprudência já pronunciou:A competência para conhecer e processar Mandado de Segurança é aferida a partir da categoria funcional da autoridade apontada como coatora. Nessa esteira, a jurisprudência deste Tribunal Superior sedimentou-se pela competência da Justiça Estadual para processar e julgar Mandado de Segurança impetrado em face de ato da Prefeitura Municipal. .(conflito de competência nº 108.886 - ce (2009/0219625-8) relator : Ministro Napoleão Nunes Maia Filho).CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE A JUÍZOS FEDERAIS VINCULADOS. A TRIBUNAIS DIVERSOS. MANDADO DE SEGURANÇA. SUBSTITUIÇÃO EX OFFICIO. DA AUTORIDADE IMPETRADA PELO MAGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A competência para processar e julgar mandando de segurança decorre da categoria da autoridade coatora ou de sua sede funcional, e não da natureza do ato impugnado ou da matéria ventilada no writ, consoante assente na jurisprudência da egrégia Primeira Seção deste sodalício (GN)(Precedentes: CC 47.219 - AM, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, Primeira Seção, DJ de 03 de abril de 2.006 e CC 38.008 - PR, Relatora Ministra ELIANA CALMON, Primeira Seção, DJ de 01 de fevereiro de 2.006).PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETENCIATERRITORIAL. MAIS DE UMA AUTORIDADE COATORA. FACULDADE. 1 - HAVENDO UMA UNICA AUTORIDADE COATORA, O AJUIZAMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA DEVERA SER EFETUADO NA JURISDIÇÃO DE SUA SEDE. 2 - OCORRENDO, ENTRETANTO, A EXISTENCIA DE MAIS DE UMA AUTORIDADE COATORA NO POLO PASSIVO DA DEMANDA, FACULTADO ESTA O IMPETRANTE DO 'WRIT' PARA AJUIZAR A AÇÃO EM QUALQUER DOS JUIZOS DAS SEDES DAS RESPECTIVAS AUTORIDADES COATORAS. 3 - DESPACHO SINGULAR MANTIDO.4 - AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TRF5 - Agravo de Instrumento: AGTR

1049 PE 90.05.06279-7. Relator: Desembargador Federal Jose Delgado. Julgamento: 17/12/1990. Órgão Julgador: Segunda Turma. Publicação: DJ DATA-08/02/1991 PÁGINA-1678). CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE COATORA. MANIFESTAÇÃO DO JUÍZO SUSCITADO NO SENTIDO DE RECONHECÊ-LA ILEGÍTIMA E INCONTINENTI SUSCITA CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MEDIDA INCOMPATÍVEL. CONFLITO NÃO-CONHECIDO. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO SUSCITADO. Cumpre esclarecer, inicialmente, que a competência para o julgamento de mandado de segurança é definida em conformidade com a natureza da autoridade coatora (GN) (CC 38.667/SE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ16.02.2004). Nesse sentido, com fundamento no art. Da Lei n. DECLINO DA COMPETÊNCIA sobre este, determinando o encaminhado ao foro competente de Ji-Paraná/RO, com as anotações e baixas pertinentes.Intime-se o impetrante, via seu advogado. Independentemente de manifestação, cumpra-se.Jaru-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcântara Juíza de Direito

Proc.: 0001398-38.2010.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/SP 178033), Joaquim Portes de Cerqueira César (OAB/SP 72110B), Maria de Lurdes Rondina Mandaliti (SP 134.450), Paula Rodrigues da Silva (SP 221.271), Marina de Castro Carvalho Cury (SP 237.625), José Guilherme Gerin (SP 364.515), Ana Beatriz Belluzzo Navega (SP 193.313), José Henrique Zago Marques (SP 263.433), Letícia Francisco Silva da Costa (SP 171.320), Samar Bechara Cardoso (SP 165.190), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (RO 4507), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Micilene de Jesus Nascimento (OAB/RO 3472)
Executado:Mercado Aliança Ltda Me, Guarazil Ferreira de Souza, Ivan Ferreira de Souza, Nadir Rodrigues de Souza, Elnea Cabral de Lima
Advogado:Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854), Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868), Advogado Não Informado (000), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A), Fernanda Ferreira Brito Rego (OAB/BA 28496), Advogado Não Informado (000), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A), Fernanda Ferreira Brito Rego (OAB/BA 28496)
Decisão:
DECISÃO1- Levando em conta que a parte executada comprovou ter efetuado o depósito judicial do valor atualizado da dívida, bem como das custas processuais, às fls. 150/151, cancele-se a realização das vendas judiciais designadas.2- Intime-se a parte exequente, via seu advogado, para dizer se os depósitos judiciais efetuações ensejam a total satisfação da execução, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena do seu silêncio presumir a aceitação do pagamento e a extinção da ação. Cumpra-se.Jaru-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011. Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcântara Juíza de Direito

Vera Angela Iuliano Alves
Escrivã Judicial

COMARCA DE PIMENTA BUENO

1ª VARA CÍVEL

CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL
Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 216
End. eletrônico: pbwcivel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0006199-42.2011.8.22.0009
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Vagner Benites Ferreira
Advogado:Defensoria Pública de Pimenta Bueno Ro ( )
Impetrado:Prefeito do Município de Pimenta Bueno Augusto Tunes Plaça, Secretário Municipal de Saúde de Pimenta Bueno RO
Decisão:
DECISÃO:Trata-se de mandado de segurança com pedido liminar, impetrado por VAGNER BENITES FERREIRA, contra ato do PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO ? RO, SENHOR AUGUSTO TUNES PLAÇA, e do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, SENHOR CELSO BUENO, alegando apresentar quadro grave de doença mental, sendo necessário a utilização diária, por tempo indeterminado, do medicamentos denominados LORAZ 2mg, NEULEPTIL de 4%, PONDERA 20mg e RISS 1mg, conforme declaração médica de fl. 13 e receituário de fl. 19, sendo que o alto custo deste, impossibilita que a mesma possa adquiri-lo por conta própria.Afirmou que a negativa das autoridades impetradas se deu em virtude dos medicamentos não constarem na Portaria nº 2.982/2009-GM, que padroniza os medicamentos a serem fornecidos pelo Município. Negar o reconhecimento do direito da parte autora implicaria em ofender os objetivos e princípios das ações e serviços públicos de saúde previstos pela Constituição da República, configurando-se, pois, violação de direito líquido e certo do impetrante.A urgência, pode ser verificada nas afirmações do médico ¿ que é a pessoa que detém conhecimento técnico em saúde ¿ de que o paciente precisa de tratamento contínuo com os medicamentos prescritos, para garantir melhora na sua qualidade de vida, necessitando de uso contínuo, de acordo com a recomendação médica.À fl. 23, verifica-se que a negativa da municipalidade em fornecer o medicamento tem como fundamento o fato dos medicamentos solicitados não fazerem parte daqueles padronizados pela Portaria nº 2.982/GM, de 23/09/2011, corroborando as afirmações da impetrante.O fato do medicamento não constar das relações de medicamentos para fornecimento pelo SUS não pode ser óbice, conforme consta no documento citado no parágrafo anterior, em especial se o ente público não disponibiliza outro fármaco que possa substituir com eficácia aquele receitado pelo médico. Nem se cogita a possibilidade da negativa de atendimento estar relacionada a eventual divisão de responsabilidades dos entes municipais, estaduais e federativo, vez que está estabelecido em lei e sedimentado na jurisprudência que a União, os Estados e os Municípios são solidariamente responsáveis por fornecer medicamentos àqueles que os solicitarem.Sobre o tema, confira-se os julgados: Mandado de segurança. SUS. Doença grave. Direito à saúde. Relação Nacional de Medicamentos - Rename. Despesas. Previsão legal. É dever do Estado promover assistência à saúde aos cidadãos e, em caso de medicamentos não disponibilizados pela rede

pública, deve prover o necessário para sua viabilização, por ser garantia constitucional e haver previsão legal, não podendo esse direito ser obstaculizado pela alegação de falta de recursos orçamentários ou inexistência do remédio na Relação Nacional de Medicamentos. (TJ/RO, Apelação Cível, N. 10000420040022319, Rel. Juiz Marcos Alaor D. Grangeia, J. 13/04/2005)PROCESSUAL CIVIL - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS - TUTELA ANTECIPADA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO PROVIDO 1. “Presentes os pressupostos legais, traduzidos essencialmente no binômio fumus boni juris e periculum in mora, tem a parte direito subjetivo à tutela de urgência apta a impedir que ‘inevitável demora da prestação jurisdicional seja capaz simplesmente de inviabilizar, pelo menos do ponto de vista prático, a proteção do direito postulado’ (Barbosa Moreira)” (AI nº 2004.028027-7, Des. Newton Trisotto). 2. Estabelecida a premissa de que a União, os Estados e os Municípios são solidariamente responsáveis por fornecer medicamentos àqueles que os solicitarem (AgRgAI nº 886.974, Min. João Otávio de Noronha; AgRgAI nº 858.899, Min. José Delgado; AgRgAI nº 842.866, Min. Luiz Fux), não há como exonerar o Estado de Santa Catarina dessa obrigação, mesmo a pretexto de o medicamento não constar da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), definida pelo Minis-tério da Saúde, ou de ser de elevado custo. Ademais, só o fato de o medicamento ter sido receitado conduz à presunção de ser necessário ao tratamento do paciente; apenas prova ou fortes indícios poderiam ilidi-la. (TJ/RS, Agravo de Instrumento n. 2007.054676-5, Rel. Des. Newton Trisotto, J. 11.07.2008) De mais a mais, o deferimento da liminar é recomendado também pelo superior princípio da proporcionalidade, de sede constitucional, que recomenda a ponderação de interesses, nesta fase processual. Diante de tais dados, dos receituários médicos e do laudo carreados aos autos (fls. 13/22), recomendando ao autor o uso contínuo e por tempo indeterminando, dos medicamentos LORAZ 2mg, NEULEPTIL de 4%, PONDERA 20mg e RISS 1mg , para uso diário, defiro o pedido Liminar (art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009), determinando que o Senhor Secretário Municipal de Saúde, CELSO BUENO e o Senhor Prefeito Municipal, AUGUSTO TUNES PLAÇA, forneçam ao impetrante, sem interrupção, a cada 30 (trinta) dias, mediante comprovação de necessidade junto ao médico especialista no quadro clínico apresentado, os medicamentos reclamados e já descritos, no prazo de 5 dias.Notifiquem-se as autoridades impetradas desta decisão (via mandado liminar), bem como para que apresentem as informações necessárias no prazo de 10 (dez) dias. Notifique-se, ainda, o ente municipal, na pessoa do Procurador Geral.Após, vista ao Ministério Público para seu indispensável parecer. Por derradeiro, venham conclusos para sentença.Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Cópia da presente decisão servirá como como mandado de intimação/notificação.Impetrante/Requerente: Vagner Benites Ferreira, endereço Rua Almirante Barroso, nº 424, Bairro Jardim das Oliveiras, nesta.Impetrados/Requeridos: Senhor Augusto Tunes Plaça ¿ Prefeito Municipal, Av. Castelo Branco, nº 1.046, Bairro Centro; Celso Souza Bueno ¿ Secretário de Saúde , Rua Pinheiro Machado, nº 316, Bairro Pioneiros, nesta. Procurador Geral do Município: Dr. Marcos Antônio Nunes, Av. Castelo Branco, nº 1.046, Bairro Centro, nesta.Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Harry Roberto Schirmer
Escrivão Judicial

COMARCA DE VILHENA

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
COMARCA DE VILHENA
JUIZ DE DIREITO: GILBERTO JOSÉ GIANNASI
CHFE DE CARTÓRIO: Elismara de Brida Martins,
CADASTRO 002908-4

Proc: 1001842-21.2010.8.22.0014
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Alexandre dos Santos Amaro(Requerente)
Advogado(s): Andrea Leporacci Soares Figueiredo(OAB 1536 RO)
BANCO PANAMERICANO S.A(Requerido)
Advogado(s): OAB:21714 PE
ADVOGADO: FELICIANO LYRA MOURA, OAB/PE 21.714.
INTIMAÇÃO: Advogado do banco requerido consultar os autos e seus arquivos via internet, comparecendo em uma das unidades deste Tribunal para realização de cadastro, eis que trata-se de processo virtual, ficando assim, prejudicado o pedido de vistas dos autos.

Proc: 1000951-63.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Katia Areias Louzada Neves(Reclamante)
Advogado(s): Roniéder Trajano Soares Silva(OAB 3694 RO)
E.C. Jesuino & Cia Ltda me - FARMACENTER(Reclamado)
Advogado(s): José Marcelo Cardoso de Oliveira(OAB 3598 RO)
DESPACHO : “Vistos. Incabível intervenção de terceiro em sede de Juizado Especial, não sendo o caso de litisconsórcio necessário. Rejeito, portanto, as preliminares arguidas. No mais, considerando que há fatos que necessitam de esclarecimentos, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/03/2012, às 11horas.
Intimem-se as partes com as advertências de praxe. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Vilhena, 18 de novembro de 2011.”

Proc: 1002743-52.2011.8.22.0014
Ação:Petição (Juizado Cível)
Jonatas Jozafan Cunha do Nascimento(Requerente)
Advogado(s): Trumam Gomer de Souza Corcino(OAB 3755 RO)
Banco Bradesco S.A.(Requerido)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
DESPACHO : “Vistos. Existem fatos que devem ser objeto de prova. Designo, pois, audiência de instrução e julgamento para o dia 13/03/2012, às 11:00 horas. Testemunhas independentemente de arrolamento e intimação, salvo se requerido assim com antecedência de 15 dias. Proceda a Serventia como de praxe para as necessárias intimações.
Intimem-se. Cumpra-se. Vilhena, 14 de novembro de 2011.
(a) GILBERTO JOSÉ GIANNASI, Juiz de Direito.”

Proc: 1003687-88.2010.8.22.0014
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Lucilene Castro de Souza(Requerente), Mauricio Carlos Ferreira(Requerente)
Advogado(s): Daniel Prudencio da Silva(OAB 3720 RO)
S.C. DE FIGUEIREDO & CIA LTDA(Requerido)

Advogado(s): OAB:13537 MT, OAB:9946 MT
ADVOGADOS: Joeverton Silva de Jesus OAB/MT 9.946 e Frederico Leoncio Gaiva Neto OAB/MT 13.537
DESPACHO : "Existem fatos que devem ser objeto de prova. Designo, pois, audiência de instrução e julgamento para o dia 15/03/2012, às 11horas. Testemunhas independentemente de arrolamento e intimação, salvo se requerido assim com antecedência de 15 dias. Proceda a Serventia como de praxe para as necessárias intimações. Intimem-se. Cumpra-se. Vilhena, 22 de novembro de 2011. (a) Gilberto J. Giannasi, Juiz de Direito."

Proc: 1003332-49.2008.8.22.0014
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Lucimar do Nascimento Dias(Requerente)
Advogado(s): Emerson Baggio(OAB 4272 RO)
Bradesco Seguros S/A(Adjudicado)
Advogado(s): Alexandre Paiva Calil(OAB 2894 RO), SHANTI CORREIA D'ANGIO(OAB 3971 RO), OAB:8767 MS
DESPACHO : "Vistos. Junte-se detalhamento de ordem. Ciência a Parte autora do resultado positivo da penhora on line. Somente procederei transferência para conta judicial, após apuração de valores pela contadoria.
Deverá o exequente se manifestar acerca do comprovante juntado no item 74, no prazo de cinco dias. Intime-se.
Vilhena, 16 de novembro de 2011. (a) Gilberto J. Giannasi, Juiz de Direito."

Proc: 1002350-98.2009.8.22.0014 Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Davi Gomes Azevedo(Requerente)
Advogado(s): Emerson Baggio(OAB 4272 RO)
Bradesco Seguros S/A(Requerido)
Advogado(s): Alexandre Paiva Calil(OAB 2894 RO), SHANTI CORREIA D'ANGIO(OAB 3971 RO)
DESPACHO : "Vistos. Ciência às partes do retorno dos autos. Cumpra-se o R. Acordão. Diga a parte autora quanto a petição do item 35. Vilhena, 16 de novembro de 2011.
(a)Gilberto J. Giannasi, Juiz de Direito."

Proc: 1001541-11.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Judicial
Estilo da Moda Ltda EPP(Adjudicante)
Advogado(s): Wilson Luiz Negri(OAB 3757 RO)
Jaqueline Aparecida Silva Santos(Adjudicado)
Advogado(s): Amanda Leporacci Volpato(OAB 1523 RO)
DESPACHO : "Vistos. Faculto à reclamada a juntada do texto mencionado no movimento n. 64, em 10 dias. Intime-se. Cumpra-se. Vilhena, 20 de novembro de 2011. (a)Gilberto J. Giannasi, Juiz de Direito."

Proc: 1000602-94.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Judicial
Móveis TV Color Ltda(Exequente)
Advogado(s): Ana Paula Zanchett(OAB 3180 RO), Gleice Regina Stein(OAB 3577 RO)
Renato Pereira(Executado)
DESPACHO : "Vistos. Intime-se a reclamante para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar o endereço do reclamado, sob pena de extinção do processo. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Vilhena, 23 de novembro de 2011. (a)Gilberto José Giannasi, Juiz de Direito."

Proc: 1002961-80.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Vanderlei Aparecido Pereira(Requerente)
Advogado(s): Francisco Lopes da Silva(OAB 3772 RO)
marcelo do vale oliveira(Requerido), João Batista de Oliveira(Requerido)
INTIMAÇÃO: Audiência designada para dia 13 de fevereiro de 2012, às 8h20min.

Proc: 1002284-21.2009.8.22.0014
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Ivanilda Luiz maciel(Requerente)
Advogado(s): Roberto Berttoni Cidade(OAB 4178 RO), Carla Falcão Rodrigues(OAB 616-A RO)
MARIA EUNICE DE ALMEIDA MOREIRA(Requerido)
Advogado(s): Leandro Márcio Pedot(OAB 2022 RO), Nunzio Grasso Junior(OAB 3904 RO), Josemário Secco(OAB 724 RO)
DESPACHO : "Vistos. Junte-se o detalhamento de ordem judicial. Ciência à parte autora do resultado negativo da penhora on line. Intime-se para indicar outros bens passíveis de penhora, em cinco dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito, nos termos do artigo 53, §4º da lei 9099/95. Vilhena, 14 de novembro de 2011. (a)Gilberto J. Giannasi, Juiz de Direito."

Proc: 1003092-55.2011.8.22.0014 Ação:Petição (Juizado Cível)
Ana Cláudia Ventura Martins(Requerente)
Advogado(s): Manoelino Geraldo Costa Neto(OAB 4847 RO), Cezar Benedito Volpi(OAB 533 RO)
Toc Cell Celulares - R. P. Machado Celulares(Requerido), Flextronics Internat Tecnologia LTDA(Requerido)
Advogado(s): Leandro Márcio Pedot(OAB 2022 RO), Josemário Secco(OAB 724 RO)OAB:148.248 SP
INTIMAÇÃO: Autor impugnar contestação.

Proc: 1003097-77.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Sildiglei Ferreira da Silva(Reclamante)
Advogado(s): Roniéder Trajano Soares Silva(OAB 3694 RO)
Invest Factoring Fomento Mercantil Ltda(Requerido), G KELI OLMEDO AMARO ME - INTEL SEG STELRON(Reclamado)
Advogado(s): Cristiane Tessaro(OAB 1562 RO)Albert Suckel(OAB 4718 RO)
INTIMAÇÃO: Autor impugnar contestações juntadas aos autos.

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo 30 dias
Proc.: 0009599-49.2011.8.22.0014
Ação:Guarda
Requerente:C. S. L.
Advogado: Defensor Público
FINALIDADE: CITAÇÃO da requerida MARIA NILZA MORAES DE LIMA, maior,filha de Ana Domingas de Moraes Lima, atualmente em lugar incerto e não sabido, para os termos da

ação, e para querendo, apresentar contestação no prazo de 15 dias, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor.
Vilhena, 29 de dezembro de 2011
Marinês Tiegs Nunes
Chefe do Comissariado

Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivão Judicial

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Sugestões ou reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: vha1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Andresson Cavalcante Fecury
Escrivã: Cleusa Pereira

Proc.: 0085688-84.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Tend Tudo - Acessórios e Estofamentos Para Caminhões Ltda Me
Advogado:Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042)
Requerido:Elemar Inácio Pilz Me
Decisão:
D E C I S Ã OVistos.Defiro o pedido de suspensão requerido a fls. 75.Decorrido o prazo, intime-se pessoalmente a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar o feito sob pena de extinção.Vilhena-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0051504-73.2007.8.22.0014
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Maisa da Silva Souza
Advogado:José Luiz de Lemos (OAB/RO 3601), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Executado:Helena Maria Coronado
Decisão:
D E C I S Ã OVistos.Defiro o pedido de suspensão requerido a fls. 113.Decorrido o prazo, intime-se pessoalmente a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar o feito sob pena de extinção.Vilhena-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Cleusa Pereira
Escrivã

1º Cartório Cível
Sugestões ou reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: vha1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Andresson Cavalcante Fecury
Escrivã: Cleusa Pereira

Proc.: 0001520-81.2011.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Requerido:Eliel Gomes Bernardo
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Decisão:
D E C I S Ã OVistos.Defiro o pedido de suspensão requerido a fls. 20.Decorrido o prazo, intime-se pessoalmente a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar o feito sob pena de extinção.Vilhena-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0008474-80.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B)
Executado:Auto Posto Milênio Ltda, Itamar Rodrigues Costa, Ingrid Ritzmann Costa
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Decisão:
D E C I S Ã OVistos.Defiro o pedido de suspensão requerido a fls. 62.Decorrido o prazo, intime-se pessoalmente a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar o feito sob pena de extinção.Vilhena-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0011991-59.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Pires da Costa
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551)
Requerido:Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia Detran, Edivaldo Destro
Decisão:
D E C I S Ã OVistos.DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, consistente na suspensão dos efeitos do auto de infração descrito no documento de fls. 17, bem como que o réu Edivaldo Destro providencie a transferência da motocicleta descrita no autos para o seu nome, uma vez que vislumbro presentes os requisitos legais para sua concessão, especialmente pela prova inequívoca do direito, que restou demonstrado pelos documentos de fls. 17/22 dos autos, no qual me convenço da verossimilhança da alegação inicial.De outro norte, verifico presente o periculum in mora, consistente nos prejuízos que o autor sofrerá caso a demanda demore a ser resolvida.Ante o exposto, DETERMINO a suspensão dos efeitos do auto de infração descrito às fls. 17, bem como que o réu EDIVALDO DESTRO seja intimado para, no prazo de 15 dias, proceder a transferência do veículo descrito na inicial para o seu nome, conforme documento de fls. 21, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais), limitando-se ao período de 30 dias.Cite-se com as advertências legais. Apresentada resposta, vista à parte autora para se manifestar quanto a contestação e documentos apresentados.Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, quarta-feira, 28 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0012085-07.2011.8.22.0014
Ação:Exibição
Requerente:Ivete Maria Pires da Costa, Rosani Terezinha Pires da Costa Donadon
Advogado:Robery Bueno da Silveira (D -OAB/SP 303253), Karina Bueno da Silveira (D- AOB/SP 245849), Maria Clara

Gomes Rodrigues (D-OAB/SP 290624), Robery Bueno da Silveira (D -OAB/SP 303253), Karina Bueno da Silveira (D-AOB/SP 245849), Maria Clara Gomes Rodrigues (D-OAB/SP 290624)
Requerido:Fausto de Oliveira Moura, Iraci Galvane Batista, Fábio Aníbal Crocetta Batista, Júnior Galvani Batista, Guilherme Galvane Batista
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
D E S P A C H OVistos.Intime-se a parte autora para, no prazo de dez dias, emendar a inicial a fim de comprovar que se houve ou não registro das atas das assembleias no cartório de registro de títulos e documentos desta cidade, conforme previsão do artigo 1.075, § 2º do Código Civil.Vilhena-RO, quinta-feira, 29 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Cleusa Pereira
Escrivã

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO
Prazo: 30 dias.
DE : VALDOMIRO DE CARVALHO, brasileiro, nascido em 19/02/1974, filho de Joaquim quintanilha de Carvalho e Emerenciana Roque de Carvalho, conforme sentença abaixo transcrita.
Autos: 00048638-58.2008.8.22.0014
Ação: INTERDIÇÃO E CURATELA.
Interditante: MIGUEL QUINTANILHA DE CARVALHO
Interditado: VALDOMIRO DE CARVALHO .
Aos vinte e quatro (24) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e onze (2011), às 07h30min, na sala de audiências da 2ª Vara Cível, no Edifício do Fórum Desembargador Leal Fagundes, nesta Comarca, onde presente encontrava-se a Exma.Sra. Dra. SANDRA BEATRIZ MERENDA, MMª. Juíza, comigo secretária ao final assinada. Presente o orgão do Ministério Público. Feito o pregão de estilo, compareceu a requerente acompanhada pela DRA MARIA LURDES SIMIONATTO. Presente o requerente. Presente o requerido. Instaurada a audiência, passou-se a oitiva do intereditando. Dada a palavra a autora, assim se manifestou: " MM Juíza, o interditando em seu depoimento demonstrou a sua impossibilidade de gerir a sua vida sem ajuda de sua genitora. Desta forma reitera todos os termos a inicial pugnando pela procedência do pedido nos termos em que foi proposta por ser medida de inteira justiça. Dada a palavra ao curador, assim semanifestou: " MM Juíza, do conteúdo dos autos afere-se as limitações intelectuais do interditando, o que o torna vulnerável aos seus afazeres, obrigações, defesa dos direitos, diariamente. Em sendo assim, a medida interposta, até se faz efetivamente necessária, não só em face do benefício que recebe junto ao INSS, mas como a necessidade de acompanhamento dos atos de sua vida civil. Em sendo assim, a curadoria não tem como se opor ao pedido interposto, apenas ressalvando, que no futuro, o caso possa ser revisto, caso o interditando, submetido a tratamento, venha a adquirir capacidade de gerir os atos de sua vida civil. Dada a palavra ao Ministério Público foi dito: " MMª Juíza, da análise do contido nos autos, em especial do interrogatório do interditando, nota-se nitidamente que ele tem sua capacidade cognitiva limitada. Este sequer frequentou ensino apropriado, sendo analfabeto, e isso certamente colaborou para para o retardo do seu desenvolvimento psicomotor. O laudo médico de f. 50-54 revela que o interditando não possui capacidade para reger os atos da vida civil. Por seu turno, está provado nos autos que a genitora é pessoa idosa, que conta com 73 anos de idade e não pode exercer o mister. O autor, por seu turno é irmão do interditando e tem 47 anos de idade, gozando de saúde mental plena e contando com o apoio de sua esposa, poismoram todos juntos. Ante o exposto, o Ministério Público manifesta-se pela procedência do pedido inicial, decretando-se a interdição do requerido, nomeando-se o autor como curador. Pela MMª Juíza foi dito: "Compulsando os autos, em audiência na presença do interditado e após a oitiva da interditando e perguntas sobre sua capacidade intelectual, cognitiva ou até mesmo para gerir os ato de sua vida civil, verifiquei que a interditando necessita da curatela pretendida pois é relativamente incapaz de prover a gerencia plena de sua vida civil, nos termos do artigo, 1.1767, IV do Código Civil. Verifico que o pretendente é irmão o interditando e dele sempre cuidou. Demonstra plena capacidade e aptidão para assumir o encargo. ISTO POSTO, nos termos do art. 269, I e 1177 e ss. do CPC JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e DECLARO INTERDITADO E IMPOSSIBILITADO TOTALMENTE DO EXERCÍCIO DOS ATOS DE SUA VIDA CIVIL VALDOMIRO DE CARVALHO,a saber: Fica privado de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar e todos os demais atos previstos no art. 1.782 do Código Civil. Estendo a interdição ao exercício do voto. NOMEIO MIGUEL QUINTANILHA DE CARVALHO CURADOR DE VALDOMIRO DE CARVALHO, sob compromisso a ser prestado em cinco dias, nos termos do art. 1767 e ss do Código Civil. Considerando o efeito meramente devolutivo de eventual recurso contra esta decisão, independentemente do trânsito em julgado da mesma, expeça-se mandado para inscrição no Registro de Pessoas Naturais, publicando-se os editais. Desnecessária a especialização de hipoteca legal, nos termos do Art. 1190, in fine, do Código de Processo Civil. Dispenso a apresentação de balanço anual, pois a verba previdenciária a ser recebida pela curadora tem natureza alimentar. Oficie-se ao cartório Eleitoral de Vilhena para que proceda a baixa no registro eleitoral de VALDOMIRO DE CARVALHO, filho de Emerenciana Roque de Carvalho, interditado a partir desta data. Sentença Publicada em audiência e os presentes intimados. As partes desistem do prazo recursal, o que desde já homologo. Expeça-se o termo de curatela. Nada Mais. Eu Sanny Alves Cosse de Freitas, digitei. Sede do Juízo: Fórum Des. Leal Fagundes, Avenida Luiz Mazziero, Nº 4.432, Jardim América, 76980000 - Fone: (69)3321-2910, Vilhena-RO.
Vilhena, 13 de Dezembro de 2011.
Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivã Judicial, cad. 2212-8,

Proc.: 0004890-68.2011.8.22.0014
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Dhionatan Silva dos Santos
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
Impetrado:Secretário Municipal de Saúde de Vilhena Ro
Advogado:Procuradoria Geral do Município de Vilhena RO (000.)

DESPACHO :
O impetrante peticionou informando que o impetrado cessou o pagamento das sessões de hidroterapia junto a emrpesa Acqua Med em 03.11.2011.A sentença de fls. 40-41 concedeu a segurança pleiteada não consignando prazo determinado para o tratamento. Diante da informação de fls. 62-64, determino que seja o impetrado intimado para que dê continuidade ao pagamento das sessões de hidroterapia, sob pena de sequestro de valores.Serve a presente como mandado. Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 27 de dezembro de 2011. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
E-mail:vha4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0011921-76.2010.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Requerido:Gilson Carlos Portela da Silva
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Gilson Carlos Portela da Silva, CPF 031.249.549-80, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor R$235,73 (duzentos e trinta e cinco Reais e setenta e três centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0003582-94.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Executado:Amauri César Heidmann
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Amauri César Heidmann, CPF 562.683.942-91, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$5,00 (cinco Reais), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0010375-83.2010.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Pato Branco Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Requerido:Antonio Fernandes Gadelha
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Antônio Fernandes Gadelha, CPF 585.995.842-00, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$22,63 (vinte e dois Reais e sessenta e três centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0003328-58.2010.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Claudio dos Santos
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Watson Mueller (OAB/RO 2835), Adriana Regina Pagnoncelli Golin (OAB/RO 3021)
Requerido:Bradesco Cartões Visa S.a
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Claudio dos Santos, CPF 820.565.281-34,bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$1.948,18 (um mil, novecentos e quarenta e oito Reais e dezoito centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0004864-07.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Leonildo Longo
Executado:Antonio Rubi Possebon
Advogado:Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493)
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Antônio Rubi Possebon, CPF 349.712.112-68, bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$22,13 (vinte e dois Reais e treze centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0003810-69.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:G. Alves - Me
Executado:Elias Batista de Almeida
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Elias Batista de Almeida, CPF 694.504..042-91, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$ 5,35 (cinco Reais e trinta e cinco centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0047561-77.2009.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Anazila da Silva Paz Araújo, Caio Cesar da Paz Rodrigues
Requerido:Unimed Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico de Porto Velho Ro

Advogado:Breno de Paula (OAB-RO 399 B)
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte UNIMED Rondônia, CNPJ n. 05.657.234/0001-20 , bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$62,70 (Sessenta e dois Reais e setenta centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0083522-79.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Executado:Marilda Teles da Silva
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Marilda Teles da Silva, CPF 524.092.522-49, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$5,00 (Cinco Reais), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0060352-15.2008.8.22.0014
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Companhia da Moda Comércio de Confecções Ltda Me
Executado:Paulo Fagundes, Ibtihaj Egert Nafal
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Ficam intimadas as partes Paulo Fagundes, CPF 869.181.416-00 e Eptehaj Egert Nafal, CPF 276.923.022-00, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$72,11 (setenta e dois Reais e onze centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0019800-71.2009.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena / RO
Executado:Aldo Jacobes - ME
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Aldo Jacobes - ME, CNPJ 04.567.372/0001-55, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$193,52 (Cento e noventa e três Reais e cinquenta e dois centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0004676-14.2010.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdumira Vieira Nogueira
Requerido:BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte BV FINANCEIRA S/A CFI, CNPJ 01.149.953/0001-89, , para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$212,72 (duzentos e doze Reais e setenta e dois centavos), referente à ação de reparação de danos e R$106,36 (cento e seis reais e trinta e seis centavos) referente à ação de execução de setença, nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0058927-50.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Silvaldo Martins de Oliveira
Executado:Banco Cruzeiro do Sul e Banco Santander S/A
Advogado:Marcos Araújo (RO 846), Marcos Metchko (OAB/RO 1482)Leandro Marci Pedot (OAB/RO 2022)
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Ficam intimadas as partes Banco Cruzeiro do Sul, CNPJ 62.136.254/0001-99 e Banco Santander S/A, CNPJ 90.400.888/0001-42, bem como seus advogados, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$570,93 (quinhentos e setenta Reais e noventa e três centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0001389-43.2010.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena / RO
Executado:Rosângela de Castro Correia Melges
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Rosângela de Castro Correia Melges, CPF 09133976287, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$53,81 (cinquenta e três Reais e oitenta e um centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0005506-43.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Executado:Restaurante e Pizzaria Veneza Ltda, Leidilene da Silva
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Restaurante e Pizzaria Veneza Ltda, CNPJ n. 10.987.621/0001-64, Leidilene da Silva, CPF n. 006.437.232-42, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$27,81(vinte e sete Reais e oitenta e um centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0003636-60.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rondo Sport Comércio de Confecções Ltda - Me
Executado:Andressa Cristina Verdi

Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Andressa Cristina Verdi, CPF 882.381.992-04, bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$5,11 (cinco Reais e onze centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0011809-10.2010.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcela Bosco
Requerido:Jn Capital Fomento
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte JN Capital Fomento, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$ 64,31 (Sessenta e quatro Reais e trinta e um centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0068645-86.1999.8.22.0014
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Executado:Primate Calçados Ltda.
Advogada:Edna Aparecida Campoio (0AB/RO 3132)
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Primate Calçados Ltda, CNPJ n.; 24.754.812/0001-44, bem como sua advogada, para recolhimento do débito relativo a despesas forenses, no valor de R$ 53,52 (cinquenta e três Reais e cinquenta e dois centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0002035-68.2001.8.22.0014
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena / RO
Executado:Rezziere Transportes Ltda.
Advogada: Iracema Martendal Cerrutti (OAB/RO 2972)
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Rezziere Transportes Ltda, CNPJ 05.651.948/0001-20, bem como sua advogada, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$426,62 (quatrocentos e vinte e seis Reais e sessenta e dois centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0000268-77.2010.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:P. B. Comércio de Petróleo Ltda
Requerido:Sanches & Silva Transportes Ltda Me
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Sanches & Silva Transportes Ltda Me, CPF 04.824.590/0001-28, bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$92,56 (Noventa e dois Reais e cinquenta e seis centavos) referente à ação monitória e R$117,40 (cento e dezessete Reais e quarenta centavos), referente cumprimento de sentença, nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0084865-13.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Edison Rudes Pacífico
Executado:Bradesco Autore Companhia de Seguros
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Bradesco Autore Companhia de Seguros, CNPJ 33.055.146/0001-93, bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$773,70 (Setecentos e setenta e três Reais e setenta centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0084618-32.2009.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Executado:Airton de Lima Soares Me
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Airton de Lima Soares Me, CNPJ n. 07.898.691/0001-31, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$ 57,78 (cinquenta e sete Reais e setenta e oito centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Proc.: 0009388-47.2010.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena / RO
Executado:Valmir Antonio de Freitas
Custas Finais:
INTIMAÇÃO
Fica intimada a parte Valmir Antonio de Freitas, CPF 497.634.909-87, bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo a custas finais, no valor de R$ 34,20 (trinta e quatro Reais e vinte centavos), nos autos mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.

Arijoel Cavalcante dos Santos
Escrivão

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Proc.: 0002415-51.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. C. P.
Advogado:Defensor Público.
Requerido:L. S.
Edital - Publicar:
Sentença:
“Ante informação pelos requerentes, em relação ao valor do patrimônio a ser partilhado, verifico que o pedido não comporta apreciação nesta operação, devendo as partes buscarem a partilha e os demais pleitos constantes no pedido inicial, em ação própria. Neste ato, sai os requerentes orientados a constituírem advogado, caso pretendam ingressar com a ação competente. Remetam-se os autos para distribuição, a fim de que sejam tomadas as providências para publicação desta decisão e os autos arquivados. Saem os presentes intimados.”

Proc.: 0002416-36.2011.8.22.0011
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:A. P. C. da S.
Advogado:Defensor Público.
Requerido:A. A. de O.
Edital - Publicar:
Sentença:
“Ante a ausência do requerido, a proposta de conciliação entre as partes resta prejudicada, não atingindo o fim proposto nesta operação. Neste ato, sai a requerente orientada a comparecer à Defensoria Pública, na cidade de Alvorada do Oeste, para que, em querendo, ingresse com a ação competente. Remetam-se os autos para distribuição, a fim de que sejam tomadas as providências para publicação desta decisão e os autos arquivados. Saem os presentes intimados.”

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1ª Vara Criminal
Machadinho do Oeste
Juíz de Direito: ALEX BALMANT
Escrivão Judicial: Peterson Vendrameto, e-mail: mdo1criminal@tj.ro.gov.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS
Proc.: 0001422-81.2011.8.22.0019
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Silvio Bispo dos Santos, Edina Melgarejo
Advogados:Douglas Carvalho dos Santos OAB/RO 4069 e Sandra Pires Araújo OAB/RO 3164
Finalidade: Intimar o(a) advogado(a) acima para apresentar o rol de testemunhas (Art. 422, do CPP).

Peterson Vendrameto
Escrivão Judicial

PROCLAMAS

COMARCA DE PORTO VELHO

2º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035540 - Livro nº D-66 - Folha nº 150
Faço saber que pretendem se casar: JOSÉ ROBERTO ROCHA DE MEDEIROS, solteiro, brasileiro, piloto fluvial, nascido em Manaus-AM, em 24 de Outubro de 1956, residente e domiciliado na Rua José de Alencar, 5104, Bairro Pedrinhas, em Porto Velho-RO, filho de Manoel Venancio de Medeiros - aposentado - naturalidade: Natal-RN - residência e domicílio: não conhecido e Maria Rocha de Medeiros - já falecida - naturalidade: não conhecida; não pretendendo alterar seu nome; e MARIA NÚBIA DE OLIVEIRA, solteira, brasileira, auxiliar de atendimento, nascida em Porto Velho-RO, em 4 de Setembro de 1968, residente e domiciliada Rua José de Alencar, 5104, Bairro Pedrinhas, em Porto Velho-RO, filha de Maria Natalícia de Oliveira - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: não conhecido; não pretendendo alterar seu nome.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 8 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035619 - Livro nº D-67 - Folha nº 29
Faço saber que pretendem se casar: EDUARDO JÚNIOR SILVA ALVES, solteiro, brasileiro, militar, nascido em Porto Velho-RO, em 5 de Junho de 1989, residente e domiciliado na Rua Jaci-Paraná, 3746, Nova Porto Velho, em Porto Velho-RO, filho de Eduardo Rodrigues Alves - autônomo - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não conhecido e Simone Cristina dos Santos da Silva Alves - já falecida - naturalidade: não conhecida; não pretendendo alterar seu nome; e LILIAN QUELE NASCIMENTO NOGUEIRA, solteira, brasileira, secretária, nascida em Porto Velho-RO, em 5 de Março de 1989, residente e domiciliada Rua Jaci Paraná, 3746, Nova Porto Velho, em Porto Velho-RO, filha de Francisco Carlos Bazan Nogueira - autônomo - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Tarciana de Abreu, 7508, JK II, Porto Velho-RO e Elizabete Nascimento - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: Rua Tarciana de Abreu, 7508, JK II, Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: LILIAN QUELE NASCIMENTO NOGUEIRA ALVES.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 27 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035620 - Livro nº D-67 - Folha nº 30
Faço saber que pretendem se casar: SIMIÃO MARCELINO DE SOUSA, solteiro, brasileiro, autônomo, nascido em Itaú-RN, em 1 de Dezembro de 1946, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, 8.752, Bairro Socialista, em Porto Velho-RO, filho de Francisco Barrozo de Sousa - já falecido - naturalidade: não conhecida e Ana Marcelina Sobrinha - aposentada - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: Rua Raimundo Cantuária, 2.848, Bairro Nova Porto Velho, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: MARIA PERPÉTUA GUIMARÃES; e MARIA PERPÉTUA GUIMARÃES, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 5 de Agosto de 1952, residente e domiciliada Rua Rio de Janeiro, 8.752, Bairro Socialista, em Porto Velho-RO, filha de Maria Brito Guimarães - já falecida - naturalidade: não conhecida; não pretendendo alterar seu nome.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 28 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035621 - Livro nº D-67 - Folha nº 31
Faço saber que pretendem se casar: CLELSON ORDONES LEANDRO ADÃO, solteiro, brasileiro, vigilante, nascido em Porto Velho-RO, em 11 de Maio de 1979, residente e domiciliado na Rua do Canil, 6669, Bairro Nacional, em Porto Velho-RO, filho de Júlio Cézar Adão - militar - naturalidade: Manaus-AM - residência e domicílio: Rua do Canil, 6669, Bairro Nacional, Porto Velho-RO e Maria de Jesus Leandro Adão - funcionária pública - naturalidade: Manaus-AM - residência e domicílio: Rua do Canil, 6669, Bairro Nacional, Porto Velho-RO; não pretendendo alterar seu nome; e MARIA DIONE MOTA DO NASCIMENTO, solteira, brasileira, esteticista, nascida de Manicoré-AM, em 13 de Novembro de 1982, residente e domiciliada Rua do Canil, 6669, Bairro Nacional,, em Porto Velho-RO, filha de Bernardino Batista do Nascimento

- pedreiro - naturalidade: Manicoré-AM - residência e domicílio: Rua Capão Bonito, 2770, Bairro Nacional, Porto Velho-RO e Maria da Glória Sá da Mota - do lar - naturalidade: Manicoré-AM - residência e domicílio: Rua Capão Bonito, 2770, Bairro Nacional, Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: MARIA DIONE MOTA DO NASCIMENTO ADÃO.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 28 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035622 - Livro nº D-67 - Folha nº 32
Faço saber que pretendem se casar: ANDERSON MENEZES PAIVA, solteiro, brasileiro, auxiliar contábil, nascido em Manaus-AM, em 30 de Abril de 1982, residente e domiciliado na Rua Clea Merces, 4378, Agenor de Carvalho, em Porto Velho-RO, filho de Odivaldo Paiva Lima - engenheiro civil - naturalidade: Mojuí dos Campos-PA - residência e domicílio: Rua Clea Merces, 4408, Agenor de Carvalho e Maria de Lourdes Menezes Paiva - do lar - naturalidade: Manacapuru-AM - residência e domicílio: Rua Clea Merces, 4408, Agenor de Carvalho; não pretendendo alterar seu nome; e ANDRÉIA LAIANE NOÉ NEVES, solteira, brasileira, administradora, nascida de Porto Velho-RO, em 20 de Janeiro de 1985, residente e domiciliada Rua Clea Merces, 4378, Agenor de Carvalho, em Porto Velho-RO, filha de Admilço Lourenço Belarmino da Neves - taxista - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: Rua Caruana, 4024, Tancredo Neves, Porto Velho-RO e Ana Clivesc Noé Sobreira - enfermeira - naturalidade: Humaitá-AM - residência e domicílio: Rua Caruana, 4024, Tancredo Neves, Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: ANDRÉIA LAIANE NOÉ NEVES PAIVA.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 28 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035623 - Livro nº D-67 - Folha nº 33
Faço saber que pretendem se casar: JÚNIOR PEREIRA DE FREITAS, solteiro, brasileiro, técnico em manutençao, nascido em Porto Velho-RO, em 3 de Setembro de 1986, residente e domiciliado na Rua Plácido de Castro, 9168, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO, filho de Gedor Gomes de Freitas - agricultor - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: Rodovia B-319,Km 13, Sentido Humaitá-AM e Nilva Pereira de Freitas - agricultora - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: Rodovia B-319,Km 13, Sentido Humaitá-AM; pretendendo passar a assinar: JÚNIOR RAMALHO PEREIRA DE FREITAS; e ANA PAULA DO SACRAMENTO RAMALHO, solteira, brasileira, monitora, nascida em Porto Velho-RO, em 7 de Setembro de 1990, residente e domiciliada Rua Plácido de Castro, 9168, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO, filha de Antônio Bento Ramalho - carpinteiro - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: não connhecido e Maria Lopes do Sacramento - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: não connhecido; pretendendo passar a assinar: ANA PAULA DE FREITAS DO SACRAMENTO RAMALHO.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 28 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035624 - Livro nº D-67 - Folha nº 34
Faço saber que pretendem se casar: ALEXANDRE DE JESUS, divorciado, brasileiro, autônomo, nascido em São Caetano do Sul-SP, em 23 de Abril de 1972, residente e domiciliado na Rua Gioconda, 3332, Bairro Cuniã, em Porto Velho-RO, filho de Zefina Maria de Jesus - residência e domicílio: Rua Chauá, 9, Bairro Clube de Campo do ABC, em Santo André-SP; pretendendo passar a assinar: DEGMAR PAULA GOUVÊA; e DEGMAR PAULA GOUVÊA, divorciada, brasileira, autônoma, naturalidade: Espírito Santo, nascida em 15 de Novembro de 1975, residente e domiciliada Rua Gioconda, 3332, Bairro Cuniã, em Porto Velho-RO, filha de Francisco de Paula Gouvêa - já falecido e Orlíde Oliveira Gouvêa - aposentada - naturalidade: Barra de São Francisco-ES - residência e domicílio: Rua Gioconda, 3332, Bairro Cuniã, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: ALEXANDRE DE JESUS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 28 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035625 - Livro nº D-67 - Folha nº 35
Faço saber que pretendem se casar: JAILSON VIAMONTE DE BRITO, solteiro, brasileiro, funcionário público estadual, nascido

em Porto Velho-RO, em 19 de Dezembro de 1986, residente e domiciliado na Rua Rio Preto, 4223, Bairro Nova Esperança, em Porto Velho-RO, filho de Orlandino Felix de Brito - aposentado - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Rio Preto, 4223, Bairro Nova Esperança, Porto Velho-RO e Maria de Fatima Viamonte de Andrade - do lar - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Rio Preto, 4223, Bairro Nova Esperança, Porto Velho-RO; não pretendendo alterar seu nome; e MILENE CRISTINA FERNANDES DOS SANTOS, solteira, brasileira, nutricionista, nascida em Porto Velho-RO, em 13 de Julho de 1986, residente e domiciliada Rua Pedro Albeniz, 5855, Bairro Aponiã, em Porto Velho-RO, filha de João Amaro dos Santos - funcionário público federal - residência e domicílio: Rua Pedro Albeniz, 5855, Bairro Aponiã, Porto Velho-RO e Maria das Dores Fernandes dos Santos - aposentada - naturalidade: Guajará-Mirim-RO - residência e domicílio: Rua Pedro Albeniz, 5855, Bairro Aponiã, Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: MILENE CRISTINA FERNANDES DOS SANTOS VIAMONTE.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 29 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035626 - Livro nº D-67 - Folha nº 36

Faço saber que pretendem se casar: NILTON CESAR LIMA CASTRO, solteiro, brasileiro, cebeleireiro, nascido em Porto Velho-RO, em 25 de Dezembro de 1983, residente e domiciliado na Avenida Campos Sales, 4997, Bairro Conceição, em Porto Velho-RO, filho de Manoel José da Silva Castro - já falecido - naturalidade: não conhecida e Raimunda Nonata Lima Máximo - já falecida - naturalidade: não conhecida; não pretendendo alterar seu nome; e MARIA VALDELICE DA SILVA, solteira, brasileira, zeladora, nascida em Lábrea-AM, em 25 de Maio de 1972, residente e domiciliada Avenida Campos Sales, 4997, Bairro Conceição, em Porto Velho-RO, filha de José Romão da Silva - contador - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: Avenida Campos Sales, 4997, Bairro Conceição, em Porto Velho-RO e Amelia Bento Bandeira - do lar - naturalidade: Lábrea-AM - residência e domicílio: Avenida Campos Sales, 4997, Bairro Conceição, em Porto Velho-RO; não pretendendo alterar seu nome.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 29 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035627 - Livro nº D-67 - Folha nº 37

Faço saber que pretendem se casar: SILVANO DE JESUS PEREIRA, divorciado, brasileiro, consultor de vendas, nascido em Porto Velho-RO, em 4 de Agosto de 1975, residente e domiciliado na Rua Hortência, 4213, Rio Madeira, em Porto Velho-RO, filho de Terezinha de Jesus Pereira - residência e domicílio: Rua Jerônimo Ornela, 6595, Aponiã, em Porto Velho-RO; não pretendendo alterar seu nome; e ANDRÉIA CRISTINA LIMA GONÇALVES, divorciada, brasileira, professora, nascida de Porto Velho-RO, em 14 de Junho de 1979, residente e domiciliada Rua Hortência, 4213, Rio Madeira, em Porto Velho-RO, filha de Solino Gonçalves Belém - aposentado - naturalidade: Manicoré-AM - residência e domicílio: Rua Miguel Chaquian, 2700, Embratel, em Porto Velho-RO e Raimunda Rosário Lima de Araújo - auxiliar de secretaria - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: Rua Miguel Chaquian, 2700, Embratel, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: ANDRÉIA CRISTINA LIMA GONÇALVES PEREIRA.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 29 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Rua Paulo Leal, 608 - Centro - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: cartoriogodoy@uol.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 035628 - Livro nº D-67 - Folha nº 38

Faço saber que pretendem se casar: JAIR ANTONIO GOMES, solteiro, brasileiro, operador de guindaste, nascido em Sena Madureira-AC, em 29 de Janeiro de 1976, residente e domiciliado na Rua Calos Boero, 4486, Costa e Silva, em Porto Velho-RO, filho de Francisca Gomes da Silva - residência e domicílio: não conhecido; não pretendendo alterar seu nome; e ELIANE DE OLIVEIRA LAGO, solteira, brasileira, auxiliar de serviços gerais, nascida de Porto Velho-RO, em 23 de Abril de 1982, residente e domiciliada Rua Carlos Boero, 4486, Costa e Silva, em Porto Velho-RO, filha de Catarino Pinto Lagos - já falecido - naturalidade: não conhecida e Margaréti de Oliveira Reis - auxiliar de serviços gerais - naturalidade: não conhecida - residência e domicílio: Rua Carlos Boero, 4486, Costa e Silva; pretendendo passar a assinar: ELIANE DE OLIVEIRA LAGO GOMES.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 29 de Dezembro de 2011
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

COMARCA DE ARIQUEMES

1ª VARA CÍVEL

LIVRO •D-008 FOLHA •039
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
MONTE NEGRO, ESTADO DE RONDÔNIA
Av. Juscelino Kubitschek, 2752 – Setor 02 - Fone: (69)3530-2009
Leonilde Aparecida Barbaresco de Goes - Oficiala
EDITAL DE PROCLAMAS Nº •2.138
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo •1.525, incisos •I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: •JESSÉ BISPO MARIANO, de nacionalidade •brasileira, •operador de carregadeira, •solteiro, natural •de Monte Negro-RO, onde nasceu no dia •10 de novembro de 1993, residente e domiciliado •na BR-421, Linha C-05, km 78, em Monte Negro-RO, filho de •GISLENO ALVES MARIANO e de RÚBIA CARLOS BISPO MARIANO; e
•JOELMA DE CAMARGO GARCIA de nacionalidade •brasileira, •do lar, •solteira, natural •de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia •30 de dezembro de 1991, residente e domiciliada •na BR-421, Linha C-05, km 78, em Monte Negro-RO, filha de •ELISEU GARCIA e de JOANA MARIA DE CAMARGO GARCIA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
•Monte Negro-•RO, •28 de dezembro de 2011.
Leonilde Aparecida Barbaresco de Goes
Oficiala

COMARCA DE CEREJEIRAS

1ª VARA GENÉRICA

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS CAVATTI
Comarca de Cerejeiras – Estado de Rondônia
CNPJ: 05.911.185/0001-00 - Rua Portugal, 2401, Centro, CEP 76997-000 – CEREJEIRAS-RO,
Telefone (69) 3342-3146
Maria Bernardeti Cavatti – OFICIALA/TABELIÃ – ATO N º 209/2009/TJ/RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = =
Autos: 5684Livro: D-016 Folha: 124EP: 5124
Matrícula: 0958280155 2011 6 00015 124 0005124 46
Maria Bernardeti Cavatti, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes SELVINO CANANEA e EDILEUZA MARIA DE OLIVEIRA;
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: brasileira, estado civil: divorciado, com 49 anos de idade, profissão: aposentado, nascido aos 15/02/1962 (quinze de fevereiro de mil novecentos e sessenta e dois), em Planalto-PR, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, 679, nesta cidade de Cerejeiras-RO. Filho de JANUÁRIO JOSÉ CANANEA, falecido e CORDULA WERMUTH CANANEA, brasileira, viúva, aposentada, com 75 anos de idade, natural de Santa Cruz do Sul-RS, residente e domiciliada na Rua Mato Grosso, 679, nesta cidade de Cerejeiras-RO.
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: brasileira, estado civil: divorciada, com 47 anos de idade, profissão: do lar, nascida aos 21/07/1964 (vinte e um de julho de mil novecentos e sessenta e quatro), em Cachoeirinha-PE, residente e domiciliada na Rua Mato Grosso, 679, nesta cidade de Cerejeiras-RO. Filha de SIMIÃO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, aposentado, com 74 anos, natural de Cachoeirinha-PE e ANGELINA MARIA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, aposentada, com 71 anos de idade, natural de Cachoeirinha-PE, residentes e domiciliados na Rua Espírito Santo, 506, nesta cidade de Cerejeiras-RO.
Os contraentes em virtude do casamento passarão a assinar: SELVINO CANANEA, o mesmo nome de solteiro e EDILEUZA MARIA DE OLIVEIRA CANANEA.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1525 e incisos, do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que será afixado neste Cartório no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. O regime adotado é o de regime de Comunhão Parcial de bens.
Cerejeiras - RO, 28 de dezembro de 2011.
Maria Bernardeti Cavatti - Tabeliã/Oficiala

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE – RO
Av. Gonçalves Dias, n° 3.965 - Bairro União
Fone/Fax: (69) 3461-4500 - CEP. 76920-000
Oficial Belª. Lenise Hentschke
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 12.984
JOSUÉ EUGÊNIO SILVA GOMES E GESIANE CARLETTO DE CARVALHO
O Contraente: brasileiro, solteiro, pintor, natural de Ipatinga - MG, nascido aos 18/04/1991, filho de José Eugênio Gomes e Nilza Maria da Silva Gomes, residente e domiciliado na Rua Carlos Jadson, nº 387, Bairro Novo Horizonte, nesta Cidade de Ouro Preto do Oeste-RO.
A Contraente: brasileira, solteira, estudante, natural de Ouro Preto do Oeste - RO, nascida aos 01/06/1994, filha de Geraldo Pereira de Carvalho e Ivanete Carletto, residente e domiciliada na Rua Presidente Médici, nº 428, Bairro Jardim Bandeirantes, nesta Cidade de Ouro Preto do Oeste-RO.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA GESIANE CARLETTO DE CARVALHO GOMES.
Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei, lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,..... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, 27 Dezembro de 2011.
Lenise Hentschke - Oficial

OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE – RO
Av. Gonçalves Dias, n° 3.965 - Bairro União
Fone/Fax: (69) 3461-4500 - CEP. 76920-000
Oficial Belª. Lenise Hentschke
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 12.981
CLEONE PEDRO FIDELI E HUEDYLA BALDUINO RODRIGUES
O Contraente: brasileiro, solteiro, servente, natural de Mirante da Serra - RO, nascido aos 10/03/1992, filho de Edvaldo Pedro e Ana Bento Fideli, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 158, Bairro Jardim novo Estado, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste - RO.
A Contraente: brasileira, solteira, vendedora, natural de Ouro Preto do Oeste - RO, nascida aos 13/09/1990, filha de Lourival Monteiro Rodrigues e Mileide Baldoino Rodrigues, residente e domiciliada na Rua Bahia, nº 158, Bairro Jardim novo Estado, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste - RO.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA HUEDYLA BALDUINO RODRIGUES PEDRO.
Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei, lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,..... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, 26 Dezembro de 2011.
Lenise Hentschke
Oficial

OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE – RO
Av. Gonçalves Dias, n° 3.965 - Bairro União
Fone/Fax: (69) 3461-4500 - CEP. 76920-000
Oficial Belª. Lenise Hentschke
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 12.983
ALAN MEIRELES E EDNEA DA CONCEIÇÃO MENINI
O Contraente: brasileiro, solteiro, lavrador, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, nascido aos 29/09/1986, filho de Izabel Maria Meireles, residente e domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 1134, Bairro Liberdade, nesta Cidade de Ouro Preto do Oeste-RO.
A Contraente: brasileira, solteira, Lavradora, natural de Ouro Preto do Oeste - RO, nascida aos 28/04/1991, filha de José Angelo Menini e Florisbela da Conceição Menini, residente e domiciliada na Av. Getúlio Vargas, nº 1134, Bairro Liberdade, nesta Cidade de Ouro Preto do Oeste-RO.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA EDNEA DA CONCEIÇÃO MENINI MEIRELES.
Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei, lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,..... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, 27 Dezembro de 2011.
Lenise Hentschke
Oficial

COMARCA DE PIMENTA BUENO

1ª VARA CÍVEL

Edital de Proclamas - VALDENIR DA SILVA e MARIA THANYELE DE ARAUJO ARISTIDES
De: Civilenotas_saofelipe <civilenotas_saofelipe@tjro.jus.br> 29/12/2011 10:18
Para: "Envio de Edital de Proclamas" proclamas@tjro.jus.br
CARTÓRIO MONLEVADE - REGISTRO CIVIL E NOTAS
Município de São Felipe D´Oeste/RO
Comarca de Pimenta Bueno/RO
R: Theodoro Rodrigues da Silva, 786, centro, CEP: 76.977-000
EDITAL DE PROCLAMAS
Matricula
096107 01 55 2011 6 00003 111 0000711-50
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro:
VALDENIR DA SILVA
MARIA THANYELE DE ARAUJO ARISTIDES
SENDO ELE, solteiro, maior e capaz, com 26 anos de idade, nacionalidade brasileira, líder de campo, natural de PIMENTA BUENO/RO, onde nasceu aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e cinco (26/04/1985), residente e domiciliado na Linha marco 08, a 02km do Distrito de Novo Paraíso, zona rural, neste município, filho de DAVID TOMAZ DA SILVA, natural de Jangada/MT e MARIA DE LOURDES DA SILVA TOMAZ, natural de Barra do Canhoto/ União dos Palmares/AL, residentes e domiciliados na Linha marco 08, a 02 Km do distrito de Novo Paraíso, zona rural, neste município.
SENDO ELA, solteira, maior e capaz, com 19 anos de idade, nacionalidade brasileira, lavradora, natural de PALMEIRA DOS INDIOS/AL, onde nasceu aos oito dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e dois, (08/10/1992) residente e domiciliada na Linha FA-01, Km 16, lote 376, zona rural, neste município, filha de JOSÉ CÉLIO ARISTIDES, natural do estado de Alagoas e LUCÉLIA SOARES DE ARAUJO ARISTIDES, natural do estado de Alagoas, residentes e domiciliados na Linha FA-01, Km 16, lote 376, zona rural, neste município.
REGIME ADOTADO É O DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. OS CONTRAENTES OPTARAM POR PERMANECER COM O MESMO NOME DE SOLTEIRO:
VALDENIR DA SILVA
MARIA THANYELE DE ARAUJO ARISTIDES
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Provimento 007/2011-CG), disponível em (www.tjro.jus.br).
São Felipe d´Oeste/RO, 13 de dezembro de 2011
Magno Maciel da Silva
Oficial/Tabelião Substituto
Portaria 001/2010

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1ª VARA CÍVEL

-EDITAL DE PROCLAMAS CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE ROLIM DE MOURA-RO NILSON FRANCISCO DA SILVA Oficial

Faz saber que pretende casar-se. Apresentaram-se os documentos exigidos pelo Art. 180 do Código Civil

Nº 12.930 – SEBASTIÃO NUNES DE JESUS MACHADO com ELIENE CANDIDA DA SILVA, ele, solteiro, Tec. Eletrônico, natural de Peabiru - PR. Filho de GERALDO NUNES MACHADO, e dona JOSEFA CARDOSA DE JESUS. Ela, divorciada, Zeladora, natural de São Miguel - RN. Filha de OSMAR CANDIDO DA SILVA, e dona LUIZA AUGUSTA DA SILVA. Residentes Neste Município.

Nº 12.929 – JOCEMAR VANELLI com MARIA DO CARMO DA SILVA, ele, solteiro, Pedreiro, natural de Palotina - PR. Filho de JOÃO VANELLI, e dona NAIDE SILVA VANELLI. Ela, divorciada, Professora, natural de Amaporã - PR. Filha de IPOLITO GOMES DA SILVA, e dona MARIA GOMES DA SILVA. Residentes Neste Município.

Nº 12.927 – ADRIANO LEAL DO MONTE com SUELEN RIBEIRO VIEIRA, ele, solteiro, Policial Civil, natural de Colorado - PR. Filho de CONSTÂNCIO LEAL DO MONTE, e dona ROSALINA RODRIGUES DO MONTE. Ela, divorciada, Estudante, natural de Cacoal - RO. Filha de JOÃO CARLOS VIEIRA ARNALDO, e dona CELINA RIBEIRO DE LARA. Residentes Neste Município.

Nº 12.922 – CLEMIR DE JESUS DA SILVA com ELISABETE DOS REIS, ele, solteiro, Serv. Gerais, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de SERVO AMADO DE JESUS DA SILVA, e dona MARILZA TEMOTEO DA SILVA. Ela, solteira, Do lar, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de IRINEU BRITO GUNDIN, e dona HOSANA APARECIDA DOS REIS GUNDIN. Residentes Neste Município.

Nº 12.934 – LUIZ FERREIRA PRESTES com VERSI DA VEIGA, ele, divorciado, Func. Público, natural de Botucatú - SP. Filho de SEBASTIÃO PRESTES, e dona FRANCISCA PAES DE CAMARGO. Ela, solteira, Vendedora, natural de Salto do Lontra - PR. Filha de JOSÉ DA VEIGA, e dona NAIR RODRIGUES DOS SANTOS. Residentes Neste Município.

Nº 12.935 – DIONIZIO DO PRADO com LINDAURA BANDEIRA BARBOSA, ele, viúvo, Agricultor, natural de Cambara - PR. Filho de OTAVIO BENTO DO PRADO, e dona JULIA MARIA DE JESUS. Ela, divorciada, Do lar, natural de Galiléia - MG. Filha de OLIMPIO BANDEIRA, e dona JOSEFA RAMALHO BANDEIRA BARBOSA. Residentes Neste Município.

Nº 12.933 – VANDERLEY ALVES FERREIRA com SANDRA MISSIAS MACHADO, ele, solteiro, Garçom, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de CICERO ALVES FERREIRA, e dona CICERA AUGUSTA DA CONCEIÇÃO FERREIRA. Ela, solteira, Estudante, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de JOSÉ ANTONIO MACHADO, e dona RAILDE DALVA MISSIAS MACHADO. Residentes Neste Município.

Nº 12.932 – ANGELO SCALZER com KELLY DE ALMEIDA, ele, solteiro, Administrador, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de ORLANDO SCALZER, e dona MATILDE RODRIGUES SCALZER. Ela, solteira, Turismologa, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de ELIAS DE ALMEIDA, e dona ROSANGELA APARECIDA DA SILVA ALMEIDA. Residentes Neste Município.

Nº 12.936 – GILBERTO MOTTER com ELIANA DE SOUZA DE SÁ, ele, solteiro, Atendente de Farmácia, natural de Cacoal - RO. Filho de ANTONINHO MOTTER, e dona NEIDE MOTTER. Ela, solteira, Do lar, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de JOZINO ALBERTO DE SÁ, e dona JULIA MARIA DE SOUZA DE SÁ. Residentes Neste Município

OBS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lava o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume e publicado na impressa local.

COMARCA DE VILHENA

1ª VARA CÍVEL

LIVRO •D-001 FOLHA •049 TERMO •000049
EDITAL DE PROCLAMAS Nº •49
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo •1.525, incisos •I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
Ele: •ODAIR CHAGAS FERREIRA, •solteiro, com •vinte e nove (29) anos de idade, de nacionalidade •brasileira, •operador de eta, natural •de Vilhena-RO, onde nasceu no dia •01 de novembro de 1982, residente e domiciliado •na Rua 4, 242, Cidade Alta, em Chupinguaia-RO, filho de •JUVINO ALVES FERREIRA e de ROSALIA FERREIRA CHAGAS;
Ela: •ELIANI FERREIRA QUEIROZ, •solteira, com •vinte e cinco (25) anos de idade, de nacionalidade •brasileira, •refiladeira, natural •de Vilhena-RO, onde nasceu no dia •06 de novembro de 1986, residente e domiciliada •na Rua 4, 242, Cidade Alta, em Chupinguaia-RO, filha de •CLAUDIOMIRO IZIDIO QUEIROZ e de MARIANA JOANA FERREIRA QUEIROZ.
Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de •Comunhão Parcial de Bens.
Que após o casamento, o declarante, •continuou a adotar o nome de •ODAIR CHAGAS FERREIRA.
Que após o casamento, a declarante, •continuou a adotar o nome de •ELIANI FERREIRA QUEIROZ.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
•Chupinguaia-•RO, •29 de dezembro de 2011.
Valéria Fernanda Zolinger
Oficial Substituta

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

VARA ÚNICA

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.491
LIVRO D-011 FOLHA 091
Matrícula nº 130369 01 55 2011 6 00011 091 0003491 61
Pelo presente edital, faço saber que os nubentes abaixo indicados, pretendendo casar-se sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, apresentaram os documentos exigidos pelo

artigo 1.525, incisos I, III, IV e V do Código Civil Brasileiro.
ELIAS ROCHA DOS SANTOS e JOSIANE MACEDO DE SOUZA
O contraente é brasileiro, divorciado, com cinquenta (50) anos de idade, agricultor, natural de Arenápolis - MT, nascido aos dezenove dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e sessenta e um (19/10/1961), residente e domiciliado na Av: Mato Grosso, 4176, em Alvorada do Oeste-RO, filho de;CICERO PEDRO DOS SANTOS e de EDITH ROCHA DOS SANTOS, ambos falecidos.
A contraente é brasileira, solteira, com vinte e dois (22) anos de idade, do lar, natural de Rolim de Moura - RO, nascida aos quinze dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e oitenta e nove (15/07/1989), residente e domiciliada na Av: Mato Grosso, 4176, em Alvorada do Oeste-RO, filha de: JOSE JORGE DE SOUZA e de MARIA ISABEL MACEDO, ambos falecidos.
Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de ELIAS ROCHA DOS SANTOS.
Que após o casamento, a declarante, passou a adotar o nome de JOSIANE MACEDO DE SOUZA DOS SANTOS.
Se alguém conhecer impedimentos, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser registrado em livro próprio e afixado, em Cartório, no lugar de costume.
Vencimento:03 de janeiro de 2012.
Alvorada do Oeste-RO, 19 de dezembro de 2011.
Ana Angelica dos Santos Melquisedec
Tabeliã/Registradora

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

VARA ÚNICA

LIVRO D-012 FOLHA 229
TERMO 003432
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.432
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
SINVALDO XAVIER FILHO, de nacionalidade brasileira, de profissão micro-empreendedor, de estado civil divorciado, natural de Ecoporanga-ES, onde nasceu no dia 19 de julho de 1970, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso nº3619, Centro, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de SINVALDO XAVIER LIMA e de AUREZINA SARAIVA LIMA; e RAIMUNDA DOS SANTOS SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil viúva, natural de Canavieira-BA, onde nasceu no dia 22 de janeiro de 1962, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D`Oeste-RO, filha de MANOEL THEMISTOCLES DOS SANTOS e de MARIA INÊS NERES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 27 de dezembro de 2011.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-012 FOLHA 230
TERMO 003433
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.433
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
WELIQSON FERNANDO BRAGA DA COSTA, de nacionalidade brasileira, de profissão professor, de estado civil solteiro, natural de Cuiabá-MT, onde nasceu no dia 06 de janeiro de 1985, residente e domiciliado na Avenida Brasil n°3004, em Machadinho D Oeste-RO, filho de ALCEBIADES DA COSTA e de CONCEIÇÃO BRAGA DA SILVA; e AIESKA DE SOUZA CARVALHO de nacionalidade brasileira, de profissão auxiliar de serviços gerais, de estado civil solteira, natural de Glória de Dourados-MS, onde nasceu no dia 20 de dezembro de 1993, residente e domiciliada na Rua Acre, nº3832, Centro, em Machadinho D Oeste-RO, filha de GILSON JOSÉ DE CARVALHO e de LUZIA DE SOUZA OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 28 de dezembro de 2011.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

VARA ÚNICA

EDITAL DE PROCLAMAS
Prazo: 15 (quinze) dias
Livro: D-12 Folha: 117 Termo: 6039
Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: EDVALDO FERREIRA DE SOUZA e GLEICIONE AMANCIO ALVES.
SENDO ELE: brasileiro solteiro , com 35 anos de idade , servidor publico, natural: município de Ji-Paraná - RO, nascido aos 04/06/1976 (quatro de junho de mil novecentos e setenta e seis), filho de FLORISVALDO FERREIRA DE SOUZA e ALAIDE RAFAEL DE OLIVEIRA
SENDO ELA: brasileiro, solteira , com 23 anos de idade, , do lar, natural: município de Presidente Médici - RO, nascida aos 21/03/1988 (vinte e um de março de mil novecentos e oitenta e oito), filha de ARNALDOLINO ALVES MOREIRA e LUCIMAR AMANCIO
Nomes após o casamento: EDVALDO FERREIRA DE SOUZA e GLEICIONE AMANCIO ALVES.
Documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos I, III e IV do Código Civil Brasileiro. O regime de bens adotado será o de: Comunhão Parcial de Bens. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
Sede do Cartório: Cartório Winther, Rua Jose Vidal nº 2573 – Presidente Médici – RO, CEP: 76916-000 – Fone/Fax: (69) 3471-3077.
Presidente Médici - RO, 28 de dezembro de 2011.
Hans Otto Winther
Oficial do Registro Civil